



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

CICLO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL EM CAXIAS-MA

Cléudia Menezes Graça Teixeira

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da UNICAMP
para obtenção do título de Mestre em
História Econômica, sob a orientação do
Prof. Dr. Rui Guilherme Granziera.

*Este exemplar corresponde ao original da
dissertação defendida por Cléudia
Menezes Graça Teixeira em 29/07/2003 e
orientada pelo Prof. Dr. Rui Guilherme
Granziera.*

CPG, 29 / 07 / 2003

Campinas, 2003



NIDADE BC
Nº CHAMADA T1 UNICAMP
T235c
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 70407
PROC 16.123.06
C _____ D X
PREÇO \$11,00
DATA 24/10/06

Bib ID 388994

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

T235c Teixeira, Cléudia Menezes Graça.
Ciclo de desenvolvimento da indústria têxtil em Caxias-MA / Cléudia Menezes
Graça Teixeira. – Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador : Rui Guilherme Granziera.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Economia.

1. História econômica. 2. Empresas – História. 3. Economia. 4. Indústria
têxtil. 5. Industrialização. I. Granziera, Rui Guilherme, 1942- II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

06-038-BIE

Título em Inglês: Development cycle of the textile industry in Caxias, MA

Keywords: Economic history, Enterprises – History, Economy, Textile industry

Área de concentração: -----

Títuloção: Mestre em História econômica

Banca examinadora: Prof. Dr. Rui Guilherme Granziera

Prof. Dr. Jose Ricardo Barbosa Gonçalves

Profa. Dra. Lilia Ines Zanotti de Medrano

Data da defesa: 29-07-2003

Programa de Pós-Graduação: História Econômica

À minha mãe, Ione Menezes Graça Teixeira, pela dedicação permanente.

Ao meu pai, Felipe Teixeira Netto, in memoriam.

Aos meus irmãos, Cleuton e Maria de Fatima.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração deste trabalho.



“Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade). (...) O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse ‘sentido do passado’, na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.” (HOBBSBAWM, 1998)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo resgatar o processo histórico de criação e funcionamento das fábricas de tecido, fundadas e instaladas na cidade de Caxias, nos anos de 1883, 1889, 1891 e 1892, Companhia Industrial Caxiense, Companhia União Caxiense, Fábrica Sanharó e Companhia Manufatora Caxiense, respectivamente. Destaca-se a importância histórica da Companhia Industrial Caxiense, por ter sido a primeira indústria de fiação e tecelagem do Estado do Maranhão. Procurou-se compreender o ciclo do desenvolvimento da indústria têxtil caxiense, no quadro do processo de industrialização têxtil no Brasil, e das condições econômicas da Província do Maranhão e da cidade de Caxias, entre o último quartel do século XIX e a primeira metade do século XX. A amplitude do tema exigiu um esforço de busca de documentação identificada nos arquivos da cidade de Caxias e de São Luís-MA, com a qual se teceu os fios deste primeiro trabalho de sistematização.

Palavras-chave: história – história econômica – história empresarial – economia – industrialização – indústria têxtil.

Abstract: Development Cycle of the Textile Industry in Caxias, MA:

This work has had as an aim to retrieve the historic process of the creation and running of textiles factories founded and installed in the town of Caxias by Companhia Industrial Caxiense (1883), Companhia União Caxiense (1889), Fábrica Sanharó (1891) and Companhia Manufatora Caxiense (1892). The historic importance of the Companhia Industrial Caxiense is highlighted for having been the first spinning and weaving industry in the state of Maranhão. We have tried to understand the developing cycle of Caxias textile industry within the scenery of Brazilian textile industrialization, and the economical conditions of the old Province of Maranhão and Caxias town, between the last quarter of the Nineteenth Century and the first half of the Twentieth Century. The amplitude of the theme has demanded an effort in the search of documentation identified in the archives of Caxias and São Luis-MA, with which the treads of this first systematization work have been woven.

KEYWORDS: history – economics history – corporate history – economy – industrialization – textile industry

RELAÇÃO DE ANEXOS

ANEXO I - Reprodução das fotografias dos prédios das fábricas Industrial Caxiense, União Caxiense, Manufatora e Sanharó.

ANEXO II - Estatutos da Sociedade União Caxiense.

ANEXO III - Companhia União Caxiense Exemplo de Registro do Controle do Almoxarifado.

ANEXO IV - Cópias dos Balanços da Companhia União Caxiense.

ANEXO V - Companhia União Caxiense Relação dos Acionistas (1893).

ANEXO VI - Documento de Representação da Associação Comercial do Maranhão (28/06/1886).

ANEXO VII - Relação das Sociedades Anonymas do Estado do Maranhão.

ANEXO VIII - Quadro Demonstrativo de Dispendio e Produção da Companhia União Caxiense e Companhia Manufatora Caxiense.

ANEXO IX - Jornal "Cruzeiro" - Memorando Histórico da Companhia União Caxiense.

ANEXO X - Balanço da Companhia Manufatora Caxiense (31/ 12/ 1893).

ANEXO XI - Ata da Sessão Extraordinária da Assembléia Geral da Companhia Manufatora Caxiense (1894).

ANEXO XII - Livro Caixa da Companhia União Caxiense.

ANEXO XIII - Companhia União Caxiense Registro de Movimento de Combustível (1923).

ANEXO XIV - Companhia União Caxiense Livro do Movimento da Produção do Consumo e das Estampilhas (1926).

ANEXO XV - Ata da Companhia União Caxiense S/A - Agrícola, Industrial e Exportadora (30/04/1980).

ANEXO XVI - Carta do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro de 12/04/1951.

ANEXO XVII - Carteira Profissional da Sra. Elvina Maria da Conceição Funcionária da Companhia União Caxiense.

ANEXO XVIII - Exemplares de Registro de Empregados da Companhia União Caxiense Ano de 1941.

ANEXO XIX - Companhia União Caxiense Exemplar de Folha de Frequência (1895).

ANEXO XX - Companhia União Caxiense Folha de Pagamento – Novembro de 1948.

ANEXO XXI - Companhia União Caxiense Correspondências Comerciais.

ANEXO XXII - Planta Baixa do Prédio de Propriedade da Companhia União Caxiense onde funcionou a Companhia Manufatora Caxiense (Livro de Tombo).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	3
1. RELAÇÕES ENTRE A PRODUÇÃO DO ALGODÃO E A GÊNESE DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL	7
2. MOVIMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL COMERCIAL AO CAPITAL INDUSTRIAL, NO ESTADO DO MARANHÃO E NA CIDADE DE CAXIAS, NO FINAL DO SÉCULO XIX	17
2.1 As fábricas como objeto de mediação desse movimento: primeiras aproximações à sua história	17
2.2 Antecedentes da história de Caxias no século XIX e sua influência no desenvolvimento econômico da região	29
3. CICLO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL CAXIENSE	37
3.1 Dados gerais sobre as quatro fábricas criadas no período de quase uma década- 1883-1892	37
3.2 Companhia Industrial Caxiense: sua fundação, instalação e funcionamento entre 1883 e 1903	38
3.3 Companhia União Caxiense: fundação, instalação, e funcionamento entre 1892 a 1958	70
3.4 Companhia Manufatora: sua fundação, instalação, e funcionamento entre 1892 e 1958	126

3.5 Funcionamento conjugado das Fábricas União Caxiense e Manufatora	135
3.6 Fábrica Sanharó: sua fundação, instalação e funcionamento entre 1891 a 1965	152
3.7 Operários caxienses: condições de assalariamento nas fábricas de tecido	157
4. EVIDÊNCIAS E QUESTÕES SOBRE O FECHAMENTO DAS FÁBRICAS DE CAXIAS	171
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
BIBLIOGRAFIA	191

APRESENTAÇÃO

O conteúdo desta dissertação compreende a síntese possível da investigação sobre o ciclo de desenvolvimento da indústria têxtil caxiense, a partir do contexto da industrialização no Brasil e no Maranhão, articulado às conjunturas internacionais que definiram os rumos do desenvolvimento do capitalismo no território nacional, no final do século XIX e metade do século XX.

Embora tenha adotado originalmente para o projeto de pesquisa o título - Apogeu e Declínio da Manufatura Têxtil na Cidade de Caxias -, ao concluir este texto, optei por renomeá-lo com o seguinte título : ***Ciclo de Desenvolvimento da Indústria Têxtil Caxiense***, para acatar a sugestão muito pertinente de um dos professores do Mestrado de História Econômica do Instituto de Economia, que muito incentivou -me na busca e aproveitamento de fontes primárias, Prof. Dr. Luiz Felipe de Alencastro.

Além dos procedimentos de trabalho utilizados, cujos resultados são de minha inteira responsabilidade, como uma pesquisadora que se inicia nesta área de conhecimento, agradeço a disponibilidade, orientação e apoio permanente do Prof. Dr. Rui Guilherme Granziera, sem o que teria sido impossível finalizar esta produção.

Também considero que foi muito importante o diálogo estabelecido com a Profa. Dra. Lígia Maria Osório Silva e a Profa. Dra. Vilma Peres Costa, que contribuíram para melhor delimitação do trabalho, durante minha participação em Seminários de Tese realizados no Instituto de Economia da Unicamp, sob a coordenação das pesquisadoras citadas.

Agradeço, de modo particular, a leitura cuidadosa e pertinente deste trabalho, que foi realizada pelo Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves e pela Profa. Dra Lília Inés Zanotti de Medrano, que, no momento do exame de qualificação, apresentaram contribuições relevantes para o aperfeiçoamento do conteúdo deste texto.

Além dos professores referidos, agradeço igualmente a todos os docentes do Mestrado em História Econômica do Instituto de Economia, com quem pude apreender e aprofundar os conhecimentos necessários para transitar, de forma menos tímida, nessa área de investigação.

Também foi muito gratificante a convivência com os meus colegas de mestrado, portanto os nossos encontros estão registrados na memória da história do nosso curso, mesmo que não se tenha construído vínculos mais permanentes.

Os funcionários do Instituto de Economia e da Fapesp merecem destaque pela gentileza de suas orientações e pronto atendimento às solicitações feitas durante o percurso de realização deste trabalho, portanto, agradeço a todos e, particularmente, à Aparecida e Alberto. Também o trato atencioso do Daniel, fazendo o seu trabalho de xerocopiar todos os documentos para finalizar esse texto, foi fundamental.

Por último, mas não menos importante, é o registro que se deseja colocar em destaque sobre o apoio técnico e financeiro da FAPESP, que tem sido responsável pelo desenvolvimento de grande parte da pesquisa realizada pelos pesquisadores do estado de São Paulo, mas também, de muitos outros estados da federação, que realizam nas universidades paulistas seus estudos e pesquisas em nível de pós-graduação. Essa contribuição para que se consolidem as bases científicas da pesquisa nacional é de grande relevância para o Brasil.

INTRODUÇÃO

A escolha do objeto de estudo e pesquisa que é analisado neste texto, deveu-se, principalmente, a duas razões que se destacam: a) o caráter inédito da pesquisa sobre as fábricas de tecido da cidade de Caxias; b) a possibilidade de contribuir-se para o desenvolvimento da área de História Econômica do Maranhão, cujas pesquisas existentes ainda não esgotaram a necessidade de maior aprofundamento da análise dos processos históricos, sociais e econômicos que produzem a realidade maranhense, desde os séculos passados.

Diferentemente de um trabalho de investigação historiográfica cujas fontes são essencialmente os estudos e pesquisas já existentes, no caso específico desta pesquisa, as fontes de natureza primária foram privilegiadas, embora seu caráter diversificado e bastante disperso, tenha oferecido um grau de dificuldade maior para realizar-se a pesquisa e a exposição dos resultados.

Essa dificuldade é reconhecida pela maioria dos pesquisadores que se dedica à história empresarial no Brasil, porque diferentemente das condições de organização de acervos e arquivos especializados que preservam as fontes relativas à história de empresas, como ocorre na França e Estados Unidos, que desde o início do século XX, deram início às pesquisas sobre a história econômica, a história dos negócios e das empresas¹, em muitos casos, o que se constata no Brasil, é a destruição e o extravio de fontes preciosas, dado o descaso dos próprios proprietários das antigas indústrias, tal como ocorreu em Caxias – Maranhão, talvez pela impossibilidade de avaliarem a importância histórica dessa documentação.

¹ Lobo (1997) realiza um resgate da História Empresarial, identificando a sua gênese nos Estados Unidos e na França, bem como traçando as diferenças entre a produção que se deriva de uma vertente mais liberal, que trata as empresas de forma isolada do contexto (tradição dos estudos clássicos, do início do século, nos Estados Unidos) e de uma vertente, que tanto do ponto de vista marxista, como da Escola dos Anais, (mais presente na produção francesa), trata da história empresarial compreendida no interior de um quadro mais global das relações econômicas e sociais de uma época. Nesse mesmo trabalho, apresenta uma síntese da produção da história empresarial no Brasil.

Além desse aspecto, a elaboração que exige a construção de “teias, tramas e tessitura” para explicar a indústria têxtil, no século XIX, no Brasil, requer ainda, que se possa identificar as conexões que se estabelecem no nível macro, meso e micro da história e, portanto, da economia e da política, ampliando enormemente a complexidade do estudo a se realizar, o que nem sempre permite que se alcance a condição de apresentar um texto mais completo, do ponto de vista histórico e teórico.

A amplitude do tema aliada à fragmentação das fontes e dos dados exigiu um esforço de busca de documentação identificada nos arquivos da cidade de Caxias e de São Luís, que embora seja volumosa, ainda deixa lacunas, que somente poderão ser superadas em pesquisas posteriores, que tomem como ponto de partida os fios com os quais se teceu esse primeiro trabalho de sistematização que se realizou, focado sobre as fábricas caxienses fundadas e instaladas em 1883, 1889, 1891 e 1892, Companhia Industrial Caxiense, Companhia União Caxiense, Fábrica Sanharó e Companhia Manufatora Caxiense, respectivamente.

Além do recurso da pesquisa documental escrita, também foi adotada a entrevista como procedimento importante, do ponto de vista da história oral, de modo que se pudesse acrescentar alguns aspectos e/ou detalhes sobre o funcionamento das fábricas, não encontrados nos Jornais de Caxias e de São Luís, nas Atas das Assembléias de Acionistas, nos Relatórios das Diretorias, nos Livros Contábeis, nas Fichas de Registro de Funcionários, Folhas de Frequência e nas obras que tratam da indústria no Maranhão, no século XIX e no século XX, e constituem trabalhos relevantes na historiografia maranhense.

Apesar de se enfatizar o uso desse instrumento de pesquisa, foram entrevistados, apenas dois funcionários das fábricas, no período de sua história mais recente, o Sr. Luiz Gonzaga Bayma Pereira, nascido em 1914, portanto com 88 anos, que foi Gerente da Fábrica Sanharó, de 1950 a 1966; e a operária, Elvina Maria da Conceição, nascida em 1919, portanto, com 83 anos, que foi contratada, aos 26 anos, em 1945, para funções no setor de embalagem e no setor mediador, responsável pela costura das fazendas (anterior ao processo de alvejamento), na Companhia de Fiação e Tecidos

União Caxiense S.A. fechada em 1958, embora as últimas atas das assembléias dos acionistas sejam de 1980.

Destaca-se, finalmente, que a motivação original para realizar essa pesquisa está vinculada à minha origem na cidade de Caxias, na qual cresci, ouvindo as histórias contadas pelos mais velhos, acerca das quatro fábricas, que para eles representavam o sinal do progresso alcançado pela cidade, na época em que se destacou no cenário do estado do Maranhão, como uma cidade industrial, no último quartel do século XIX, e na primeira metade do século XX.

A estrutura do texto, que se desenvolve a seguir, foi concebida de um modo em que as análises sobre o objeto não se sobrepusessem a ele mesmo, ou seja, as explicações sobre o Ciclo de Desenvolvimento da Indústria Têxtil Caxiense são elaboradas, mas a história das fábricas em si mesma constitui o fio condutor deste trabalho, tendo sido privilegiadas na exposição do conjunto das quatro indústrias, aquelas em relação às quais foram identificadas as fontes mais consistentes.

Assim, a Companhia Industrial Caxiense e a Companhia União Caxiense, as mais antigas, foram colocadas em primeiro plano no quadro histórico que se intentou apresentar. As fábricas Manufatora Caxiense e Sanharó serão retratadas, de forma breve e superficial, pois embora tenham sido as últimas criadas e instaladas, foram aquelas cuja documentação identificada é mais reduzida e menos substancial.

As pesquisas e estudos clássicos sobre a história da indústria têxtil no Brasil de Canabrava (1951), Stein (1979) e Luz (1975) foram obras de referência básica, para que se pudesse apreender o contexto de surgimento das fábricas de tecido de Caxias - Ma. Assim, as referências teóricas acerca das conjunturas nacionais e internacionais relativas ao desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil são contempladas, remetendo inclusive o leitor à identificação dessas fontes, citadas em notas de rodapé, sem as quais não se poderia compreender a historicidade do próprio objeto da pesquisa.

Entretanto, dados os limites deste trabalho, não foi possível recorrer ao conjunto das obras citadas por Lobo (1997), ao fazer um resgate da produção da história empresarial no Brasil, que apresenta, numa primeira fase, grande concentração na história da indústria têxtil². Ainda assim, destacam-se os trabalhos de Giroletti (1981), Melo (1990), Reichel (1978), Ribeiro (1988), Weid (1986), que foram tomados como referências importantes, de exemplos das análises da história de fábricas de tecidos de várias regiões do Brasil.

Na composição da estrutura do presente texto, são destacados os aspectos da indústria têxtil caxiense, a partir das fontes primárias, cujo conteúdo é, por vezes, reproduzido integralmente, dado o seu caráter inédito para a maioria dos pesquisadores desse tema.

² Lobo considera que “a concentração de trabalhos sobre história empresarial de um setor de ponta, como o têxtil, no período de meados do século XIX à década de 1930, decorre da importância que teve quanto ao valor de investimento, da produção, do pioneirismo tecnológico, sobrepujando a atividade artesanal e manufatureira.” (1997: 224)

1. RELAÇÕES ENTRE A PRODUÇÃO DO ALGODÃO E A GÊNESE DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL.

A gênese da indústria de tecidos no Brasil tanto se deve ao próprio desenvolvimento da industrialização na Europa, e, particularmente, à indústria de máquinas que se desenvolveu com a revolução industrial inglesa, como também à condição de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, vinculado ao mercado internacional, a partir de sua economia agro-exportadora.

As relações econômicas e políticas do Brasil com a Europa foram definidas, desde o período da colonização, quando Portugal subordinou a colônia a um processo de comercialização de seus produtos por seu intermédio, condicionando o Brasil no período de três séculos, (do século XVI ao século XVIII), a se inserir no circuito do capitalismo numa posição subalterna na divisão internacional do trabalho.³

Produzir para exportar e vender a preços inferiores aos valores dos produtos no mercado europeu consistia num processo de valorização constante da riqueza da Coroa, e de sua permanente busca de novas possibilidades de explorar os recursos da colônia, que haviam se tornado fundamentais, dada a sua posição desfavorável frente à França e à Inglaterra, resultante do processo de endividamento acumulado.

Nessa conjuntura desfavorável ao desenvolvimento da colônia, porém igualmente difícil para Portugal, face às suas relações complicadas com as potências vizinhas, foi que se deu o primeiro momento de emergência das condições que favoreceram o processo de independência do país. Foi o deslocamento da família real para o Brasil, fugindo da invasão francesa, que deu início ao fortalecimento das forças econômicas e

³ A divisão internacional do trabalho, que se estabeleceu a partir do século XIX, fez com que os países da América Latina se especializassem na produção de matérias-primas. A produção passou a ser feita em grande escala, com níveis de especialização semelhantes aos que tinham sido proporcionados pela Revolução Industrial à Europa, com uma diferença fundamental: o número de produtos passíveis de serem produzidos nos países não industrializados era bastante pequeno e muito dependente dos recursos naturais desses países. Café no Brasil, cobre no Chile, estanho na Bolívia e assim por diante. (Hardman, Foot & Leonardi, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil. 1995, 43-44).

políticas da colônia. O ano de 1808, como marco desse novo período da história brasileira, foi significativo para que se modificasse o comércio, a produção agrícola e se iniciasse a autonomização da economia da colônia, em relação ao jugo da coroa portuguesa.

Parece paradoxal que a presença de D. João VI no território brasileiro, tenha acelerado a transformação do Brasil num *"império constitucional independente, regido pelo filho do rei de Portugal"*. (Stein, 1979: 21)

A partir de novas possibilidades de desenvolvimento do comércio, foram se tornando mais visíveis os processos de acumulação de capital resultantes da ampliação da propriedade fundiária para o cultivo do algodão, do açúcar e do café, bem como pela extraordinária rentabilidade proporcionada pelo tráfico negreiro.

Segundo Stein (1979:21-23), essas condições produziram impactos negativos, protelando as oportunidades de desenvolvimento da indústria no Brasil. Em síntese, poderiam ser enumerados alguns condicionantes principais: a) a agricultura de plantation baseada na mão de obra escrava que retardou o ingresso de trabalhadores livres, imigrantes, até 1888, quando se deu a abolição da escravatura; b) a economia de plantation favorecida pela valorização dos produtos agrícolas no mercado externo monopolizou os recursos produtivos nacionais e gerou divisas para a importação de produtos manufaturados adquiridos a baixo custo, portanto, prejudicando a fiação e a tecelagem nacionais; c) a concentração do capital de investimento nas mãos da oligarquia agrária que estava associada ao comércio de exportação e importação; d) a opção dos comerciantes, após a abolição do tráfico negreiro, em aplicar seu capital nos negócios que fossem conhecidos e seguros, como a fundação de bancos⁴, a construção de empreendimentos ligados aos transportes (estradas de ferro, linhas de carruagem, navegação costeira); e) a forte presença e influência política exercida pelos

⁴ A história dos bancos, na verdade, foi em nosso país, em geral, uma série de fracassos de pequenos bancos locais. Em 1836 foi criado um banco no Ceará; em 1838, um outro no Rio; em 1846, em São Luís do Maranhão; em 1847 na Bahia, Pará e Pernambuco; em 1851, novamente no Rio, sob os auspícios de Mauá. Todos esses estabelecimentos auxiliavam o comércio, tendo alguns deles faculdade emissora. (Hardman, Foot & Leonardi, Victor, 1995: 65 - 66)

grandes proprietários rurais e dos comerciantes sobre os ministérios do governo imperial.

Nesse contexto, a emergência da indústria como novo ramo de investimento lucrativo, tornava-se muito mais difícil, pois as tentativas realizadas no século XVIII, por exemplo, tinham sido mal sucedidas⁵, pois a oligarquia, segmento dominante, em termos econômicos e políticos, durante o Império, era contrária ao desenvolvimento industrial num país em que “(...) a riqueza real provinha dos frutos e produtos do solo, e não de ‘artesãos ou artífices’. Além disso, “os produtos do solo” constituíam a base do comércio e da navegação do Brasil e de Portugal.” (Stein, 1979:20).

Havia, portanto, uma situação econômica que, até a década de 80, no século XIX, era pouco favorável à expansão de iniciativas relacionadas à indústria emergente. O governo adotava uma política de sustentação da agricultura e do comércio que era impeditiva ao fortalecimento dos industriais, os bancos não facilitavam o crédito para os mesmos, exceto com garantias muito especiais, e os comerciantes mobilizavam a parte mais influente da sociedade contra as aventuras desses “visionários”.

Na realidade, manifestavam-se sinais de uma luta ideológica no âmbito do governo Imperial, que se expressava no impasse entre o liberalismo livre-cambista e a política de intervenção estatal para o desenvolvimento do setor industrial nascente. Esse impasse resultava de uma competição estabelecida entre os representantes dos interesses do capital mercantil por um lado, e, por outro lado, daqueles que representavam o capital industrial.

Apesar da predominância da produção agrícola sobre a manufatura e, portanto, também do comércio sobre a indústria, foi sendo desmistificado o processo de sustentação da riqueza nacional, na medida em que se tornou mais evidente a fragilidade do edifício econômico do país. Stein (1979:26), citando Soares, mostrou que

⁵ Um decreto de 1785, isentava exclusivamente a produção de tecidos ordinários de algodão “apropriados para o uso dos negros e para enfardar ou ensacar mercadorias em geral.” (Stein, 1979 : 20)

o desequilíbrio da balança comercial, apesar do crescimento da produção e exportação do café, no período de 1834 a 1861, saltando de 90.909 toneladas para 210.909, indicava a necessidade de se desvincular a economia brasileira de tantos condicionantes externos, determinados pela exportação de produtos básicos e importação de centenas de outras mercadorias que poderiam ser fabricadas no Brasil.

A circulação de novas concepções, a partir da abertura dos portos brasileiros, depois da instalação da Coroa em território nacional, foi responsável, em parte, por uma participação mais forte do algodão não apenas como matéria-prima para exportação, mas como fundamento de uma indústria têxtil que foi se instalando, apesar de tantos fatores desfavoráveis já enumerados.

“Depois de 1808, muitos brasileiros libertaram-se dos estreitos horizontes intelectuais das leis romanas, dos tratados religiosos e clássicos e das academias poéticas do século XVIII, convertendo-se às idéias de Smith, List, Carey, Mcculloch e Bastiat. Um dos subprodutos dessa imigração de idéias estrangeiras foi a promulgação da tarifa protecionista de 1844 (Alves Branco) que estipulava taxas de 30% para a maior parte dos produtos manufaturados estrangeiros, incluindo os tecidos de algodão. Embora tenha sido promulgada ostensivamente em retaliação aos direitos de importação que a Inglaterra impusera ao açúcar brasileiro, essa tarifa deu aos protecionistas a oportunidade de expor novas teorias econômicas. A proteção que proporcionava foi transitória mas o princípio que corporificava encontrou terreno fértil nas décadas subseqüentes de instabilidade econômica provocada pelo fim do tráfico de escravos em 1850 e as crises comerciais de 1857 e 1864.”(Stein, 1979: 26)

O debate travado entre Tavares de Bastos, defensor do livre-cambismo e Borja de Castro, representante da seção da publicação industrial, da exposição de 1866, sintetiza a polêmica que se reproduziu durante a segunda metade do século XIX, e parece, ainda se fazer presente no cenário da economia brasileira, na atualidade, quando se discute a política de importação e exportação, para o equilíbrio da balança comercial.

Tavares Bastos afirmava que

"a despeito da vontade de alguns de 'precipitar' a indústria manufatureira nacional através de favores governamentais e outros estímulos oficiais, as fábricas brasileiras não passavam de um 'acidente' e a exposição demonstrara que a agricultura era 'a grande, a verdadeira indústria nacional'. De outro lado, Borja de Castro admitia que o Brasil ainda não possuía todas as condições necessárias para se tornar uma nação industrial, porém assegurava " que os artefatos exibidos demonstravam a aptidão do país para a indústria e revigoravam a esperança de que chegaria o dia 'em que a produção manufatureira em larga escala se desenvolveria nesse rico continente.' (Stein, 1979: 29).

A definição da tarifa de 1844, de algum modo facilitou a emergência da manufatura em seu estágio inicial, favorecendo a instalação de fábricas na Bahia, no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Em 1885, eram 48 unidades produtivas existentes, o que significava concretamente a transformação possível da atividade de produção e comercialização do algodão até então predominante, para a atividade de industrialização têxtil.

A evolução desse quadro pode ser analisada a partir dos dados reproduzidos por Stein na Tabela 1 (p. 36)

TABELA 1

Estimativa da Distribuição Geográfica das Fábricas de Tecidos de Algodão Brasileiras, 1866, 1875, 1885 *

Província	1866	1875	1885
Maranhão		1	1
Pernambuco		1	1
Alagoas	1	1	1
Bahia	5	11	12
Rio(Cidade/Provín.)	2	5	11
São Paulo		6	9
Minas Gerais	1	5	13
Total	9	30	48

* Como os dados estão incompletos, essas estatísticas apenas indicam a tendência geral. Fonte: Comissão da tarifa, pp.160, 342; Borja Castro, "Relatório do segundo grupo", p.49; Inquérito Industrial, p. 15; Branner, Cotton in the Empire of Brazil, pp.42-43; Cônsul Rhind, "Prices of an Article", Report, C 9497-2 xcvi (1899), 3.

Alguns elementos da conjuntura econômica dos anos setenta e oitenta, no século XIX, definiram mais fortemente a tendência geral demonstrada na tabela acima.

Segundo Stein (1979:36), esses elementos foram principalmente a erosão do solo que comprometeu progressivamente a terra destinada às culturas agrícolas, a queda dos preços do café no mercado internacional, a escassez de mão-de-obra e o colapso do boom do algodão, após a recuperação da posição ocupada pelos Estados Unidos, com o término da guerra civil.

De fato, o algodão havia definido durante alguns anos o quadro do crescimento das exportações brasileiras, dado que os Estados Unidos estavam impedidos em consequência da Guerra da Secessão Americana, de disputar as melhores posições no mercado internacional. Entretanto, esse boom que havia destacado a cultura do algodão, tanto no sudeste, como no nordeste, foi também responsável pelo seu quase desaparecimento, no período pós-boom algodoeiro.

O quadro das exportações de algodão, reproduzido por Stein (1979) na sua Tabela 4 (p. 58) mostra como se deu esse movimento de expansão e retração.

TABELA 4

Exportações de Algodão do Brasil, 1860-61 a 1875-76

ANO	LIBRAS	ANO	LIBRAS
1860-61	21.467.552	1868-69	90.475.509
1861-62	27.839.360	1869-70	82.113.598
1862-63	34.724.420	1870-71	93.194.298
1863-64	36.089.792	1871-72	181.608.949
1864-65	55.222.976	1872-73	96.424.457
1865-66	92.449.368	1873-74	116.717.697
1866-67	82.243.392	1874-75	92.779.625
1867-68	102.592.339	1875-76	63.664.017

FONTE: Branner, *Cotton in Empire of Brazil*, p.48 . Há discrepância entre as estatísticas de Branner e as que foram publicadas pelo IBGE, *Anuário estatístico. Ano V – 1939/1940*, p.1376. As de Branner foram reproduzidas aqui, pois ele conferiu cuidadosamente as fontes.

Em 1873, como se deu o retorno das exportações americanas, houve uma reação no mercado internacional, produzindo uma queda dos preços do algodão na bolsa de valores de Liverpool, provocando uma desvalorização do algodão brasileiro, principalmente porque o seu cultivo era dispendioso e a sua qualidade era inferior ao produto de outros países.

Nesse contexto desfavorável ao Brasil no mercado internacional, aumentaram os estoques de algodão a baixo custo, o que influenciou muito a expansão das manufaturas têxteis, embora tenha sido um período relativamente curto, pois logo depois essas indústrias também sofriam as conseqüências do desabastecimento e da dificuldade de transporte do algodão dos centros produtores do nordeste até as fábricas do Rio, mesmo quando importavam algodão de São Paulo, por exemplo.

Na realidade, a queda do valor do algodão para a exportação, tornou-o um produto de “cultura marginal”, “uma lavoura de pobre”, frente à produção do açúcar e do café. Embora fosse muito rudimentar o processo de seu cultivo, as etapas do descaroçamento e de seu transporte incentivaram a expansão dos negócios dos comerciantes, que instalavam as máquinas de descaroçar, para realizar a venda do produto para os exportadores, ou para os fabricantes do Rio. Os comerciantes auferiam lucros muito mais significativos com o processo de beneficiamento do algodão do que o lavrador do norte e do nordeste.

Stein (1979: 61) retrata essa condição vantajosa do intermediário entre o cultivador e o exportador, explicando como se realizava o processo técnico de beneficiamento do algodão, fazendo-se uso das prensas rústicas de madeira. “*Sob a pressão de um parafuso atarraxado manualmente, as prensas soltavam fardos de 75 quilos que eram ensacados, enrolados com cipós e transportados por trem até o mercado mais próximo.*”

O comerciante local vendia seu produto para os exportadores de Pernambuco e Fortaleza através dos corretores, que eram seus agentes. Outros faziam suas vendas

diretamente negociadas com os exportadores, de quem adquiriam outros produtos. Os fabricantes do Rio adquiriam dos corretores estabelecidos na cidade os seus estoques de algodão, e somente algumas fábricas faziam contato direto com os produtores de Pernambuco.

"No final da década de oitenta, as fábricas têxteis do centro-sul do Brasil estavam começando a se transformar no principal ponto de apoio dos lavradores de algodão do norte, cujos ganhos permaneciam baixos. Enquanto as fábricas do sul aumentavam o consumo de algodão nacional em mais de 300% entre 1872 e 1893 (de 17.319.000 para 60.000.000 libras), a produção de algodão em rama cresceu apenas 61% (de 74.686.700 para 122.119.538). (Stein, 1979:61)

Entre a primeira metade do século XIX e a sua segunda metade, foi se delineando a presença das indústrias têxteis no mercado nacional, apesar de todas as dificuldades acima referidas, que ainda se ampliavam mais, se considerarmos os aspectos técnicos relativos à compra e instalação de máquinas importadas, à escassa presença de mão-de-obra para trabalhar com esse equipamento e, portanto, o enfrentamento de relações de trabalho nem sempre favoráveis ao proprietário da indústria, como também sempre muito difíceis para os trabalhadores de um modo geral.

Apesar de todas essas dimensões e circunstâncias, foram se estabelecendo as fábricas de tecido em todas as regiões do país, como um segmento associado diretamente à produção do algodão, e, portanto, também ao capital mercantil individual, transformando-se, posteriormente, em sociedades anônimas, que tornaram-se muito numerosas na economia nacional.

As primeiras fábricas de tecidos de algodão surgiram na Bahia. Até 1837, funcionou a fábrica Conceição, de Domingos José Amorim, que para mantê-la associou-se a Domingos Gomes Ferreira; em 1840, um indivíduo instalou a fábrica Queimado, tendo vendido-a, em 1844, para Paulo Pereira Monteiro. Em Valença, em

1844, instalou-se a Fábrica Todos os Santos, fundada pelos comerciantes Antônio Pedroso de Albuquerque, Antônio Francisco de Lacerda e o norte-americano J. Guillmer, que se reuniram sob o título de Lacerda & Cia. Em 1857, Joseph Revault, contratado como engenheiro responsável pela instalação da Queimado, tornou-se sócio-gerente da fábrica Modelo.

Em 1873, o Barão de Piracicaba, Ângelo Custódio Moraes e Luís Antônio Anhaia, fundaram a fábrica São Luís, em Itu - S.P. Também Anhaia fundou outra fábrica, em 1884, no Bairro Bom Retiro, em São Paulo.

No começo dos anos setenta, Antônio Felício, Joaquim Felício dos Santos, um sobrinho e outro comanditário reuniram-se numa empresa intrafamiliar e instalaram a Fábrica Beribery, em Minas Gerais, na região de Diamantina, sob a denominação Santos & Cia.

Em 1850, a Fábrica Santo Aleixo foi instalada no Rio, sendo feito o seguinte registro por um engenheiro, conforme assinala Stein (1979:54), *"funcionava num prédio simples, porém de construção elegante; sua maquinaria moderna e bem montada, movida a água, opera regularmente seus cinqüenta teares (somente vinte e dois estão em uso agora) produzem entre 1.200 e 1.400 varas (1.320 e 1.540 metros) de tecidos, diariamente, e empregam 116 trabalhadores de ambos os sexos."* Em 1878, um dos irmãos Santos com mais dois sócios, criou a Santos, Peixoto & Cia. que construiu a fábrica Pau Grande no Rio. Um empresário cubano, Bernardo Caymari, estabelecido no Brasil, foi o responsável pela criação da Petropolitana, entre 1875-1883, na cidade de Petrópolis. A Brazil Industrial também foi criada nos anos setenta, bem como a América Fabril (1878) e a Progresso Industrial do Brazil, o que colocava a província do Rio numa situação de destaque pelo número de indústrias têxteis em funcionamento, embora nem todas tivessem se mantido em boa condição por um período muito longo, dadas as dificuldades já enumeradas.

Foi também, na segunda metade do século XIX, mais exatamente no último quartel, que foram criadas as indústrias têxteis do Maranhão, a exemplo do que vinha ocorrendo em outras províncias do Nordeste. São objeto da pesquisa que se empreendeu, as fábricas de tecido da cidade de Caxias – Maranhão, que assumiram uma posição de vanguarda na economia dessa província.

2. MOVIMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL COMERCIAL AO CAPITAL INDUSTRIAL, NO ESTADO DO MARANHÃO E NA CIDADE DE CAXIAS, NO FINAL DO SÉCULO XIX.

2.1- As fábricas como objeto de mediação desse movimento: primeiras aproximações à sua história.

As fábricas de tecido da cidade de Caxias, criadas e instaladas no período de 1883, 1889, 1891 e 1892⁶, Companhia Industrial Caxiense, Companhia União Caxiense, Fábrica Sanharó e Companhia Manufatora Caxiense, respectivamente, constituíram um parque industrial avançado no interior do Maranhão, antes mesmo que se instalassem indústrias têxteis na capital do estado, São Luís.

Essa situação histórica datada e localizada numa região distante dos centros mais desenvolvidos do nordeste, sudeste e sul, merece ser compreendida, superando-se os limites de uma concepção regionalista, conforme alerta Cano (1985), ao realizar o seu estudo sobre os desequilíbrios regionais e a concentração industrial.

Apesar do referido autor ter delimitado seu estudo ao período de 1930 a 1970, faz uma crítica à concepção de regionalismo que poderia considerar-se também adequada para outros períodos históricos, porque trata de uma indicação fundamental, do ponto de vista metodológico. Segundo Cano, *“persistem, no trato da questão regional equívocos e mitos que não só permeiam parte do trabalho acadêmico voltado para o tema, como se prestam, às vezes propositadamente, a obscurecer o correto entendimento político da questão.”* (1985:27)

O que se realizou no Maranhão, em termos de industrialização têxtil, como o desenvolvimento avançado de um setor moderno no contexto de uma economia marcadamente centrada na agricultura, no final do século XIX, provoca uma indagação,

⁶ Houve anteriormente o registro da data de 1893, relativa ao surgimento da Companhia União Caxiense, entretanto, novas pesquisas em jornais, mostram que a data correta é 1892.

já respondida em grande parte por Cardoso de Mello (1986), quando analisa a passagem da economia colonial à economia exportadora capitalista, desvendando a relação entre fatores internos e externos que impulsionaram esse processo no Brasil.

Tomando-se o raciocínio de Mello, ao desenvolver sua análise sobre o capitalismo tardio, poderá se perseguir a hipótese de que o estado do Maranhão desenvolveu um parque manufatureiro sem que tivesse “bases materiais de acumulação capitalista” para consolidar esse setor industrial, mediante um processo continuado de implementação de medidas que garantissem a sua modernização e transformação produtiva.

De acordo com a lógica da análise de Cardoso de Mello, é fundamental adotar os seguintes pressupostos para organizar a análise histórica sobre o desenvolvimento econômico do estado do Maranhão e do parque manufatureiro que se instala, predominantemente, na cidade de Caxias. No seu estudo acerca da produção cafeeira, são destacados os seguintes aspectos: “1) *investigar as origens do capital dinheiro que a ele se dirigiu*; 2) *examinar a existência e a mobilização dos recursos produtivos*; 3) *considerar o nascimento e o “sentido” da demanda externa por café, que, em última análise, lhe confere o caráter mercantil.*” (1986:53-54)

No caso maranhense, em lugar do café estava o algodão, cuja produção, mesmo tendo sido importante para se instalar e expandir a indústria têxtil, foi insuficiente para que se tivesse a matéria-prima necessária ao processo de crescimento da produção e da exportação dos tecidos, à medida em que crescia a demanda de mercadorias para o consumo dos trabalhadores, como é o caso dos panos, e também, de alimentos e calçados, tanto para o mercado interno como para o mercado externo.

O Brasil, tanto quanto os Estados Unidos, tornou-se grande produtor de algodão, no decorrer do século XIX, dada a crescente demanda de matéria-prima da indústria têxtil européia. Entretanto, a Guerra Civil Americana (Guerra de Secessão nos Estados Unidos, em Abril de 1861) produziu a queda das exportações dos Estados Unidos, o

que favoreceu o crescimento da produção algodoeira de outras regiões nos diferentes continentes, como Brasil, Egito, Turquia e Índia.

“O acréscimo dos suprimentos de algodão da Índia, do Egito, da Turquia, como do Brasil, estavam ligados aos esforços realizados pelos ingleses, em várias partes do mundo para incrementar a produção algodoeira no Brasil, de modo a enfrentar o problema criado pela queda das exportações norte-americanas. Aliás, a Inglaterra foi o único país da Europa que se interessou vivamente em desenvolver a produção algodoeira no Brasil. (Canabrava, 1951: 7)

No quadro da produção brasileira, destacou-se o Maranhão que, em 1872, muito contribuiu para o aumento das exportações de algodão, porém a sua efetiva participação é muito anterior a essa data, pois *“... a primeira remessa de algodão brasileiro para o exterior data de 1760; provém do Maranhão que este ano exporta 651 arrobas.”* (Mesquita, 1987: 48-50). Entretanto, ainda foi anterior a 1760, a primeira remessa de algodão, que ocorreu através da Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão Pará, em 1756.

A economia algodoeira maranhense apresentava qualidade reconhecida no mercado interno e externo, de tal modo que ocupava lugar de destaque em termos da economia nacional, ao mesmo tempo, que o algodão se constituía como moeda nas transações comerciais da economia local.⁷

À expansão dessa cultura deve-se associar a ampliação dos latifúndios, originários do processo histórico de doações das sesmarias, e do trabalho escravo, ambos elementos impulsionados e, também impulsionadores do acúmulo de capital comercial.

⁷ “Até a primeira metade do século XVIII, os novelos de lã substituíam as moedas, quando, com a Guerra da Independência dos Estados Unidos, a principal fonte fornecedora de algodão à Inglaterra, a exportação de algodão maranhense cresceu, os novelos foram substituídos por moedas, especialmente moedas de ouro, como meio circulante, resultantes do saldo líquido significativo no comércio exterior.” (Mesquita, 1987:55)

Mesquita, ao analisar o desenvolvimento do ciclo da produção algodoeira do Maranhão, destaca que,

“Quanto mais rentável se encontrava a atividade agrícola, mais trabalho se incorporava no campo, mais se capitalizava a propriedade onde se realizava a lavoura de exportação. Valorizava-se a propriedade fundiária, tornando-a uma mercadoria cujo preço era uma função da própria rentabilidade, da renda nela capitalizada e do nível geral do lucro.” (1987:94)

Além da propriedade fundiária, o investimento feito no trabalho escravo era de fundamental importância para garantir o monopólio comercial da região, como bem avaliou a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão⁸, que importou 12.500 escravos, de modo a garantir não apenas a cultura do algodão, mas também do café, cravo, cacau e arroz. (Mesquita, 1987:54)

Em 1822, segundo Tribuzi, *“o total era de 84.629 cativos para 2.683 proprietários rurais e possibilitava uma produção avaliada por Pereira Lago em 1.891:271\$846, cujos principais itens eram: 3.391 toneladas de algodão em pluma e 6.000 toneladas de arroz, estimativa que consideramos subestimada e estimamos o valor em mais de 3.000:000\$000.” (1981:14)*

Apesar do destaque que alcançou a produção algodoeira do Maranhão⁹, somente superada pelo volume exportado por Pernambuco no final do século XVIII¹⁰, Furtado (1980) avalia que o desenvolvimento da economia do Maranhão nesse período era, de certa forma, mais dinamizado por uma falsa euforia, do que propriamente pelo acúmulo de capital, que pudesse ocorrer nesse circuito da produção destinada à

⁸ Pombal empenhou-se em favorecer os colonos do Maranhão que eram adversários dos Jesuítas pela contradição que entre eles se estabeleceu na luta pela escravização indígena. A capitalização da região, através da companhia de comércio, garantiu ao mesmo tempo, que se alterasse “a fisionomia étnica da região, pela importação em grande escala de mão de obra africana”. FURTADO (1980:91)

⁹ Entre 1759 e 1821 cresceu a exportação de algodão do Maranhão de 10 toneladas para 3.392 toneladas, segundo o Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão citado por TRIBUZI (1981:14)

¹⁰ Caio Prado Júnior no seu livro História Econômica do Brasil ao tratar do tema “Renascimento da Agricultura”, no capítulo do mesmo nome, faz referência à produção algodoeira desenvolvida no Maranhão: “A primeira remessa de algodão brasileiro para o exterior (com exclusão daquela remessa pequena e intermitente exportação do século XVI...), data ao que parece, de 1760, e provém do Maranhão que neste ano exporta 651 arrobas.” (1981: 82)

exportação, cuja lógica de transação se definia no mercado europeu e não no âmbito da economia colonial.

A partir do mesmo ponto de vista, Tribuzi admite que as raízes do “boom” econômico colonial maranhense já traziam os elementos que produziram a sua decadência em curto espaço de tempo. Na sua análise sobre a formação econômica do Maranhão, destaca cinco principais causas dessa oscilação no desenvolvimento maranhense:

- “– o crescimento da economia se fazia comandado ‘de fora’ e ‘para fora’ (era dirigido pelo monopólio da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão e visava criar excedentes exportáveis para o Reino de Portugal, onde a CGCGPM multiplicava seus lucros na reexportação;*
 - o sistema escravista impediu o surgimento de um mercado interno significativo – (a composição da população em 1822 era de 85.000 pessoas livres e 90.000 escravos).*
 - a exclusão de 2/3 da população dos direitos da gente livre e a alta concentração da renda da população livre, (a vida econômica girava em torno de poucas centenas de famílias que monopolizavam a terra e os escravos), permitiam criar maciços excedentes exportáveis dos produtos de demanda externa forte e condicionava o modelo monocultor; do mesmo passo que transferia a quase totalidade da renda gerada para a metrópole e impedia a diversificação da economia e a criação de uma infra-estrutura social.*
 - entre os fatores de transferência de renda à metrópole, tinham peso também os fretes.*
- O transporte de uma arroba de algodão (cujo preço no Maranhão variou de 2\$800 a 7\$200 para a metrópole custava \$800);*

- *as proibições metropolitanas impediam qualquer potencial de atividade econômica que não fosse a produção agrícola (ou agro-indústria rudimentar) e o comércio varejista (o grossista era o monopólio da Companhia) com o que se manteve rudimentar o sistema produtivo;*
- *o sistema escravista propiciava adicional fluxo de exaustão da renda gerada no Maranhão de vez que eram os negros adquiridos obrigatoriamente da Companhia Portuguesa, como instrumentos de trabalho.” (1981:15 -17)*

As análises sobre a história econômica do Maranhão, produzidas por pesquisadores locais, como Tribuzi e Mesquita, enfatizam o redirecionamento da produção agrícola do Maranhão para o cultivo da cana de açúcar, que, aliás, foi iniciado muito antes da decadência da produção algodeira.

O Presidente da Província, Joaquim Franco de Sá, adotou medidas governamentais para estimular a expansão da indústria açucareira. Em 1847, estabeleceu a cobrança de sobretaxa para o açúcar importado de outras províncias; solicitou do Ministério a concessão de um prêmio de 30 contos de réis para o agricultor que produzisse acima de 1000 arrobas e transportou de Caiena mudas de cana de qualidade superior, para distribuir aos produtores rurais, gratuitamente. Também incentivou a modernização dos engenhos, através de campanhas na imprensa que mostravam a vantagem de substituir a tração animal por modernas maquinarias de engenho. (RIBEIRO, 1990: 42- 43)

Esse deslocamento para a atividade de plantação de cana¹¹, em virtude da estagnação dos preços do algodão no mercado internacional, somente ligeiramente elevados no período em que se deu a Guerra da Secessão e a Guerra Brasil-Paraguai, definiu um ciclo açucareiro de curta duração, que saiu do total de 6.900.000 kilos de açúcar exportados em 1875, para 1.000.000 em 1917.

¹¹ Entre a década de 1860 e 1870, o número de engenhos cresceu para 500, representando um aumento de 21,95% no total de engenhos dos anos sessenta. (Ribeiro, 1990:50)

Novamente, um grande investimento realizado pelos donos de engenho no sentido da modernização de suas unidades agro-industriais, produziu uma crise financeira dos empresários¹². Já não era mais possível contar com a mão-de-obra escrava, a partir de 1850, quando cessa o tráfico negreiro por imposição da Inglaterra¹³ e, portanto, não conseguiam produzir o suficiente para pagar as dívidas contraídas para a compra dos equipamentos utilizados nos modernos engenhos¹⁴.

O Engenho Central de São Pedro pode ser um exemplo emblemático do processo de modernização que resultou em fracasso. Sua inauguração ocorreu no dia 16 de agosto de 1884, tendo sido construído e instalado com a presença de uma equipe de técnicos ingleses da firma inglesa – Fawcett Preston & Co. – na qual foi adquirida toda a maquinaria do engenho. Logo após alguns anos de funcionamento, em 1913, o empreendimento faliu. (Ribeiro, 1990:78)

Os produtos da agricultura maranhense, como o algodão e depois o açúcar, tiveram que enfrentar os concorrentes no mercado internacional, com os quais não podiam competir, dada a imensa diferença da qualidade do produto exportado pela província. De um modo geral, a qualidade era inferior, devido inclusive à condição técnica e tecnológica deficiente comparada à de outros países.

De acordo com a análise de Ribeiro,

“ ao iniciar-se a segunda metade do século, a agricultura do Maranhão continuava presa a processos rudimentares de produção, sem a adoção de métodos e implementos agrícolas mais modernos. O baixo nível tecnológico, tanto na fase agrícola quanto na de industrialização, refletia-se, assim, não só na quantidade-qualidade do produto, mas também na elevação dos custos de produção. Apenas uma pequena minoria, dentro do

¹² A receita provincial para o exercício de 1863-1864 que fora de 745:505\$824 rs., para o exercício de 1867-1868 atingiu apenas 658:000\$000 réis. (Melo, 1868, p.24-5, relatório)

¹³ Do Bill Aberdeen dispositivo pelo qual o Parlamento inglês ampliou os poderes da Marinha britânica de intervir no comércio negreiro, resultaram as leis de 1850 (Eusébio de Queiroz) e 1854 (Nabuco de Araújo) que proibiram o tráfico de escravos

¹⁴ Segundo Viveiros, havia ainda um agravante que decorria do modo como havia se constituído a classe dos senhores de engenho. Diz o historiador: “O Senhor de engenho era uma classe nova, que aparecia no meio rural da Província. Envaidecida, adquiria hábitos de opulência, ficava um tanto perdulária”. VIVEIROS (1954:v.2, p.205)

grupo de lavradores ligada à produção agroexportadora, procurou investir em novas tecnologias. A maioria, em especial, composta de médios e pequenos proprietários, ficava à margem do processo de modernização em face da crise econômica.”
(Ribeiro, 1990:66)

Além desses fatores, acrescentava-se mais uma desvantagem que decorria do uso extensivo da terra, possibilitando o seu esgotamento e a devastação de áreas cada vez maiores e inacessíveis, onerando ainda mais a produção com o custo do transporte de regiões tão distantes dos rios e do litoral.

A crise do setor agrícola não deixava alternativas aos empresários comerciais e rurais do Maranhão, que conseguiram salvar parte do capital, quando se deu a derrocada do processo de expansão das culturas do algodão e do açúcar. Eles voltaram suas expectativas para a indústria, que havia iniciado um ciclo de desenvolvimento, embora fosse ainda muito incipiente, principalmente, pela falta de uma política econômica do governo nacional que decidisse apoiar os empreendimentos industriais.

As controvertidas medidas adotadas no fim do Império e início da República, relativas à definição das taxas de câmbio e às tarifas alfandegárias, ora favoreciam a agricultura, ora pareciam inclinar-se ao atendimento das demandas do setor industrial emergente no Brasil. A mais forte reivindicação dos industriais era para que o Estado adotasse uma política protecionista, que favorecesse suas transações no mercado interno e externo. Ocorria, entretanto, ao mesmo tempo, uma resistência ferrenha dos liberais por um lado, e dos fisiocratas por outro, que por motivos distintos combatiam o protecionismo fiscal ao setor da indústria de artefatos recém-criada.¹⁵

Luz (1975) retoma o histórico da oscilação dessas medidas, e ao comentar a tarifa decretada em 1879, faz um resgate que mostra o quanto se debatiam as forças

¹⁵ Tentando conciliar uma série de interesses antagônicos, a tarifa de 1879 não foi muito satisfatória em relação a vários desses interesses, mas acalmou os industriais. Os adversários do protecionismo, entretanto, não silenciaram suas críticas e movimentaram-se para obter a anulação dos resultados conseguidos na pauta de 1879. Em face dessa ameaça que se concretizou, em meados de 1880, quando foi nomeada nova comissão para rever a tarifa alfandegária, a indústria resolveu, afinal, congrega-se. (LUZ, 1975:56)

políticas e econômicas no final do século XIX, na tentativa de fortalecer setores da economia de forma isolada, como se fossem independentes entre si e, mais do que isso, como se tivessem uma autonomia em termos de suas transações no mercado mundial.

A tarifa de 1879 elevou os direitos adicionais sobre a importação, que estavam fixados em 50% em 1878, e que eram anteriormente equivalentes a 40%, segundo a tarifa Rio Branco. Porém, em 1880 estava constituída nova comissão para rever a pauta alfandegária, existindo uma tendência para reduzir, mais uma vez, a tarifa de direitos adicionais sobre a importação, o que desfavorecia os empresários da indústria.

Nesse contexto, foi constituída uma Associação Industrial, reunindo vinte e uma firmas industriais, que anunciou, mediante várias manifestações pela imprensa, e discursos proferidos na Associação Comercial, que seu objetivo de defesa dos interesses da classe, também correspondia à defesa dos interesses do país, pois “..... *só na proteção da indústria nascente do país, a exemplo do que têm feito outras nações, vejo o meio de criar-se o comércio nacional, e melhorar o estado da fazenda pública.*” (Luz, 1975:57)

Os problemas apontados pelos industriais eram, particularmente, os que decorriam da instabilidade da tarifa aduaneira. De fato, a organização do setor industrial dependia das importações e das exportações e, justamente, esse processo era continuamente atingido pelos avanços e recuos de uma política de desenvolvimento da economia nacional.

Ainda que tenha se constituído a Associação Industrial e possam ter se destacado os seus líderes, como Antonio Felício dos Santos, que foi seu presidente, em 1881, uma nova pauta executada em caráter provisório, “*reduziu os direitos sobre as matérias-primas com o objetivo de desenvolver e contribuir para a prosperidade da indústria nacional, mas por outro lado diminuiu também os direitos sobre artigos*

similares aos fabricados no país, o que irritou consideravelmente os industriais.” (Luz, 1975:58)

Na realidade, como um grande número de industriais era representante de fábricas, muitas delas ainda restritas a um processo artesanal de produção, tais como tecidos, chapéus, velas, produtos químicos, construções navais, fundições, etc..., o debate que se desdobrava na Assembléia Legislativa, fazia crítica às medidas de proteção que se voltavam para meia dúzia de fabricantes, que na realidade não tinham condição de atender às demandas de consumo de grande parte da população.

O embate que se realizava entre os protagonistas do capital mercantil por um lado, e do capital industrial por outro, no período da passagem da Monarquia para a República, poderia indicar que no processo histórico de transição da economia predominantemente agro-exportadora, para a instalação de suas primeiras unidades produtivas do setor industrial, pudesse se dar uma cisão entre esses setores, como se estivessem funcionando de forma autônoma, em relação ao mercado mundial e à divisão internacional do trabalho. Essa possibilidade de interpretação da situação histórica, certamente, poderia produzir certo grau de distorção acerca da realidade da economia nacional e internacional, cuja articulação foi fortemente construída desde os primórdios da colonização do Brasil.

Entretanto, esse tipo de pensamento foi predominante, no final do século XIX e início do século XX, quando se debatiam os representantes da oligarquia agrária e os representantes do pensamento industrial de então.

Segundo os defensores da industrialização,

“os livre-cambistas, contrários aos salários altos, ‘apregoam que os países novos devem dedicar-se apenas a desenvolver a agricultura, suprimindo a deficiência de braços pela imigração, e ao mesmo tempo estabelecem que por esta forma se gozará das vantagens do salário baixo...’ No entanto, eles esquecem que o

'nosso país, que se apregoa ter sido e que deseja que continue a ser essencialmente agrícola, importa arroz, feijão, milho, cevada, batatas, cebolas, trigo, frutas, etc.'. E outra coisa, 'a verdade é esta: nós não temos sido essencialmente agrícolas; temos sido essencialmente pobres, imprevidentes e ingênuos' . Afinal, é nocivo o argumento do comércio quando se mostra favorável à alta do câmbio, porque a medida ' agrava muito mais a subsistência dos pobres consumidores' ; é preferível maiores medidas protecionistas ao artifício cambial ruinoso para o Tesouro e que nenhum melhoramento traz à economia nacional (Apresentação de Luis R. Vieira Souto ao Boletim do Centro Industrial do Brasil, 1º. volume, 1904) IN : Carone (1977:8)

Por outro lado, um dos argumentos mais difundidos pelos defensores da agricultura sustentava-se no fato de que a indústria se dividia em duas categorias: artificial - porque dependente da importação de matéria-prima, e, natural - porque seu funcionamento estava diretamente relacionado ao consumo dos produtos nacionais. (Carone, 1977)

Essa afirmação era rebatida pelos industriais que apresentavam a própria Inglaterra, líder da industrialização mundial, como importadora de 80% da matéria-prima que utilizava na sua produção.

Nessas circunstâncias históricas, os empresários maranhenses tomaram a iniciativa de dar a largada ao processo de industrialização que, de seu ponto de vista, poderia possibilitar-lhes a sua recuperação financeira bastante crítica pelo declínio da produção e exportação de algodão e cana de açúcar.

Utilizando-se o conceito de artificial noutro sentido, não como uso de matéria-prima importada, mas como desenvolvimento de um setor da economia, sem sustentação de base monetária, como afirmava Murtinho, um dos representantes do pensamento nacionalista, analisado por Luz (1975)¹⁶, talvez coubesse perguntar se o

¹⁶ Luz, ao analisar o processo de industrialização nacional em seu livro – A luta pela industrialização do Brasil – resgata o conceito de indústria artificial e de indústria natural utilizado por Joaquim Murtinho um dos típicos representantes de uma das correntes do pensamento nacionalista

caso das manufaturas têxteis caxienses, poderia ser considerado como um exemplo típico de “indústria artificial” ?

Para Viveiros, essa movimentação intensa de capitais que se deslocavam para o setor industrial inexistente naquela província, daria início ao que denominou de “*vertigem das fábricas*”, “*loucura da época – transformar o Maranhão Agrícola em Maranhão Industrial*” (Viveiros, 1954, V.2, p. 558)¹⁷

Esse movimento estimulou, segundo Tribuzi, “*investimentos de 20 mil contos, atraiu 11 contos de poupança rural e traduziu-se no seguinte parque industrial: 10 indústrias de fiação e tecidos, 1 de fiar algodão, 1 de tecido de Cânhamo, 1 de tecido de lã, 1 de cerâmica, 4 de pilar arroz, 2 de pilar arroz e fazer sabão, 1 de sabão, 2 de açúcar e aguardente, 1 de meias, 1 de fósforo, 1 de chumbo e pregos, 1 de calçados.*” (1981: 22-23)

No contexto de criação dessas indústrias, estão localizadas as fábricas de tecido da cidade de Caxias, que em 1896, sofriam os impactos de uma economia decadente em toda a província, embora ainda registrasse certa movimentação financeira produzida pela presença das indústrias.

Em Caxias, considerada a cidade mais importante depois de São Luís, estavam em funcionamento, na segunda metade do século XIX, 57 lojas, 16 quitandas, 2 hotéis, 4 fábricas de charutos, 2 fábricas de cigarro, 2 de sabão, 5 funilarias, 2 lojas de calçados, 5 ferrarias, 2 fábricas de descaroçar algodão, 2 tanoarias, 2 padarias, 2 salgadeiras, 5 olarias maiores e 3 menores, 2 curtumes, com tratamento de peles para exportação, várias alfaiatarias e ourivesarias. (Torres, 1998: 30)

analisado pela autora em sua obra. Segundo Murtinho, a indústria artificial, que requeria a proteção do Estado, se opunha aos princípios do liberalismo, portanto, somente a indústria natural, poderia se desenvolver sozinha. (1975:84)

¹⁷ No Diário do Maranhão datado de 01/03/1895, o articulista Ignotus reputava a montagem de novas fábricas no Maranhão como uma verdadeira loucura e afirmava: “Ora isto na quadra actual, com câmbio de 10 d.. sobre ser uma temeridade que pode trazer consigo a ruína de todos, é um verdadeiro erro económico senão uma loucura. O que mais admira é a facilidade com que tem sido lançadas na praça este alluvião de companhias e como tem aparecido subscriptores para ellas!...”

Neste contexto da economia local da província do Maranhão que, de forma artificialmente acelerada, expandia-se mediante o processo de implantação da indústria têxtil, torna-se necessário apresentar dados que possam fornecer um quadro mais preciso das condições históricas da cidade de Caxias, no final do século XIX, para que se explicitem as formas de articulação dos diversos setores de produção e como essa atividade localizada nesse município foi integrando-se ao circuito regional, nacional e internacional da produção, distribuição e comercialização de produtos manufaturados, mediante a venda, no mercado nacional, dos tecidos que passaram a ser produzidos nas fábricas da cidade, bem como pela importação de maquinários e de técnicos de outros países como a Inglaterra e os Estados Unidos.

2.2- Antecedentes da história da cidade de Caxias no século XIX e sua influência no desenvolvimento econômico da região.

Um breve resgate da história de Caxias mostra que era, juntamente com São Luís e Alcântara, uma das três comarcas criadas pelo Alvará de 31 de outubro de 1811, que fazia realizar-se a Resolução Régia do Príncipe Regente D.João de agosto de 1811. Foi esse mesmo Alvará que a elevou à condição de vila da província do Maranhão. O Alvará de 13 de maio em 1812 instalou o Tribunal da Relação do Distrito de São Luís, que ia do Rio Negro (Amazonas) ao Ceará Grande.

Em documento que é parte da coleção de Leis de Nabuco, foram identificadas informações importantes sobre os primórdios da cidade de Caxias, que merecem ser reproduzidas. Transcreve-se o mesmo com a finalidade de acrescentar o conteúdo histórico da constituição da Vila, em 27 de julho de 1811.

“Eu o Príncipe Regente faço saber aos que este alvará virem, que tendo-me sido presente em consulta do Conselho Ultramarino, os justificados motivos pelos quais merecia ser criado em Vila o Julgado do Arraial das Aldeias Altas da Comarca e Capitania do Maranhão a ser exercitada a jurisdição cível, crime e dos órfãos no seu território, por um Juiz letrado; o qual, em resolução da mesma consulta, houve logo por bem nomear e sendo-me também presente, em consulta da Mesa do Desembargador do

Paço deste Estado do Brasil, que havendo eu nomeado outro Juiz de Fora para o referido lugar, houvesse por bem se expedissem os despachos necessários para ter efeito a sobredita graça; e conformando-me com o parecer da mesma consulta, hei por bem fazer mercê aos moradores do Julgado das Aldeias Altas de o criar em Vila, com a denominação de Vila de Caxias das Aldeias Altas; e criar na mesma Vila um lugar de Juiz de Fora, do Cível, Crime e dos Órfãos, para exercitar a jurisdição ordinária que ao mesmo cargo compete na forma das leis do Reino.

Na sobredita Vila de Caxias das Aldeias Altas será a Câmara composta de três Vereadores e um Procurador, e cuja eleição se procederá, e à eleição de dois Juizes Almotacés, os quais observarão os regimentos que lhe são estabelecidos pelas ordenações e leis do Reino. E a dita Vila gozará de todos os privilégios, prerrogativas, autoridade e franquezas que pelas minhas leis competem às outras Vilas; e os seus moradores concorrerão com os das mais Vilas daquela Comarca e deste Estado, com os mesmos privilégios e isenções, sem diferença alguma, exceto naqueles que precisam de graça especial. E concluídos que sejam os atos necessários da criação e mais estabelecimentos, poderão requerer, e se lhes passará a carta em forma por mim assinada e passada por minha Chancelaria para seu título.

O termo da mesma Vila será composto do Julgado das Aldeias Altas, do Julgado de São Bernardo do Parnaíba e do Julgado de Pastos Bons, enquanto eu assim o houver por bem; e os moradores de todos eles gozarão dos mesmos privilégios dos moradores da dita Vila de Caxias e seu termo, para entrarem nos cargos da governança dela sem diferença de uns a outros, além do que prescreve a lei do Reino; ficando extintos os Juizes de Julgado, e elegendo-se os Juizes dos lugares na forma de ordenação.

O Juiz de Fora terá o ordenado, propinas e emolumentos que pelo alvará de 8 de maio de 1811 fui servido estabelecer para o lugar de Juiz de Fora das Vilas da Parnaíba e Campo Maior, que é confinante. E hei outrossim por bem de criar na mencionada Vila de Caxias dois ofícios de Tabelião do Judicial e Notas, a um dos quais serão anexos os ofícios de Escrivão da Câmara e Almotacés, e ao outro o de Escrivão dos Órfãos; assim como também haverá os ofícios de Alcaide e seu Escrivão, que hei por bem criar, os quais serão providos na forma da ordenação de leis do Reino. E os rendimentos e patrimônios de dita Vila poderão estabelecer-se na forma concedida para as outras Vilas pelo alvará de 27 de julho de 1811.

E este se cumprirá como nele se contém, etc. Dado no Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1811. – Príncipe com guarda – Marquês de Angeja, Presidente. Com os registros competentes.”

Gaioso, descrito como sendo um ilustrado argentino, proprietário de terras em Caxias, refere-se à história da vila, afirmando:

"Foi criada (quis dizer instalada) com as solenidades de costume em 24 de Janeiro de 1812, pelo Desembargador dos agravos do Rio de Janeiro e atual Ouvidor da cidade José da Mota de Azevedo, o qual estabeleceu igualmente o seu governo municipal ou câmara." (Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão, edição fac-similiada da Sudene, Rio, 1970, p.166)

Os primeiros vereadores de Caxias, segundo Sousa Gaioso, foram: Mateus Mendes Bittencourt, natural das ilhas, que ficou com a Vara na ausência do Juiz de Fora; Tenente de milícias Jerônimo José Guimarães, natural do reino; Francisco das Chagas Pereira de Brito, feito de barrete, por demissão do Dr. Vicente Pereira da Costa, ambos filhos da terra. O Procurador da Câmara foi o Tenente Miguel Ferreira de Gouveia Pimentel, que fora o último Juiz ordinário, ao tempo do Julgado, e ainda José Colaço Brandão, tesoureiro do Conselho e, finalmente, Caetano Padeiro, membro da nova Câmara.

Os registros históricos sobre Caxias das Aldeias Altas são reproduzidos de trechos escritos por historiadores como Robert Southey e pelos naturalistas Spix e Martius. O primeiro, cuja obra História do Brasil, foi publicada em Londres, pela primeira vez, nos anos de 1810 a 1819, vol.III, p. 409 (Edição Mec - Melhoramentos) afirmava sobre Caxias:

"Aldeias Altas, lugar populoso de grande importância comercial. Avultada quantia de arroz e algodão se cultiva aqui, mas eram conhecidos os habitantes por acérrimos jogadores, vício fatal com que haviam arruinado muitos dos seus credores de São Luís."

Os naturalistas Spix e Martius que percorreram todo o território brasileiro, entraram em Caxias em 1819, e também escreveram suas impressões sobre a Vila :

" Caxias (Vila desde 1812), antigamente Arraial das Aldeias Altas, é uma das mais florescentes vilas do interior do Brasil. Monta 30.000 o número de habitantes do seu termo. Deve a sua

prosperidade à cultura do algodão, explorada desde uns vinte anos, com afinco , em seu interior, e fomentada em toda a província pela Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, assim como à atividade comercial de seus habitantes, entre os quais se encontram muitos europeus. Mais da metade do algodão produzido na província é despachada daqui para a capital, e, nos últimos anos, o número de fardos embarcados em Caxias, cada um do peso de 5 a 6 arrobas, subiu a 25.000 fardos e até 30.000, que avaliando baixo, mesmo no interior, vale uns 1.650 ou 1980.000 florins.”

A propósito das formas de comunicação, destacavam nos seus registros que apenas pelo curso do Rio Itapecurú era possível o tráfego entre Caxias e São Luís, e é assim que eles se deslocaram para a capital, a bordo de uma barca carregada de algodão, em 3 de junho de 1819. A arroba de algodão alcançou o preço de 10\$000, em 1817, sendo, portanto, muito volumosos os lucros auferidos pelos exportadores daquele produto de Caxias das Aldeias Altas.

Haviam se passado 60 anos do início da sua povoação, segundo afirma o Frei Francisco dos Prazeres, ao escrever no seu livro (Poramduba Maranhense), que Caxias era a mais antiga, florescente e comerciante da província, tendo N.Sra. da Conceição como a padroeira da Matriz. (Revista de Geografia e História, p. 141).¹⁸

Esses dados de uma realidade histórica remota oferecem elementos que se associam à história da indústria têxtil na cidade, na medida em que se destacam as condições materiais prósperas que estavam localizadas nessa Vila, que é elevada à categoria de cidade, em 05 de julho de 1836.

Estavam dadas as condições necessárias para o início da industrialização da cidade, na medida em que havia concentração de mão-de-obra barata, matéria-prima abundante e a decisão de fazendeiros e comerciantes da cidade de Caxias, liderados por Francisco Dias Carneiro, de se tornarem pioneiros no desenvolvimento da indústria

¹⁸ COUTINHO, M. Caxias das Aldeias Altas – Subsídios para a sua história. IHGM/Prefeitura Municipal de Caxias, 1980.

têxtil, uma vez que os fazendeiros e exportadores de algodão de São Luís tinham optado por investir na criação da Companhia Aliança, *“que tinha como objetivo receber, beneficiar, prensar, ensacar, armazenar e embarcar algodão chegado do interior, para exportação pelo porto da capital provincial.”* (Caldeira, 1988:70)

Com essa iniciativa, seus proprietários visavam reduzir o monopólio das Prensas de São Luís: Prensa Costa e Prensa Castro Reis, no momento em que uma crise no setor da produção algodoeira provocado pela baixa dos preços externos e as dificuldades de exportação do artigo, colocavam em risco os seus negócios.

Existia, assim, uma prioridade estabelecida pelos fazendeiros e exportadores de algodão que era fortalecer a sua produção e exportação e não exatamente a sua industrialização nessa conjuntura desfavorável, como bem havia ficado demonstrado pela extinção da Companhia Maranhense de Fiação e Tecidos, criada em 1870, e extinta em 1875, apesar dos esforços empreendidos por João Antonio Coqueiro¹⁹ e pelo tenente-coronel Joaquim José Alves Júnior.

Embora, em 1873, tenham tido apoio do Presidente da Província, Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha para darem início a esse empreendimento,²⁰ o número de ações subscritas foi insuficiente para a integralização do capital necessário.

Segundo registro da Comissão da Praça do Comércio do Maranhão (da qual se originou a Associação Comercial do Maranhão, em 1878), havia falta de dinheiro, como afirmam em seu Relatório do Ano de 1873, divulgado no Publicador Maranhense, 10/01/1874, p.2 :

“Circunstâncias excepcionais têm trazido à nossa praça, nesses últimos meses, pronunciada carência do meio circulante, o que é

¹⁹ Dr. João Antonio Coqueiro, fazendeiro e comerciante importador-exportador, do município de Monção, era descendente de antiga e poderosa família de fazendeiros e comerciantes daquela localidade. Era diplomado em Ciências Físicas e Matemática na Universidade Livre de Bruxelas, conforme consta da relação de alunos brasileiros matriculados naquela universidade, nos anos de 1860/1862. (Caldeira, 1988:65)

²⁰ O Presidente da Província baixou a Lei no. 1037, de 24 de julho de 1873, concedendo-lhes garantia de juros de 7% sobre o capital de trezentos contos de réis, para montarem na capital uma fábrica de tecidos de algodão e extração do óleo da semente dessa mesma planta. (Caldeira, 1988:66)

um tropeço para o andamento das transações comerciais.”
(Caldeira,1988:67-68)

A carência do meio circulante era consequência do aumento dos impostos do governo central sobre as importações realizadas pela Província e pela grande redução das exportações de algodão, ao mesmo tempo, que se mantinha estagnada a produção do açúcar. Uma outra evidência dessa crise pode ser tomada pelo fato de que cresceram as vendas de escravos,²¹ reduzindo ainda mais a capacidade de reinversão para ampliar-se a produtividade da produção agrícola.

Na realidade, como analisa Martins,

“ ao dispor de seus escravos para a venda, o fazendeiro se desfazia não só daquilo que era a garantia para os bancos ou comerciantes, quando da tomada de recursos para o custeio de suas lavouras, mas, também, daquele que era a sua força de trabalho. (1981:26)

Desde 1872, as exportações de algodão haviam decrescido consideravelmente, confirmando a tendência que já se evidenciara desde 1847, quando os preços do produto estavam em queda no mercado internacional e a qualidade do produto tornava-se decadente, embora o algodão maranhense ainda ocupasse o terceiro lugar no mercado da Inglaterra.(Mesquita, 1987:98)

Havia falta de mão-de-obra e a solução encontrada pelo governo da Província foi a introdução de 887 colonos estrangeiros, trazidos entre 1853 e 1856, com financiamento do tesouro provincial no valor de 68:927\$804 réis, que foram distribuídos em seis núcleos de colonização, como demonstra Ribeiro (1990:98) : Ararapá (368 portugueses), Santa Teresa (140 açorianos), Petrópolis (168 portugueses), Maracaçumé (40 chineses), Pericaú (112 portugueses), Santa Isabel(59 portugueses).

²¹ A população escrava do Maranhão era de 63.297 em 1873; 73.245 em 1874; 49.545 em 1884 e 33.446 em 1887. (Ribeiro, 1990:64)

Toda essa digressão, antes de se retomar a emergência da indústria têxtil caxiense, foi feita para mostrar em que quadro econômico da província e do país, os seus empresários estavam planejando fazer florescer uma iniciativa arrojada e que demandava um alto investimento de capital, como se fosse possível imaginar a existência de uma “ilha de prosperidade” na cidade de Caxias.

De fato, a crise que se expandira, no último quartel do século XIX, desencadeara um movimento mais favorável à indústria, do ponto de vista ideológico, alimentando-se a expectativa de que o seu desenvolvimento sendo favorecido por medidas protecionistas, tivesse condição de restabelecer os níveis de acumulação de capital, que haviam se tornado críticos, no contexto da economia nacional, nesse período.

Como afirma Luz (1975:66), ao analisar o caráter dessa crise,

“Formara-se uma atmosfera de insegurança, particularmente sensível por volta de 1880-1886 com a queda dos preços do café e suas repercussões nas taxas cambiais. O ambiente econômico era muito propício às manifestações nacionalistas e favorável ao desenvolvimento de tendências protecionistas e intervencionistas. Em face dessa situação, compreendiam-se as cautelas do comércio importador, nos últimos anos do Império. Não abandonaria, entretanto, os seus intuítos e estaria sempre alerta para explorar qualquer movimento de opinião mais simpático a sua causa. Essas oportunidades não deixariam de lhe ser oferecidas, no futuro, pelas próprias contradições do nosso desenvolvimento industrial. O momento, porém, pertencia à indústria.”

Provavelmente, o ciclo de desenvolvimento da indústria têxtil da cidade de Caxias tenha se iniciado pelo fato de terem sido os fazendeiros e comerciantes locais influenciados pela circulação de idéias que estimulavam o investimento no setor da indústria e, mais do que isso, por estarem premidos, materialmente, pela falta de meio circulante, que precisava ser superada, através da centralização de capitais talvez existentes e ainda não aplicados na cidade de Caxias.

3. CICLO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL CAXIENSE

3.1 - Dados gerais sobre as quatro fábricas criadas no período de quase uma década - 1883 a 1892.

A primeira fábrica de Caxias, Companhia Industrial Caxiense, foi criada em 1883, e situada entre o riacho Ponte e o rio Itapecuru. Ela foi a mais antiga do estado do Maranhão, tendo sido responsável pela sua implantação o Dr. Francisco Dias Carneiro,²² que com seu perfil empreendedor, de proprietário de fazendas e advogado, formado na cidade de Recife, assumiu a iniciativa, que reuniu um capital inicial de 111:000\$000 e 250 operários, trabalhando em 130 teares para produzir tecidos crus e tintos²³.

A segunda fábrica, Companhia União Caxiense, foi fundada em 1889, pelos Srs. Antonio Joaquim Ferreira Guimarães, Dr. Francisco Dias Carneiro e Manoel Correia Baima do Lago. Para seu funcionamento foi acumulado um capital equivalente a 850 contos, com uma força motriz superior à primeira fábrica, pois dispunha de maquinário de 400 HP e 220 teares. Essa fábrica empregou maior número de operários, 350 pessoas, o que representava um amplo processo de incorporação da mão-de-obra local e dos arredores, principalmente, vinda do interior do município de Caxias. Sua capacidade de produção era de hum milhão de metros de tecidos crus.

Uma terceira fábrica instalada em 1891, a Sanharó, situada no lugar Tresidela, era de propriedade do Sr. Ezell Tavares e Cia. Contava com capital de 150 contos de réis, possuía um motor de 48 cavalos e 26 teares, alcançando uma produção média de

²² Nascido em 1837, no município de Pastos Bons, de importante família de fazendeiros, depois de diplomar-se, em 1861, foi para Caxias a fim de juntar-se a parentes maternos residentes nessa cidade, para colaborar na administração de suas fazendas. Em pouco tempo a situação financeira dos parentes tinha se elevado e ele decidiu dar início aos seus próprios negócios. Comprou fazendas em que cultivou algodão com a finalidade de expandir atividades comerciais de importação e exportação. Tendo acumulado grandes lucros, tornou-se líder político local e executou medidas para dinamizar a lavoura e o comércio local. Uma dessas medidas foi a construção da primeira ponte sobre o rio Itapecuru, para interligar os dois lados da cidade, facilitando o trânsito de pessoas e mercadorias entre as duas partes da cidade.

²³ Esses números são significativos se comparados com os das fábricas de outros estados do nordeste e sudeste que se instalaram no mesmo período. Segundo, Oliveira, M.Teresa R. de (1991: 255). Indústria têxtil mineira do século XIX : “ em 1885, o número médio de teares das fábricas da Província do Rio de Janeiro era de 118 teares”.

300.000 mil metros de pano. O preço de venda do metro era de 300 réis e 460 e a fábrica empregou 60 operários, os quais ganhavam de 600 réis a 5\$000 diários.

A quarta fábrica, Companhia Manufatora Caxiense, foi instalada em 1892. Esta também dispunha de força motriz de 400 HP e 200 teares com 6.800 fusos em funcionamento, e tinha capital de 322.477\$90. Foram empregados nesta fábrica 300 operários, sendo 185 mulheres e 115 homens. (**ANEXO I – Reprodução de fotografias dos prédios das fábricas**)

3.2 - Companhia Industrial Caxiense: sua fundação, instalação e funcionamento entre 1883 e 1903.

No século XIX, mais precisamente no seu último quartel, a cidade de Caxias destacou-se no cenário da economia maranhense, por ter sido pioneira na instalação da primeira fábrica de tecido do Maranhão. A Companhia Industrial Caxiense, fundada no ano de 1883, significou naquele momento histórico um empreendimento de grande relevância, para o desenvolvimento da cidade e da própria província, muito embora tenha sido também motivo para que se estabelecesse um sentido de disputa e de concorrência entre “os senhores de engenho e de indústria” que se localizavam em Caxias e em São Luís.²⁴

Os jornais do período trazem o registro das reações manifestadas pelos círculos dos grupos políticos e econômicos que de algum modo, ao mesmo tempo demonstravam satisfação, mas também um certo despeito por ter se iniciado essa atividade da indústria têxtil em Caxias e não em São Luís.

²⁴ O dilema entre o incentivo à industrialização e ao mesmo tempo o atendimento aos interesses da lavoura influenciou a posição adotada pelos dirigentes nacionais, desde meados do século XIX, que ora se posicionavam de modo favorável à uma política protecionista de estímulo à indústria emergente, ora se apresentavam como defensores dos princípios da livre concorrência, de modo a não contrariar os demais setores da economia do Brasil Imperial. (Luz, 1975:26-27)

Na edição do Diário do Maranhão, do dia 14 de setembro de 1883, publicado pela Tipografia Frias de São Luís, torna-se patente essa situação, quando o articulista escreveu o texto Fábrica de Fiar e Tecer Algodão e afirmava :

“Está provado que a nossa praça é das primeiras impressões e, se estas não são desde logo aproveitadas, ou se não são levadas de prompto a efeitos as idéias abraçadas com esse entusiasmo, tantas vezes observado, pode-se assegurar, sem receio de contestação, que a cousa não vingará.

Ocorreu-nos estas palavras em relação à epigraphe, que nos serve de thema, pois, bem a par do movimento havido, quando, ainda não há muito tempo, que deu-se o facto na administração do dr. Cincinato Pinto da Silva, tratou-se mais uma vez de ser montada nesta capital uma fabrica de fiação, estranhámos e deveras notámos que tão depressa, e como que por encanto a idéia arrefecesse e de tal forma que chegou a tornar-se um verdadeiro gelo, alimentado pela fria indiferença.

Tamanho entusiasmo; tanto interesse e ajuçamento, nomeação de comissão, escolha de local apropriado, cálculos e mais, tudo converteu-se em nada, tudo ficou sem solução, tudo desapareceu, foi lançado ao esquecimento e votado ao glacial indifferentismo.

Parece que tal glória vai caber à cidade de Caxias, ella que agora trata desse melhoramento, que é vergonha não existir na Província.

Caxias, esse empório de commercio do interior da província, esse ponto principal de comunicação com outros, há de ainda conseguir gozar o invejável logar, que já occupou na província, pois a geração actual pretende demonstrar que ao esforço, boa vontade e patriotismo não há difficuldades.” (Diário do Maranhão, 14/09/1883, p.01-02)²⁵

Embora não se tenha o registro do nome do articulista, pois grande parte das matérias do jornal - O Diário do Maranhão não traziam a assinatura dos seus autores, pode-se intuir que ele deveria ser o porta-voz de um setor da sociedade “ludovicense”, que de algum modo estava incomodado com a situação de destaque da cidade de Caxias, mas talvez o motivo principal dessa reação se devesse mesmo ao fato de que

²⁵ Será usada a abreviatura D.M. quando se fizer a referência ao jornal O Diário do Maranhão que se constituiu como fonte primária fundamental para a pesquisa realizada.

aquela cidade teria, dali por diante, a condição de sobrepor-se em termos econômicos à própria capital, o que poderia significar, de algum modo, prejuízo financeiro para os comerciantes e empresários de São Luís.

Para que ocorresse a instalação da Companhia Industrial Caxiense, foi feito um planejamento de custos, publicado na mesma data de 14/09/1883, no mesmo artigo acima citado, de tal modo que se tornou de conhecimento público, o valor do investimento que estava se realizando na cidade de Caxias. Os empresários responsáveis pelo empreendimento pretendiam, segundo declarava o próprio articulista, *“evitar que a província pagasse ao estrangeiro o seu próprio producto por um preço extraordinário, facilitando também o trabalho às classes menos afortunadas.”*

O cálculo publicado sobre os custos previstos compreendia rendimentos e custeio de uma *“fábrica de fiar e tecer algodão em fazendas grossas, com 30 cavallos de força, 1000 fuzos e 50 teares no valor de 180:000\$000.”*(Diário do Maranhão, 14/09/1883, p.01-02)²⁶

Compreende-se ser de grande importância para a história da Companhia Industrial Caxiense, que se possa conhecer os cálculos originais que foram estimados para a sua implantação, num primeiro momento, embora naturalmente esses custos tenham se alterado, na medida em que se construía a mesma. Apresentamos a seguir um quadro que mostra esses dados detalhadamente.

²⁶ T. J. Coelho de Almeida citado por LUZ, aponta em seu Relatório para a Assembleia Geral Legislativa que já existia em 1877 uma produção industrial têxtil com a expansão da cultura algodoeira. Segundo Torres, existiam “30 fábricas mais importantes de tecidos, sendo que o capital total de 14 delas era 4:683:000\$000 e especialmente a fábrica de tecidos de lã e algodão Rheingantz com um capital de 139:059\$120, 20 teares 2 máquinas de fiar com 1000 fusos, e empregando de 40 a 50 pessoas. (LUZ, 1975:40)

Discriminação dos Custeios	Valores
Custo do machinismo posto a bordo conforme o orçamento	78:360\$
Frete e seguro do mesmo até Caxias	9:000\$
Casas para a fábrica, dependências e um trapiche	35:000\$
Montagem das machinas e obras necessarias	25:000\$
Officina para concertos e tinturaria	10:000\$
Eventuaes	10:000\$
Dinheiro para as primeiras despesas	12:640\$
Somma	180:000\$
Rendimento Bruto	
30 teares trabalhando em riscado nacional grosso durante 300	
Dias por anno, faz termo médio 302.400 metros a 400 reis o metro	120:960\$
20 teares trabalhando em doméstico nacional, durante 300 dias, faz termo médio 277.200 metros a 300 reis	83:160\$
Somma	204:120\$
Despesas da Fabrica	
As fazendas acima consomem de algodão 137:482 killos a 500 rs	68:741\$
Lenha para 300 dias a razão de mil achas por dia a 6\$400	1:920\$

Azeite, tintas, etc...	5:000\$
Ordenado de um gerente	6:000\$
Ordenado de um maquinista	1:500\$
Ordenado para um apontador	800\$
Pessoal	
1 tintureiro diária	3\$000
2 contramestres a 2\$500rs	5\$000
1 carpina	2\$500
1 ferreiro	2\$500
4 ajudantes de contramestre a 1\$600	6\$400
2 foguistas a 1\$500	3\$000
12 homens a 1\$200	14\$400
30 mulheres a 800rs	24\$000
20 crianças a 600rs	12\$000
300 dias a 72\$800	21:840\$
Somma das despesas	105:801\$
Somma do rendimento bruto	204:120\$
Rendimento liquido	98:319\$
Aplicação	
Seguro sobre 1% sobre o capital da fabrica	1:800\$
Fundo de reserva 10% sobre o capital da fabrica	18:000\$
Dividendo aos acionistas 40%	76:000\$
Sobra para nova applicação	2:519\$
	98:319\$

Recorrendo ao Jornal Comércio de Caxias (02/09/1883), foram encontrados também dados sobre as estimativas de lucros previstos para o primeiro ano de funcionamento da fábrica (300 dias de trabalho). Os lucros brutos seriam de 120.960\$000 contos, sendo que os lucros líquidos seriam de 98:319\$, o que permitiria conforme o planejamento da diretoria a retirada de 72 contos de réis, para pagar aos acionistas dividendos de 40 mil réis por ação.

Com esses cálculos detalhados e divulgados através da imprensa, esperavam os diretores da Industrial Caxiense que fosse significativo o número de subscritores, de tal modo que todos os recursos necessários fossem arrecadados nesse processo de venda das ações. Ocorreu, porém, que no período de setembro de 1883 a abril de 1884, portanto, durante oito meses foram arrecadados somente 111 contos, o que correspondia a 58% do capital da sociedade, cujo pagamento fora efetuado de modo regular, quase sem atraso, pelos subscritores que pagavam as prestações correspondentes a 1.110 ações vendidas.

Estava patente, assim, que embora o investimento pudesse ter sido caracterizado como muito atraente, dada a lucratividade potencial do processo de produção e comercialização dos tecidos, as possibilidades de aumento das vendas das ações estavam muito reduzidas em maio de 1884.²⁷

De um modo geral, as pessoas que haviam adquirido ações, decidiram não aumentar o seu investimento no negócio das fábricas, porque começara a ocorrer uma certa onda de descrédito em relação à iniciativa de Dias Carneiro, conforme registro feito em sua biografia. (Jacobina, 1938)

²⁷ Talvez repercutisse na província do Maranhão a tendência que havia predominado em todo o último quartel do século : liberalismo moderado que oscilava entre a indústria e a agricultura. (Luz, 1975: 43)

Uma das razões para essa dificuldade na captação de recursos, talvez fosse consequência da decisão dos diretores da Industrial Caxiense de procurarem a adesão apenas dos habitantes da zona de Caxias. Também no Jornal Comércio de Caxias, na sua edição de 15/05/1884, fica evidente a posição decidida pela diretoria, de não recorrer ao poder público no sentido de obter a sua participação no empreendimento fabril.

Em março de 1884, mais precisamente, no dia 28, O Diário do Maranhão noticiou que no dia 16 havia se reunido a Sociedade Industrial Caxiense (Fiação e Tecidos), tendo presentes 58 subscritores, que representavam 792 ações. "Estando depositada em poder do Dr. Custódio Alves dos Santos a 10ª. parcela do capital, foi instalada a Companhia, e feita a eleição deu este resultado :

Dr. Enéas de Araújo Torreão - Presidente

Secretários:

1º. Tenente-Coronel José Firmino L. de Carvalho

2º. Luiz José de Mello

3º. Raimundo N. de Araújo

4º. Francisco A Rodrigues Franco

Directores:

Dr. Custódio Alves dos Santos

Coronel Segisnando Aurélio de Moura

José Ferreira Guimarães

Capitão Manoel das C.P. de Britto

Antonio B. Pinto Sobrinho

Substitutos dos Directores

1º. Manoel Antonio de Carvalho

- 2º.T.Coronel César Francisco de Negreiros
- 3º.T.Coronel José Firmino Lopes de Carvalho
- Fiscaes
- Dr. Joaquim Lopes Lobão
- Dr. Francisco Dias Carneiro
- José Antonio Lopes Pastor

Após a constituição da diretoria, ela passou a se reunir regularmente e a convocar os acionistas da Industrial Caxiense, para tratarem de assuntos como a reforma dos Estatutos (26/12/1886). Antes, porém, havia ocorrido outra reunião, cuja notícia foi divulgada pelo Diário do Maranhão de 17/12/1886, em que foi aprovada a proposta da diretoria de elevação do capital de 152,400 \$ para 190 contos, mediante processo de emissão de ações.

Essa ampliação do capital permitiu que, em dezembro de 1891, a Companhia Industrial Caxiense tivesse alcançado a soma de 2.957 acionistas para um total de 3.846 ações, destacando-se desse conjunto aqueles que poderiam ser identificados como os sócios majoritários, tais como:

Relação de Sócios e Número de Ações

Sócios	No. de Ações
Antonio C.S. Miranda Carneiro	142
Antonio Alberto da Silva	100
Antonio Joaquim Ferreira Guimarães	50
Arthur Pedreira	50

Barão de Itapary	73
Candido Francisco X. Maia	150
Cezar Francisco de Negreiros	62
Francisco Dias Carneiro	50
João Rodrigues da Silveira	173
José Antonio Lopes Pastor	607
José Castello Branco da Cruz	74
José Ferreira Guimarães	177
José Firmino Lopes de Carvalho	65
Lina Joaquina C.B. da Cruz	212
Luiz M. Fernandes e Simões	107
Maia, Sobrinhos & Comp.	100
Manoel Mathias das neves	50
Pedro M. Lamagnu Vianna	100
Raimunda C.B. da Cruz Santos	58

Isto significa, de certo modo, que as dificuldades iniciais que se apresentaram, entre 1883 e 1884, foram sendo superadas na medida em que se concretizava o projeto da fábrica de tecidos, cuja inauguração ocorreu no dia 1º. de Janeiro de 1888, portanto seis anos após o início da sua construção.²⁸

A notícia acerca desse evento foi publicada pelo Diário do Maranhão, do dia 07 de abril de 1888. Nesta edição foi transcrito o Relatório da Associação Commercial do

²⁸ Nesse período a situação do país era crítica, sendo visível o déficit crescente no orçamento e as indústrias nos estados do sudeste já se debatiam diante da concorrência dos produtos estrangeiros, que ampliavam a sua penetração no mercado nacional, à medida em que se expandiam as estradas de ferro e se instalava o telégrafo. (Luz, 1975:47)

Maranhão, trazendo um trecho intitulado – Indústrias da Província – Fábrica de Fiação e Tecidos Caxiense, que dizia:

“O Presidente desta associação commercial teve a ventura de assistir à inauguração official d’aquella fabrica, o que teve lugar em 1º. de janeiro, e o praser de ver a fabrica nas melhores condições, promettendo bons lucros aos seus accionistas, alem de ser um meio de ensinar hábitos de industria e trabalho ao povo, notando-se até entre os seus opperarios algumas senhoras, que ali ganhão bons ordenados.”

Nesse relatório foi afirmado, que a produtividade da Industrial Caxiense era um indicativo positivo para que outros pudessem seguir este exemplo de iniciativa. *“No semestre de julho a dezembro de 1887 produzio 207.205 metros de domestico, contra 48.386 metros de janeiro a 30 de junho”.*

Embora não estivessem instaladas todas as máquinas da Industrial Caxiense, foi sendo divulgada regularmente a sua crescente produção. O total de 2.000 metros diários de tecidos foi a média alcançada, após três meses de sua inauguração. (Diário do Maranhão, 02/03/1888). Em 1892, ela atingiu a produção de 107.940 metros de domésticos, sendo na 1ª. quinzena 4.406 e na 2ª. quinzena 4.588. (D.M. 17/03/1892)²⁹

Todos esses indicadores pareciam apontar para um processo de consolidação do empreendimento, confirmado pelas análises apresentadas pela diretoria nos seus Balanços Anuais. Tomando-se, por exemplo, o Balanço de 1887, publicado no D.M., em 28/02/1888, “constam estes Algarismos” :

²⁹ Feitos os cálculos à base de 4.406 metros na 1ª. quinzena e 4.588 metros na 2ª. quinzena, compreendendo-se este total como produção diária, ter-se-ia um total de 134.960 no mês de março de 1892. A diferença entre o número publicado pelo Diário do Maranhão 107.940 pode conter algum equívoco, até mesmo de transcrição feita do documento original, o que não se pode esclarecer por completo, por não se ter acesso ao mesmo, mas somente às cópias disponibilizadas pelo Arquivo Público do Estado do Maranhão.

ACTIVO

Manufatura e materia prima	49:403\$805
Custo da Fábrica	184:297\$028
Remessas de Sacos	982\$480
Saldo em Caixa	1:356\$147

PASSIVO

1.900 ações	190:000\$000
Saldo das c/ de José P.Ribeiro & C.	
d. Ritta Dias, J.Ferreira Guimarães e	
J. ^a L. Pastor	11:176\$898
Fundo de Reserva	355\$628
Dividendos	6:650\$000
Lucros e perdas	106\$933

Como se constata, eram fundadas as avaliações positivas da diretoria. Em 26 de setembro de 1888, é publicada pelo D.M. a seguinte nota :

Fábrica de Fiação de Caxias

O rendimento líquido desta fabrica no semestre findo foi de 20:183\$887. Esta importância teve a seguinte aplicação:

<i>Dividendo de 1.900 ações a 6\$000</i>	<i>11:400\$000</i>
<i>Levado a Fundo de Reserva</i>	<i>1:077\$431</i>
<i>Saldo</i>	<i>7:706\$456</i>

Comparado o saldo do Balanço de 1887, com aquele apontado no Balanço do 1º. semestre de 1888, depreende-se que houve um aumento significativo de recursos, passando de 1:356\$147 para 7:706\$456. Esse valor torna-se muito mais elevado no Balanço de dezembro de 1891, publicado em 16/03/1892, pelo D.M., do qual consta no item saldo, o total de 891\$463.

Mesmo que possam existir diferenças na apresentação dos vários balanços acima referidos, é fato que havia uma expansão dos lucros, atestada pela diretoria e pelo conselho fiscal, que admitiu em 22 de fevereiro de 1892, a distribuição de dividendos aos acionistas na razão de 8\$600 réis para as ações emitidas inicialmente, e 4\$000 réis para as ações relativas à ultima emissão.

Embora fosse considerado um valor significativo ele não correspondia ao plano inicial de construção da fábrica, divulgado em 14/09/1883, que previra um dividendo aos acionistas de 40%.

Na realidade, em reunião dos acionistas no dia 02/12/1888, havia sido alterado o Estatuto da Companhia para definir que os lucros líquidos da fábrica fossem distribuídos pelos acionistas até 1%, anualmente, em lugar de 12% marcado como estava nos estatutos antes da alteração aprovada.³⁰

O conselho fiscal, constituído pelos senhores Gustavo Collaço F.Veras, Pedro Pinto Ribeiro e Marcolino Bittencourt, no seu relatório de 22/02/1892, além de fixar o valor dos dividendos recomendava que fossem adquiridos mais 25 teares, como propôs a diretoria. Este é, portanto, mais um indício de que prosperava a Industrial Caxiense.

³⁰ Essa medida de certo modo apresentava uma restrição da diretoria, em termos de aplicação dos lucros, de modo a preservar os fundos de reserva da empresa, diante de um quadro nacional que não tinha sido até o momento mais favorável ao desenvolvimento da indústria nacional, dada a débil intervenção do Estado. (Luz, 1975:60-67)

Natural que essa expansão fosse feita, entretanto para que isto viesse a ocorrer a diretoria ³¹ em, 22/02/1892, apresentou em Assembléia Geral dos acionistas o seu relatório, apontando a necessidade de que fosse feito um empréstimo, conforme justificativa assim apresentada:

“Convem porem dizer-vos que sobrando no salão de tecelagem, espaço para mais 25 teares, já fizemos encomenda destes, e necessariamente teremos de fazer aquisição de mais quatro machinas para satisfazer as exigências do serviço; para o que precisa esta directoria que a habiliteis com os necessários meios, auctorizando-a a contrahir um empréstimo a juros módicos de 25 a 30 contos, para ser amortisado com 10% tirados semestralmente dos lucros líquidos, ou deliberando o que em vossa alta sabedoria melhor entenderdes.

O agente e o guarda-livros, assim como os demais empregados, continuam a merecer-nos plena confiança.

Se para melhor conhecerdes do estado de vossa empresa, necessitardes de quaisquer esclarecimentos, encontrar-nos-eis sempre promptos a satisfazer-vos.”

Esse empréstimo, tudo leva a crer, que seria tomado à Companhia Prosperidade, pois já constara do Balanço de 1891 o pagamento de juros à mesma, que foi citada pela Diretoria ao sugerir este recurso a fim de adquirir os novos teares.

Embora não tenha sido possível identificar, de que modo se constituiu essa casa de crédito, onde talvez se operasse o encontro dos capitais oriundos dos fazendeiros e dos comerciantes, que, provavelmente, também foram financiadores dos negócios da

³¹ Os diretores em exercício eram Manoel das Chagas Pereira de Britto, Libânio da Costa Lobo e José Ferreira Guimarães.

indústria têxtil emergente na cidade de Caxias, é possível destacar indícios de que essas relações estreitavam o nexo entre a indústria e o comércio, através das relações de compra e venda dos seus produtos necessários para ambos setores.

Um exemplo dessa relação foi estampado na edição do Diário do Maranhão do dia 22/04/1887 que noticiou:

“A diretoria da sociedade ‘Progreso Agrícola’ fez encomenda de 10.000 saccos para o assucar da safra do presente anno à fábrica de Caxias, devendo ella preparal-os até agosto próximo.”

Do mesmo modo, constatou-se que o funcionamento da fábrica demandava a compra de mercadorias adquiridas, predominantemente, no comércio da cidade. Exemplos desses produtos seguem abaixo, extraídos de uma lista, apresentada no relatório do Agente, do dia 27/01/1892, da qual consta a quantidade adquirida e o que existe em estoque no depósito da fábrica:

MATÉRIA-PRIMA

O deposito em 31 de dezembro de 1890

Algodão em pluma, era-----000

Comprado em 1891 ----- 6.051 kilos

6.051

Sahio para consumo ----- 000

Em ser ----- 6.051

O depósito de algodão em caroço em 31 de dezembro de 1890, era -----194.435 kilos

Comprado em 1891 ----- 239.602

434.037

Sahio para consumo ----- 344.960

Em ser ----- 89.077

Tapioca

O deposito em 31 de dezembro de 1890, era ----- 4.160 litros

Comprado em 1891 ----- 5.831

9.991

Sahio para consumo ----- 7.031

Em ser ----- 2.960

Sebo

O deposito em 31 de dezembro de 1890, era ----- 140 kilos

Comprado em 1891 ----- 145

285

Sahio para consumo ----- 285

Em ser ----- 000

Azeite

O deposito em 31 de dezembro de 1890, era ----- 1.388 litros

Comprado em 1891 ----- 6.959

8.347

Sahio para consumo ----- 5.480

Em ser ----- 2.867

Combustível

O deposito em 31 de dezembro de 1890, era ----- 110.538 achas

Comprado em 1891 -----	540.000
	650.538
Sahio para consumo -----	498.000
Em ser -----	152.538

Obs: Caroço de Algodão -tem sido vendido na capital do Estado e na Inglaterra, regularmente.

Além de atender à demanda local, a Companhia Industrial Caxiense fazia diligências para alcançar outros estados com a sua mercadoria, de modo a possibilitar uma rentabilidade progressiva da fábrica, dado que os custos para sua instalação foram onerosos para os seus acionistas. *"O rendimento líquido desta fabrica no semestre findo foi de 20:183\$887."* (D.M., 26/07/1888)

Esta importância teve a seguinte aplicação:

Dividendo de 1900 ações a 6\$000 -----	11:400\$000
Levado a Fundo de Reserva-----	1.077\$431
Saldo	7.706\$456

As diligências para a conquista de outras praças para comercialização dos produtos da Industrial Caxiense foram realizadas por um dos seus sócios, que ocupava o cargo de Agente, portanto, que estava responsável pelo gerenciamento da empresa: o Sr. Coronel Sigisnando Moura. Ele foi pessoalmente à Manaus e ao Pará, com a finalidade de tornar conhecido o excelente produto de sua fábrica, tal como noticiou o Diário do Maranhão, em 16/02/1894.

Embora não se encontre o registro do que seria uma espécie de catálogo de apresentação dos produtos, fora publicada muito antes de 1894, em 1888, pelo Diário do Maranhão (14/04/1888), a seguinte notícia que trazia a discriminação das mercadorias e seus preços:

“Os produtos desta fabrica, que constam actualmente de domésticos, continuam a ser vendidos pelos preços seguintes:

Doméstico no.1 , metro 260

Dito no.2 , metro 240

Dito no.3, metro 210

Dito no.4, metro 180

As vendas serão realizadas a dinheiro e terão os descontos seguintes:

3% de 100 pessos para cima

5% de 200 pessos a mais

10% de 500 pessos em diante

Fica entendida por pessa a de 20 metros e não pode vender-se na fabrica número menor de 25 pessos.

As encommendas serão satisfeitas na ordem em que forem pedidas, sendo preferidas para entrega as menores de 100 pessos, que não gozam desconto algum.

Para boa ordem existe no escriptorio da fabrica um livro para as encommendas, onde os pretendentes assignarão as que fizerem.”

Embora essa notícia fosse muito anterior, ao momento das viagens do Sr. Coronel Sigisnando Moura, em suas diligências como agente de vendas, incluiu-se esse conteúdo para que se pudesse compreender parte da sistemática de comercialização dos produtos da Industrial Caxiense. Mais adiante, em 1890, a fábrica fez divulgar outra nota, em 20/06/1890, no mesmo Diário do Maranhão, para anunciar a deliberação de aumento dos preços de seus produtos, que passaram a ter acrescidos vinte réis ao preço de cada metro de tecido, conforme deliberação da diretoria e nota assinada pelo Director Secretario, sr. Manoel das Chagas P. de Britto, em 1º. de junho

de 1890, em virtude dos altos preços que havia alcançado o algodão em consequência da baixa de câmbio.

Os altos custos de instalação e funcionamento da fábrica foram orçados em 180:000\$000, no plano inicial publicado em 1883. Entretanto, no Balanço de 31 de dezembro de 1887, o custo da fábrica registrado era equivalente a 184:297\$028.

Para enfrentar as oscilações do mercado e, ao mesmo tempo, garantir a expansão da Industrial Caxiense, as medidas adotadas pela diretoria concentraram-se no aumento da produção e, portanto, na aquisição de mais equipamentos, como foi determinado: a compra de mais 25 teares.

Antes mesmo que houvesse esse incremento, pode-se avaliar que já era considerada elevada a sua média de produção registrada em 11/04/1893, no Diário do Maranhão. Em 10 e ½ dias da 2ª quinzena do mês passado, a fabrica produziu 43.302 metros de doméstico.

Em registro anterior, de 17/03/1892, o total de 44.060 ocorrera em 15 dias. O agente da Industrial Caxiense, em 27/01/1892 registrara que em *“278 dias e ½ em todo anno de 1891 foi de 762.988 metros de domésticos finos e grossos a tecelagem, contra 534.855 até 8 de outubro do ano anterior; funcionando os teares de augmento, de outubro a dezembro, com irregularidade, por ser o pessoal empregado ainda novato.”*

O Sr. Coronel Segisnando Moura, Agente da Fábrica, também insistia no seu relatório no sentido da aquisição de mais 25 teares para alcançarem um total de 152, inclusive sendo um de tear pano de duas larguras e outro para colchas, toalhas, etc...

O Agente era favorável à expansão, mas estimulava os acionistas a tomarem decisões sobre os recursos necessários à implementação dessas medidas. Assim é que afirma o Sr. Cel. Segisnando Moura:

“Os 127 teares de que se compõe a fabrica, actualmente estão no valor de réis 3:149\$606, cada um, e os 25 já encomendados, com o augmento do espaçoso compartimento e mais as seguintes imprescindíveis machinas: um passador, uma massaroqueira fina e duas fiações, ficam por menos de um conto de réis cada um, havendo a enorme differença de réis 2:149\$606, para cada um dos existentes, ou ficarão todos a 2:763\$157 réis.

À vista pois, do que levo dito, não devia deixar escapar tão vantajoso melhoramento, o qual não podia ser adiado, senão com grandes inconvenientes.”

Esse plano de expansão, segundo o Agente, garantia que, no futuro, os acionistas alcançariam resultados superiores a dividendos equivalentes a 30%, que estavam até o início de 1892, no patamar de 8%, o que com certeza não agradava os acionistas.

A baixa produtividade deveu-se ao ingresso de tecelões inexperientes, conforme avaliação dos diretores. Fica evidente que os diretores investiam em compra de equipamentos, entretanto não adotavam medidas que favorecessem a qualificação da mão-de-obra local, constituída em sua grande maioria por trabalhadores analfabetos e egressos das atividades de cultivo das lavouras da zona rural do município.

Ainda assim, segundo o Sr. Cel. Sigisnando Moura, tudo seria melhor com o projeto de expansão que ele calculava, do modo como se transcreve a seguir:

RECEITA

152 teares produzem termo médio 5.472 metros por dia que são em 300 dias úteis do anno 1.641.600 metros a 240 - ----- 393:984\$000

DESPESA

2.400 kilos de algodão em caroço ou 160@ por dia, são em 300 dias úteis do anno 720.000 kilos, ou 48.000 @s, em caroço a 2\$000 -	96:000\$000
600 milheiros de achas de lenha a 10\$000 -----	6.000\$000
9.000 latas de azeites diversos a 500 rs. -----	4.500\$000
9.000 ditos diversos de tapioca a 120 rs. -----	1.080\$000
Com o pessoal -----	84.000\$000
Dito seguro -----	8.000\$000
Dito fundo de reserva -----	9.000\$000
Diversas despesas miúdas para arredondar a cifra-----	5.404\$000
	213.984\$000
Lucros líquidos	180.000\$000

Concluindo seus cálculos e prognósticos, o Agente afirmava *“portanto, baseado nestes dados, muito robusta esperança pode, em praso breve, chegar a este desideratum.”*

Além dessa demonstração, os diretores da Industrial Caxiense já haviam apresentado o Balanço da Companhia, em 31 de dezembro de 1891, publicado pelo D.M. em 16/03/1892, cuja transcrição se faz a seguir, pela relevância dessa peça contábil para o controle das contas da fábrica, bem como pelas peculiaridades do seu conteúdo.

BALANÇO DA COMPANHIA INDUSTRIAL CAXIENSE

Em 31 de Dezembro de 1891

ACTIVO

Deposito	
Manufactura existente	4:088\$440
Materia prima idem	22:024\$760
Azeite idem	1:146\$000
Lenha idem	1:372\$842
Tapioca idem	355\$200
Drogas para a tinturaria	1:320\$316
Sobresalentes	3:654\$840
	33:962\$398
Immoveis	
Fabrica – Sua Conta	353:910\$212
Chalet – idem	3:569\$900
Armazéns – idem	26:552\$220
Olaria – idem	466\$060
Casa da rua 16 de Março	400\$000
	384:898\$392
Moveis – Sua conta	766\$000
Semoventes – idem	200\$000
11 Apolices da divida publica geral	10:677\$300
Juros de Apólice – sua conta	275\$000
Remessa – idem	979\$110
Ordens a receber – idem.	13:438\$080
Alípio Alcides de Carvalho	2\$000
Manoel Corrêa Bayma do Lago	684\$200
Companhia União Caxiense	107\$560
Companhia Usina Agrícola Caxiense	264\$837
Estevão Elpídio Mendes	250\$424
Reinaldo Rios & Comp.	74\$200
José Pedro Ribeiro & Comp.	15:296\$834
Delfino Rodrigues de Faria Sipaubá	649\$360

Hugh Evans & Comp.	389\$410
Affonso Barbosa	759\$972
Herbst Brothers	5.319\$141
Caixa	16.007\$308
José do Egypto	347\$590

P A S S I V O

Capital – Valor de 3.846 ações emitidas	400.000\$000
Seguro da Fabrica	16.750\$000
Fundo de Reserva	10.922\$171
Engenho d'agua	320\$000
Companhia Prosperidade Caxiense	13.001\$910
Companhia das Águas de Caxias	8.166\$665
Viúva & Filhos de João da Cruz	4.218\$700
Directoria	3.122\$607
Gratificações	200\$000
Dividendos – os não reclamados	543\$600
O 9º. dividendo, sendo por 2.957 acções à	
Razão de 8\$000 réis e por 889 acções à	
Razão de 4\$000 réis por acção	27.212\$000
Lucros e Perdas – Saldo	891\$465
	485.349\$116

Demonstração de conta de Lucros e Perdas

DÉBITO

Importância da conta do custeio da fabrica	39.067\$484
Idem de dita de matéria prima	25.442\$450
Juros pagos à Cia. Prosperidade Caxiense	523\$408
Idem à dita das Águas de Caxias	166\$665
Idem à Viúva e Filhos de João da Cruz	82\$665
Idem para fundo de reserva	1.864\$529
Idem para seguro da fabrica	4.000\$000
Idem para gratificações	3.122\$607
Idem para directoria	3.122\$607
O 9º. dividendo, sendo por 2.957 acções à	
Razão de 8\$000 réis e por 889 acções à	
Razão de 4\$000 réis por acção	27.212\$000
Saldo	891\$463
	102.373\$266

CREDITO

Saldo do semestre passado	42\$597
Diferença de juros na conta corrente de	
José Pedro Ribeiro & Comp.	15\$935
Juros recebidos de José P. Ribeiro & Comp.	179\$750
Importância da conta de officina	37\$120
Idem da dita de alugueis de prédios	21\$000

Idem da dita de productos da fabrica	102:573\$266
--------------------------------------	--------------

S.E. & O

Os diretores,
 Manoel das Chagas Pereira de Britto
 Libanio da Costa Lobo
 José Ferreira Guimarães

Chama muita atenção o fato de constar do Balanço o pagamento de juros à Companhia Prosperidade Caxiense, porque não se teve acesso a nenhum registro anterior de levantamento de empréstimo, embora fosse suposto que a diretoria da Companhia Industrial Caxiense estivesse lançando mão dessa estratégia, uma vez que somente o capital arrecadado junto aos acionistas, no valor de 400.000\$000, parecesse insuficiente para realizar o seu funcionamento e, menos ainda, a sua expansão, cada vez mais necessária, segundo atestavam os seus diretores, o conselho fiscal e o agente.

Não há, entretanto, dados que possam esclarecer como se constituía essa Companhia Prosperidade Caxiense, que como tudo indica, era uma Empresa Financeira que realizava empréstimos a juros módicos de 25 a 30 contos, segundo afirmavam os diretores que assinaram o Relatório de 22/02/1892, e, também assinaram o Balanço acima transcrito.

O segundo destaque em relação ao Balanço, diz respeito ao fato de não incluir, explicitamente, nenhum item relativo ao pagamento dos empregados. Chama atenção nunca terem sido divulgadas notícias no Diário do Maranhão, desde 1883 até 1892, que fizessem referências aos operários desta fábrica. Somente na projeção apresentada pelo Agente para justificar a proposta de compra dos 25 teares, foi encontrado o item relativo a pessoal.

Eram destacados nos registros apenas os nomes dos empregados estrangeiros e quase todos eles haviam dado problema para a empresa como foi o caso de Mapes

Júnior, Percy, Wall, e os irmãos Hunt. Acerca dos empregados que mantinham a fábrica em funcionamento, foram apenas citados os números pelo Agente em seu relatório de 27/01/1892. Ele afirmava que havia 217 empregados, sendo 71 homens e 140 mulheres. Dizia ainda que as faltas eram constantes, por isso era possível afirmar que 200 eram os operários presentes diariamente ao trabalho.

Para entender a lógica das relações de trabalho estabelecidas desde o século XIX, primeira etapa da formação da classe operária brasileira, seria necessário, à luz de Fausto (1983), pesquisar novas fontes que apontem como elas se estruturaram na província do Maranhão, e mais particularmente, na cidade de Caxias. Entretanto, sabe-se que, no setor têxtil no Maranhão, tanto quanto ocorrera na Inglaterra, a predominância de mulheres, jovens e menores, possibilitava grande vantagem para os industriais, que podiam extrair maior produção com menor custo, dado que esses segmentos da classe operária eram mais submissos à organização fabril, conforme análise de Hobsbawm (1983), acerca da emergência da classe operária e da organização sindical, na Inglaterra, a partir do século XVIII.³²

Foram amplamente divulgados os processos de construção, instalação e funcionamento da fábrica, sendo omitida a presença da força-de-trabalho, condição imprescindível para que esta companhia pudesse ter tido existência material.

Na realidade, somente consta no item Immoveis, do Balanço de 1891, o nome do sr. José do Egypto ao qual corresponde o valor de 347\$590, o que pode se atribuir talvez à sua indenização, após ter feito o trabalho de recuperação dos estragos provocados pelo mecânico Thomas Percy. No item do Relatório do Agente, denominado – Empregados – , consta o registro da saída do mecânico Percy e do engenheiro Robert Wall, com quem havia se incompatibilizado. Ao Sr. Percy foi atribuída responsabilidade de ter produzido um grande prejuízo à Companhia,³³

³² HOBBSBAWM, E. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1983.

³³ Os problemas relacionados à presença dos técnicos estrangeiros são sempre mencionados nos estudos sobre a implantação das indústrias têxteis em vários estados do país. Giroletti (1991:82) afirma que: “ Incorporar técnicos disponíveis no continente europeu ou nos Estados Unidos foi uma prática, generalizada no setor têxtil brasileiro até o fim do século XIX.” “ (...) Os contratos de aquisição de máquinas com os fabricantes ou

“porque não soube assentar e cobrir as cardas em número de 14, inutilizando a coberta de 8, como porque ao abandonar a fabrica foi preciso remover-se todas as machinas por elle assentadas, transmissões, etc... O seu companheiro Roberto Wall, que foi conservado até completar o praso do contrato, no começo dos trabalhos incompatibilizou-se com o mechanico Percy de modo a ser conveniente ficar em casa; também quase nada adiantou, retirando-se da fabrica no dia 4 de julho ultimo, termo do seu contrato. De então para cá ficaram as obras a cargo dos empregados José do Egypto, Aureliano, Pitter, Antonio Graça e Custodio Pinduca, os quaes conseguiram levar a effeito a montagem de todo o machinismo, No dia ultimo de dezembro o mechanico José do Egypto pedio a sua exoneração, que foi concedida por vós, nos termos do pedido.

Também ficou ressaltado do Relatório da Diretoria o fato de constar no item imóveis, a Companhia União Caxiense, tendo ao lado o valor de 107\$560. Essa Companhia, fundada em 1889, foi parceira da Industrial Caxiense para realizar a canalização de água, de modo a solucionar o problema de abastecimento que atingia o funcionamento de ambas. O gasto com esse melhoramento foi de 13:740\$006, sendo dividido igualmente entre as duas fábricas.

Esse processo quase simultâneo da criação de quatro fábricas, porque posteriormente também foi fundada a Fábrica Sanharó, em 1891, e a Companhia Manufatora, em 1892, parece um tanto precipitado, se forem consideradas as condições que estavam se configurando no país, e na própria província, onde a escassez de recursos fizera outras iniciativas empresariais serem interrompidas, antes mesmo de sua instalação, como foi o caso da Fábrica de Papel, na cidade de São Luís, que foi projetada em 1884, porém não foi adiante, conforme artigo publicado no D.M. de 11/02/1886 com o título – A Projectada fabrica de papel.

representantes no Brasil previam a contratação de técnicos para montagem e ajustamento das máquinas e organização da produção.” Também nas fábricas mineiras, conforme o mesmo autor, foram frequentes os processos de admissão e demissão de técnicos estrangeiros, que, de um modo geral, causaram prejuízos financeiros aos proprietários das indústrias.

Na avaliação de Viveiros, esse movimento era apenas uma moda.

“ Veio a moda da industrialização (...) Era moda. Os poucos recursos ainda existentes na lavoura de algodão e de cana-de-açúcar e no comércio foram atraídos para a indústria. ‘A falta de numerário em nossa praça torna-se cada vez mais sensível, e por motivo tão poderoso tem o comércio restringido suas especulações e lutado com grandes dificuldades, que subirão ao ponto no futuro, pois que um dos motivos que mais tem concorrido para esta falta é a retirada de capitais para a criação de fábricas industriais que, conquanto prometam interesses aos seus acionistas e ao bem geral, trazem todavia, perturbações no comércio pela imobilização de capitais. Reconhecemos as vantagens resultantes do desenvolvimento da indústria, mas receamos que sendo esse desenvolvimento superior à força monetária do Estado, o resultado não seja igual ao que se poderia obter se fosse realizado na proporção dos recursos existentes”, alertava sensatamente a Associação Comercial, em 1890. (Lima, 1981: 182)

As dificuldades que eram de natureza diversa incluíam inclusive a necessidade de instalação de uma “Estrada de Ferro de Caxias á Therezina”, como ressaltava o Diário do Maranhão, em 04/11/1886, ao apresentar a representação que foi feita pelo Deputado Francisco Dias Cameiro, junto à Câmara Municipal da cidade de Caxias.

Ilms.Srs.

Foi me entregue no dia 30 de junho p.p. o officio que V.S. se dignaram dirigir-me datado de 10 do mesmo mez, acompanhado de duas representações para serem apresentadas à camara temporária, o que cumprir logo no dia seguinte.

Quanto ao assumpto de que ellas tratam será muito difficil senão impossivel conseguir nas actuaes circumstancias a garantia de juros pedida, por causa dos grandes compromissos que deprimem nossas finanças, sendo justamente esta verba que mais contribuiu para o estado deplorável do Thesouro Publico.

Entretanto, como a vitalidade de nosso paiz é exuberante, esperamos que uma boa administração financeira consiga em pouco tempo melhorar a situação e habilitar o governo a promover de novo os melhoramentos materiaes de que precisamos. Em todo o caso com a actividade que hoje anima este município e com a direcção prudente e cautellosa, que ahi se vai dando aos capitães da industria, podemos nutrir a convicção de que com a garantia de juros ou sem ella não passarão muitos annos sem estrada de ferro de Caxias a Therezina.

De minha parte a Ilma. Câmara de Caxias pode contar com a dedicação que me é grato desenvolver em tudo que interessa a este município, assim como sempre me achará prompto para cumprir suas ordens.

Deus guarde a V.Sa.

Corte, 8 de agosto de 1886.

Ilms. Srs. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal da Cidade de Caxias.

Francisco Dias Carneiro

A dificuldade de transporte era, portanto, um obstáculo a mais no quadro de fatores que permeavam o desenvolvimento de atividade industrial, em região tão longínqua, como a província do Maranhão, embora já existisse o tráfico comercial estabelecido com a Europa.

Camelo Filho (2000), na sua tese sobre a implantação das estradas de ferro no nordeste brasileiro, indica que a E.F. São Luís – Teresina, foi a primeira ferrovia inaugurada, após a Proclamação da República, em 1895, embora a concessão feita a uma empresa privada para a exploração do trecho Caxias – Timon (antiga Cajazeiras) tenha ocorrido em 1889.³⁴

Esta estrada, com a extensão de 476 km, ligando São Luís a Teresina (conhecida como Estrada do Côco), somente teria sido concluída em 1920, sendo encampada pelo Governo Federal, pela sua baixa rentabilidade, dado que ligava

³⁴ “A E.F. São Luis-Teresina foi inicialmente organizada por uma empresa particular em 1889, em seguida teve início o trabalho de construção, mas não progrediu. Organizou-se uma nova Cia. com capitais locais para continuar com o projeto. A ferrovia recebeu o nome de senador Furtado e depois de E.F. Caxias a Cajazeiras. Em 1903, foi organizada uma Cia. para construir uma ferrovia entre São Luís – Teresina. Codervale & Colpitts, v. III-B Brasília, GEIPOT, 1966, p. 9.” IN: CAMELO FILHO, J.V. A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro. Tese de doutorado. Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2000, p. 183.

regiões com baixa densidade demográfica e com uma produção agrícola e pecuária limitada. Apesar dessas características, a sua construção era de fundamental importância para garantir a comunicação das áreas mais distantes do interior do estado do Maranhão e do Piauí, que se fazia apenas pela navegação de vapores, e barcas médias e pequenas.

Naturalmente, muitos elementos poderiam ser considerados para avaliar o desempenho e a evolução das fábricas caxienses, apesar das restrições da conjuntura histórica do final do século XIX, entretanto, muita documentação se perdeu ao longo do tempo, o que provoca lacunas irreparáveis no registro que se tentou realizar.

No caso da Industrial Caxiense, causou estranheza o fato de não se ter encontrado as fontes que registraram o seu fechamento e/ou a sua venda, ficando, assim sem explicação a última parte da sua história. Identificou-se apenas um vestígio do que poderá ter ocorrido, por ter encontrado na Ata nº 199, de 03/03/1903, da Companhia União Caxiense, o registro feito pelo Diretor Presidente desta fábrica, Sr. Antonio Joaquim Ferreira Guimarães, que relata como se deu a Assembléia Geral da Companhia Industrial Caxiense que estava exposta à venda.

Pela importância desse registro é que se reproduz cópia do texto original da referida Ata, na tentativa de, pelo menos, documentar a informação sobre o que ocorreu naquela data, em que parece ter sido colocado um ponto final na história da primeira fábrica de tecido da cidade de Caxias.

Acta N. 199.

Reunión extraordinaria, conjuntamente, da Direc-
tória e do Conselho Fiscal, em 3 de Março de 1919.

Aos três dias do mês de Março de mil nove-
centas e dezanove, pelas 9 horas da manhã, na sala des-
tinada no edifício da fábrica, para as funcões
da Direcção, reunida esta e o Conselho Fis-
cal, previamente Convocado, sendo os directores:
António Joaquim Ferreira Guimarães, presiden-
te, Manuel Gonçalves Pedreira, secretario e
António Bernardino Pinto Sobrinho, gerente,
e fiscaes: Francisco Dias Pinto, António
Pereira da Silva Neto e Fausto Franklin de
Santos, foi aberta a sessão. Pelo presidente
da Direcção foi declarado: que Convocara a
presente sessão para dar conhecimento ao Con-
selho Fiscal que, em vista das verbas que
carreram, de arrendamento ao Estado de fá-
brica de tecidos da Companhia Industrial Lousan-
ense, e com seus correspondentes de Direcção,
representantes de das Collocações e Capitais
desta Companhia, apresentariam em sessão
geral daquelle, realizada em 28
de fevereiro ultimo, duas propostas: uma,

para o caso de arrendamento, offerecendo 7% de
 lucros líquidos aos accionistas e a outros para
 caso de venda, offerecendo 50 Contos de seis an-
 nis por accão e obrigando-se a despor cada lido-
 de do passivo em favor de outras 50 Contos, para
 que devido a caprichosa prepotencia de maior-
 ria da referida assembleia geral, fossem o. p. as
 propostas registadas e acciota assim entre os
 no vantajosa, dando apenas 50% das acc. ias. etc.
 Em vista do exposto, e ainda com o encorajamento,
 apresentam uma proposta de compra da
 Banca da Republica do Brasil, da qual se q-
 houve o mesmo Banco da extinta Com. de
 Manufactos Cariense, proposta esta que foi co-
 nvenientemente discutida e acciota, ficando mes-
 mado que a Directoria, por telegramma, se diri-
 gisse ao Banco, com sentido de effectuar a co-
 pra e que para isso se fizesse offertas até
 a quantia de duzentos Contos em mais a
 alguma Coma; ficando tambem recebido q-
 no caso de realisacao da compra, mais se di-
 tribuisse e dividendo relativo ao 2º semestre
 de em Dezembro ultimo e tambem: que fosse
 capital desta acta em directoria. Atribuindo-se
 fizesse guisações, assim de para ter
 a maioria dos accionistas acciota de
 como p. o. antes de se decidir sobre a
 actua. a. negociacao e a. de
 para a. Não obstante, notada a
 mercancia a. de. Em 1. de
 Hes. Lichon, Secretario a. mais
 Ant. J. G. G. G.
 Manoel J. G. G.
 Antonio J. G. G.

ACTA N.199

Reunião extraordinária, conjuntamente, da Directoria e o Conselho Fiscal, em 3 de Março de 1903.

Aos três dias do mez de Março de mil novecentos e três, pelas 9 horas da manhã, na sala destinada no edificio da fabrica, para as funções da Directoria, reunida esta e o Conselho Fiscal, previamente Convidado, sendo os directores Antonio Joaquim Ferreira Guimarães, presidente, Manoel Gonçalves Pedreira, Secretario e Antonio Bernardo Pinto Sobrinho, gerente, e fiscaes: Francisco Dias Pinto, Antonio Pereira da Silva Neto e Fausto Franklim dos Santos, foi aberta a sessão. Pelo presidente da Directoria foi declarado que convocara a presente sessão para dar conhecimento ao Conselho Fiscal que, em vista das versões que correram, de arrendamento ou venda da fábrica de tecidos da Companhia Industrial Caxiense, elle com seus Companheiros de Directoria, no intuito de dar collocação a capitaes desta Companhia, apresentaram em sessão d'assembléa geral d'aquella, realisada em 28 de fevereiro ultimo, duas propostas: - uma, para o caso de arrendamento, offerecendo 70% dos lucros líquidos aos accionistas e a outra para o caso de venda, offerecendo 80 Contos de réis ou 16.000 réis por acção e obrigando-se á responsabilidade do passivo em cerca de outros 80 Contos; mas, que devido á caprichosa prepotencia, da maioria da referida assembléa geral, foram estas propostas rejeitadas e acceita uma outra menos vantajosa, dando apenas 50% aos accionistas. Em vista do exposto, e ainda com o mesmo intuito, apresentou uma proposta de compra ao Banco da República do Brasil, da fábrica, que houve o mesmo Banco da extincta Companhia Manufactora Caxiense, proposta esta que foi convenientemente discutida e acceita; ficando resolvido que a Directoria, por telegrama, se dirigisse ao Banco, no sentido de effectuar a compra e que para isso se fizesse offertas até a quantia de duzentos Contos ou mesmo mais alguma coisa; ficando tambem resolvido que no caso de realização da compra, não se distribuísse o dividendo relativo ao 2º semestre findo em Dezembro último e tambem que fosse á capital deste estado o director Antonio

Joaquim Ferreira Guimarães, nem só para consultar á maioria dos accionistas neste sentido, como por intermédio dos agentes desta Companhia activar a negociação e conclusão da compra. Nada mais havendo a tractar foi encerrada a sessão. Eu, Manoel Gonçalves Pedreira, Secretario, a escrevi e assigno.

Antonio Joaquim Ferreira Guimarães

Manoel Gonçalves Pedreira

Antonio Bernardo Pinto Sobrinho

3.3- Companhia União Caxiense: sua fundação, instalação e funcionamento entre 1889 a 1958.

A iniciativa de criação de mais uma indústria têxtil na cidade de Caxias ocorreu também sob a influência de Francisco Dias Carneiro, Manoel Correia Baima do Lago, Antonio Joaquim Ferreira Guimarães e Hiram Mapes Júnior³⁵.

Para justificarem esse novo empreendimento, publicaram um manifesto no Jornal do Comércio de Caxias, em 10 de agosto de 1889, no qual afirmavam seus propósitos:

“Fundar Companhia Anônima, para montar uma Fábrica de fiar e tecer algodão, com o fim especial de produzir riscados ou fazendas de fios tintos, conhecidos com o nome de riscados nacionais e estrangeiros.”

³⁵ O primeiro e o último nome citados estiveram associados desde a criação da Companhia Industrial Caxiense. Francisco Dias Carneiro havia contratado Hiram Mapes Júnior, que era engenheiro e morava na cidade Belém, para construir a primeira ponte que ligou as duas partes da cidade divididas pelo curso do Rio Itapecuru.

Como não havia produção nem local, nem na cidade de São Luís, de produtos similares, pois a Industrial Caxiense somente produzia os domésticos, a criação, do ponto de vista dos empresários associados, se fazia *“não por motivos especulativos ou caprichosos, mas por ser esta a direção razoável e natural que devem ter nossos esforços progressivos, visto como a principal lavoura da província sempre foi a cultura do algodão.”*

O capital social da Companhia devia ser de 280 contos de réis, com a previsão da instalação de 108 teares, segundo os seus signatários, que aceitaram a proposta de vários interessados de que se ampliasse o capital da mesma para 400 contos de réis e que o número de teares fosse também elevado para 200.

A nova sociedade foi instalada em Caxias, em 22 de outubro de 1889, com grande receptividade tanto nessa cidade, como em São Luís. Constava do artigo 1º. de seus estatutos, que a mesma tinha por finalidade montar, na referida cidade, *“uma fábrica de escaroçar, fiar e tecer algodão, para produzir de preferência a fazenda conhecida no mercado com o nome de riscado nacional e estrangeiro.”*³⁶ (Caldeira, 1988:151)

Após a subscrição do capital, foi constatado que a Companhia tinha atraído lavradores, capitalistas, negociantes e outros acionistas de São Luís e também de outras praças. (Diário do Maranhão, 20/10/1889)

Do balanço de total de ações subscritas foi possível identificar o seguinte quadro de distribuição:

³⁶ Parte dos dados apresentados sobre a Companhia União Caxiense foram retirados das atas das reuniões da sua diretoria de 1889 – 1914 e Atas das Assembléias Gerais Extraordinárias da Companhia de Fiação de Tecidos União Caxiense S.A. de 1944 a 1980, e cotejados com parte das informações contidas na tese de Caldeira (1988)

Quadro de Distribuição de Ações da Companhia União Caxiense

GRUPO DE AÇÕES	No. de ações por grupo	%	No. de Acionistas	%
1 a 5	409	10.0	115	45,0
6 a 10	606	15.0	60	25,0
11 a 20	668	16.0	51	19.0
21 a 50	1.337	34.0	26	10.0
51 a 100	560	14.0	6	2.0
Mais de 100	420	11.0	2	-
Totais	4.000	100.0	260	100.0

Fonte: Comércio de Caxias, 04/11/1889,2-3

O total de subscritores permitia identificar que o grupo que reuniu um pequeno número de ações (1-5) totalizava 45% do total de acionistas, portanto, praticamente a metade dos subscritores, embora detivessem apenas 10% do capital da Companhia. Por outro lado, um total de apenas, oito acionistas constituía o grupo de mais de 50 ações, representando uma participação de 25% no total do capital. Os acionistas que compreendiam o grupo de 21-50 ações, era equivalente a 10% dos acionistas e tinha posse de 34% das ações.

Esse modo de constituição das sociedades anônimas na cidade de Caxias estimulava a participação de um grande número de acionistas que possuía um número restrito de ações, sendo esse conjunto em geral formado por pessoas que tinham poucas posses e uma inserção social restrita. Por outro lado, um número reduzido de acionistas de grande prestígio social e de grande poder econômico detinha o maior número de ações, e, portanto, o controle acionário da empresa, estando assim definida a sua efetiva participação na administração da Companhia.

A reunião dos sócios acionistas, pela primeira vez, em 04 de novembro de 1889, teve justamente a finalidade de, conforme o art. 22 dos Estatutos da Sociedade Anônima União Caxiense (**ANEXO II – Estatutos da Sociedade União Caxiense**), dar posse à diretoria recém-eleita, bem como efetuar a distribuição dos cargos da diretoria, para que ficassem explicitadas as funções administrativas de cada diretor eleito.

Dessa distribuição resultou o seguinte quadro:

Francisco Dias Carneiro – Presidente

Manoel Correa Bayma do Lago – secretário

Antonio Joaquim Ferreira Guimarães – tesoureiro

Também foi nomeado, conforme o disposto no art.19 dos estatutos, um Agente na capital da província – Srs. Santos & Irmão para o qual foi encaminhada procuração de acordo com o art.8º.

Após a posse da diretoria, foram iniciadas as primeiras diligências no sentido de que se estabelecesse o local em que seria construída a Fábrica da Sociedade. O local escolhido ficava em área plana, logo abaixo da área em que estava a Fábrica da Companhia Industrial Caxiense, entre o rio Itapecuru e o riacho Ponte. Parte do terreno escolhido foi cedido pela Industrial Caxiense e a outra parte dependia de aforamento, pois pertencia ao Patrimônio da Freguesia de N.S. de Nazareth da Trezidela.

A construção do edifício destinado ao funcionamento da oficina foi concluída, o que permitiu que se lançasse a pedra do edifício da fábrica, no dia 22 de agosto de 1890, tendo sido encerrada a sua construção no dia 31 de dezembro de 1892. Apenas os salões do pavimento superior, destinados à gerência e ao escritório, ainda não estavam concluídos nessa data.

O edifício construído tinha 52 metros de frente, 68 metros do lado direito e 40 metros do lado esquerdo, contendo neste recinto amplo espaço para as máquinas que alimentariam 240 teares, bem como para a instalação da tinturaria, que ocupava um espaço de 12 X 5,4 metros.

A União Caxiense estava localizada na grande avenida que partia da barra da ponte para a cidade, em lugar alto, arejado e bastante enxuto, reunindo boas condições de salubridade. O riacho Ponte estava em frente ao prédio e nos seus fundos estava o rio Itapecuru.

As características da construção estão registradas no Relatório de 1892, publicado em 15/02/1893, conforme os seguintes dados:

“ O edificio é construído de tijollos, apoiado sobre columnas e travejamento de ferro, com toda segurança contra fogo, para não destruir a qual fizemos os dois salões do sobrado e o terraço que termina a frente em abóbadas de tijollos entre tés de ferro, ladrilhado de mosaico portuguez.”

Curiosamente, o assentamento do registro do prédio da Companhia União Caxiense no Registro de Imóveis da Comarca de Caxias, somente ocorreu em 1949, mais precisamente, no dia 21 de junho deste ano. A petição apresentada ao Prefeito Municipal pela Companhia, foi anotada no Livro de Protocolo número “Um A”. No seu conteúdo estão descritas as características da construção e de sua localização, razão pela qual a transcrevemos a seguir :

“ Petição – Ilmo. Sr. Prefeito Municipal, desta cidade. A Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense S/A, tendo no ano de 1894, construído um prédio denominado “União” , no Povoado Ponte” , terceiro distrito, desta cidade, tendo de frente noventa metros e trinta centímetros, correspondente à fachada principal e de face lateral sessenta e nove metros e noventa centímetros, todo murado, parte com grade de ferro, à Rua da União, com fundos para a Rua do Estrepe, cujo prédio é construído

de tijolos, pedra e cal, estrutura metálica, com calhas de zinco e cobre, com todo os demais pertencentes, em cuja construção foi empregada a importância de trinta contos de réis (Rs. 30.000\$000), e como até hoje, o mesmo prédio não esteja transcrito no Registro de Imóveis, desta Comarca, em nome da requerente construtora, requer a V.S. que se digne mandar certificar ao pé desta se são verdadeiras as declarações da peticionaria, quando a construção, medições, características e confrontações, valor empregado, afim de que assim possa legalizar o referido imóvel. Nestes termos. P. Deferimento. Caxias, 21 de Junho de 1949. (a) Toribio Oliveira .”

Seguem-se os despachos feitos do Cartório para o Prefeito e deste para o fiscal e, finalmente, do Tabelião do 1º. Ofício Aluizio de Abreu Lobo que realizou o registro solicitado pela Companhia Fiação e Tecidos União Caxiense, certificando-lhe a propriedade da área, que certamente deve ter sido adquirida do Patrimônio de N.Sra. de Nazareth, embora não se disponha de comprovante, mas seja possível deduzir, a partir da demonstração do zelo do Padre Raymundo João Álvares Duarte, como administrador da Igreja e do patrimônio da Santa, quando efetivou a cobrança de “cincoenta mil réis” à Diretoria da União, pelo pagamento de pedras que foram tiradas das suas terras, durante a construção do prédio da fábrica.³⁷

Juntamente com as especificações da construção do prédio da indústria que tinha sido recentemente criada, foram também tomadas as providências necessárias para que fossem contratados os serviços do Engenheiro Hiram Mapes Junior, com quem foi estabelecido um contrato para viajar à sua custa aos Estados Unidos, para escolha e compra das melhores e mais aperfeiçoadas máquinas de fiar e tecer algodão, assim como todo o material de ferro necessário para o levantamento do edifício da fábrica da sociedade.

³⁷ As diligências tomadas para a construção do prédio da União incluíram, entre outras medidas, a realização de um contrato lavrado em Ata da Diretoria, que reunida em 12/11/1889, com o Sr. Altino Bittencourt, responsável pelo fornecimento dos tijolos de alvenaria que deveriam ser entregues conforme as condições estipuladas, nas quais estavam descritas todas as especificações de tamanho, espessura, qualidade e de transporte dos duzentos e dez milheiros de tijolos, até o dia 1º de dezembro do ano seguinte, com entregas mensais de cinquenta milheiros, ao preço de vinte e cinco mil reis por cada milheiro. (Ata No.03 de 15/12/1889).

O engenheiro Hiram receberia o pagamento de Rs 24:000\$000 (vinte e quatro contos de réis), sendo vinte contos de réis em ações da sociedade e quatro contos de réis em dinheiro, pago em parcelas mensais de duzentos mil réis, a começar de Novembro de 1889 até a terminação da montagem da fábrica, quando lhe seria pago o restante da importância.

Essa modalidade de contrato mostra a fragilidade do conhecimento técnico disponível entre os próprios acionistas, para realizar uma empreitada de tal vulto, o que os colocava numa situação de dependência em relação ao técnico contratado, que já havia provocado dificuldades à Diretoria da Companhia Industrial Caxiense, em 1892, conforme o relatório do Agente daquela indústria, já registrado no item anterior, relativo àquela fábrica.

Apesar desse dado, a decisão fora responsabilizá-lo, com o pagamento de multa de (Rs 1:000\$000), em caso de descumprimento de suas obrigações, sendo também de igual valor o pagamento a que teria direito se a Diretoria da Companhia Fiação e Tecidos União Caxiense deixasse de atender às condições estipuladas no contrato assinado.

Destaca-se esse aspecto da criação e instalação da fábrica União, porque de fato, Mapes estava encarregado de tornar realidade o projeto da Sociedade, sendo responsável também de: contratar o pessoal indispensável para a montagem e o funcionamento dos aparelhos da fábrica; levantar a planta da fábrica, observando as melhores condições de serviço e higiene; dirigir, de acordo com a planta, a execução das obras necessárias para a construção do edifício e montagem de todos os aparelhos, até o ponto de poder funcionar regularmente. (Ata No.1, 04/11/1889).³⁸

³⁸ Além da compra dos equipamentos a ser feita na cidade de New York, a Diretoria providenciou a compra de um quilômetro de trilhos portáteis, systema Dreawille - wagonetes, curvas V. pela importância de um conto e quatrocentos mil réis, ao Sr. José Castello Branco da Cruz, do Engenho Central, para ser aplicado à condução de pedras e outros materiais para as obras da fábrica.

A regularidade das reuniões da Diretoria da União, recém-empossada, permite acompanhar detalhadamente os esforços empreendidos pelas fábricas locais, registrados em Atas, para a contratação de técnicos estrangeiros, que garantissem a montagem de suas máquinas. Assim, em 15 de dezembro de 1889, foi avaliada a proposta feita pela Diretoria da Companhia Industrial Caxiense, para que dividissem os encargos da vinda de dois mecânicos, que deveriam acompanhar as máquinas adquiridas pela Industrial Caxiense.

Como houve acordo por parte da Diretoria da União em relação ao proposto pela outra fábrica, foi enviada correspondência a Mapes, que já havia partido para os Estados Unidos, bem como para os correspondentes da Sociedade União, em New York, o escritório Herbst Brothers.

É quase desnecessário ressaltar as enormes barreiras de comunicação que àquela época dificultavam as transações comerciais e a execução de medidas que agilisassem o funcionamento da fábrica, em prazos mais reduzidos. Para minimizar essa situação, o sistema de contratação de agentes e correspondentes era usual àquela época, dando-lhes poderes para resolverem assuntos relativos às transações financeiras e comerciais, segundo seu juízo sobre essas situações, num momento em que havia de certa forma se caracterizado o Encilhamento, como sendo favorável à indústria nacional.³⁹

A Diretoria da Companhia União, além de trabalhar com a Herbst Brothers em New York, tinha também na cidade de São Luís, os Srs. Santos & Irmão, como seus agentes. Ainda que esses tivessem autonomia para agir, a Diretoria mantinha

³⁹ A discussão sobre o Encilhamento é introduzida a partir da publicação da obra, de Stein, em 1957, *The brazilian cotton manufacture: textile enterprise in the Underdeveloped Area, 1850-1950*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts. A compreensão desse movimento tornou-se fundamental para os estudos sobre a indústria têxtil, por estar referenciado à situação de alta especulação, durante o ano de 1890, que favoreceu o financiamento da indústria nacional e, também, por demarcar, a situação contrária a essa, que se desdobrou a partir da crise da indústria têxtil de 1892, portanto, Pós-Encilhamento, como resultado de medidas restritivas ao crédito e de desvalorização do mil-réis. Ver : Stanley, Stein, *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil - 1850-1950*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

correspondência regular com os mesmos, transmitindo-lhes as decisões tomadas pelas Assembléias de Acionistas ou apenas por ela mesma.

Na ocasião da ida do Engenheiro Mapes aos Estados Unidos, a Diretoria orientou seus agentes da capital, para que limitassem as remessas de fundos para New York, num montante total de L 14:000/0/0, aproximadamente, depositando-os em diferentes bancos e em diversas cidades, como Lisboa, New York ou Londres, de onde pudessem ser retirados, quando necessário, conforme as oscilações cambiais que permitissem as melhores negociações.

Mas, além desses aspectos da própria conjuntura da cidade e da província do Maranhão, exigindo que os procedimentos fossem feitos por intermediários, outros problemas provocaram transtornos e prejuízos à Diretoria, sobretudo os que resultaram da forma da atuação do Engenheiro Mapes, por exemplo, durante sua viagem aos Estados Unidos, o que produziu grande atraso para o início das atividades de produção têxtil, devido à falta das máquinas que deveriam ter vindo da Inglaterra, embora sua compra se realizasse em New York.

A Diretoria realizou reuniões sucessivas, desde o mês de Abril de 1890 até o mês de Dezembro de 1891, cujo tema permanente era a avaliação e a execução de medidas que evitassem consequências mais graves do que aquelas que foram provocadas por Mapes, junto ao escritório Herbst Brothers, que implicaram no atraso do embarque das máquinas, por mais de um ano.

Em síntese, esse episódio exigiu que o Presidente da Sociedade, Dr. Francisco Dias Carneiro viajasse para New York, conforme decisão da Diretoria, registrada em 28/04/1890.

Apesar de seus esforços, para resolver as dificuldades que se estabeleceram entre o Engenheiro Mapes e Herbst Brothers, ao retornar de sua “missão” nos Estados Unidos, relatou à Diretoria, no dia 09/08/1890, os resultados alcançados, conforme resumo do seu depoimento:

- disse que houve um desentendimento entre o engenheiro e o seus correspondentes que eram insuperáveis, dado que, embora tivesse obtido boas referências do escritório na cidade de New York, as acusações trocadas entre ambas as partes diziam respeito ao uso inadequado dos recursos da Sociedade;
- a situação agravou-se quando Herbst Brothers não aceitaram a decisão do Dr. Francisco Dias Carneiro, de acordo com a Diretoria, de tratar da aquisição das máquinas, diretamente com os fabricantes, pois passaram a exigir que fossem mantidos como intermediários ou fossem indenizados para se retirarem da negociação.

Ocorreu que embora o Dr. Dias Carneiro tivesse apresentado uma proposta vantajosa, houve recusa dos mesmos, o que o obrigou a contratar um escritório de advocacia que pudesse defender os interesses da Sociedade, face às exigências feitas por Herbst Brothers. Transferiu todos os poderes aos Srs. Tracy, Mac Farland, Irving, Boardman and Blatt para promoverem a liquidação, nos termos de direito, sem nenhuma concessão excepcional, mas unicamente restrita ao que fosse de justiça.

Apesar dos esforços empreendidos pelos advogados em New York, não ocorreu o andamento favorável da ação judicial, até setembro de 1891, razão pela qual a Diretoria contratou, por indicação dos Srs. Santos e Irmão, o Sr. Custódio Gonçalves Belchior, para representar a Sociedade na tentativa de finalizar a negociação com Herbst Brothers, dado que desde o mês de fevereiro, a Riley & Gray responsável pela fabricação das máquinas, havia escrito avisando que elas estavam prontas para o embarque. Ocorria, porém, que seu embarque estava impedido, em decorrência da ação judicial com o escritório Herbst Brothers.

Finalmente, em Janeiro de 1892, a Diretoria aprovou os termos do acordo que foi negociado pelo Sr. Belchior, embora houvesse uma tentativa de Herbst Brothers de extorquir ainda mais a Sociedade União, cobrando-lhe indevidamente uma Comissão de 5% nas contas das despesas de embarque das máquinas feito no vapor "Corigan", que foi rejeitada pela diretoria.

Esse episódio também produziu outro problema de indenização cobrada pelo Engenheiro Hiram Mapes Junior aos diretores da União, que solicitaram os serviços do advogado Dr. Salustiano Ferreira de Moraes Rego, para resolver tal questão, chegando a um acordo com o Engenheiro sobre as condições de rescisão do seu contrato. Conforme decisão da diretoria em 09/03/1891 (Ata No. 26) ficou decidido pagar a ele dois contos de réis, mediante a entrega da planta geral da fábrica, pois para pressionar a Diretoria, ele havia incendiado as plantas do edifício, conforme registro feito na Ata no. 19 de 30/12/1890.

O fato ocorrido foi comunicado aos representantes de New York, G. Amsinck, para evitar que os fabricantes das máquinas enviassem ao Engenheiro desenhos, papéis e esclarecimentos sobre a fábrica, que havia traído a confiança da Sociedade União.

A todo esse desgaste em relação aos prejuízos pelas ações que tiveram de realizar, pelo atraso do recebimento das máquinas, ainda foi acrescido o que se produziu através de notícias divulgadas pela imprensa da capital, através de artigo publicado por dois acionistas no Diário do Maranhão, em 15 de agosto de 1891, contra a proposta de aumento de capital feita pela diretoria.

Esses detalhes mostram quão complicado foi o processo de instalação da Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense, embora as providências para a

aquisição de máquinas e a contratação de mecânicos no exterior tivesse se iniciado desde o final de 1890.

Após o insucesso do contrato dos serviços do escritório Herbst Brothers, da cidade de New York, a Diretoria da Companhia Fiação e Tecidos União Caxiense contratou como seus representantes a G. Amsinck & Co., que recebeu em agosto de 1890, um total de L\$ 10.000 (libras) para fazer face aos encargos das compras e de outras demandas da Companhia, por intermédio dos Srs. Santos & Irmão, também encarregados de fazerem as remessas de fundos para New York, bem como de tratarem dos negócios da Sociedade, junto à Alfândega do estado, conforme decisão da Diretoria em reuniões de agosto e setembro de 1890. (Atas No. 13 e No. 14).

Foram encomendadas, além das máquinas, as calhas de cobre, dez ventiladores, a armação de ferro do teto e transmissões, contratados com os fabricantes Riley & Gray de Boston, Lowell Machine Shop. A R. Whitney and Company e Jones and Laughlins, Limited.

Também foi novamente feita solicitação à Riley & Gray e Lowell Machine Shop., pedindo-se à primeira, um mecânico mestre para montar as máquinas e à segunda, um mestre e um ou dois auxiliares que montassem não só as máquinas por ela fabricadas, como todas as demais de que se compõe a fábrica, excetuando aquelas fabricadas por Riley & Gray.

Ao encaminhar esse pedido, a Diretoria insistia “ *que se recomendasse com empenho a vinda de pessoal habilitado e de boa conduta, nas condições mais favoráveis que fosse possível.*” (Ata No. 32 – 06/08/1891). Para isto, encarregaram a G. Amsinck & Co. de intervir nesse negócio, realizar os respectivos contratos e fornecer fundos para o embarque dos referidos mecânicos.

A necessidade de contratar técnicos estrangeiros foi sempre um grande problema para as indústrias têxteis emergentes, pois ainda não havia se formado, na maioria das províncias, um contingente qualificado de técnicos e de trabalhadores em geral, para todos os setores das indústrias em funcionamento.

No Maranhão não ocorreu, àquela época, iniciativa semelhante a que foi adotada por industriais do interior de Minas, que enfrentando dificuldades semelhantes com os estrangeiros contratados pelas fábricas Cedro e Cachoeira⁴⁰, decidiram organizar, a partir de 1873, escolas de ensino das primeiras letras aos operários, às expensas das próprias companhias. Além do domínio da leitura, da escrita e das operações fundamentais da aritmética, os jovens e menores que passaram a ser recrutados no interior, eram treinados para operarem as máquinas com disciplina e obediência a uma ordem racional-legal adequada ao crescimento da produção fabril. (Giroletti, 1991: 99)

Para sanar os problemas criados por Mapes, em relação à construção do prédio e ao funcionamento de máquinas da fábrica, foram contratados o Engenheiro Luís Barbosa, empregado na Comissão Hidráulica do Estado, que foi procurado, na cidade de Codó, vizinha à cidade de Caxias, pelo Dr. Dias Carneiro.

O Engenheiro passou a trabalhar na conclusão da montagem da fábrica, tão logo obteve licença do governo e foi finalizada a negociação salarial, tendo sido acertado o pagamento de quatro contos de réis por seu trabalho, a partir do dia 26/01/1891, por oito meses, sendo posteriormente, renovado por mais três meses, até 1º. de Janeiro de 1892. Também na mesma ocasião da visita do Dr. Dias Carneiro àquela cidade, foi contratado o maquinista Bernardo Leovegildo dos Santos, mediante o ordenado mensal de cento e cinquenta mil réis e passagem.

⁴⁰ Como os industriais maranhenses, os mineiros faziam apelos enfáticos aos seus correspondentes, para que lhes enviassem operários exemplares da Europa. Além da competência técnica, o gerente de uma das fábricas analisadas por Giroletti, a de Cachoeira dizia : “ Queremos um GENTLEMAN mais ou menos, um empregado de probidade reconhecida, que não venha dar-nos incômodos que agora estamos sofrendo. Preferimos que seja casado, e que venha com a sua família; se tiver filhos aptos para o trabalho, cá encontrarão serviço” (Giroletti, 1991:87)

Além dessa busca de técnicos nas cidades vizinhas, foi também enviada uma carta ao Dr. Palmério de Carvalho Cantanhede, no Rio de Janeiro, pedindo informações sobre a possibilidade de obter no sul dois mecânicos, sendo um habilitado em cardas e outro em tinturaria, pois era grande a necessidade de operários qualificados. Nesse período, mais um mecânico inglês, Thomas Percy, que já havia se incompatibilizado com a Diretoria da Industrial Caxiense, foi também dispensado da Companhia União Caxiense, ficando encarregado o Agente da Companhia em São Luís, de realizar a rescisão de seu contrato feito em New York.

Há de se convir que todas essas inconveniências eram resultados de um processo previsível, dado o isolamento da região, em termos de sistemas e vias de transporte, que se fazia apenas por meio de barcos e vapores nos rios que cortam o território do Maranhão. Foi por essa razão inclusive, que o Engenheiro Luis Barbosa necessitou rescindir o seu contrato, antes do prazo previsto (Janeiro de 1892), dado que o empresário responsável pela construção da estrada de ferro entre Caxias e a Villa das Flores (atual cidade de Teresina), contratou os seus serviços naquele mesmo período.

As solicitações feitas às companhias americanas para o contrato de novos técnicos surtiram algum resultado, pois, finalmente, chegaram a Caxias, em Janeiro de 1892, os mecânicos Thomas G. Cox e George E. Jordan⁴¹ para a montagem das máquinas, sendo também contratados mais dois mecânicos que já estavam na cidade e que estiveram envolvidos na instalação da Companhia Industrial Caxiense, Robert D. Wall (técnico americano) e José do Egypto (natural da província).

Além dos mecânicos, foi contratado o Engenheiro Henrique José Gaspar, que aceitou deslocar-se de São Luís até Caxias, com salário equivalente a dois contos de réis, para incumbir-se da montagem da máquina motora da fábrica. Finalmente,

⁴¹ Os técnicos Cox e Jordan, na data de vencimento dos seus salários, correspondentes a dois meses vencidos na data de 15/03/1892, declararam à diretoria que preferiam que a Companhia ficasse com seus honorários vencidos, até que o câmbio fosse mais favorável para eles. A Companhia pagaria juros de 2% ao ano sobre o valor que tivesse sido acumulado e para a Diretoria essa era considerada uma situação vantajosa.

também havia sido convidado a visitar a fábrica para examinar as condições do setor destinado à tinturaria, um tintureiro português, o Sr. José Pinto Miranda, que era funcionário da Fábrica da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense (vulgo Fábrica da Camboa). Com sua presença, a Diretoria poderia ter um parecer sobre a conveniência de adquirir os aparelhos de tinturaria da Companhia Industrial Caxiense.

Para resolver essa situação da tinturaria, a Companhia União Caxiense optou por adquirir aparelhos, tintas para a tinturaria, bem como contratar um tintureiro, por intermédio da G. Amsinck & Co. , para a qual enviaram uma remessa de L 1000, 00 .

Diante do volume de encargos da instalação da Companhia Fiação e Tecidos União Caxiense, que foram se elevando à medida que se estendia esse processo, a Diretoria decidiu convocar a Assembléia Geral dos Acionistas, na data de 30 de Agosto de 1891, na qual apresentou Balanço da situação financeira e das despesas da Companhia com as obras da fábrica e a montagem das máquinas, conforme as notas de compras das mesmas, para justificar a necessidade de aumento de capital, fixado em 260:000\$000 (duzentos e sessenta contos de reis), mediante a emissão de 2.600 ações.

Após a aprovação do aumento proposto, foi feita no dia 15/11/1891, a primeira chamada de dez por cento de aumento do capital, sendo divulgada, conforme o art. 4º. dos Estatutos, a publicação da mesma, nesta cidade e na capital, bem como arquivada no Registro Geral da Comarca, conforme previa a legislação vigente. No dia 15/01/1892, seria feita a segunda chamada, para a segunda emissão. O depósito legal representado pela décima parte do capital das ações emitidas (2.600) seria feito na Coletoria das Rendas Gerais.

Novamente, no dia 10 de dezembro de 1892, foi convocada, extraordinariamente a Assembléia Geral, para propor aumento de capital para a importância de Rs

190:000\$000 considerada fundamental para a conclusão da montagem da fábrica. Foi acertada a data de 20 de Janeiro de 1893, para a primeira chamada correspondente a 10%, bem como o depósito legal da mesma tão logo fosse feito o recebimento dos valores pelo Diretor Tesoureiro. Na mesma Assembléia, a Diretoria propôs alteração dos estatutos da Companhia nos seguintes pontos:

Art. 5º. tratando das chamadas feitas pela Diretoria não podendo cada prestação exceder a vinte por cento e nem ser realizada com menos de 30 dias;

Art.14 – no impedimento, ausência, renúncia ou falecimento de qualquer membro da Diretoria, será chamado para substituí-lo o suplente mais votado, e assim por diante até o terceiro;

Único – O Suplente, em exercício, terá o mesmo vencimento do Diretor.

Art. 28 – O Diretor-gerente, além da porcentagem que lhe compete como Diretor e do ordenado de dois contos de reis anuais, terá mais uma gratificação arbitrada pelos outros dois diretores, e os membros do Conselho Fiscal, a qual permanecerá durante sua gerência.

Art.30 –

§ 3º- A substituição dos fiscais será feita pelo suplente mais votado e assim por diante até o terceiro;

Art.31- A mesa da Assembléia Geral dos Acionistas se comporá de um Presidente e dois secretários.

Art. 33- As eleições serão feitas por meio das cédulas, contendo:

na de Diretores – três nomes

na de Suplentes de Diretores – três nomes

na dos Fiscais – três nomes

na dos Suplentes de Fiscais – três nomes

na dos Secretários de Assembléia Geral – dois nomes

Os mais votados serão eleitos.

O Presidente da Assembléia Geral será aclamado dentre os sócios presentes, depois de ter o número exigido para haver sessão.

- se houver reclamação será eleito para aquela sessão, por maioria de votos;

§ 3º – Os secretários serão eleitos por três anos e terão cinquenta mil reis cada um, por cada sessão extraordinária ou ordinária em que funcionarem;

Art. 37 – (suprima-se)

Art. 42 – O fundo de reserva e seguro será empregado em letras hipotecárias do estabelecimento de crédito real, em dívida pública fundada, geral ou estadual, ou em ações de companhias de reconhecido crédito.

Esse conjunto de medidas adotadas pela Diretoria parece indicar que havia uma certa expansão do processo de capitalização da Companhia, que poderia se tornar um obstáculo para seu êxito, uma vez que surgiam resistências e manifestações por parte de acionistas insatisfeitos, como foi o caso do Sr. Annibal Pedro dos Santos que, em artigo publicado no Comércio de Caxias, de 29 de outubro de 1892, tomou públicas suas censuras à Diretoria, pois ela havia lhe impedido de obter a lista nominativa dos acionistas, como havia solicitado, através de petição apresentada à mesma, no dia 07/10/1892.

No âmbito da própria diretoria havia gerado polêmica a sua petição e, também, a resposta negativa ao pleito do Sr. Annibal Pedro dos Santos. Particularmente, o Diretor-Secretário, Manoel Correa Bayma do Lago, discordou do Diretor-Presidente, Sr. Francisco Dias Cameiro, e do Diretor-Tesoureiro, Sr. Antonio Joaquim Ferreira Guimarães, por considerar inadequada a proibição. Mesmo o seu pedido, enquanto Diretor para que, particularmente, fornecesse a lista nominativa dos acionistas foi rejeitado, ao que respondeu, afirmando “ *ficar vencido, mas não convencido, por ser permitido o que não é proibido*”. (Ata Nº 51 – 08/10/1892)

Diante dessa situação delicada do próprio andamento das obras para o funcionamento da fábrica, criada desde 1889, foi reconhecida a necessidade de um gerente, sendo nomeado o Dr. Francisco Dias Carneiro, que deveria assumir o cargo, com as vantagens estabelecidas nos estatutos. Assim, ele acumularia a função de gerente e superintendente para administrar o serviço interno da fábrica.

Ao final do ano de 1892, o Diretor-Gerente noticiou que os mecânicos George E. Jordan e Thomas G. Cox assumiriam, a partir daquele mês até o dia 1º de Maio de 1893, quando se encerraria seu contrato, apenas as tarefas de conservação das máquinas montadas e de montagem das que ainda pudessem fazer até a sua saída da fábrica.

Havia, portanto, um limite para a efetivação de todas as tarefas de montagem, criando a expectativa de que ainda fosse adiada a produção do conjunto da fábrica, o que implicava em novas necessidades de caixa, como verificou e demonstrou o Diretor-tesoureiro, Antonio Joaquim Ferreira Guimarães. Na realidade, faltavam fundos suficientes para realizarem diversos pagamentos, portanto, foi deliberado que fosse tomado a prêmio a importância de cinco a dez contos de réis, a prazo e taxa favoráveis, aceitando-se a letra ou letras respectivas.

Tendo se esgotado o mandato da diretoria da Companhia em exercício, foi convocada para o dia 31/01/1893 a Assembléia Geral de Acionistas, na qual foi realizada Prestação de Contas até o dia 31/12/1892, bem como foi decidido que fosse publicado pela imprensa e em folhetos a serem distribuídos aos acionistas, o Balanço e mais peças, como o controle do Movimento Interno da Fábrica, como se mostra abaixo, bem como o Relatório da Diretoria. Também ficava convidado o Conselho Fiscal para o exame das contas e mais atos.

MOVIMENTO INTERNO DA FÁBRICA UNIÃO CAXIENSE

O movimento interno da Fabrica ao referido período de 25 de novembro a 31 de dezembro, foi effectuado pelas machinas já mencionadas, que prepararam 26:820 metros de domésticos ns. 2 e 3 e deixaram 3:481 kilog^os de algodão em transito.

Os materiaes consumidos foram os seguintes:

Matéria prima (Pluma)

Algodão comprado até 31 de dezembro	Kilog ^o s	13:355,5
Consumido	6:240,5	
Em laboração	<u>3:481</u>	<u>9:721</u>
Existe	Kilog ^o s	3:634
Tapioca		
Comprados até 31 de dezembro	Litros	8:356
Consumida		<u>858</u>
Existe	Litros	7:498
Óleos		
Comprados até 31 de dezembro		532,5
Consumidos		<u>292,5</u>
Existe	Litros	240
Sebo em rama		
Comprado até 31 de dezembro	Kilog ^o s	170,400
Consumidos		<u>170,400</u>
Existe		00
Combustível		
Lenha comprada até 31 de dezembro	Achas	321:710
Consumido	Achas	<u>95:389</u>
Existe	Achas	226:321

(Relatório da Diretoria da União Caxiense – 15/02/1893 – publicado em 11/04/1893 pela Tipografia Frias, São Luís) **(Ver : ANEXO III – Exemplo de registro do controle do almoxarifado)**

Foi convocada então uma nova Assembléia para o dia 05/03/1893, que procedeu à aprovação de toda a documentação apresentada, bem como à re-eleição dos

diretores, que acordaram entre si, a troca de cargos, ficando como Presidente – Manoel Corrêa Bayma do Lago; Secretário – Antonio Joaquim Ferreira Guimarães; Gerente-Tesoureiro – Dr. Francisco Dias Carneiro.

Mesmo não tendo sido localizados os Relatórios da Diretoria e os Balanços dos Anos de 1890/91, serão ainda analisados os Relatórios de 1892, 1893, e 1894, como também o Balanço de 1893 e 1894 (**ANEXO IV- Cópias dos Balanços da Companhia União Caxiense**), para ressaltar aspectos relativos ao funcionamento da Companhia União Caxiense nesse período mencionado.

O conteúdo do Relatório da Diretoria, de acordo com a reprodução do seu texto original, publicado no Diário do Maranhão, no dia 17/03/1894, conforme consta no Arquivo Público do Estado do Maranhão, compreende uma avaliação do Balanço Geral da Companhia (31/12/1893), cuja transcrição de alguns trechos se fará na íntegra, pela riqueza dos detalhes que contém, além de apresentar comentários sobre as dificuldades encontradas para adquirir equipamentos, drogas e um tintureiro, de modo que a fábrica iniciasse a produção dos riscados, conforme havia anunciado.

Esses comentários apesar de se referirem a apenas um aspecto do funcionamento da fábrica, mais uma vez, permitem que se constate o desafio que foi assumido pelos idealizadores do projeto de instalação de indústrias têxteis, na cidade de Caxias, região tão distante dos mercados de produção e comercialização de equipamentos e mão-de-obra qualificada.

Além de comprarem as máquinas nos Estados Unidos, nas condições em que se deu essa aquisição, em consequência das dificuldades criadas pelo Engenheiro Mapes Júnior, tinham que ser adquiridas também as peças de reparos para substituírem aquelas que foram danificadas durante o transporte das máquinas dos Estados Unidos até a cidade de Caxias.

De todo modo, os diretores atestavam, desde 1892, em seu Relatório anual, publicado em 15/02/1893 no Diário do Maranhão, que a fábrica já estava

“ em funcionamento regular, desde 25 de novembro quando se montou o primeiro tear, até 31 de dezembro já funcionavam: 1 abridor, 2 batedores, 18 cardas, 2 puxadores grossos, 2 ditos finos, 1020 fuzos de urdir, 612 ditos de trama, 2 carriteiras, 2 urdideiras, o engommador, 60 teares, a calaudra, o dobrador, e a prensa, dando o lucro líquido de Rs. 5:139\$438. (Relatório de 1892, publicado em 11/02/1893, no Diário do Maranhão).

Essas constatações mostram que o custo de funcionamento dessas fábricas na região Norte era muito maior, porque necessitavam importar dos maiores centros do país e/ou do exterior tudo que era necessário para efetivar as suas metas de produção fabril. No caso específico que dizia respeito à fabricação dos riscados, afirmavam os diretores da União Caxiense em seu relatório de 1894:

“Tendo a Directoria em vista que a vossa fábrica foi montada especialmente para produzir riscados, resolvem em 17 de abril, a ida do director gerente à capital do Estado, a fim de tratar da aquisição de um tintureiro.

Effectivamente foi contractado em Lisboa, pelo sr. Albino José da Silva, o tintureiro sr. Raphael Nunes que aqui chegou a 4 de agosto.

Foram então feitos os pedidos de drogas para a tinturaria, tendo sido anteriormente encomendados os aparelhos respectivos, para a montagem completa dessa secção da fábrica; não obstante, só no fim do anno foram daqui recebidos os referidos aparelhos e drogas. Esta demora deu lugar a que a tinturaria só viesse a ficar em estado de funcionar regularmente já em fins de Janeiro do corrente anno.

Entretanto, enquanto não chegavam os aparelhos pedidos, o sr. Raphael, reunindo os meios incompletos que aqui poud

encontrar, conseguiu dotar a fabrica com alguns productos de boa qualidade, o que já permitiu ensaiar o fabrico de riscados.

Em vista da qualidade dos fios tintos já produzidos, embora não tenhamos ainda recebido todas as drogas pedidas, pode-se avaliar que foi feliz aquisição do tintureiro.” (D.M. 17/03/1894)

Parece difícil de se conceber que um processo de compra de materiais necessários para o funcionamento de uma tinturaria pudesse durar praticamente um ano, entre a encomenda e o recebimento dos aparelhos e das tintas, entretanto esse foi apenas mais um exemplo entre tantos já relatados no processo de criação, instalação e funcionamento das fábricas de Caxias.

Também o abastecimento de água e as questões de transporte afetavam as fábricas.⁴² Foi necessário que se associassem a Industrial Caxiense e a União Caxiense, para encanar a água do riacho Ponte até os prédios das duas fábricas, totalizando 2 quilômetros de encanamento feito, aproveitando-se o declive natural existente no percurso. O custo desse empreendimento feito em consórcio para o uso comum da água pelas indústrias que eram vizinhas importou para a União Caxiense em Rs. 6:870\$003, que constituía um montante superior ao lucro líquido de Rs. 5:139\$438, registrado no ano de 1892.

É claro que esse custo significava investimento e, portanto seria diluído no futuro, mas todos esses aspectos significaram que o capital inicial estimado para a instalação da Companhia União Caxiense era insuficiente, como avaliaram os diretores ao proporem aos acionistas duas emissões de ações, sendo uma de Rs 260:000\$000, na reunião de 31 de outubro de 1891, e a segunda de Rs 190:000\$000, em reunião realizada no dia 10 de dezembro de 1892.

⁴² A diretoria já havia adquirido 900 metros de trilhos portáteis do systema Dreawille, com 3 desvios duplos e 1 triphos, 12 vagões e peças sobressalentes, para fazer economia no transporte de pedras, tijolos, madeiras, máquinas e , também, para o transporte diário de lenha e outros serviços. Mas, além dessas medidas foi necessário construir também uma sólida ponte sobre o riacho Ponte, com 49 metros de comprimento e 3 de largura, para garantir o tráfego de cargas.

Para justificarem essas medidas, os diretores asseguravam em seu Relatório de 1892:

“Com o capital primitivo e as duas emissões referidas ficou vossa fabrica dotada de todas as accomodações para 240 teares, dos quais 160 já estão montados, achando-se preparados os logares e a collocação de dormentes para os 80. Resta apenas, para completar todo o serviço interno da fabrica, comprar os referidos 80 teares, 1 abridor, 2 batedores e os aparelhos da tinturaria; e para concluir todas as dependências de serviço externo, construir um armazém para depósito de matéria prima, levantar um muro ao redor do edificio, prepara uma rampa que facilite o transporte de lenha e outros gêneros, assim como comprar um rebocador para o serviço fluvial da fábrica à cidade e aos postos de lenha, algodão, etc...” (Relatório de 1892, publicado em 15/02/1893, no D.M.)

Essas dificuldades que foram enfrentadas pela primeira diretoria da Companhia União Caxiense eram avaliadas de forma lúcida, mas resguardavam um otimismo, que deve ter sido superdimensionado, quando foram concebidos os projetos de criação e instalação das duas indústrias têxteis, em funcionamento na cidade, dos quais havia participado ativamente o Dr. Francisco Dias Carneiro, tanto na fase de planejamento, como de execução.

Ao encerrarem seu Relatório de 1892, apresentado aos acionistas em 1893, conforme publicação feita no Diário do Maranhão, do dia 11/02/1892, foi essa a mensagem registrada pelo Presidente - Dr. Francisco Dias Carneiro, pelo Secretário - Manoel Corrêa Bayma do Lago e pelo Tesoureiro - Antonio Joaquim Ferreira Guimarães :

“Srs. Accionistas, neste momento em que vos damos conta de nossos trabalhos, não podemos reprimir a satisfação de termos vencido grandes e imprevistas difficuldades; basta considerar que logo depois de installada a Companhia, todas as condições economicas de nosso país se transformaram de tal maneira, que parecia nos

querer reduzir a um cahos impenetravel. O cambio, as condições de trabalho, os meios de subsistência, o abalo do commercio, a confiança publica, assumiram posições tão contrárias àquellas com que contávamos, que teríamos desanimado se vossa confiança não nos acudisse promptamente, quando para ella recorremos.

Terminando, pois, o nosso mandato, não podemos deixar de agradecer-vos a confiança que em nós depositastes e esquecermos todos os sacrificios que fizemos em prol do credito de vossa empresa.

Caxias, 15 de fevereiro de 1893.

F. Dias Carneiro – Presidente

Manoel Corrêa Bayma do Lago – Secretário

Antonio Joaquim Ferreira Guimarães - Thesoureiro

Entretanto, problemas de outra ordem, que devem ter resultado de polêmicas e disputas entre os diretores também foram registrados, no Relatório de 1893, publicado em 1894, embora sem que tenha sido revelado por completo o conteúdo desses episódios que provocaram a saída de alguns diretores, que haviam sido recentemente eleitos e empossados.

Precisamente estavam em exercício os Diretores Dr. Francisco Carneiro, no cargo de Gerente Tesoureiro, Manoel Corrêa Bayma do Lago, no cargo de Presidente e Antonio Joaquim Ferreira Guimarães, que exercia o cargo de Secretário. Seus suplentes eleitos eram: João da Costa Lobo, Antonio de Mello Bastos e Alexandre Gonzaga de Souza. Por sua vez, foram eleitos como membros do Conselho Fiscal: Luiz Desiderio Marinho, Manoel Gonçalves Pedreira e Severiano José Vidigal, tendo como suplentes Cesário Fernandes Lima e Francisco Leite de Oliveira.

Ocorreu, porém, algum desentendimento que levou os diretores Bayma de Lago e Dias Carneiro a renunciarem, tendo o primeiro anunciado a sua renúncia em 29 de setembro, seguido do segundo, em 04 de outubro de 1893. Assumiram os suplentes

Antonio Mello de Bastos e Alexandre Gonzaga de Souza, ocupando este o lugar de presidente e aquele o de secretário, tendo assumido o lugar de Gerente Tesoureiro o diretor Antonio Joaquim Ferreira Guimarães.

Como durante esse desacordo, o Diretor Dias Carneiro havia solicitado a intervenção do Conselho Fiscal, em reunião extraordinária do dia 31 de outubro, o diretor Guimarães também nessa data apresentou a sua exoneração.

Por insistência dos demais diretores, o diretor Guimarães admitiu permanecer, de modo que fosse convocada uma reunião para eleger uma nova diretoria. Na data marcada, 31 de dezembro, ocorreu que os suplentes também apresentaram seu pedido de exoneração, dando-se assim a vacância de todos os cargos.

Assim, procedeu-se a uma nova eleição, sendo eleitos os diretores Antonio Joaquim Ferreira Guimarães, que assumiu o cargo de presidente, Gustavo Collaço Fernandes Veras, para o cargo de Gerente Tesoureiro e Manoel Gonçalves Pedreira, que ocupou o cargo de Secretário. Os suplentes eleitos foram: Severiano José Vidigal, Alexandre Gonzaga de Souza e Geraldo Ribeiro da Silva.

Como os dados acerca do conteúdo desse desacordo, que desencadearam o afastamento do Dr. Francisco Dias Carneiro, o líder das iniciativas de criação e instalação da Companhia Industrial Caxiense, a primeira fábrica de Caxias, bem como da segunda, a Companhia União Caxiense, foi apenas mencionado, de forma muito pouco clara, através de artigos que foram escritos nos Jornais Comércio de Caxias e o Diário do Maranhão, não se pode afirmar com segurança o que de fato ocorreu.

Em trechos de um longo artigo, publicado no Diário do Maranhão, em 02/04/1895, são feitas referências à uma espécie de campanha difamatória que teria sido encetada por alguns oponentes do Dr. Francisco Dias Carneiro, certamente com

caráter mais político do que verídico, tal como avalia o articulista do D.M. , na seguinte passagem:

"A redacção do 'Commercio' apanhada em flagrantes e inexplicáveis contradições com o ex gerente da União Caxiense, mettida em verdadeiro becco sem sahida, vendo inteiramente destruída a base sobre que assentara seus luminosos cálculos, foi ler o primeiro relatório da directoria da mesma União, do qual parecia ter notícia, quando escreveo o seu primeiro artigo. Lá encontrou escripto que no fim de dezembro de 1892 só existiam 60 teares funcccionando e agarrou-se a esse algarismo como o naufrago a uma tabua salvadora, assegurando que comettemos evidente falsidade quando affirmamos que a fabrica começou a funccionar em 1893 com cem teares. No entanto, essa é a verdade em que piza a Redacção.

O anno útil da fabrica União em 1893, relativamente à sua producção, começou em fevereiro, e é por isso que foi de 267 ½ dias.

O mez de Janeiro tinha sido especialmente consagrado à montagem de novos teares (note se bem, montagem 2ª e não montagem 1ª).

Este facto é attestado pelos empregados actues e que já o eram nesse tempo, e está de accordo com os assentos já citados, entre os quaes, já dissemos no nosso primeiro artigo, não há nota alguma relativa à producção do mez de Janeiro de 1893.

Esta simples explicação deixa bem claro, que embora a fabrica em dezembro de 1892 só tivesse 60 teares funcccionando, comtudo, em princípio de fevereiro tinha 100 pelo menos, conquanto o trabalho fosse a principio muito irregular, como sempre acontece em ensaios deste gênero.

De todas as contradições argüidas à Redacção do 'Commercio' era esta a única a que suppunha ter escapado, graças aquelle subterfúgio que acabamos de desfazer.

Esta mesma fica portanto de pé, de par com as outras, das quaes nem procurem defender-se, porque vio que era de todo impossível.

Vê pois a Redacção a que se expõe quem se mette a escrever sobre certos assumptos, sem exame prévio dos factos que vai tratar.

Iça-se grandes alturas, amontoa umas tantas theorias sem applicação aos casos, levanta meia dúzia de castellos no ar, e depois lá vem com elles abaixo, de modo mais desastrado.

É sem duvida preferível andar terra a terra, sem perder de vista este realismo árido, mas salutar do qual fatalmente fogem os espíritos nascidos para o lyrismo." (D.M. 02/04/1895)

Embora o registro desse artigo esteja incompleto na reprodução do Diário do Maranhão, encontrada no Arquivo Público do Estado do Maranhão, a hipótese que se poderia levantar seria a de que tenha sido colocada sob certa suspeita a gestão

financeira do Gerente Tesoureiro, Dr. Francisco Dias Carneiro, considerando-se que ele solicitou a intervenção do Conselho Fiscal, conforme teor do Relatório de 05/03/1894.⁴³

De qualquer modo, o que se considera mais importante ressaltar é o fato de que apesar do diretor Antonio Joaquim Ferreira Guimarães ter também apresentado a sua exoneração, naquela mesma oportunidade, foi ele reconduzido à diretoria da Companhia, tendo ocupado a posição de diretor que exerceu ora como Presidente, ora como Gerente tesoureiro, durante mandatos sucessivos, o que faz crer que foi, enfim, esse acionista e diretor aquele que conduziu o processo de funcionamento da fábrica até o ano de 1914, do qual se tem notícia através da Ata de N° 244 (15/05/1914), quando se encerram os registros do que pode-se considerar o primeiro período da existência da Companhia União Caxiense, fundada em 1889.

Pôde-se constatar nas atas e nos Relatórios da Companhia, que o Diretor Guimarães realizou, periodicamente⁴⁴, viagens aos estados do Ceará, Pará, Amazonas, Pernambuco e Piauí, cuja finalidade era divulgar e comercializar os produtos da União Caxiense, pois somente com essas iniciativas é que se garantia a possibilidade de funcionamento da fábrica, que tinha produção superior à demanda do mercado local.

Embora fossem demonstrados nos Relatórios e Balanços dos anos de 1892, 1893 e 1894 (**Ver. Anexo IV**) de que havia uma situação favorável em termos de produção, comercialização e lucros, permitindo inclusive o pagamento de dividendos aos acionistas (**ANEXO V - Relação dos Acionistas da Companhia União Caxiense, no Ano de 1893**), algumas avaliações feitas pelos diretores pareciam contradizer parte do

⁴³ Posteriormente, o nome do Dr. Francisco Dias Carneiro é mencionado no cenário da história da terceira fábrica de tecidos criada em Caxias, a Manufatura Caxiense, inaugurada em 1897, embora tenha falecido antes dessa data, em 17/01/1896. Esse homem que se destacou na história de Caxias, parece ter tido momentos de reconhecimento público pelas suas iniciativas no sentido da modernização da cidade, tendo sido inclusive eleito deputado (1885-1889). Entretanto, também foi alvo de duras críticas, que não temos como avaliar se eram ou não infundadas.

⁴⁴ Conforme registros do relatório relativo ao Ano de 1893, apresentado aos acionistas, em 05 de Março de 1894, é possível concluir que as viagens ocorriam a cada seis meses, quando se extinguíam os contratos e avoluma-se o estoque de fazendas no depósito da fábrica. Naquele ano, por exemplo, o diretor Guimarães tinha viajado em junho de 1893 para o Ceará, e novamente deslocou-se, em janeiro de 1894, para Belém e para o Ceará. Também o diretor Manoel Gonçalves Pedreira fez algumas viagens para os estados do Piauí, Pará e Amazonas.

otimismo que também era expresso pelo próprio Conselho Fiscal, ao emitir seu parecer sobre os Balanços.

O trecho que se transcreve, do Relatório de 1893, é emblemático do que se deseja ressaltar, ou seja, de que esse processo de industrialização, na cidade de Caxias, parecia de fato está se desenvolvendo, sem que existissem sólidas condições objetivas para isto.

“O dividendo do 1º. semestre foi de 5\$ 400 réis, dividendos para as acções integralisadas e de 1.\$500 réis para as da 3ª emissão.

O do 2º semestre é de 7\$000 réis para as primeiras e de 3\$000 para as últimas.

Como vereis do balanço, o último dividendo poderia ter sido um pouco mais elevado se já estivesse liquidada toda a produção do semestre: mas restando ainda não pequenas quantidades de fazendas em ser, e tornando-se de dia para dia menos vantajosas as condições das fabricas de tecidos do Estado que cada vez tem mais necessidade de ir mais longe buscar mercados para os seus productos, resolvemos abandonar a quantia de 9:000\$000 rs. como garantia de quaesquer eventualidades.

Effectivamente pareceria imprevidência indesculpável deixar a descoberto abatimentos que muito provavelmente se devem realizar, em vista das concessões, cada vez mais onerosas, que o commercio nos impõe, e que a não serem separados pelas rendas do respectivo semestre importariam em desfalques dos semestres futuros, trazendo como consequências embaraços de difficilima solução.

Em vista destas considerações contamos que aproveis o nosso procedimento.” (Relatório de 1893, apresentado em 05/03/1894, p. 5)

Novamente, conforme conteúdo do Relatório de 1894, publicado no Diário do Maranhão, em 06 de Março de 1895, são ressaltadas pelos próprios diretores, as condições objetivas que se mantinham desfavoráveis ao desenvolvimento da indústria têxtil caxiense.

Destacam os diretores na Assembléia Geral realizada com os acionistas que *“havia múltiplos embaraços com que luta a indústria têxtil”* decorrentes, principalmente, da falta de assiduidade dos operários, do decréscimo da produção do algodão no estado, elevando os preços da matéria-prima necessária, além do aumento exagerado dos impostos estaduais na última sessão do Congresso e da concorrência desenfreada entre as companhias.

Embora esses aspectos fossem empiricamente reais, o que também merece destacar são os fundamentos das explicações que eram elaboradas pelos diretores acerca dessas dificuldades, de modo a convencerem os acionistas a aprovarem suas iniciativas de aumento de capital, mediante emissões de novas ações, e, por vezes, de redução ou até mesmo de não pagamento dos dividendos.

Essas explicações são muito significativas como evidências das concepções e pensamentos predominantes na sociedade da época, portanto, reproduziu-se parte desses argumentos que resgatam o quadro da própria formação econômica do Brasil e, muito particularmente do Maranhão.

Acerca da mão-de-obra local, afirmavam os diretores da União Caxiense:

“No sul da Republica, onde em regra, os operários das fabricas de tecidos são europeus ou filhos de europeus, educados no trabalho e para o trabalho, habituados a considerar o tempo e os braços como seu único capital, e alimentando além disso a ambição de adquirir um certo bem estar, é raro ver uma machina parada por falta de quem a dirija.

Entre nós ao contrário, com poucas excepções, os trabalhadores preocupam-se mais com os meios de não perder uma festa, do que com os de ajuntar recursos para comprar uma casinha ou reunir algumas dezenas de mil réis para os dias asiágos das enfermidades.

Para evitar os inconvenientes da falta de assiduidade, tem-se recorrido a vários expedientes, inclusive o de alistar maior número de operários do que o necessário, aumentando desse modo a despesa de custeio; mas, ainda assim, consegue-se apenas diminuir o mal e nunca evitá-lo completamente.

Parece-nos que só a imigração de operários estrangeiros, educados na dura escola das privações, poderia de prompto corrigir esse defeito de nossa população, que aliás tantas outras qualidades boas possui, espalhando entre ella o hábito do trabalho proporcionador dos commodos, que dão encanto à vida. Sem a imigração, a evolução se fará, sem dúvida, mas muito lenta, muito morosamente, com o perpassar de muitas gerações.

É esse portanto um mal, do qual só a acção governamental da federação nos poderá libertar, promovendo para o Norte a imigração, com que tão largamente tem dotado o sul." (Relatório publicado em 06/03/1895, no D.M. p 2-3)

Depreende-se dessa passagem, como eram ainda predominantes os resquícios da concepção de uma sociedade escravocrata. Os donos do capital comercial e industrial, ao responsabilizarem os operários pelas suas condutas, segundo eles, pouco afeitos ao trabalho sistemático das fábricas, se debatiam com as conseqüências de um atraso cultural produzido, em grande medida pelos próprios senhores de engenhos e de terras, que haviam se transformado em acionistas da indústria têxtil emergente na cidade de Caxias.

Entretanto, a idéia de superar esse atraso, em termos de aperfeiçoamento da mão-de-obra, não passava pela iniciativa de qualificar os operários locais, como aconteceu no estado de Minas Gerais, como já se destacou do trabalho de Giroletti

(1981), mas era fundamentada na idéia de importar operários, ainda que já tivessem sido registrados nas Atas anteriores de Reuniões da Diretoria, os problemas que foram causados pelos operários estrangeiros contratados para montar máquinas e colocá-las em funcionamento, tendo produzido inclusive graves prejuízos à Companhia.

Nada disso parecia preocupar os diretores, naquele ano de 1894, pois o que desejavam mesmo era contratar mão-de-obra qualificada e disciplinada, que evitasse a perda de tempo e de matéria-prima e conseguisse elevar a produtividade da fábrica, embora ao mesmo tempo fosse constatada a queda da produção do algodão e, portanto, estivessem expostos a outras dificuldades que já se mostravam presentes, como um certo acúmulo de estoques de fazendas.

Todos esses aspectos do cenário das fábricas de Caxias mostram como eram muito fortes os elementos que se entrelaçavam entre a economia rural e urbana, comercial e industrial que constituíam a realidade do estado do Maranhão. A abolição do trabalho escravo favoreceu a organização da produção rural em duas modalidades de uso da terra: o produtor independente e o produtor atrelado ao grande proprietário. Melo, ao tratar dessa forma de organização da propriedade agrária no Maranhão, retoma trabalhos de Almeida (1979) e Andrade (1980) ⁴⁵ e afirma:

“A existência de terras susceptíveis de serem apropriadas pelos libertos, bem como a sobrevivência, através da caça, da pesca e do extrativismo, possibilitaram o aparecimento e manutenção de uma economia baseada no produtor independente. Por outro lado, verificou-se a organização da produção, caracterizada, juridicamente, pela grande propriedade, embora explorada pelo pequeno produtor, notadamente nas áreas de ocupação mais antigas do Estado. Nessas áreas, o latifúndio passou a sobreviver, basicamente, da pecuária extensiva com a produção agrícola extrativa, sendo que nas duas últimas, a grande propriedade sustentava-se, como ainda ocorre hoje, numa produção não capitalista baseada no aforamento e no pequeno arrendamento. Nessa organização, o proprietário, além do aluguel da terra, assumia o papel de agente mercantil.” (MELO, 1990 : 37)

⁴⁵ ALMEIDA, Alfredo Wagner Bero de & SÁ, Lais Mourão. Questões agrárias no Maranhão contemporâneo. São Luís, 1979. mimeo.
ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. 4ª.ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

Melo destaca, também, a existência de terras, nas quais se realizava uma forma de exploração comunal, formando-se unidades produtivas constituídas pelos escravos nas “terras de santo”, que haviam pertencido à Igreja, ou ainda, nas grandes propriedades que foram abandonadas pelos seus proprietários, após a libertação dos escravos.

Ainda, segundo Melo (1990), nas fábricas maranhenses estabelecia-se uma certa semelhança do regime de trabalho fabril com aquele que era realizado na propriedade rural.

“Com efeito, as relações de trabalho no sistema fabril, pelo menos em seus inícios, tinham fortes contornos herdados da agricultura servil e escravagista, e, enquanto puderam subsistir, constituíram mecanismos de suma importância no processo de exploração da força de trabalho bem como, conseqüentemente, no próprio processo histórico de acumulação e da reprodução do capital industrial.” (Melo, 1990: 41)

Por outro lado, os empresários da indústria têxtil reivindicavam o apoio do Estado, que por falta de decisão em participar desse processo de industrialização, elevava os impostos, provocando a reação dos diretores da União Caxiense que asseguravam *“o atual excesso de impostos poderá concorrer para matal-a sem contudo produzir recursos ponderáveis para as finanças publicas e fazendo secar essa fonte de renda, realizando-se mais uma vez a fábula dos ovos de ouro.”* (Relatório de 1894, publicado em 06/03/1985).

Em 1886, produziu-se um manifesto dos industriais e negociantes que expressava a indignação de todos, diante da indiferença do Estado, frente à crise que atravessavam, que era, de acordo com sua avaliação, em grande medida provocada pela cobrança de impostos que oneravam a produção, consumia o capital e provocava a falência de muitos empreendimentos na província. **(ANEXO VI - Documento de Representação da Associação Comercial do Maranhão (28/06/1886) .**

No que dizia respeito à concorrência entre as fábricas, os diretores sugeriram que houvesse um acordo entre as Companhias, para fazer cessar esse estado de coisas que acabaria por arruinar a todas. Caso não houvesse nenhuma iniciativa nesse sentido, acreditavam que o instinto de conservação faria com que recuassem, evitando um mal maior.

Na realidade, apesar dos obstáculos mencionados e muito ressaltados pelos diretores da União Caxiense, os resultados eram animadores, conforme atesta o Relatório de 1894. (D. M. 06/03/1895, p.5-6):

"Não obstante os impecilhos acima apontados, a companhia distribuiu pelos seus acionistas os dividendos de 6\$000 por acção no 1º semestre e de 7\$000 rs. no 2º o que, em taes condições, é sem dúvida bastante animador.

Além disso, ficou um saldo, como do balanço fechado em 31 de dezembro, na importância de reis 7:976\$084, que julgamos prudente reter até definitiva liquidação do crescido depósito de tecidos, sujeitos a depreciações ou descontos imprevistos. A produção de vossa fabrica em 282 ½ dias de trabalho no anno findo foi de :

Tecidos brancos..... 1.457:226 metros

Idem de cores 82:957 “

Total	1.540.183	"
-------	-----------	---

Em 1893 em 267 ½ dias, a produção foi

de 1.002:361 "

Diferença para mais de 537:822"

Esses dados que demonstravam um desempenho superior no ano de 1894, em relação à produção alcançada em 1893, devia-se, segundo os próprios diretores aos seguintes fatos: a) um processo de adaptação dos operários às máquinas; b) uma maior integração entre todos os setores da fábrica; c) à montagem de mais um

gommador, pois um tinha sido insuficiente; d) ao andamento dos trabalhos da pequena fundição que permitia a reposição de peças de forma mais rápida e barata.

Nesse quadro de consolidação do funcionamento da fábrica, os diretores propuseram aos acionistas que avaliassem a proposta de aquisição de mais 30 teares, de modo que fosse aumentado para 200⁴⁶ o número de aparelhos que pudessem operar, elevando a produtividade da companhia. Como não havia capital suficiente para realizar essa aquisição, a diretoria apresentava como alternativa, o uso

“do saldo constante do último balanço, depois de deduzidos as diferenças e descuidos imprevistos, resultantes da venda dos produtos em depósito em 31 de dezembro, bem como a deduzir dos dividendos do semestre corrente, a quantia necessária para completar o custo dos teares. A despesa com estes aparelhos até ficarem elles assentados e em estado de poderem funcionar, ainda na pior da hipótese, não poderia exceder de 15:000\$000.”
(Relatório de 1894, publicado no D.M, em 06/03/1895)

As atas e relatórios mostram que a conduta dos diretores da União Caxiense oscilava entre as queixas e lamentações em relação ao mercado, dada a crescente concorrência; as críticas ao governo, por não lhes favorecer melhores condições de desenvolvimento, como financiamento e redução de impostos; as duras avaliações face ao desempenho insatisfatório dos operários e, contraditoriamente, as constantes apostas em relação a uma possível escalada positiva da produtividade da indústria, que ia se concretizando, inclusive pelo aumento dos equipamentos da União Caxiense e pela busca de empréstimos bancários.

⁴⁶ Embora existisse uma previsão inicial para a montagem de 240 teares, foi avaliado pelos diretores que : “ se alguns aparelhos da nossa fabrica, como sejam as cardas, os fuzos e os gommadores teem capacidade para produzir o bastante para alimentar 240 teares, outros ha como sejam o abridor , os batedores e as maçaroqueiras, que não poderão dar mais de 200.” (Relatório de 1894, publicado no D.M, em 06/03/1895)

Para enfrentar a concorrência de agentes de fábricas do estado que também estavam em busca de compradores em outras praças comerciais, como o Pará, Amazonas e Piauí, os diretores estavam diante do dilema de praticarem descontos, mas decidiram manter seus preços. Apesar dessa decisão tomada em março, mais tarde, tiveram que fazer uma revisão de sua tabela, em reunião da diretoria do dia 18/05/1895 (Ata N° 104), ficando resolvido o seguinte:

- manter os preços da tabela existente

Doméstico	Doméstico	Doméstico	Doméstico
N° 1	N° 2	N° 3	N° 4
420 rs	400 rs	380 rs	340 rs

- elevar o desconto para 15% aplicado a qualquer venda não inferior a cinquenta peças;
- tecidos grossos e os tintos tais como lona e naburgo (pano para enfardamento);
- terão o mesmo desconto, no limite de peças estabelecido, quer a venda compreenda somente os referidos tecidos, quer seja mistificada com domésticos;
- os preços dos tecidos grossos e de cores ficam dependendo, como até aqui, das respectivas qualidade e largura, atento à variação destas, sem que sofram modificações as que são estabelecidas;
- são respeitados os contratos ou encomendas para fora do Estado, cujos preços e condições poderão prevalecer para futuras encomendas se assim convier e a produção fabril ou o depósito existente o permitir.

Apesar dessas medidas de revisão da tabela de preços e de empenho dos diretores que continuavam a realizar, periodicamente, as viagens de venda de tecidos para os estados vizinhos, o Balanço do período de Janeiro a Junho, realizado pela diretoria em reunião do dia 04/09/1895 (Ata N° 109), era preocupante, aliás já tinha sido

evidenciado desse modo, desde o mês de abril, quando a fábrica havia conseguido com a mediação dos seus agentes na capital, Santos & Irmão, a abertura de um crédito de Rs 50:000\$000 para sacar a descoberto, sempre que houvesse necessidade.

Em setembro, a situação financeira era grave, como afirmava o Diretor Gerente, dizendo que:

“os compromissos tendiam a crescer ano a ano, em face da falta de numerário próprio para agir livremente nas suas operações e, conseqüentemente, poder melhor colocar os seus produtos.” (Ata N° 109).

Diante dessa avaliação, sua proposta foi para que fosse suprimida a distribuição dos dividendos para aplicar o montante correspondente ao seu total, numa conta especial sob o Título Capital Suplementar ao Fundo Comercial, que pudesse facilitar o jogo de operações, sem que fosse necessário um passivo elevado e permanente. Esta medida deveria se estender para o semestre corrente e os dois próximos para que se produzisse um resultado mais efetivo.

A proposta do Diretor Guimarães foi aprovada pela Assembléia Geral dos Acionistas, no dia 12/09/1895, sendo constatados os seguintes dados do Balanço de Junho:

Conta de Lucros e Perdas -	Rs 46:830\$527
Lucros Líquidos do semestre -	Rs 43:537\$278
Saldo remanescente do Balanço de 31/12/1894 –	Rs 13:293\$249

Essa situação nada favorável aos diretores da União Caxiense frente aos acionistas, tornara-se também embaraçosa em relação aos comerciantes Santos & Irmão que haviam sido, desde o ano de 1890, seus correspondentes e agentes na

capital, São Luís. O desentendimento foi causado, a partir da alteração dos preços, conforme decisão da Diretoria de 18/05/1895.

O fato é que os comerciantes haviam encomendado quatro contos de réis em fazendas, segundo a tabela anterior, e esta encomenda começou a ser executada chegando a importância de Rs 1.297\$920, quando eles declararam não cumprir o trato da encomenda, porém exigindo que a liquidação fosse feita com desconto de 10%, quando teriam direito apenas a 5%, conforme a tabela de preços. Diante dessa situação, a diretoria deliberou que *“fosse extraída a conta-corrente dos referidos negociantes, na qual lhe creditaria o desconto de cinco por cento sobre o valor comprado, se promovesse a liquidação para o fechamento da conta e caso a isso se recusassem, fosse convocada outra reunião, para tomar-se nova deliberação.”* (Ata N° 104, 18/05/1895)

Entretanto, o problema começou a tomar vulto porque os negociantes se recusaram a aceitar a liquidação da conta que abriram com a Companhia, declarando que não receberiam o saldo a seu favor, que correspondia ao desconto de 5% sobre o valor dos produtos comprados. Criado o impasse, a diretoria consultou o advogado Salustiano Rego, que aconselhou-a a fazer o depósito do referido saldo, para não ter os negociantes como credores.

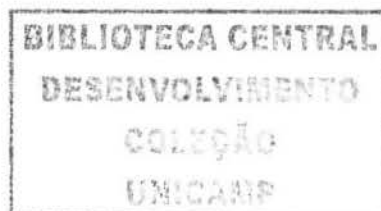
Mas, apesar dessa medida, a relação com os Senhores Santos & Irmão agravou-se, pois em reunião da diretoria de 1/02/1896, o Diretor Presidente, Antonio Joaquim Ferreira Guimarães, tratou do conteúdo das cartas enviadas pelos referidos senhores, à diretoria da União Caxiense, sendo a primeira do dia 10/12, a segunda do dia 31/12/1895, e a última datada do dia 08 de Janeiro último. O assunto principal dessa correspondência dizia respeito ao débito da União Caxiense com os mesmos. Os negociantes exigiam *“o pagamento e bem assim a responsabilidade individual dos diretores e a efetuação do seguro da fábrica, como garantia do mesmo débito, passando este a vencer o juro de 12% ao ano, a começar de janeiro último, taxa que seria elevada a dezoito por cento, se não forem feitas as remessas que coloquem a*

conta em valor correspondente à quarta ou quinta parte do que ela representa em 31 de dezembro último. " (Ata N° 118, 1/02/1896)

A relação entre crédito e débito da Companhia União Caxiense com os negociantes Santos & Irmão era muito anterior ao episódio relatado em maio de 1895, quando se desentenderam após a encomenda de quatro contos de réis de fazenda. Na realidade, essa empresa tinha assumido funções muito amplas, quando exerceu o cargo de correspondente e agente da Companhia União Caxiense. Desde o início do processo de instalação da fábrica foram responsáveis pelas negociações estabelecidas com o escritório Herbst Brothers para a compra de máquinas, a contratação de mecânicos, o pagamento de dívidas contraídas com o outro escritório, G. Amsinck and Company, que deu seqüência às medidas necessárias para finalizar as compras e contratar advogados (srs. Tracy, Mac Farland, Irving, Boardman and Platt), que defenderam a União Caxiense das tentativas de extorsão de Herbst Brothers.

Um exemplo dessa relação entre a União Caxiense e Santos & Irmão pode ser retomada, a partir da Ata N° 13 (18/08/1890), em que se encontra registrada a deliberação da diretoria que autorizou naquela data que fosse enviada correspondência aos seus agentes em São Luís, autorizando-os a tomarem L 4.000 e remete esse valor a G. Amsinck and Company. Encontra-se nessa mesma ata o seguinte registro. "Essa remessa deveria ser feita independente de L 6.000 que o mesmo diretor autorizara verbalmente os ditos agentes fazerem com igual destino."

Havia, portanto, uma ligação que foi estabelecida, do ponto de vista comercial, mas também como correspondentes e agentes, que em muitos momentos da instalação da fábrica, tinham sido, também, financiadores do empreendimento, além de sua participação como acionistas que eram.



De todo modo, outros fatos que podem não ter sido registrados em atas da diretoria devem ter abalado a relação de confiança anteriormente cultivada, e o fato é que a Diretoria resolveu, em face das exigências de Santos & Irmão, tomar medidas que, pelo menos, reduzissem o débito existente.

Com esse objetivo, a diretoria decidiu:

- que a diretoria se responsabilizaria individualmente pelo débito para com os referidos senhores, dirigindo-lhes uma carta em termos expressos; que autorizam os ditos senhores a efetuarem o seguro da fábrica até o valor de cem contos de réis;
- que o diretor presidente embarcasse com urgência para a capital, a fim de entender-se com os ditos Senhores sobre os referidos negócios, de modo a ficarem colocados em ordem a poder a Companhia continuar suas operações e assim melhorar o seu estado financeiro;
- que o mesmo diretor em seguida fosse ao Ceará com o fim de promover por qualquer meio a liquidação do débito de Abdon e Barreto à Companhia, para o que lhe fossem outorgados amplos poderes em procuração;
- que não só na capital do estado, como no Ceará e em qualquer outro mercado o mesmo diretor promovesse a venda dos produtos em ser e aquisição de encomendas em condições favoráveis.

Pelo visto, as relações comerciais com alguns de seus compradores parecia complicada, agravando a condição financeira da Companhia União Caxiense, que mesmo demonstrando a produção de lucros demonstrados nos balanços semestrais, parecia ser pouco consistente, haja vista as avaliações do Diretor Guimarães, Presidente, que vinha acumulando a função de Diretor Gerente, desde que havia se afastado, por motivo não declarado em ata, o Diretor Gustavo Collaço Fernandes Veras, no dia 06/04/1895⁴⁷.

⁴⁷ A presença e ausência freqüentes, com duração aproximada de seis a oito meses, do diretor Gustavo Collaço Fernandes Veras chamou atenção, pelo fato de em nenhum momento ter sido dada qualquer justificativa para essa movimentação tão intensa, que exigia sempre a entrada e a saída de diretores suplentes, sem que tenha sido esclarecido, porque não se afastara nunca definitivamente. Registramos a partir das atas que suas ausências e regressos foram em 1895 (três vezes), em 1896 (duas vezes)

Após a viagem realizada a São Luís e ao Ceará, o Diretor Guimarães apresentou à diretoria, em 16/03/1896, o seguinte relato, sintetizado a seguir:

- realizou a venda de todas as fazendas que estavam no depósito no Maranhão do melhor modo que era possível conseguir na ocasião, parecendo-lhe mesmo que havia feito bom negócio, em face da concorrência existente no Ceará, dos agentes de diversas fábricas que para conseguir vendas não faziam questão de propor vantagens além das mais razoáveis;
- o resultado da operação cerca de Rs 37:000\$000 tendo sido emitido 4 saques à ordem do Banco do Ceará sobre as casas compradoras, como consta dos lançamentos;
- em relação ao débito da casa Abdon e Barreto foram caucionados pelos devedores diversos títulos da dívida do Banco do Ceará, tendo os mesmos feito entrega do valor de Rs 7:022\$100 correspondente a duas letras aceitas por Firmino Benicio Sampaio, por conta do débito;
- a caução feita ao Banco é garantidora não só do débito que a mesma casa tem para com o referido estabelecimento como do que tem para a Companhia, parecendo-lhe, portanto, que ficou este assim mais garantido, dependendo a liquidação de um prazo mais ou menos longo, se bem que o resultado final seja receioso de algum prejuízo;
- obteve algumas encomendas de fazendas no Ceará, cujas notas foram registradas.

Como se destacou, anteriormente, o papel do Diretor Guimarães foi de fundamental importância para que a União Caxiense continuasse funcionando, apesar de tantas dificuldades enfrentadas, sobretudo pela concorrência que era muito grande no próprio estado do Maranhão, onde existiam em 1893, 09 fábricas de tecido, produzindo o total de 6. 366.087 metros de tecidos, no ano de 1893⁴⁸ e na região, devido ao fato de outros estados terem desenvolvido amplamente sua indústria têxtil,

⁴⁸ CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. Origens da indústria têxtil no sistema agro-exportador maranhense. 1875-1895. p. 214.

totalizando 101 fábricas de tecido em todo país, estabelecendo-se, assim, um mercado que exigia das indústrias uma grande capacidade para enfrentar o aumento constante do preço do algodão, a elevação do custo do combustível , ao lado da concorrência crescente, que incluía também a inovação tecnológica do parque manufatureiro instalado em estados do sul e do sudeste.

Segundo Suzigan (1986:139), no período de 1885-1895, deu-se o maior surto de desenvolvimento da indústria têxtil, com a instalação de, pelo menos, 47 novas fábricas. Comparando os dados relativos à capacidade de produção das fábricas de 1885 e as existentes em 1895, fica evidente o avanço significativo dos meios de produção, como demonstram os seguintes números:

Novas Fábricas (1895)	Equipamentos instalados / número de operários
14	Cada uma com 14.015 fusos
28	317 teares cada uma
19	355 operários cada uma
Fábricas antigas (1885)	
20	3.325 fusos por fábrica em média
30	70 teares em média
23	138 operários em média

Destaca-se também, de acordo com a análise de Suzigan (1896: 139-141), o quadro de distribuição das novas fábricas por região. No período de 1885-1895, vinte e duas das quarenta e sete novas fábricas estavam na região Norte e Nordeste, dez

estavam localizadas em Minas Gerais, duas em São Paulo, uma no Rio Grande do Sul e doze na província do Rio de Janeiro.

No Norte, foi registrado o progresso do Maranhão, *“onde se instalaram oito fábricas, todas relativamente grandes: os dados sobre quatro delas mostram que cada uma possuía, em média, 295 teares”*. *“(...) No Nordeste, o progresso maior ocorreu nos estados produtores de algodão, Alagoas e Pernambuco, e também na Bahia.”* (Suzigan, 1986:140)

O aumento do número de teares em Pernambuco foi muito destacado porque, em 1889, contava com apenas 60 teares, tendo passado para 1.374 em 1894. Também, na Bahia, no mesmo período tomado por Suzigan, para demonstrar o crescimento da indústria têxtil, a expansão da capacidade produtiva foi espantosa. Por exemplo, a maior fábrica da região Norte e Nordeste localizada na Bahia, a Companhia Empório do Norte tinha, em 1893, 720 teares, mas entre 1896 e 1898 instalou 17.144 fusos e aumentou o número de teares para 1.206.

As fábricas do Maranhão e, particularmente, as da cidade de Caxias, estavam, portanto, convivendo com empresas de grande porte que, naturalmente, tinham condição de impor ao mercado seus produtos e até mesmo oferecer vantagens, descontos e redução de preços, que não poderiam ser suportados pelos concorrentes de menor porte, como era o caso da União Caxiense, que embora fosse grande no estado, não poderia se colocar no mesmo patamar da Companhia Empório Industrial do Norte, da Bahia ou das fábricas de Pernambuco, como a Companhia Fiação e Tecidos de Pernambuco, a Companhia Industrial Pernambucana e a Companhia de Tecidos Paulista, que a partir de 1904 teve como maior acionista a família Lundgren, que passaria a ter o controle da empresa.

Depoimentos do Diretor Guimarães, ao realizar suas viagens de venda dos produtos da União Caxiense, atestam um quadro da economia regional que sofria as variações da economia nacional e, também internacional, portanto, para enfrentá-las era necessário que obtivesse altos rendimentos para suportar as retrações do mercado internacional para o algodão produzido no Brasil, bem como a impossibilidade de acompanhar o processo de modernização tecnológica que avançava no sul e no sudeste, ficando a região norte, nordeste e centro-oeste, de um modo geral, bastante distanciada do patamar de produtividade já alcançado naquelas regiões.

De fato, os dados de exportação de maquinaria têxtil para o Brasil, segundo Suzigan (1986:144), apontam um crescimento muito significativo. *“Após aumentarem em 1888-1889 para um nível 37% acima da média dos cinco anos precedentes, as exportações de maquinaria industrial para o Brasil aumentaram 30% em 1890 e 69% em 1891, quando atingiram um pico que não foi ultrapassado antes de 1907.”*

Essa onda de fortalecimento do setor têxtil, que resultara em grande parte da política de proteção tarifária executada nos últimos anos do Império, não pode se sustentar na segunda metade da década de 1890, quando houve nova desvalorização da taxa de câmbio, atingindo fortemente a atividade industrial. Assim, novamente iniciava-se um descenso dos investimentos no setor e uma redução da produtividade e lucratividade das fábricas de tecido. Excetuando o estado de São Paulo, não houve aumento significativo do parque têxtil. Nesse estado, foram instaladas quatro novas fábricas: a Fábrica Mooca (1897), de propriedade de Regoli; Crespi & Companhia, instalada por imigrantes italianos e a Fábrica Mariângela (1904), de propriedade de F. Matarazzo, que se tornou uma das maiores tecelagens do país, no início do século XX.

Havia, portanto, uma crise em curso, que decorria de políticas deflacionárias aplicadas à economia, em face da recessão causada pelo mal desempenho do café, cuja superprodução provocou uma queda desastrosa dos preços no mercado interno e externo.

Os reflexos dessa crise nacional, na economia maranhense, eram analisados pelos jornalistas do Diário do Maranhão, que publicaram uma série de artigos, no início do ano de 1895, para esclarecimento dos seus leitores sobre a crise monetária, cuja particularidade maior no caso específico do Maranhão, decorria, principalmente, da emissão excessiva de debêntures.

Chama atenção, principalmente, o conteúdo de um ofício do Presidente da Associação Comercial dirigido ao Inspetor da Alfândega, no dia 12 de Janeiro de 1895 e publicado no dia 15/01/1895, no Diário do Maranhão.

Transcreve-se a seguir o referido documento pelas características de sua elaboração e pela importância de sua exposição acerca de problemas locais que agravavam a crise daquela província.

“ Maranhão, 12 de Janeiro de 1895.

Ilmo. Sr.

Acuso o recebimento de seu officio n° 6 de hontem, em que me pede informações a respeito do estado geral desta praça e especialmente com relação à somma total de capitaes immobilizados em sociedades anonymas ou empresas industriaes e à importância de debêntures emitidas por algumas dessas empresas, a fim de poder v.s. julgar das causas porque o commercio não pode despachar com regularidade as mercadorias importadas do estrangeiro, de que se acham repletos os armazéns da Alfandega.

Respondendo, tenho de informar a v.s. :

- *que esta praça e as cidades de Caxias e Codó tem immobilizada em sociedades anonymas a importante somma de vinte mil, duzentos e vinte e cinco contos, cento e sessenta mil reis (20.225:160\$000), como verá V.S. da relação junta n° 1.*

- Que a somma de debêntures emittidas pelas empresas constantes da relação n° 2 é de mil novecentos e oitenta contos de reis (1.980:000 \$).

Aquella immobilisação de capital por ser muito superior às reservas d'esta praça, produziu uma crise monetária enorme, que está causando sérios embaraços à marcha regular dos negócios.

Não há meio circulante, porque todo elle emigrou para outras praças para as compras de cambiaes, de que as nossas empresas careceram para pagar maquinismos importados do estrangeiro, bem como para pagar as mercadorias importadas pelo nosso commercio.

A crise foi agravada pela falta de colheitas de nossa decadente agricultura. Esta decadência de producção agrícola vai augmentando de cada vez mais pela falta de braços que arroteiem os feracissimos terrenos d' este abençoado pedaço do Brazil, tão próprios para todas as culturas e tão ricos de preciosissimas madeiras e productos naturaes.

Não há falta de população; o que há é uma indolência condemnavel em grande parte de nosso povo, alimentada pela própria riqueza do Estado, pois não ignora v.s. quão abundantes de magníficos peixes são os rios que cortam o Estado, e quanto abundão nas nossas florestas virgens magníficas espécies de caça.

A falta de meio circulante é tamanha, que as empresas emissoras de debêntures lançaram mão destas emissões para solver compromissos creados com a baixa do cambio, que lhes encarecêra os maquinismos; e o commercio, por sua vez, foi forçado a lançar mão dos debêntures para as nossas transações ordinárias, transformando-os assim – de títulos de renda, que são – em moeda corrente na praça.

Convencionalmente, os debêntures estão desempenhando nessa praça as funcções do dinheiro do Thesouro Nacional ou dos Bancos emissores.

É tamanha a falta de dinheiro geral, que o Exmo. Sr. Vice Governador do Estado, com o louvável fim de facilitar ao commercio os pagamentos de impostos estaduaes, attendeu a uma representação desta Associação authorisando o Thesouro do Estado a receber um terço dos impostos em debêntures, que essa repartição, por sua vez, dá em pagamento a seus credores.

Aqui tem v.s. as causas determinantes do commercio não poder despachar as suas mercadorias com regularidade.

Tamanha crise não poderá ser debellada enquanto não tivermos colheitas agrícolas abundantes, que nos permittão fazer a antiga exportação de cem mil fardos d algodão e de trezentos mil saccos de assucar, e enquanto as nossas fábricas não produzirem manufacturas para uma larga exportação.

Para se conseguir uma e outra coisa seria preciso que o Governo da União obtivesse do Congresso Nacional leis obrigatórias do trabalho, embora isto importasse n' uma restricção da liberdade individual, leis prohibindo aos estados o lançamento do imposto de exportação sobre os productos agrícolas e industriaes, a fim de fomentar a cultura e a producção industrial; ou finalmente seria preciso que o Governo Federal viesse em auxílio d' este Estado (sempre posto a margem na partilha dos favores do Governo Geral) com a introducção de emigrantes chinezes, que são mais apropriados para esta zona tropical.

Esta emigração seria de vantagens incalculáveis para este Estado; mas só o Governo Geral pode promovel-a, porque nem o Governo estadual e nem os particulares, nas circumstancias actuaes, podem supportar as respectivas despesas.

Para attenuar por enquanto a nossa crise monetária, o Governo da União praticaria um acto de magna justiça mandar receber na alfândega os debêntures de nossas empresas na razão de metade dos direitos a pagar. Seria isto até de proveito para o Thesouro Nacional, que perceberia os juros dos debêntures, em vez de ter nos armazéns da Alfândega grande quantidade de mercadorias, cuja demora nos despachos nenhum lucro dá ao Thesouro, causando aliás, prejuízos ao commercio. E não querendo o Governo acceitar debêntures em pagamento, auxiliaria esta praça a debellar a crise, emprestando aos nossos trez bancos cinco mil contos de réis pelos próprios rendimentos da Alfândega, a juros de 6% com a condicção dos Bancos não levarem ao commercio e às indústrias mais de 10% ao anno.

Na primeira hypothese, nenhum perigo e nenhum prejuízo haveria para o governo, porque as empresas emissoras dos debêntures são todas viáveis e garantem muito bem as suas emissões que vencem juros de 7,8 e 10%. Na segunda hypothese

também nenhum prejuízo teria o Governo, porque os nossos Bancos, embora de pequenos capitais estão sólidos e são geridos com a máxima honradez.

Como vedes, sr. Inspector, do que fica dito, não estamos pobres; temos o nosso capital embaraçado em empresas viáveis, e algumas dando já bons dividendos, mas porque empregamos mais do que as nossas reservas, achamo-nos embaraçados.

Vir em auxílio destes embaraços – é um acto de magna justiça, que o Governo Federal praticará como venho de lembrar e envidando os seus esforços para alguma coisa conseguir neste sentido, v.s. prestará um valioso serviço a esta terra.

A estreiteza do tempo e a minha pouca competência para tratar desenvolvidamente de assumptos tão importantes, não me permitem de fornecer a v.s. melhores informações.

Estarei com tudo, sempre às ordens de v.s. para quanto fôr do interesse publico, como para quanto interessar a v.s. a quem apresento as seguranças de minha estima e consideração.

Ao Ilmo. Sr. Coronel José Bernardino Dias da Silva D. Inspector da Alfândega.

Seguiu juntamente com o ofício encaminhado pelo Presidente da Associação Comercial do Maranhão dirigido ao Inspetor da Alfândega, uma relação de todas as sociedades anonymas do Maranhão com o respectivo capital realizado, conforme documento anexo **(ANEXO VII - Relação das Sociedades Anonymas do Estado do Maranhão)**.

Essa situação documentada no ofício, acima transcrito, indica a gravidade da crise que abalava a economia nacional e, particularmente, a da província do Maranhão, na segunda metade do século XIX, o que torna mais evidente a fragilidade do parque manufatureiro, que parecia ter se edificado “em terreno não muito firme”.

Talvez a hipótese esboçada, no início da presente pesquisa, cada vez mais, vai se mostrando pertinente, pois as condições objetivas para a instalação das fábricas de

tecido da cidade de Caxias parecem ter sido hipertrofiadas pelos seus empreendedores, provocando um processo de industrialização, em grande medida, mais artificial, do que de fato consolidado em bases financeiras consistentes.

A propósito da iniciativa de certos empresários e comerciantes que se colocaram à frente dessas empreitadas, comentava de forma dura o articulista do Diário do Maranhão, no dia 09/04/1895, em mais uma de suas críticas ao estado da economia da província, cuja crise se devia, em parte, aos resultados duvidosos da indústria têxtil e de outras fábricas instaladas no Maranhão.

Afirmava o articulista:

“Meia dúzia de indivíduos arvorados em financeiros, e que se reproduzem em quase todas as administrações de nossas empresas como se fossem impostos pelas suas qualidades excepcionais estão todos os dias a phantasiar artifícios que longe de beneficiar-as cada vez mais compromettem.

Ora emitem debêntures às vészes sem as necessárias garantias, como fez a Companhia de Vapores e quer fazer a Cânhamo, que, tendo esbanjado mais do duplo do capital necessário para a sua construção, estando já hyphotecada ao Banco da República pretende contrair novos empréstimos, à pretexto de melhorar as suas condições, ora jogam na praça cheques, vales e bonus que ilegalmente fazem correr como moeda; ora finalmente se lembram de suspender o pagamento dos dividendos, como se os que teem seus capitaes empregados nas empresas e não dispõem dos vencimentos de commodas directorias, não carecessem de seus rendimentos para ocorrer às suas necessidades e compromissos.” (Diário do Maranhão, 09/04/1895, p. 1-2)

Embora não houvesse nesse artigo nenhuma referência explícita aos industriais caxienses, já haviam sido publicados anteriormente, outras matérias, às quais já se fez

menção, qualificando de ousada e imprudente a iniciativa do Dr. Francisco Dias Carneiro, ao liderar o processo de implantação das fábricas de tecido em Caxias, e de expansão tão rápida e, talvez, inadequada, dadas as condições da economia nacional e do mercado da província e da região.

Os balanços da União Caxiense, no período de 1893 a 1894, (**Ver ANEXO IV - Balanços**), indicam lucros, porém a contabilidade mostra que foi imobilizado Rs 1.001:909\$540, em 1893, para a produção de resultados modestos, do ponto de vista dos dividendos distribuídos nesse mesmo ano (7\$000 rs para ações integralizadas e 3\$000 rs para as da 3ª. emissão). Além desse capital da Conta do Ativo, estavam contabilizados na Conta de Lucros e Perdas 77:148\$257. Nas despesas gerais para funcionamento da fábrica foram contabilizados Rs 210:340\$710, já incluso o total de Lucros e Perdas, que, no entanto, teve uma pequena variação numérica quando transportado para a Conta de Crédito, verificando-se o total de 76:958\$359.

Apesar disso, a Conta de Débito e Crédito era fechada no exato valor de Rs 210:340\$710, o que de algum modo poderia ser ou não ser exatamente como se apresentava registrado, haja vista a existência de artifícios contábeis que parecem sempre em uso, quando se trata de convencer acionistas e consumidores acerca das rentáveis aplicações que podem ser feitas em seus produtos, tanto sob a forma de títulos, como de mercadorias.

No Balanço de 1894, a Conta de Ativo fecha com o Passivo de Rs 1:052:449\$326, enquanto a Conta de Lucros e Perdas (Débito e Crédito) apresentava o total de Rs 204:656\$184 (Débito) e Rs 204:056\$184 (Crédito). Essa pequena diferença nesses totais, talvez se deva à própria dificuldade de leitura e transcrição do documento original, para a cópia encontrada no Arquivo Público no Estado do Maranhão. Embora não seja tão significativa a diferença entre 210:340\$710 (1893) e 204:056\$184, (1894) pôde se verificar uma diferença de mil réis na importância destinada aos dividendos que foram fixados em 6\$000 rs.

Muito embora seja impossível avaliar a real condição financeira e monetária da fábrica União Caxiense, naquela época do seu funcionamento, segundo pareceres do Conselho Fiscal, apresentados aos acionistas, é possível dizer que as interpretações eram, no mínimo, otimistas e, também contraditórias, pois registravam preocupações, mas ao mesmo tempo confiança no sucesso do empreendimento. Entretanto, parecia pairar sempre uma certa dúvida, pois o conselho recomendava o pagamento dos dividendos, ao mesmo tempo, que especulava sobre a possibilidade de retê-los, considerando que as eventualidades poderiam exigir mais reservas financeiras da fábrica.

Essas necessidades de reserva já haviam levado a empresa, através da sua diretoria a assumir empréstimos junto a Bancos, alguns acionistas e comerciantes, como ocorreu, no início do ano de 1897, tal como foi registrado na Ata N° 144, de 12/05/1897, em que o Presidente assumiu a sua omissão em não ter tratado das operações de crédito mais recentes. Afirmava o Presidente, *“que havia avaliado para a Companhia a juros de dez por cento ao ano, sendo uma de 3.000.000 com a Excelentíssima Senhora Dona Leopoldina Ximenes do Rego Rocha e outra de Rs 12.000.000 com o Senhor Manoel de Pinho e Castro esta em 1 de abril e aquela em 23/03 últimos”*.

Nessas condições, tudo leva a crer que as dificuldades persistiam e suas causas eram externas e internas ao funcionamento da União Caxiense. Em 10/06/1896, foi tomada a decisão de elevar os preços dos tecidos, após o aumento do preço do algodão. Essa medida foi adotada de comum acordo com o Gerente da Industrial Caxiense, que também não via outra alternativa, e, portanto, também decidiu alterar a sua tabela de preços. Foi definido o aumento de vinte réis no metro de domésticos e de quarenta réis no metro de riscados.

Findo o primeiro semestre de 1897, a escrituração apresentada foi examinada, definindo-se em R\$ 3.000 réis os dividendos a serem pagos por ação. Ora, era

francamente a metade do valor praticado em 1896, portanto, ocorria um decréscimo progressivo da remuneração das ações, o que era preocupante. Ao mesmo tempo, a diretoria adotou a medida de levar à conta de liquidação a realizar-se o montante de Rs 9:572:241. Ficando em caixa um saldo de Rs 15:176:777, conforme demonstrou o Diretor Gerente.⁴⁹

Essa quantia era francamente muito pequena para fazer face às despesas de manutenção, de reabastecimento de estoques, etc... A fábrica apresentava necessidade de algumas reformas, como o telhado, pois deveriam ser substituídas as telhas chatas pelas telhas comuns no salão da fiação, batedores e tinturaria, sendo mesmo necessário, se possível, fazer a troca de todas as telhas. (Ata N° 149 de 16/10/1897).

De todo modo, apesar dos limites da situação do comércio, ao final do ano de 1896, pela Conta de Lucros e Perdas, conforme registro da diretoria em Ata N° 153, de 16/02/1898, foi autorizada a distribuição de dividendos, voltando ao patamar do ano de 1896, portanto, igual a 6.000 réis por ação.

O ciclo do algodão estava em franco declínio na província e a falta de matéria-prima começou a se agravar, produzindo mais efeitos negativos no funcionamento das indústrias têxteis de Caxias. Para compensar a elevação do custo do algodão, novamente a diretoria recorreu ao mecanismo do aumento de preços dos tecidos, tendo deliberado pelo aumento de mais 20 réis em cada metro, no dia 16/04 e de mais 40 réis, a a partir do dia 01 de Junho, conforme deliberação de 18/05.

Esses aumentos sucessivos tornam evidente o fato de que se apertava o cerco em torno da fábrica União. Os saldos iam decrescendo rapidamente, como atestava a

⁴⁹ Cumpre destacar que sempre fora verificado e aprovado pelo Conselho Fiscal o trabalho de escrituração sempre realizado pontualmente pelo guarda-livros da Companhia União Caxiense, mas depois de muitos anos de serviço prestado, no início de 1897, no mês de março, o Sr. Pedro Pinto Ribeiro pediu exoneração. Na Ata N° 139, de 17/03/1897, na qual foi feito esse registro não há qualquer nota sobre as razões de sua saída da empresa.

diretoria em seus registros mensais do saldo existente. Era de Rs 16:481:140 em fevereiro de 1898, descendo para Rs 14:134:837 no mês de março, Rs 9:579:999 em abril, Rs 5:275:986 em maio, tendo uma ligeira recuperação em junho, quando atingiu Rs 8:843:843 e passando para Rs 15:067.266 no mês de julho, quando o então Diretor Gerente – Antonio Bernardo Pinto Sobrinho, expôs à diretoria a necessidade de aquisição de mais 40 teares, além de alguns sobressalentes, dado o acúmulo de pedidos de tecidos, que a fábrica tinha dificuldade de atender naquele momento. Outra medida adotada, segunda Ata N° 160, de 15/09/1898, foi de se fazer um depósito de algodão, para evitar os problemas de falta e alta da matéria-prima, no semestre seguinte.

Uma recuperação da capacidade de vendas dos seus produtos permitiu que no primeiro semestre de 1898, fosse registrado saldo de Rs 11:794: 733 e os dividendos de Rs 6.000 por ação fossem distribuídos. No final do segundo semestre, o saldo foi de Rs 23:960:915 e os dividendos foram elevados para Rs 8.000 por ação.

Com pode se observar, houve uma pequena melhoria no desempenho da fábrica União Caxiense, durante o ano de 1898, mas essa alteração positiva nem era tão significativa, nem tão permanente, como foi possível observar na variação do saldo a cada mês do primeiro semestre, o que também aconteceu no segundo, com saldos um pouco mais elevados, que variaram conforme o seguinte quadro:

Meses/ 2º Semestre de 1898	Saldo Verificado (Rs)
Setembro	27:551:978
Outubro	7:420:196
Novembro	11:568,014
Dezembro	20:216:047

Feito o exame da escrituração do semestre findo, no mês de fevereiro de 1899, foi possível verificar o saldo de Rs 23:960:915 e autorizar o pagamento de dividendos no valor de Rs 8.000 por ação.

Embora não tenham sido encontrados todos os Balanços dos anos subseqüentes a 1894, tentou-se acompanhar a movimentação financeira registrada nas Atas das Reuniões da Diretoria, como se vem demonstrando. Observou-se que houve uma espécie de estagnação nesse movimento e, também, uma certa acomodação da diretoria, pois não foram mais registradas novas viagens dos diretores em busca de novas vendas dos produtos da União Caxiense.

As atas passaram a fazer apenas o registro dos saldos mensais e dos pagamentos de dividendos, ficando assim mais reduzidas as informações acerca de outros aspectos relativos ao cotidiano da fábrica. Somente na Ata N° 167, de 15/04/1899, houve uma variação desse conteúdo que havia se tornado padronizado, quando o Diretor Gerente noticiou a explosão de um cilindro de um dos gommadores, do que resultou a perda total da máquina que ficou despedaçada. No mesmo mês, no dia 17, foi expedido um telegrama para a Inglaterra, fazendo a encomenda de outro gommador.

Outro fato destacado, em 26/08/1899, foi a demissão do Sr. Raphael Nunes, tintureiro português que foi contratado em 1893. Para substituí-lo foi convidado o “Sr. Farmacêutico” José Firmino Lopes de Carvalho, que firmou contrato com ordenado de trezentos mil réis e para a função de chefe de urdidores e gommadores que era também exercida pelo Sr. Raphael, foi contratado o Sr. Alcebíades Saraiva de Carvalho, recebendo ordenado de cento e vinte mil réis. No início de 1900, novamente houve troca de funcionário técnico importante, após o falecimento do maquinista Sr. Bernardo Leosegildo, que foi substituído pelo Sr. Américo Ernesto Machado, com ordenado de trezentos e cinquenta mil réis mensais.

Durante todo o ano de 1899, manteve-se o desempenho da fábrica no seu patamar médio, sem grande progresso, sendo observadas variações do saldo mensal, que nos últimos meses do ano foram muito acentuadas, conforme demonstrado a seguir:

Meses	Saldo
1899	Verificado (Rs)
Fevereiro	23:960:915
Março	12:112:311
Abril	12:606:977
Maio	15:800:577
Junho	12:391:534
Julho	23:489:212
Agosto	6:285:869
Setembro	9:774:535
Outubro	4:566:578
Novembro	2:651:905
Dezembro	6:681:642

Fonte: Livro de Atas (de N° 165 a 175)

No ano de 1900, iniciava-se o semestre, com a decisão de realizar o pagamento dos dividendos de Rs 8:000 por ação. A partir de março em diante, todas as atas se restringiram ao registro do saldo mensal, portanto nenhum outro destaque mereceu atenção, exceto a paralisação da fábrica no final desse mês, para uma revisão completa da máquina e caldeiras, conforme resultado da avaliação feita pelo novo maquinista.

Durante todos os meses os saldos mantiveram-se entre 15:233:572, 11:717:199 , 13:185:947 , 28:916:154, de março a junho respectivamente. Destacou-se o saldo de outubro, que elevou-se a Rs 35:947:298, mas que não se manteve nesse nível, sendo mais baixos nos meses de novembro e dezembro, quando verificou-se Rs 22:252:777 e 11:659:020, respectivamente.

O saldo do primeiro mês de 1901, era baixíssimo Rs 3:837:736, mas no dia 16/02/1901, na reunião da diretoria para exame da escrituração do semestre findo, o saldo verificado era de Rs 25:000:000 e, embora, parecesse muito favorável para a distribuição de dividendos, o Diretor Gerente aconselhou que se suspendesse o pagamento, pois havia no depósito produtos no valor de Rs 106:850 \$ e deveria ser mantido o saldo em conta, dado que não era possível avaliar os abatimentos que poderiam ocorrer na ocasião da venda dos tecidos em estoque . (Ata N° 189, 16/02/1901)

Como já se comentou anteriormente, não sendo mais descritas nas atas da diretoria as condições de funcionamento da fábrica, bem como as relações comerciais com os seus agentes e seus compradores da praça local e de outras praças noutros estados, tornou-se impossível avaliar o que de fato estava ocorrendo na administração da Companhia União Caxiense. Até mesmo o registro sucinto do saldo verificado mensalmente pela diretoria deixou de ser feito por um longo período. A última Ata do ano de 1901 foi a de N° 191, do dia 13/04, quando o saldo constatado foi de Rs 3.400\$854.

Houve, portanto, uma interrupção do registro do movimento financeiro da fábrica, sem que se possa saber que razões provocaram esse fato. Somente na Ata N° 192, do dia 13 de agosto de 1902, foi registrado que : “ *não houve mais nenhum lançamento da ata alguma das reuniões da mesma diretoria, por motivos independentes de sua vontade.*” Nessa mesma data, foram apresentados os livros de folha de pagamento aos operários e da produção da fábrica, relativos ao mês de julho último.

Embora tenham ficado cada vez mais escassos os registros ricos em detalhes, que anteriormente, foram encontrados nas Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia União Caxiense, foram retomados os registros de contatos com os devedores da fábrica, o Diretor Presidente realizou em agosto de 1902, visita feita à Casa Joaquim Sant' Anna, Irmão e Co. , na capital do estado do Piauí, cujo débito foi saldado com 3600 alqueires de cal no valor do débito que era de Rs 6.072:418.

A partir dessa Ata, até a Ata de N° 219, de 15 de janeiro de 1906, foi possível acompanhar o dispêndio e a produção, conforme quadros anexos **(ANEXO VIII - Quadro Demonstrativo de Dispêndio e Produção da Companhia União Caxiense e da Companhia Manufatora Caxiense)**

A análise desse quadro merece alguns destaques:

- o ritmo de produção da fábrica União, manteve certa regularidade, obtendo uma produção média de 90.000 metros de tecido por quinzena;
- alguns piques de produtividade elevaram essa média em alguns momentos de exceção, como ocorreu na segunda quinzena de janeiro de 1902, quando obteve a maior produção desses anos, que foi equivalente a 118.515 metros numa quinzena, com um dispêndio de Rs 7.696:120 e Rs 1.993:330 destinado ao pagamento dos operários;
- no ano de 1905, ocorreu uma queda vertiginosa da produção, de modo que a média chegou a ficar no patamar de 15.000 metros produzidos por quinzena,

sendo que o dispêndio foi para uma média de Rs 3:000:000, sendo mantidos os montantes relativos aos empregados na média de 1:883:333.

Mas, ocorre na análise desse quadro, elaborado a partir das Atas das Reuniões da Diretoria, que já havia se dado a instalação de duas novas indústrias de tecidos a Sanharó, em 1891, e a Companhia Manufatora. Esta começou a ser planejada em 1889, sendo de 1892 a data da instalação da Companhia, e de 1893 o seu primeiro balanço, embora a data de sua inauguração registrada no Jornal Cruzeiro, da cidade de Caxias, seja 1897.⁵⁰ Esta última empresa foi criada e instalada por iniciativa dos diretores da Companhia União Caxiense. Desse modo, os registros de dispêndio e produção que poderiam parecer serem apenas da Companhia União, foram mais tarde identificados como sendo, também, da Companhia Manufatora, conforme registros das Atas de N° 214, 218 e 219.

Por esta razão, decidiu-se fazer um détour, para explicar a gênese da quarta fábrica de tecidos da cidade de Caxias, embora em termos temporais seja a fábrica Sanharó aquela que antecede ao surgimento da Companhia Manufatora, cuja existência foi conjugada com o funcionamento da Companhia União Caxiense, tal como se demonstrará adiante.

3.4- Companhia Manufatora: sua fundação, instalação e funcionamento entre 1892 a 1958

O surgimento de mais uma fábrica de tecidos, que na ordem cronológica de surgimento é a de número quatro, sugere muitas dúvidas em relação aos reais propósitos que pretendiam ser alcançados pelos seus fundadores, considerando-se a condição da economia do país na segunda metade do século XIX, e as polêmicas que

⁵⁰ Numa folha avulsa, encontrada no Arquivo Público do Estado do Maranhão, contendo resumo de dados acerca da Companhia Manufatora estavam informações acerca da incorporação da Manufatora pela União Caxiense. Esses dados, porém, depois foram esclarecidos, porque na realidade o que se deu de fato, conforme notícias publicadas no Jornal Cruzeiro da cidade de Caxias, foi a criação da Manufatora, inaugurada em 1897, pelos mesmos diretores da Companhia União Caxiense, que passaram a administrar as duas fábricas simultaneamente.

tenham se tornado públicas e divulgadas nos jornais da capital, a respeito da estratégia de emissão de debêntures, para contornar a falta de meio circulante que era uma das evidências mais contundentes da crise monetária que havia se alastrado pela província do Maranhão.

Os analistas sugeriam prudência para os empresários que expandiam seus empreendimentos e alguns acionistas começavam a retroceder, como pode se constatar no comentário publicado em 12/03/1892, na página dois, do Diário do Maranhão:

Companhia Manufatora Caxiense

“Nos jornaes diários vimos um annuncio, convidando os subscriptores desta capital para irem assignar os estatutos e fazer a primeira entrada de 20% de capital até o dia 19 do corrente.

Achamos grandes inconvenientes na creação desta Companhia na epocha actual em que o cambio tem collocado as fabricas em construcção nas mais serias difficuldades, e maior inconveniente ainda há em querer-se installar a Companhia, sem que esteja subscrito todo o capital. Isto quer dizer que, apanhados os primeiros accionistas presos pela 1ª. entrada que fizeram ver –se-hão depois na contingência de tomar mais acções. Eu, porem, declaro que renuncio desde já às acções que tomei, e cuido que andarão bem avisados os outros subscriptores em seguir-me o exemplo pois não há capitaes para tantas empresas ao mesmo tempo, e a consequência será desastrosa, porque aggravada a crise monetária, que já nos assoberba, impossível se torna a montagem de qualquer nova empresa.

Mais tarde, quando a praça se tiver refeito dos avultados desembolsos realizados, sim cuidem então da nova fabrica, e tomaremos numero duplo de acções. A febre de montar empresas produziu no Rio de Janeiro os maiores desastres de que há memória no Brasil, como é de todos sabido. Pois é de

ração que sejamos prudentes, para evitarmos desastres semelhantes aqui.

Adiem srs. Incorporadores, para melhores tempos a sua Idea, e contem, então, com o concurso de

Um accionista que renuncia.

A essa manifestação pública de receio e, até mesmo de advertência feita aos líderes do processo de instalação da quarta fábrica de tecidos na cidade de Caxias, em artigo publicado por um acionista, reagiram imediatamente vários subscritores, que publicaram no Diário do Maranhão, em 15/03/1892, também na página dois, a sua reação crítica em relação ao texto acima transcrito.

Assumindo uma posição que se colocava acima de qualquer suspeita, afirmaram os autores do artigo também intitulado “Companhia Manufactora Caxiense “:

“(...) Os precedentes dos caxienses são bastante conhecidos e honrosos, e portanto capitaes confiados à sua hábil, prudente e zelosa administração são sempre bem empregados; e dadas as circunstancias actuaes do paiz geralmente pensão os entendidos que não há esperança de alta sensível no cambio por algum tempo, e assim os productos da fabrica compensarão por seu elevado preço o capital nella empregado.

Sabem todos os que conhecem Caxias que ella offerece condições especiaes e vantajosíssimas para a montagem económica e costeo barato de uma fabrica.

O local já escolhido para a “morins” é dentro da cidade, à margem do rio Itapecuru, e dispõe de água do Riacho da Ponte em abundancia, trazida à fabrica por simples gravitação; o que ficou provado pelos estudos do hábil engenheiro sr. Compton para a companhia das águas de Caxias.

Não há a temer medidas autoritárias e vexatórias em relação a augmento de capital. Temos convicção de que em caso de

necessidade não será necessário recorrer a meios poucos liberaes para se poder obter augmento de capital porque a Empresa se venha a encontrar em posição desvantajosa no mercado.

Sirvão de exemplo a Industrial Caxiense e a União que tem conseguido novas emissões deixando aos accionistas o livre arbítrio de aceitar ou não novas acções."

Assinado o artigo por "Vários Subscriptores", encerraram a sua defesa em relação ao empreendimento, tornando pública a sua decisão em dobrar o número de ações que haviam subscrito, considerando ainda que o desastre das têxteis do Rio de Janeiro foi provocado por uma única razão que era a de que as companhias foram organizadas como "bolhas de sabão", por motivos meramente especulativos, que de nenhum modo podiam ser considerados como motivos que moviam os criadores da "Morins de Caxias".

Tudo leva a crer, que será impossível concluir sobre as verdadeiras razões que levaram o grupo de industriais caxienses a se motivarem tanto na realização de mais uma empreitada tão ousada, em tempos tão difíceis da economia nacional e da província.

O fato é que apesar de todas as controvérsias, foi divulgada, no dia 23/05/1892, no Diário do Maranhão a seguinte nota:

Companhia Manufatora Caxiense

"É com prazer que noticiamos haver sido hontem installada em Caxias, com o capital de 706 contos, esta companhia, que vai fundar uma fabrica destinada a morins.

Um bravo merecido à importante cidade que tão agigantados passos tem dado no caminho do progresso.

Parabéns a Caxias e que seja coroado de todo êxito o ingente esforço dos incorporadores da nova e promettedora empresa."

As evidências de uma determinação obstinada dos industriais caxienses parecem mostrar que as reações iam de um lado a outro, contrapondo-se frente às suas ações e à realidade concreta do país e da cidade. Talvez uma postura otimista, ingênua ou, por outro lado, quem sabe ousada, e até mesmo especulativa, estivesse animando-os a realizarem a administração conjunta de duas fábricas praticamente: a já existente, União Caxiense, instalada em 1889, e a recém-criada, Manufatora Caxiense, em 1892.

No artigo do Jornal Cruzeiro, sem data, mas que devia ser de 1942 a 1945⁵¹, era interpretada a capacidade de trabalho dos “nossos antigos cidadãos” num Memorando Histórico da Companhia União Caxiense, que traz à baila dados da gênese da Manufatora.

“Os bons resultados obtidos na fundação das fabricas de fiação e tecidos “Industrial” e “União” animaram os diretores da Companhia União Caxiense S/A a fundarem uma nova fabrica de tecidos que tomou o nome de “Manufatora”, cujos planos de instalação foram assentados em 22 de outubro de 1889, numa reunião efetuada na residência, do sr. Manoel Correia Baima do Lago, à rua Paisandú, hoje Aarão Reis, presidida pelo Dr. Tito Joaquim de Lemos, secretariado pelo sr. Luiz José de Melo, presentes 36 socios fundadores.

Naquela reunião deliberou-se a constituição de uma diretoria provisória composta dos srs. Dr. Francisco Dias Carneiro, Manoel Correia Baima do Lago, Antonio Joaquim Ferreira Guimarães, tendo como suplentes Aníbal Pedro dos Santos, Pompeu Gonzaga de Souza e Antonio de Melo Bastos; e um conselho fiscal composto dos srs. Luiz Desiderio Marinho, Manoel Gonçalves Pedreira e Severiano José Vidigal.

⁵¹ Tendo apenas um fragmento da página 7 (ANEXO IX - Jornal Cruzeiro), sem data, fizemos uma leitura de todos os artigos aí contidos, o que nos permitiu uma aproximação às datas prováveis de sua publicação, porque o artigo intitulado “A Imprensa de Caxias a 40 anos passados” refere-se aos periódicos que haviam sido publicados nos anos de 1902 e 1903. “Eram eles: ‘O Zéfiro’ – ‘A Mocidade’ e ‘O Paiz’”. Além dessa referência indireta, o próprio artigo transcrito finaliza fazendo menção ao sentimento em prol da vitória das Nações Unidas, o que nos remete para a época da finalização da segunda guerra mundial, em 1945. Nesse mesmo Jornal, curiosamente, está transcrito o testamento de Dr. Francisco Dias Carneiro, extraído da Gazeta Caxiense, de 24 de Janeiro de 1896, tendo sido escrito por ele mesmo e datado em 5 de Janeiro de 1894. Entre os seus testamenteiros está citado o sr. Antonio Bernardo Pinto Sobrinho, que nesse mesmo ano, 1894, ocupava a gerência da Manufatora.

Logo depois, reuniu-se a primeira Assembléia Geral em que se apresentou grande numero de acionistas representando 4.481 ações, que perfaziam dois terços do Capital da Companhia.

A fabrica de tecidos "Manufatora" foi inaugurada em 1897, assumindo sua direção, o Cel. Antonio Joaquim Ferreira Guimarães, passando depois a ser dirigida, respectivamente, pelos srs. Álvaro da Silva Mendonça Camões, Ferraz & Cia. Ltda. e José F. Guimarães Junior, que em junho do corrente ano, vendeu todas as ações que havia adquirido da Companhia União Caxiense S/A aos capitalistas de São Paulo, srs. Eduardo Américo Marchi, Professor José de Augustinis e Comendador João Ugliengo, que já assumiram a direção da referida Companhia e pretendem em breve restaurar com o Maximo empenho a maquinaria da fabrica de tecidos "Manufatora" afim de aumentar a sua produção que, atualmente, é de 4.000 metros diários de tecidos, para o Maximo da sua capacidade, que é de 7.000 metros.

Estão os novos diretores da Companhia União Caxiense S/A, no louvável propósito de melhorar as condições da sua maquinaria ajustando-a como novos acessórios que já estão chegando por via aérea de S. Paulo, no elevado empenho de colaborar com o pensamento do governo no esforço de guerra, em prol da vitória das Nações Unidas e engrandecimento do Brasil. "

A importância do artigo do Jornal Cruzeiro definiu a necessidade de sua transcrição integral. Impressiona a notícia, principalmente, pelo fato de, após tantos anos passados do início da instalação e da história do parque manufatureiro da cidade de Caxias, prevalecer uma tendência de interpretá-la de modo "ufanista e sobranceiro" (para usar o linguajar da época), omitindo as condições concretas das dificuldades e das instabilidades que se multiplicaram no desempenho da produção fabril, ao ser expandido o número de fábricas, sem uma avaliação mais rigorosa. Parece que o entusiasmo, a coragem, e a conduta "denodada" dos mesmos senhores que haviam dado início a essa história, em 1889, como o Dr. Francisco Dias Carneiro e o Sr.

Antonio Joaquim Ferreira Guimarães, eram elementos suficientes para que se movessem as máquinas de fiação e tecidos nas fábricas caxienses.

Retornando aos dados da história da Manufatora Caxiense, destacam-se os elementos que parecem contrariar as interpretações mais idealistas e idealizadoras de realidades nem sempre tão disciplinadas à vontade dos seus agentes. O Balanço da Companhia Manufatora Caxiense, datado de 31 de dezembro de 1893, aponta evidências de que as condições objetivas desaconselhavam a expansão dos empreendimentos. **(ANEXO X - Balanço da Companhia Manufatora Caxiense de 1893)**

Na exposição desse Balanço, assinada pelo sr. José Ferreira Guimarães – secretário servindo de presidente, José Castello Branco da Cruz – tesoureiro e Antonio Bernardo Pinto Sobrinho – Gerente, apresentada no dia 10 de janeiro de 1894, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, não restam dúvidas de que o procedimento que havia sido explicitado de forma dura, por um dos subscritores das ações, já analisado anteriormente, estava sendo posto em prática.

A Manufatora estava ainda sendo construída e já se anunciavam as dificuldades financeiras que impeliavam a diretoria, com o aval do Conselho Fiscal, a propor a emissão de 3.530 ações do mesmo tipo da primeira emissão realizada, como também a contrair empréstimos de 200 contos para a conclusão dos trabalhos de instalação.

Para convencer os acionistas da justeza dessa avaliação, diziam os diretores em sua justificativa:

“As dificuldades que ultimamente se têm multiplicado, proveniente da crise financeira porque tem passado o paiz e da crise monetária porque passa este Estado, não promettem ser passageiras:

por isso urge com antecedência prevenirmos males futuros e assegurarmos os meios necessários para levar a efeito o objectivo desta Companhia.

(...) O capital primitivo é sufficiente para a construção de todo o edificio inclusive a secção de alveamento, para o pagamento do travejamento do tecto, colunas, caldeiras, machinas motoras e transmissões. Falta o capital necessário para a compra de 100 teares e machinismos de fiação correspondentes e para o material destinado ao alveamento. “ (Diário do Maranhão, dia 23/01/1894)

Seguem os diretores fazendo suas avaliações e cálculos, e chama atenção o fato de terem iniciado o empreendimento sem disporem de capital para o maquinismo, como atestam ao discriminarem todos os equipamentos que necessitavam importar, conforme lista detalhada abaixo:

1° Machinismo de abrir, bater cardar, fiar e tecer algodão, proporcionado para 100 teares	Libras 5.910
2° alveamento e acabamento de fazendas	3.270
3° encanamento de água e vapor dentro do edificio	150
4° acessórios para fiação e tecelagem e drogas para alveamento	2.000
5° despesas de acondicionamento, seguro, frete para Liverpool e dali para Maranhão	4.000
	Libras 15.330

Este valor ao câmbio de Rs 22\$000, segundo a exposição da diretoria, totalizaria a quantia de Rs 33:260\$000. Ainda deveria ser acrescentado o valor de 80 contos para as despesas de expediente, direitos, descarga, frete até Caxias e assentamento dessas máquinas, portanto, a soma necessária para realizar a importação deveria ser perto de Rs 420:000\$. Sendo que no futuro teria que ser importado o restante do maquinismo,

pois todo o planejamento do edifício e suas seções foi realizado para comportar 300 teares.

Ao finalizarem sua exposição e a proposta de aumento de capital, os diretores afirmavam:

"Não é pelo facto de tornar-se necessário mais dinheiro que deixa a vossa empresa de fornecer um optimo emprego aos capitaes. Temos confiança que saberemos vencer as dificuldades futuras e esperamos em breve apresentar-vos os productos da vossa fabrica." (10/01/1894)

A Ata da Sessão Extraordinária da Assembléia Geral da Companhia Manufatora Caxiense, de 1894, (**Ver ANEXO XI**) documenta a aprovação que foi dada pelos acionistas às propostas de aumento do capital social com a quantia de trezentos e cinquenta e três contos de réis dividida em três mil quinhentas e trinta ações, e de emissão de debêntures, no valor de 200 contos de réis se ainda houvesse necessidade de disporem de mais recursos para finalizar as obras e iniciar o funcionamento da fábrica.

Durante vários meses de 1894, foram publicadas, no Diário do Maranhão, notas da Diretoria da Companhia Manufatora Caxiense, para convidar, alertar e até mesmo advertir, acenando com a aplicação de penalidades, os acionistas que se mantinham em débito em relação ao pagamento das prestações relativas à compra de ações. Uma dessas notas, do dia 04/06/1894, mostra que a situação parecia muito delicada:

"A directoria desta companhia ainda uma vez convida os srs. acionistas que não satisfizeram em tempo as prestações de suas acções da 1ª. emissão, a virem realizar o pagamento dellas até o

dia 15 de junho próximo vindouro, impreterivelmente prevenindo àquelles que deixaram de o fazer, que ficarão sujeitos, desde a data do vencimento de cada prestação, do disposto do art. 8º dos estatutos cuja integra é a seguinte.

O accionista que não realizar alguma entrega no prazo designado pela directoria pagará mais o juro de 1% ao mez pela mora, e se não satisfazer a entrada e o juro no prazo de 60 dias serão vendidas suas acções em leilão mercantil e restituído ao accionista o producto liquido da venda deduzidos os juros e despesas.” (Caxias, 21/05/1894)

Além do conteúdo dessa nota demonstrar, claramente, que havia falta de capital, no dia 11 de outubro deste mesmo ano de 1894, foi publicada pelo Diário do Maranhão, notícia sobre o empréstimo de 400 contos que estava sendo negociado pela Companhia Manufatora Caxiense com o Banco da República, dizendo que já havia sido feito o seguro da fábrica e que dentro de alguns dias deveria ser concluído o contrato relativo a essa operação.

Sem nenhum registro posterior a essa data, acerca do que pudesse ter ocorrido, somente a partir da data de 16 de março de 1905, surgem indícios de que estivesse em pleno funcionamento a Companhia Manufatora Caxiense, uma vez que foram identificados nas Atas da Companhia União Caxiense, os registros relativos a dispêndio e produção, tal como haviam sido feitos da atividade industrial da própria Companhia União.

3.5 - Funcionamento conjugado das Fábricas União Caxiense e Manufatora.

Foram as Atas N° 214 (16/03/1905), 218 (16/10/1905) e 219 (15/01/1906) que apresentaram os dados relativos ao funcionamento da Manufatora nos anos de 1905 e 1906, em que ficou evidente, que o seu desempenho médio de produção em 1905, de 90.000 metros de tecido, foi superior ao de 1906, equivalente a 25.000 metros apenas. **(Ver ANEXO VIII - Quadro demonstrativo de dispêndio e produção)**

O desempenho da Companhia União Caxiense no mesmo período era quase equivalente, o que significa uma certa estagnação das duas fábricas, indicando, portanto, a necessidade de medidas concretas por parte dos seus diretores. Embora não se tenha o registro mais detalhado dessa situação, com certeza deve ter existido, dado que havia uma prática cuidadosa de escrituração do Livro Caixa da União Caxiense, dos quais reproduziu-se apenas um fragmento de duas páginas, para ilustração.

(ANEXO XII – Livro Caixa da Companhia União Caxiense)

Diante desse quadro, foram retomadas as viagens de negócio do diretor Antonio Joaquim Ferreira Guimarães, que como se demonstrou amplamente, desde o início do funcionamento da União Caxiense, esteve sempre desempenhando essa atividade nas capitais dos estados vizinhos. Assim, foi deliberado, em fevereiro de 1906, que ele fosse à capital de qualquer estado, a fim de dispor dos produtos, correndo por conta da companhia as suas despesas de viagem e mais a quantia de trezentos mil réis.

O resultado dessa viagem foi alcançado na própria capital do estado do Maranhão, onde o diretor vendeu as fazendas, de modo conveniente para a Companhia. Entretanto, no mês de maio seguinte, o acúmulo do estoque de doméstico obrigou-o a partir, mais uma vez, dirigindo-se desta feita, para o estado do Piauí.

Essa prática tornou-se repetitiva na história da Companhia União Caxiense, pois foi sempre necessário que o diretor presidente viajasse com a finalidade de realizar vendas dos produtos, em face da grande concorrência existente.

Em 16 de setembro de 1908, diante da crise provocada por falta de algodão e de capital, conforme Ata N° 226, foi aprovada a proposta do Diretor Presidente para que as fábricas União e Manufatora passassem a trabalhar somente na metade do tempo, ou

seja, em meio expediente, de modo a conter os custos de operação, de remuneração dos operários e conter os prejuízos.

Haviam assumido a direção das duas fábricas os diretores Antonio Joaquim Ferreira Guimarães, Manoel Gonçalves Pedreira e Antônio Bernardo Pinto Sobrinho (Gerente da Manufatora) e, segundo o registro de realização das Atas da Diretoria, as reuniões mensais eram realizadas a cada mês no escritório de uma das fábricas, portanto, os problemas eram enfrentados por eles de forma conjunta e conjugada.

Ainda que parecesse existir uma ação coordenada entre esses diretores, no dia 08 de abril de 1910, foi registrado em Ata, o ofício do Diretor Antonio Bernardo Pinto Sobrinho, cujos termos eram os seguintes:

“Muitos motivos levaram-me a renunciar o cargo de diretor da Companhia União Caxiense o que ora faço e levo ao conhecimentos de V. Sas. para os devidos fins.”
(Caxias, 7 de abril de 1910).

Imediatamente à sua saída, foi convocado o primeiro suplente Cel. Libanio da Costa Lobo, que assumiu no dia 08 de abril, ficando na função de Diretor Secretário. Os demais diretores ficaram assim distribuídos: Antonio Ferreira Guimarães – Presidente, Manoel Gonçalves Pedreira – gerente da Fábrica Manufatora e tesoureiro; Caetano de Moura Carvalho – gerente da Fábrica União. Essa composição foi alterada novamente, quando em 27 de setembro, o gerente Manoel Gonçalves Pedreira pediu licença com vencimentos, tanto de gerente, como da porcentagem de diretor, tendo obtido a aprovação do seu pleito.

Em 27 de março de 1911, assumiu a nova diretoria eleita para o triênio de 1911 a 1914, com a seguinte distribuição dos cargos. Como Presidente, o diretor Antonio Joaquim Ferreira Guimarães; para secretário, Caetano de Moura Carvalho, também

gerente da Fábrica União e Libanio da Costa Lobo, assumiu o cargo de tesoureiro e de gerente da Fábrica Manufatora.

Nos primeiros meses do ano de 1912, foram reiniciadas as viagens de vários diretores, como foi registrado nas Atas N° 237 e 238, de 04/01 e 06/04, respectivamente. O Diretor Antonio Joaquim foi para o Ceará, o Diretor Caetano seguiu para a cidade de Parnaíba e o Diretor Libanio Lobo foi também para o Ceará. A missão de todos era uma apenas: colocar os produtos das fábricas Manufatora e União nessas praças.

Esse investimento em viagens para a venda de tecidos nem sempre era produtivo, mas tornava-se imperativo realizar, pois continuava intensa a recessão comercial e os estoques se avolumavam exigindo providências urgentes. Ampliando a sua área de busca de compradores, os diretores passaram também a visitar, além das capitais, as cidades do interior do Maranhão, do Piauí e do Ceará, como Brejo, Parnaíba, Floriano, Sobral e outras.

Em meio a essa situação, findava o período do mandato da diretoria em exercício e era empossada, em 15 de março de 1914, a nova diretoria para o triênio de 1914 a 1917. Ficando com a seguinte distribuição: Diretor Antonio Joaquim Ferreira Guimarães permaneceu como Presidente; Libanio da Costa Lobo ficou como secretário; Caetano de Moura Carvalho assumiu a gerência da fábrica União e Raimundo Ferreira Vilanova ocupou o cargo de gerente da fábrica Manufatora.

Durante esses vários mandatos, seguramente deveriam ter ocorrido as reuniões para exame dos Balanços Anuais e as Assembléias dos Acionistas, porém não foi encontrada essa documentação, apenas foram localizados dois documentos **(ANEXO XIII – Registro de Movimento de Combustível – 1923) e (ANEXO XIV - Registro do Livro do Movimento de Produção, do Consumo e das Estampilhas - 1926).**

Excetuando esses documentos nenhum outro registro foi encontrado, produzindo-se, portanto, muitas lacunas na história dessas duas fábricas. Outro fato a destacar, diz respeito à interrupção de 30 anos, no registro das Atas da Companhia União. Talvez o período da guerra, tenha produzido reflexos no seu funcionamento, porque nem jornais, nem atas ou balanços do período de 1914 a 1944, foram encontrados.

Com essas interrupções dos registros, que, caso tenham existido concretamente, podem ter sido extraviados, há maior dificuldade em compreender e analisar os fatos que se sucederam. Neste caso, nada há que se possa fazer, exceto registrar essa descontinuidade.

No período de 1944 a 1966, durante 22 anos, foram novamente feitos registros em Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense S/A, embora não se tenha encontrado de todos os anos numa sequência contínua.

Em 15 de setembro de 1944, assumiu uma nova diretoria composta, predominantemente, por acionistas paulistas, que pretendiam iniciar uma nova fase da Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense. Durante a reunião, foi feita uma avaliação lisonjeira sobre a honestidade e o esforço que havia sido empreendido pelos diretores que acabavam de renunciar aos cargos: Dr. Arlindo Cruz Guimarães e Antonio Joaquim Ferreira Sobrinho. Os diretores José Ferreira Guimarães Junior e Dr. Alcindo Cruz Guimarães abstiveram-se de votar, para aprovação das contas e balanços relativos ao primeiro semestre de 1944.

Os novos diretores eleitos eram: Epaminondas Luiz de Amorim, brasileiro, advogado, casado e residente em São Paulo; José Ferreira Guimarães Júnior, brasileiro, casado e residente nesta cidade; Dr. Eduardo Américo Marchi, brasileiro, casado, e residente em São Paulo. Para suplentes ficaram: Nubino Lemi, brasileiro,

casado, e residente em São Paulo; Dr. Alcindo Cruz Guimarães, brasileiro, casado e residente nesta cidade; Toríbio Oliveira, brasileiro, casado e residente nesta cidade.

Embora a diretoria tivesse sido eleita em setembro, apenas em novembro, os novos diretores assumiram, e, de imediato, foram convocados os seus suplentes para substituírem os diretores Epaminondas Luiz de Amorim e o Dr. Eduardo Marchi, que sendo residentes em São Paulo, retornaram à sua cidade. Assumiram, portanto os diretores Nubino Lami, no cargo de Presidente, substituindo o diretor Epaminondas e o diretor Alcindo Cruz Guimarães, como secretário, no lugar de Eduardo Américo. No cargo de tesoureiro ficou José Ferreira Guimarães Júnior.

Com a intenção de fazer recuperar a sua capacidade de produção e de geração de lucros, ocorreu uma Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, cuja convocação foi publicada no Diário Oficial do Estado N° 208, do dia 19 de setembro de 1945.

Presidiu essa Assembléia Geral de Acionistas, em que estiveram presentes 11 acionistas, representando 1.942 ações, o Sr. José de Augustinis, que tendo vindo da cidade de São Paulo, comprou as ações de José Ferreira Guimarães Júnior.

A realização da Assembléia tinha os seguintes objetivos: aumento do capital social, reforma dos estatutos e eleição da nova diretoria. Presidiu essa Assembléia o sr. Francisco Raimundo Vilanova e foram 1° e 2° secretários os senhores acionistas Salvador Ramos Trindade e Pedro C. Campos.

A proposta de aumento de capital pretendia elevar de Cr\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil cruzeiros), para Cr\$ 1.700.000,00 (hum milhão e setecentos mil cruzeiros). Esse aumento seria viável, segundo a diretoria, fazendo-se uso das reservas e da conta de lucros e perdas, sendo o total da primeira fonte equivalente a Cr\$

97.356,10 (noventa e sete mil, trezentos e cinquenta e seis cruzeiros e dez centavos), e da segunda fonte, o montante de Cr\$ 752.643,90 (setecentos e cinquenta e dois cruzeiros, seiscentos e quarenta e três mil e noventa centavos).

O Conselho Fiscal, constituído por Luiz Almeida e Silva, Azôr Carvalho e Achilles de Almeida Cruz, emitiram parecer favorável ao aumento de capital, ficando destacado que o número de ações não seria aumentado, mas o valor de cada uma seria elevado de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) para Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros).

Os acionistas aprovaram essa proposta da diretoria, bem como a alteração dos estatutos que destacava no art. 1º, relativo à denominação da empresa, que ela seria denominada Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense e no seu art. 2º, que o seu objeto era explorar a fábrica de sua propriedade "Manufatora" de fiação e tecelagem de algodão, tinturaria, branqueamento e correlativos, inclusive os artefatos que forem convenientes.

Essas e muitas outras modificações foram feitas com a aprovação dos acionistas e, em seguida, foi realizada a eleição da nova diretoria, que seria responsável pela administração da Companhia, pelo período de dois anos. O resultado da eleição foi o seguinte: para diretores, José de Augustinis, italiano, residente em São Paulo, Dr. Franco Gerodetti, italiano, residente em São Paulo, sete mil e seiscentos e noventa e nove votos cada um. Para suplentes, Toríbio Oliveira, brasileiro, residente nesta cidade; Dr. Alcindo Cruz Guimarães, brasileiro, residente nesta cidade e Nubino Lami, brasileiro, residente em São Paulo, com sete mil e seiscentos e oitenta e nove votos.

Embora não haja registro de todas as reuniões da diretoria, foram sendo documentadas as Assembléias Gerais Extraordinárias, e em 30 de junho de 1948, realizou-se mais uma delas, em que a diretoria propôs que se acrescentasse aos estatutos da Companhia, mais um artigo, assim redigido. Art. 38º - "Poderá a

Companhia estabelecer filiais, agências ou depósitos em qualquer parte do país, atribuindo-se para cada uma delas o capital de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros)".

Essa modificação estava direcionada para a realização de uma meta pretendida pela diretoria, que era a criação de uma filial com depósito e venda dos produtos das fábricas da Companhia na cidade de São Paulo, tal como foi aprovada em reunião da Diretoria de 22/12/1948 (Ata N° 317), ficando destinado o capital de Cr\$ 100.000,00 conforme previsto no estatuto, recém modificado com esse objetivo.

Além desse aspecto inovador da administração da Companhia feita pelo Professor José de Augustinis, foi também estabelecida uma sociedade com o sr. Hugo Fonseca para atividade de exploração da Serraria " Santa Amélia" , com participação de 50% e também com a mesma base para extração e fornecimento de lenha para a Estrada de Ferro São Luiz – Teresina, com o sr. Acyoli Varão.

Outra idéia aprovada pela Assembléia foi de se fazer a doação de terreno para a construção de 15 casas populares. Não foi dito se elas seriam destinadas aos operários da fábrica, mas essa era a forma adotada pelas fábricas do sudeste e, particularmente, de São Paulo, onde já havia grande concentração industrial e uma organização sindical fortalecida ao longo dos anos, principalmente, pela presença dos imigrantes, desde o início do século XX.

Também foi criado um serviço médico para o atendimento dos operários na própria fábrica, de modo a garantir a saúde, como elemento fundamental para a produtividade, como dizia a notícia publicada no dia 10 de março de 1945, no Jornal O Cruzeiro: *"(...) sabendo e compreendendo que o operário sadio e forte dá mais lucro na razão do aumento de sua produção, a nova gerência abriu dentro da fábrica um posto médico, contratando o ilustre clínico dr. Achilles Cruz, para tratamento dos operários doentes, fornecendo remédios para justo fim."*

A partir da constatação dos acionistas de que os resultados da Companhia eram muito favoráveis, conforme apontavam os balanços apresentados, a posição da empresa destacava-se no conjunto das indústrias maranhenses, conforme atestou um dos acionistas, Aluízio de Abreu Lobo, presente à Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 1953.

Houve uma manifestação por parte dos acionistas para que se fizesse novo aumento de capital, entretanto, o Diretor-Presidente esclareceu que essa reavaliação dos bens não poderia ser feita, por dois motivos: o primeiro obstáculo era que a reavaliação com aumento de Cr\$ 1.700.000,00 não era possível, pois a Fábrica Manufatora havia sido adquirida do Banco do Brasil S.A , por Cr\$ 170.000,00 e , portanto, não podia comportar a reavaliação. O segundo impedimento decorria da existência de 3.055 ações das quais se ignoravam os portadores, portanto, era impossível deixar de atender a exigência da lei que prevê que as novas ações sejam obrigatoriamente nominativas.

Considerando-se que, em 1951, foi aprovada a alteração da denominação da Companhia, ela começara a expandir os seus negócios para a fabricação de óleos. A Companhia União Caxiense S A – Agrícola, Industrial e Exportadora, estava conforme o disposto na Lei nº 1474, de 26 de novembro de 1951, realizando também uma proposta de aumento de capital de Cr\$ 1.700.000,00 para Cr\$ 3.400.000,00, com a emissão de 8.500 novas ações no valor de 200,00, fazendo-se a distribuição dessa ações entre os acionistas, a partir da reavaliação da Fábrica Manufatora que passaria de Cr\$ 800.000,00 para Cr\$ 2.500.000,00 o capital declarado.

Além dessas medidas, o Conselho Fiscal, constituído pelos srs. Manoel Teixeira Lima, Nachôr D' Araújo Carvalho e Luiz de Almeida, estava reunido, no dia 19 de maio de 1953, para avaliar uma proposta de pedido de empréstimo a ser feito junto ao Banco do Brasil S.A no valor de

Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros).

Toda essa movimentação parecia significar um fortalecimento da Companhia, mas as evidências também são contraditórias. Estava na direção da Companhia a nova diretoria eleita para o biênio 1953 a 1955, sendo composta pelos diretores: José de Augustinis, Franco Gerodetti e Lucia Geminiani, tendo como suplentes: Toribio Oliveira, Nubino Lami e Achilles de Almeida Cruz. E foi a essa diretoria que coube deliberar pelo fechamento da filial de São Paulo, que não obteve resultado positivo, realizando apenas a função de um depósito de pequenas quantidades de mercadorias que tinham sido enviadas para venda em São Paulo. Também foi decidida a venda de um terreno à Rua Riachuelo, pelo preço mínimo de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), que poderia ser vendido à vista ou a prazo em até 12 meses.

Mas, por outro lado, havia sido realizado o contrato de empréstimo e já havia se iniciado a aquisição de equipamentos para a extração de óleo babaçu, o que permitiria assim diversificar a produção da Companhia União Caxiense S.A – Agrícola, Industrial e Exportadora. A Assembléia Geral realizada em 06 de dezembro de 1964 ratificou as deliberações da Assembléia de 15 de setembro de 1951, ficando autorizada a diretoria a realizar outros contratos de empréstimos, caso julgasse necessário, nas mesmas bases e condições do ano de 1955.

Na mesma ocasião foi avaliada a conveniência da venda de bens da Companhia, tendo sido aprovada, conforme parecer favorável do Conselho Fiscal, realizar-se a venda dos seguintes terrenos e imóveis:

- terrenos no fundo da fábrica adquiridos do Sr. José Ferreira Guimarães, também os da Rua São Pedro e Avenida Getúlio Vargas, antiga da Independência, e os armazéns onde se acham a fábrica de óleos e da antiga serraria e as granjas atuais.
- a venda poderia ser feita em lotes, na ocasião de cada venda seria feita a avaliação respectiva por dois peritos nomeados pela diretoria, podendo o pagamento ser aceito de uma só vez ou em prestações.

A decisão de venda dos terrenos teria mais tarde um obstáculo, no caso da área adquirida do Sr. José Ferreira Guimarães, porque foi constatado pela Sra. Rosina Bastos Pinto, conforme carta que enviou à diretoria, no dia 10 de junho de 1955, que deveria ser feito o desmembramento de parte de terras da propriedade Santa Rosa que havia adquirido ao sr. José Ferreira Guimarães, porque uma parte dessas terras não pertencia à Companhia. De fato, a diretoria constatou que o agrimensor havia atribuído à empresa uma parte de terras que não lhe pertencia.

Causa estranheza que se constate essas medidas sendo tomadas ao mesmo tempo em que eram feitos os empréstimos, e adquiridos prensa e elevador para a extração e produção do óleo babaçu. Era como se houvesse, simultaneamente, uma tentativa de fortalecimento da Companhia, enquanto ela parecia ir se diluindo, com a venda dos seus bens.

No biênio 1955 a 1957, estavam ocupando a diretoria os mesmos diretores que vinham administrando a Companhia, há dez anos, praticamente, modificando-se apenas os nomes dos diretores suplentes. Portanto, estavam no exercício de seus cargos os diretores José de Augustinis, Franco Gerodeti e Lucia Geminiani. Os suplentes eram: Toribio

Oliveira, Dr. Achilles de Almeida Cruz e Rubens Lami. Houve necessidade de fazer uma parada da fábrica de tecidos, por ter sido danificada a motora principal.

Segundo avaliação técnica do fato ocorrido, foi considerado proposital o acidente com a máquina, que danificou o eixo central do volante. Há mais de seis anos, o funcionário encarregado de realizar o azeitamento da motora fazia esse trabalho, mas deixou cair um arame de aço numa peça de bronze, tendo sido ocultado o fato por mais de 8 horas. Com a abertura do mancal, foram encontrados dois pedaços do arame partido que produziram sulcos profundos no cilindro e no bronze.

Esse fato obrigou a diretoria a suspender o funcionamento da fábrica, dando férias coletivas aos operários, mas, além disso, foi demitido o empregado, e suspenso o outro que era auxiliar de chefe. Também foi aberto um inquérito policial, de modo que se pudesse apurar as causas reais do ocorrido.

Como parecia ter se evidenciado, mas não totalmente, a tendência de dissolução da Companhia começou a se concretizar, com a decisão tomada pela Assembléia Geral, em 05 de novembro de 1955, de autorizar a diretoria a *“promover a venda da fábrica de tecidos, seja completa em funcionamento, seja o maquinário num só lote ou mesmo parceladamente, de forma que o valor seja suficiente para o pagamento das indenizações que haja a fazer ao pessoal e ainda venha a sobrar valor igual ou superior a dois milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 2.500.000,00) que é por quanto se acha escriturado o valor da fábrica Manufatora.”*

Para tal fim, foi autorizada a diretoria a utilizar todos os recursos necessários, tais como anúncios, encarregar corretores e tomar todas as medidas necessárias para efetuar a venda, bem como comunicar essa decisão às autoridades locais e estaduais, explicando a falta de segurança e intranquilidade no trabalho que gerou essa decisão, mas que também iria produzir muitos prejuízos à população local.

Apesar dessa decisão, a medida seguinte aprovada pela Assembléia de 1º de Outubro de 1956, foi alterar o artigo 3º do Estatuto para fazer constar a seguinte redação: *“ O capital da Companhia é de Cr\$ 6.800.000,00 (seis milhões e oitocentos mil cruzeiros) divididos em 34.000 ações de valor de Cr\$ 200,00, cada uma, capital que poderá ser elevado à proporção das necessidades salvaguardando-se os direitos dos primitivos acionistas”*

Parece que as intenções de venda haviam implicado em uma superavaliação da fábrica Manufatora, que talvez pudesse ser mais positiva do que negativa, mas cujo resultado inverso também poderia acontecer, dado que poderia afastar interessados na compra da fábrica. E estes parecem não ter aparecido, pois no dia 25 de setembro de

1957, a Assembléia Geral Extraordinária decidiu contrair empréstimo industrial para a aquisição de matéria-prima para a fábrica de tecidos e a fábrica de óleo, no valor de até Cr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros) neste ano e poderia fazer outro de igual valor no ano de 1958.

A Diretoria que assumiu no biênio 1957-1959, José de Augustinis, Rubens Lami e Toribio Oliveira faz, finalmente, uma avaliação mais realista da situação em que se encontrava a Companhia, apresentando-a aos acionistas pelo Gerente, no seu parecer.

De acordo com sua avaliação, os fatores que desencadearam uma grave crise na indústria têxtil do país eram: os encargos fiscais extraordinários que cresciam seguidamente, o aumento constante do preço do algodão que obrigava a se elevarem os preços dos tecidos, causando dificuldades de venda, pelo fato do consumidor ter baixo poder aquisitivo. Por outro lado, a contenção de créditos criou impactos no comércio atacadista e varejista, fazendo com que a redução de compras produzisse acúmulo de estoques no setor industrial.

Nessa situação, o estoque da fábrica cresceu em 30% e os lucros desapareceram, sendo verificado algum prejuízo. Mesmo assim, afirmava o Gerente que haveria de se resistir a essa crise e ingressar numa fase de prosperidade, que deveria vir para o setor têxtil, de grande importância para a economia nacional.

Talvez ainda mantendo-se a esperança de se reverter esse quadro, ou por razões que não foram explicitadas, a Companhia União Caxiense S/A – Agrícola, Industrial e Exportadora decidiu realizar novo empréstimo no valor de até Cr\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil cruzeiros) para a aquisição de dois caminhões, seis cardas, vinte teares tipo xadrez e uma caldeira, ou outras máquinas que se fizessem necessárias para o desenvolvimento da indústria.

Entretanto, logo no dia 10 de novembro de 1958, o sr. José de Augustinis fez uma exposição de motivos acerca da decisão anterior de fechamento da Manufatora, reafirmando a necessidade de concretizá-la, uma vez que o empréstimo do Banco do Brasil não era suficiente para suprir as necessidades da Companhia. Era urgente realizar compra de algodão e nessa operação tinha sido utilizado todo o numerário fornecido pelo Banco do Brasil. Além disso, mesmo enviando caminhões para comprar algodão aos produtores e pequenos intermediários, não se conseguia resultado positivo e era insuficiente o algodão para a fabricação dos tecidos, aumentando as dificuldades de atender os compromissos junto aos Bancos.

Sem poder se viabilizar outra solução, houve um parecer favorável do Conselho Fiscal e da Assembléia, de modo que se encerrassem as atividades da fábrica Manufatora no dia 22 de novembro de 1958. Foi dada autorização à diretoria para vender todos os bens necessários, e no caso das máquinas, aplicar o valor da avaliação feita pelo Banco do Brasil.

Entretanto, todas as medidas definidas não conseguiam ser realizadas, por falta de compradores. Assim, a Assembléia foi obrigada, em 08 de dezembro de 1958, a dar garantia hipotecária sobre bens imóveis referente a um empréstimo de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), ao prazo de um ano e com juros de 6% ao ano. Essa quantia era necessária para o pagamento de acordos e indenizações devidas aos operários e demais empregados. A garantia hipotecária incluía o prédio da fábrica Manufatora, prédios da fábrica de óleo e anexos, e terras suburbanas e rurais.

Os cheques do empréstimo (números 517335 e 517368), cada um no valor de Cr\$ 1.000.000,00, foram apresentados à Assembléia e assim foi liberada a diretoria, para dar por escritura pública garantia hipotecária dos seguintes bens imóveis: prédio da fábrica "Manufatora", prédios onde está a fábrica de óleos e anexos, e terras suburbanas e rurais, a favor do Dr. Franco Gerodetti, já credor em conta-corrente da

garantia de dois milhões de cruzeiros, que foi fornecido aos mesmos para atender ao pagamento de indenizações aos operários e empregados.

Como não havia nenhuma perspectiva de melhoria dessa situação, foi mantida a decisão de não reabrir as fábricas e arrendá-las ou vendê-las. Por isso, a Diretoria foi autorizada a fazer arrendamento pelo prazo de dois anos, com o aluguel de 8 a 10 mil cruzeiros mensais, ou vender pelo preço de hum milhão de cruzeiros prédios e maquinaria, podendo ser dada a opção de prazo máximo de um ano, para que se efetivasse a venda.

Como não havia solução para a Companhia, dado que não se realizava a venda das fábricas, novamente reuniu-se a Assembléia Geral e Extraordinária dos Acionistas, no dia 30 de Junho de 1965, para deliberar o aumento do capital social, com a reavaliação do ativo, em face da lei de correção monetária.

Segundo o Presidente da Assembléia, Dr. Achilles de Almeida Cruz, secretariado por Salvador Trindade e Domício Alberto Torres, não poderia ocorrer a correção monetária, dado que o ativo imobilizado era inferior as reavaliações já realizadas em 1953 e 1956, ainda assim a Assembléia Geral, aprovou por unanimidade (não há registro dos presentes), a correção procedida nas contas “ Bens de Raiz” e “Móveis e Utensílios” que estão sujeitas à correção no total da variação de Cr\$ 13.186.196 (treze milhões cento e oitenta e seis mil e cento e noventa e seis cruzeiros), bem assim, como o aumento de capital de Cr\$ 10.200.000 (dez milhões e duzentos mil cruzeiros) nos termos do art. 3º § 5º da mesma lei, com a emissão de 51.000 ações novas de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) cada uma que serão distribuídas aos possuidores de ações na proporção de 3 (três) ações para cada grupo de 2 (duas) ações existentes, permanecendo sob o título “Fundo de Correção Monetária” a fração de Cr\$ 2.986.196,00 (dois milhões novecentos e oitenta e seis mil e cento e noventa e seis cruzeiros), que se transfere para a próxima correção. O capital da Companhia que era de Cr\$ 6.800.000,00 (seis milhões oitocentos mil cruzeiros) passa a ser com a correção

monetária e aumento de capital ora aprovadas para Cr\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de cruzeiros).

Após essa correção monetária, deu-se mais outra, em 19 de abril de 1966, na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia União Caxiense S/A – Agrícola, Industrial e Exportadora, para cumprir determinações da Lei nº 4.728 de 14/07/1965, que definia que nenhuma sociedade anônima poderia ter ações de valor inferior a Cr\$ 1000,00 (hum mil cruzeiros).

Para atender a essa definição legal, a Assembléia aprovou a alteração dos artigos 3º e 6º dos Estatutos que passaram a ser os seguintes : “ Artigo 3º - O capital da Companhia é de desesete milhões de cruzeiros (Cr\$ 17.000.000,00) dividido em 17.000 ações de hum mil cruzeiros (Cr\$ 1.000) cada uma, capital este que poderá ser elevado à proporção das necessidades, salvaguardando-se os direitos dos primitivos acionistas.” - “Artigo 6º - As ações são ordinárias, nominativas ou ao portador, do valor nominal de hum mil cruzeiros (Cr\$ 1000) cada uma, podendo a sociedade emitir títulos múltiplos representativos de ações ao portador.”

Com essas alterações, cada grupo de cinco (5) ações do antigo valor de duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00) cada uma, seria transformado em 1 (uma) ação nova do valor nominal de hum mil cruzeiros (Cr\$ 1000). Essa modificação não traria como se vê, nenhum prejuízo para os acionistas da companhia, uma vez que o capital social permaneceu o mesmo e a proporcionalidade de cada acionista também foi mantida.

Mais outra reavaliação do ativo imobilizado ocorreu, posteriormente, em novembro de 1966, alterando o capital em apenas Cr\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil cruzeiros) com a emissão de 47 novas ações no valor de hum mil cruzeiros (Cr\$ 1.000) cada uma. Essas novas ações foram distribuídas da seguinte forma: uma ação para cada acionista que possuía de duas a quatro ações. Esse valor seria retirado do título

"Fundo de Correção Monetária" e o capital da Companhia passaria a ser de Cr\$ 17.047.000 (dezessete milhões e quarenta e sete mil cruzeiros). Novamente, a Assembléia aprovou essa operação e a modificação dos Estatutos, fazendo constar o novo capital registrado.

Após mais alguns anos de interrupção de registros das Atas das Assembléias Gerais, foi encontrada a última ata a qual se teve acesso, documentando que, no dia 30 de abril de 1980, foram adotadas as seguintes medidas: a) foram aprovadas as contas e balanços geral e demonstração de contas de Lucros e Perdas, encerradas em 31/12/1979; b) foi deliberada a distribuição de dividendos no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por ação de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) proposta por Francisco Antonio De Augustinis, representado pelo sr. Salvador Trindade; c) também foi eleito o novo Conselho Fiscal composto por José Simão, Francisco Mariano Vasconcelos e Nestor de Melo Falcão, tendo como suplentes, Enock Torres da Rocha, Alcindo Leitão, e Elmary Machado Torres; foi aprovado o aumento de capital social em Cr\$ 511.410,00 (quinhentos e onze mil quatrocentos e dez cruzeiros) a ser representado pela emissão de quinhentos e onze mil quatrocentos e dez (511.410) novas ações, no valor nominal de hum cruzeiro (Cr\$ 1,00) cada uma, ações essas que seriam distribuídas gratuitamente aos senhores acionistas.

Além desses documentos encontrados sobre as fábricas União Caxiense e Manufatora Caxiense, nada mais foi possível localizar e resgatar para que se pudesse esclarecer, como ocorreu de fato o fechamento da Companhia União Caxiense S/A – Agrícola, Industrial e Exportadora, embora a última ata seja datada de 1980, portanto um período muito mais recente, do último quartel do século XX. **(ANEXO XV –Ata da Companhia União Caxiense S/A – Agrícola, Industrial e Exportadora, de 30 de abril de 1980)**

Novamente, tal como ocorreu com a Companhia Industrial Caxiense, tornou-se impossível encerrar a descrição do funcionamento da Manufatora Caxiense. Pode-se

afirmar, entretanto, que as referências mais concretas de sua existência estão vivas, pois o prédio onde funcionava, em área central da cidade foi comprado pela Prefeitura que instalou ali o Centro de Cultura. Parece, portanto, que as fábricas de Caxias guardam em si uma história sem fim, pois seus prédios ainda permanecem de pé, exceto o da União Caxiense, onde se construiu no seu terreno, uma escola pública: o Centro de Ensino de 2º Grau Aluizio Azevedo.

3.6 – Fábrica Sanharó: sua fundação, instalação e funcionamento entre 1891 a 1965.

A terceira fábrica instalada na cidade de Caxias foi a que se denominou Sanharó. Embora sua existência tenha sido tão longa quanto a da União Caxiense e a Manufatora, são muitas escassas as informações a seu respeito e, portanto, em termos de dados que possam ser tomados para a elaboração de sua história, quase nada se conseguiu localizar, nem na cidade de Caxias, nem no Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Essa indústria foi considerada a menor das quatro que foram criadas e instaladas na cidade, porque sua capacidade era restrita e seu capital considerado muito reduzido para que se pudesse fazer funcionar uma indústria.

Talvez por essa razão é que não tenha alcançado destaque na imprensa da cidade e da capital da província, a iniciativa do Sr. Ezell Tavares, que decidiu fundar a Sanharó para produzir tecido de algodão, tendo feito investimento de 150 contos de réis para constituir o seu capital. A fábrica possuía um motor de 48 cavalos e apenas 26 teares, tendo uma produção média de 300.000 mil metros de pano, que era vendido ao preço de trezentos réis e quatrocentos e sessenta o metro. Foram contratados 60 operários.

Por não se ter tido acesso a nenhuma fonte primária, que esclarecesse o percurso da história da Sanharó, tornou-se importantíssima a transcrição da única notícia encontrada no fragmento de uma página do Jornal Cruzeiro, que não traz a data de sua circulação, e que contém o seguinte teor:

UMA VISITA À FÁBRICA SANHARÓ

“Em dias da semana passada visitamos a fábrica de tecidos Sanharó de propriedade da importante firma, desta praça, Eugênio Barros&Companhia, a qual acha-se localizada no bairro “Trezidela” a outra margem do rio Itapecurú.

Gentilmente recebidos pelo nosso distinto amigo, Sr. Eugênio Barros, a quem está entregue a direção da aludida fábrica, juntamente em companhia dos chefes das suas diversas secções, percorremos todo o estabelecimento, ficando verdadeiramente entusiasmados com o que tivemos oportunidade de observar, quer na secção de beneficiamento, como nas de algodão, tinturaria, batedores, cardas, fiação, tecelagem e acabamento, sendo de notar a perfeita ordem em todos os setores de trabalho, ao par de uma significativa cordialidade não somente entre aquele numeroso operariado, como também entre estes e os seus superiores e a direção geral, tudo isso sem a menor quebra de disciplina.

Nessa visita tivemos ocasião de conhecer de perto todo o desenvolvimento contínuo de uma fábrica de tecidos, desde o início propriamente dito da fabricação até o seu término final, inclusive o próprio enfardamento, pronto o artigo para embarque e de tudo obtivemos a impressão mais agradável possível, não sendo, pois, de admirar que os produtos de fabricação da Sanharó sejam afamados e tão conhecidos por todo o Paiz e o que indiscutivelmente é um motivo de orgulho para os Srs. Eugênio Barros&Cia. em particular, e em geral, para Caxias, que tem, assim, destacado o seu cognome de Manchester do Norte do Brasil.

A Sanharó foi adquirida pelos seus atuaes proprietários em novembro de 1936, após um período de aguda crise. Para muitos, essa compra representava uma temeridade, mas, segundo pessoalmente explicou-nos o Sr. Eugênio Barros, nessa operação, mais do que o objetivo de lucros imediatos, que sabia não ser improváveis,

teve em vista evitar a paralisação de mais um estabelecimento industrial em nossa terra, o que de qualquer maneira teria reflexo na economia caxiense.

Sabíamos, prosseguiu o nosso visitado, da grande responsabilidade que passaria a ter sobre os ombros, pois, a crise industrial foi por diante, mesmo como prevíamos e, ainda é, de nossos dias o fechamento por algum tempo da fábrica de tecidos em Codó, de uma outra aqui em Caxias, isto para citar apenas estas que nos afetam mais de perto, desde que, na própria capital, importantes fábricas como a Faline e a Camboa sofreram tremendamente as suas conseqüências, chegando mesmo a também cerrarem as suas portas por algum tempo.

A crise, aliás, foi um fenômeno geral, por toda parte casos semelhantes foram sucedendo-se e era comum, por essa época, importantes fábricas passarem de determinados donos, para outras mãos, todos interessados numa sobrevivência em nossa ainda incipiente embora futura indústria de tecidos.

A luta foi tenaz, ainda quem nos fala é o Sr. Eugênio Barros, mas, com esforço, boa vontade e uma grande dose de perseverança conseguimos vence-la. Naquela época os tecidos eram vendidos por preços irrisórios, não chegando mesmo para cobrir as grandes despesas, porque numa fábrica como a nossa e como em todas as outras fábricas, é preciso que saibam, ao contrário do que muitos supõem, as despesas não ficam limitadas a simples fabricação do produto, ou seja a matéria prima e a folha de salários. Absolutamente, elas vão muito além, tais como: despesa de conservação, de substituição de maquinismos e peças desgastadas pelo uso diário, seguros contra fogo e contra acidentes, impostos elevados e ainda as obrigações impostas pelas leis trabalhistas que nós mesmos reconhecemos, representarem medidas justas e salutaras mas, que somente com sacrifício do nosso próprio patrimônio industrial nos era possível cumprir.

Hoje o aspecto é bem diferente. Os lucros já são mais compensadores. A quem fale em lucros exagerados dos industriais de tecido, mas, tal não existe e aqui devo esclarecer o seguinte: falo como industrial de tecido barato, isto é, dos tecidos como "tecido grosso" e ainda mais como um pequeno industrial. E os tais lucros exagerados não existem na realidade porque à medida que os negócios vão parecendo mais

rendosos, por outro lado, a uma progressão muito longe de ser relativa, de preços pelos quaes estamos adquirindo peças e máquinas de necessidades inadiáveis, cujos preços deixam de ser exagerados, para serem astronômicos!

E com um significativo sorriso continua o simpático industrial: o senhor, professor, a de concordar que os preços dos nossos tecidos ainda não teem as honras dos preços astronômicos pelo menos dos tecidos que fabricamos na Sanharó.

Além disso estamos aparelhando-nos, aliás, com grande esforço incalculável mesmo, para atender a outras necessidades, além de providências outras, estas, de carácter espontâneo e que com muita satisfação estão em nossas cogitações, no sentido de oferecer um melhor conforto pessoal aos nossos operários, mas, que dantes era impossível disso cogitar, dadas as contingências precárias de negócio, muito embora estivéssemos possuídos de uma grande vontade de por em prática imediata todos esses auspiciosos projetos.

Além da reaparelhagem em geral, que nos vae levando uma parte considerável dos lucros, não desprezando o esforço de guerra representado pelo pagamento do imposto de renda sobre lucros extraordinário, afora a subscrição compulsória de obrigações de guerra, em valor igual ao imposto de renda, sob o ponto de vista social, estamos tomando outras providências.

Há tempos, vimos fornecendo a merenda operária aos nossos trabalhadores, constante de pão e café. Já estamos para muito breve, o almoço operário, aqui mesmo na fábrica em sala apropriada para tal.

Estamos estudando com carinho esse nosso novo propósito e agora mesmo em nossa estada no sul do paiz, fizemos observações pessoaes e com a ajuda de Deus não demoraremos em tornar realidade o almoço dos nossos operários. Tudo feito com modéstia, bem entendido, mas com método e cuidado para proporcionar aos trabalhadores da Sanharó uma refeição sadia e boa e assim terão mais disposição para o trabalho."

A análise do conteúdo desse artigo publicado, talvez por volta de 1944-1945, poderia permitir uma série de especulações sobre a concepção do Sr. Eugênio Barros,

industrial que depois viria a ser governador do estado do Maranhão, acerca da crise da indústria têxtil⁵², bem como da concepção acerca das relações trabalhistas, e ainda, da própria conjuntura da época, em que ainda se mantinha em funcionamento a Sanharó, que fora a terceira fábrica instalada em Caxias, na segunda metade do século XIX, quando também haviam sido fundadas a Companhia Industrial Caxiense, criada em 1883, a Companhia União Caxiense, fundada em 1889, e, posteriormente, as essas três, a Companhia Manufatora Caxiense, em 1892.

Entretanto, o que merece maior ênfase no depoimento do proprietário da Sanharó, no momento da visita que lhe fez o articulista do *Jornal Cruzeiro*, é o destaque dado aos operários e aos seus planos para tornar “mais suave” o processo de manutenção da mão-de-obra com boa disciplina e disposição para realizar a sua jornada de trabalho diária.

Sobre esse aspecto, o Sr. Eugênio Barros possibilita um resgate da presença da mão-de-obra nas fábricas de Caxias, que foi deixada em segundo plano, pelo fato de não existirem nas atas das reuniões das diretorias e das assembléias dos acionistas da Industrial Caxiense, da União Caxiense e Manufatora, praticamente nenhuma referência aos operários, exceto quando foram avaliados negativamente, por não estarem aptos a produzir de forma disciplinada, e efetivamente produtiva. O conteúdo das atas, como era de praxe, estava concentrado sobre as questões relativas ao capital e à sua expansão, sobre as relações comerciais e às dificuldades impostas pela política governamental e a concorrência no mercado.

Como somente foram encontrados alguns documentos esparsos sobre os operários das fábricas de Caxias, decidiu-se resgatar alguns fragmentos desses registros, para tentar esboçar, ainda que de forma, incompleta, a posição que foi

⁵² A propósito dessa crise, que permitiu a retomada da polêmica entre os defensores da indústria e os adeptos da corrente favorável ao incremento da agricultura e do comércio, encontra-se como anexo um interessante comentário feito pelo Secretário-Geral do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem (Ver ANEXO XVI), em que rebate vigorosamente matéria publicada pelo *Correio da Manhã*, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 27 de março de 1951.

destinada àqueles, sem os quais as máquinas de fiação e tecidos não teriam sido postas em movimento naquela cidade.

3.7- Operários caxienses: condições de trabalho e assalariamento nas fábricas de tecido.

Procurou-se reunir alguns dados retirados de documentos fragmentados e informações obtidas através de duas entrevistas realizadas com antigos empregados das fábricas, para tentar uma síntese parcial e, portanto, precária, acerca das condições de trabalho e de assalariamento dos operários das fábricas Industrial Caxiense, União Caxiense – Manufatora Caxiense e Sanharó. Nenhum quadro pôde se compor, de forma completa, sobre nenhuma dessas empresas, porém são relevantes os elementos que estão compreendidos neste item.

a) Industrial Caxiense

No início do funcionamento da Companhia Industrial Caxiense, foram registrados como operários 12 homens a 1\$200 (hum mil e duzentos réis), perfazendo um total de 14\$400 (quatorse mil e quatrocentos réis), 30 mulheres a 800 Rs, totalizando 24\$000 (vinte e quatro mil réis) e 20 crianças a 600 rs, somando 12\$000 (doze mil réis), conforme publicação do Diário do Maranhão, em 14/09/1883.

Nesse ano, tinha sido inaugurada a Industrial Caxiense e, pela primeira vez, reproduzia-se na cidade uma relação entre capital e trabalho que era “moderna”, considerando-se que até então, a província do Maranhão tinha sua atividade econômica baseada na agricultura e no trabalho escravo. Tal como ocorreu na Inglaterra, as fábricas de tecido caxienses iniciaram sua atividade, com a participação predominante de mulheres e crianças, que constituíam uma mão-de-obra mais adequada ao processo de produção fabril, porque mais ágil para trabalhos minuciosos, mais dócil e submissa.

Com as peculiaridades inerentes a essa organização do trabalho industrial e de assalariamento, observa-se que a força de trabalho era recrutada para uma jornada diária de 8 horas de trabalho – das 7:00 às 16:30 horas, com intervalo de hora e meia para o almoço (de segunda a sábado). Essa jornada era expandida com os turnos destinados aos “serões” que permitiam aos operários aumentarem o seu ganho, levando ao limite máximo o seu desgaste físico. Com esse prolongamento, o dia de trabalho passava a ter 11:30 horas. Como os proprietários sabiam que os tarefeiros tinham interesse de aumentar as horas diárias de trabalho, os portões da fábrica eram abertos a partir das 6:00 horas da manhã, sendo toda a maquinaria acionada, ininterruptamente, até às 18 horas, em dias normais, chegando até às 22:00 ou 23:00 em dias em que se exigia maior produção.

Subtende-se que, face ao descompasso existente entre as várias seções, que significava um tratamento diferenciado, quanto às horas suplementares, os operários tarefeiros que trabalhavam em seções deficitárias, recebiam um adicional, a título de estímulo por sua permanência nos turnos noturnos. As mulheres e crianças recebiam sempre salários menores que os homens, como demonstra Caldeira (1988:81) resgatando notícia divulgada pelo Jornal Comércio de Caxias, no dia 12/02/1888: *“entre agosto e outubro de 1886 foram selecionados e treinados 68 operários para os setores de fiação e tecelagem da fábrica, pelo mestre William Card (contratado a 5 dólares por dia). As mulheres predominavam, formando um grupo de 35; as crianças eram em número de 22 e os homens 11.” “ (...) enquanto as diárias destes foram fixadas em 1\$200 réis, as das mulheres eram de \$800 e as crianças de \$ 600 réis.*

Esses fragmentos mostram ao mesmo tempo a exploração que se fazia da mão-de-obra feminina e das crianças e a presença marcante dos técnicos estrangeiros, qualificados e contratados para treinar os operários. Naturalmente a sua presença era indispensável, mas, ao mesmo tempo, esse técnico tinha uma presença emblemática que expressava as bases em que se assentaram os fundamentos das fábricas de tecido na cidade de Caxias, totalmente dependentes da mão-de-obra, dos maquinários

e do know-how estrangeiro, dispondo apenas de matéria-prima, mão-de-obra barata e capital, nem sempre suficiente, para fazer funcionar um empreendimento desse porte.

b) União Caxiense

O depoimento obtido em entrevista realizada com duas pessoas que tiveram participação no quadro de empregados de duas fábricas de Caxias: União Caxiense e Sanharó, permitiu resgatar dados esparsos sobre a presença dos operários nas fábricas.

A senhora Elvina Maria da Conceição, com 82 anos, em entrevista feita com perguntas abertas, não-dirigida, realizada no mês de julho de 2001, aos poucos foi resgatando algumas lembranças de sua história de trabalho na fábrica União Caxiense, cujo registro foi reproduzido a seguir.

Seu primeiro emprego foi na fábrica Sanharó, entretanto na sua carteira profissional **(ANEXO XVII– Carteira Profissional de Dona Elvina Maria da Conceição)** consta apenas o seu contrato como auxiliar de embalagem, na fábrica União Caxiense, a partir de 02 de abril de 1948, onde permaneceu até o dia 24 de novembro de 1958.

Para Dona Elvina, o trabalho na fábrica não lhe parecia penoso, porque a relação dos patrões com os operários era, segundo sua ótica, até mesmo generosa, uma vez que o Sr. De Augustinis as tratava bem. Por exemplo, presenteou as operárias da fábrica com sombrinhas, para que no trajeto de casa até o local de trabalho estivessem protegidas do sol. Também financiou a aquisição de máquinas de costura Singer pelas operárias, porque as comprava e as vendia pelo preço de custo, muito abaixo do que era cobrado nas lojas da cidade.

Outra ação do gerente da União Caxiense, elogiada pela Dona Elvina, foi a construção de casas para os trabalhadores da fábrica. Talvez para um pequeno número, pois havia 300 operários, trabalhando na União Caxiense, naquele período e Dona Elvina não sabia o total de casas construídas.

Havia também a preocupação em fornecer, às dez horas da manhã, uma merenda em que era oferecido pão e garapa de cana-de-açúcar, e as operárias podiam ainda passar café, antes disso, às nove horas da manhã.

Essas paradas eram necessárias porque a entrada dos operários acontecia das 5:00 às 6:15 da manhã, estendendo-se até as 11 horas, quando ocorria o intervalo para o almoço, com retorno ao trabalho às 13 horas, seguindo-se até às 17:30 horas. À noite, somente os homens realizavam os trabalhos mais pesados, conforme avaliação de Dona Elvina.

Esse horário de funcionamento da fábrica era marcado pelo seu apito, que alertava os operários e a própria cidade em relação aos turnos de trabalho. O primeiro apito acontecia às 5:30 da manhã, o segundo às 6:00 e o último, às 6:15. O “fiau” era conhecido como o último apito e não era permitido nenhum atraso, pois se isto ocorria o operário perdia um dia de trabalho, segundo a entrevistada. Além desse código, a Dona Elvina relatou que as operárias, chamadas de pipiras⁵³, utilizavam uma comunicação entre si, através de um som que emitiam, que lembrava o ruído feito pelo pássaro. Esse tipo de comunicação era usado para se protegerem quando saíam de casa para a fábrica, ainda sem enxergarem muito bem o caminho, pouco iluminado àquela hora da manhã. Para se identificarem pelas ruas e seguirem em grupo, iam emitindo esses sons, como se fossem pássaros em bando.

⁵³ Segundo o Dicionário Aurélio, pipira [do tupi pi' pira.] S.m. 1. Bras designação comum às várias aves passeriformes, da família dos traupídeos, e especialmente as dos gêneros TACHYPHONUS VIEIL. Eramphocelus Desm.; de coloração preta com partes avermelhadas. São frugívoras, e vivem bem em cativeiro quando alimentadas com frequência. [Sin.: bico de prata, jacapá, tié-sangue.] 2. Bras. , Ma e Pi. Moça empregada como operária em fábrica de tecidos.

O pagamento dos operários acontecia semanalmente e no caso de Dona Elvina, era recebido um salário de cinco tostões por dia, correspondendo a 12 contos de réis, ao final do mês, mas tinha ela tinha dúvidas sobre esse valores, pois já não se lembrava de tudo.

Como o pagamento ocorria no final do turno da tarde, aos sábados, Dona Elvina não estava de acordo com a greve organizada sob a liderança do advogado Nilton Nogueira, que tinha como objetivo a melhoria salarial para os operários, pois segundo ela poderia prejudicar a todos, que não receberiam o salário com o qual pagavam suas contas nas quitandas.

No seu diálogo com o advogado, quando perguntada por ele: “- sobre o que achava do movimento”, respondeu-lhe: “- eu não acho nada.” Então ele indagou: “ – Por que ? “ . Dona Elvina, dizendo-se lembrar como se fosse hoje, disse-lhe que precisavam do dinheiro para pagar as quitandas alheias. Ela acrescentou ainda: “- O senhor com essas mulheres fazendo esse movimento vai causar uma confusão. O seu De Augustinis não vai abrir a fábrica no sábado e não iremos receber o nosso dinheiro”. Segundo afirmou, o próprio sr. De Augustinis havia organizado um sindicato para todos os operários e só os que faziam parte dele poderiam falar com o advogado.

Dona Elvina, com seu olhar próprio da maioria dos operários da época, naquela cidade, disse que o gerente chamou-a na sua casa, para comunicar o fechamento da fábrica, o que foi uma atitude de muita consideração, pois ele também preocupou-se em indenizá-la, dando-lhe vinte metros de tecidos e trinta metros de retalhos, como gratificação pelos anos de serviço.

Como se pôde constatar de forma muito parcial, a Dona Elvina, resgatou detalhes da fábrica União Caxiense. Enquanto depoimento oral, que resgata a memória de uma história vivida têm grande importância para a história da indústria têxtil da cidade de Caxias, porém é insuficiente para que se possa esclarecer como de fato

ocorria o processo de contrato, de controle dos operários no chão da fábrica e das suas formas de resistência e organização.

Conseguimos fazer alguns recortes de dados fragmentados no tempo e no espaço de cada fábrica, que são aqui incluídos, apenas para demonstrar que muito se buscou, mas pouco se localizou da história dos operários caxienses, na época de seu trabalho nas têxteis.

Com relação ao tipo de contrato, sabe-se que ele era feito para funções especificadas nos registros dos empregados (**ANEXO XVIII – Exemplares de Registro de Empregados da Companhia União Caxiense de 1941**) e que o pagamento era feito pelas tarefas realizadas. Os seguintes quadros, construídos a partir de dados da Companhia União Caxiense, ilustram essa afirmação:

FUNÇÕES DOS OPERÁRIOS DA COMPANHIA UNIÃO CAXIENSE
1937-1940
POR SEXO

FUNÇÕES	HOMENS	MULHERES
Salas de Pano	0	1
Fiandeira	0	4
Carriteira	0	3
Suplente	0	2
Urdidor	1	0
Gomador	1	0
Embalador	1	1
Tecelã	0	1
Faguista	1	0
Consertador de Teares	1	0
Mestre de Fiação	1	0
Maquinista	1	0
Descaroçador	1	0
Tintureiro	1	0
Vareiro	1	0
Baledor	1	0
Massaroqueiro	1	0
Passadeira	0	1
Alvejamento	0	1
Trama	0	1

Fonte – Dados retirados das fichas de registro de empregados da Companhia União Caxiense.

**SALÁRIOS PAGOS AOS FUNCIONÁRIOS
DA COMPANHIA UNIÃO CAXIENSE 1937-1940
POR FUNÇÃO**

FUNÇÕES	SALÁRIOS
Fiandeira	Tarefa
Carriteleira	Tarefa
Trama	Tarefa
Suplente	1800 réis
Urdidor	3600 réis
Gomador	3600 réis
Embalador	3600 réis
Embaladeira	3600 réis
Mestre de Fiação	350\$ mensal
Maquinista	200\$000
Descaroçador	3600 réis
Tintureiro	3\$600
Vareiro	4\$000
Baledor	3600 réis
Faguista	3600 réis
Passadora	Diarista
Sala de Pano	Sem Registro do Salário
Massaroqueiro	Sem Registro do Salário
Alvejamento	Sem Registro do Salário

Fonte – Dados retirados das fichas de registros de empregados da Companhia União Caxiense.

A escolaridade dos operários era muito baixa e o número de analfabetos no universo da amostra que se conseguiu levantar da Folha de Registro dos Empregados, correspondia a quase 100% dos contratados, da União Caxiense, no período de 1937 a 1940. Considerando-se a realidade da época, ainda era muito comum essa situação nos contingentes das classes trabalhadoras, na maioria dos estados brasileiros, em que predominava o analfabetismo.

**GRAU DE INSTRUÇÃO DOS EMPREGADOS
DA COMPANHIA UNIÃO CAXIENSE
1937-1940
POR SEXO**

Grau de Instrução	Homens	Mulheres
Alfabetizado	01	01
Analfabeto	12	13

Fonte: Dados retirados da ficha de empregados da Companhia União Caxiense

LISTA NOMINAL DOS EMPREGADOS REGISTRADOS
COMPANHIA UNIÃO CAXIENSE 1937-1940
POR SEXO

HOMENS	MULHERES
Antonio Araújo	Antonia Carneiro
João Rodrigues	Celina Ferreira da Silva
José de Ribamar da Costa	Guiomar Leite
Agustinho Pereira da Silva	Jesuíta Souza
Pedro Simões da Mota Medeiros	Maria Aguiar
Antonio Lorenço Paiva	Maria das Dores Pereira da Silva
Pedro Carvalho Doudement	Maria Ribamar Souza
Norberto Fernandes de Souza	Maria Ribeiro
Benedito Silva	Maria Vilanova
Luiz Gonzaga dos Santos	Monica Moraes
Domingos Pereira da Silva	Neuza Ribeiro de Souza
Manoel Silva	Nicanoena Rodrigues Moreira
Otávio Ferreira	Raimunda Pereira da Costa
	Rosa de Jesus

Fonte – Dados retirados das fichas de registros de empregados da Companhia União Caxiense.

A presença feminina nas fábricas de tecido de Caxias foi constatada desde o século XIX, e continuou sendo evidente no século XX, enquanto existiu a fábrica União Caxiense. Pôde se verificar através da Folha de Frequência de 1895, da Companhia União Caxiense, que havia um total de 53 homens para um total de 120 mulheres, sendo, também contratados 11 meninos. Enquanto os operários se concentravam nas seções de batedores, cardas, passadores, azeiteiros, massaroqueiras grossas, massaroqueiras finas, roleiros, fiação, as mulheres ocupavam as seções de urdimentos, tramas (onde também se localizavam os meninos de serviço) e carretéis. **(ANEXO XIX - Exemplar de Folha de Frequência da Companhia União Caxiense - 1895)**

Essa folha de frequência também ilustra o tipo de controle que se fazia diariamente, inclusive registrando se os operários teriam trabalhado o turno completo ou meio turno apenas.

Outro registro importante de se destacar é a própria folha de pagamento feito aos operários do ano de 1948, da Companhia União Caxiense, assinada pelo funcionário encarregado desse serviço, tendo do lado direito, na parte superior da folha, a assinatura do gerente Sr. José D' Augustinis. As informações contidas nesse

documento permitem que se verifique como era feito o controle de horas trabalhadas para que se efetivasse o cálculo do salário de 122 operários, distribuídos nas diferentes seções da fábrica União. Chama atenção a coluna de débitos que parece sempre equivalente à coluna de saldos, levando a crer que o sistema de antecipação de salários, semanalmente, possibilitava que ao final do mês, fossem descontados os valores antecipados, verificando-se então o saldo a ser pago ao operário. Há também uma coluna de registro de abonos, que parece contabilizar algum tipo de jornada extra que foi realizada pelo operário, mas nada mais pode ser esclarecido. (**ANEXO XX – Folha de Pagamento dos Funcionários da Companhia União Caxiense – 1948**)

c) Fábrica Sanharó

O segundo depoimento que se obteve, na tentativa de levantar informações sobre a condição dos contratos de trabalho e funcionamento das fábricas caxienses, foi dado pelo sr. Luiz Baima Pereira, que respondeu a um breve questionário, com perguntas fechadas, pois neste caso, o entrevistado havia ocupado o posto de gerente da fábrica Sanharó, no período de 1950 a 1966, e poderia ter informações adicionais para o esclarecimento de alguns aspectos da história das fábricas.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO FORNECIDOS PELO ENTREVISTADO:

Nome: Luis Gonzaga Baima Pereira, nascido em 28/09/1914, sendo natural do Maranhão. Sua filiação: José Maria Alves Pereira Filho e Débora Baima Pereira; Identidade: 16.330 SSP-MA; Endereço: Rua Rio Branco, 295 Centro São Luís – MA Fone: (98) 232-8898.

PERÍODO em que foi gerente da Fábrica Sanharó (Eugênio Barros): 1950-1966.

Na primeira parte de sua entrevista, concedida, através de texto escrito, o Sr. Luís Bayma traçou características gerais do funcionamento das fábricas de tecido de Caxias, e analisou algumas das dificuldades que posteriormente surgiram, levando-as a encerrarem suas atividades.

“No período da indústria têxtil de Caxias surgiu a idéia da organização da maior indústria denominada Fábrica Manufatora Caxiense, cuja construção e organização demandou a venda de ações em Caxias, Teresina, São Luís e outras praças, conseguindo com isso o capital de mais de 800 contos de réis. Construída e equipada essa indústria, para o seu funcionamento, faltou capital, tendo a sua diretoria recorrido ao Banco do Brasil, obtendo um empréstimo de 100 contos de réis. Transcorridos

alguns anos, essa fábrica, a única que fabricava morim, brim e outros artigos superiores aos das demais fábricas locais, não resistiu ao seu completo funcionamento, advindo daí, ter o Banco do Brasil mandado executar a dívida em leilão público, sendo a Companhia Manufatora Caxiense (Fábrica Manufatora) adquirida pela Companhia União Caxiense (Fábrica União) pelo valor da dívida contraída junto ao Banco do Brasil. Resultando disso, que os acionistas da Companhia Manufatora Caxiense, perdessem totalmente os seus investimentos, o que abalou de maneira brusca e inesperada o comércio de Caxias e o seu povo.

A indústria têxtil de Caxias surgiu com a inauguração da Companhia Industrial Caxiense que tinha a sua fábrica localizada no bairro Ponte, surgindo depois a Companhia União Caxiense também localizada no bairro Ponte. Depois, com a deliberação do engenheiro Vale, foi organizada a pequena fábrica Sanharó com os requisitos necessários.

No Governo de João Goulart foi organizada no nordeste a SUDECO (hoje SUDENE), para o reaparelhamento das indústrias têxteis. Para isso vários estudos foram feitos em todas as indústrias por técnicos competentes. Ao final das providências adotadas, a SUDECO, apresentou aos industriais a sua proposta de financiar 60% do capital necessário, cabendo o restante às indústrias interessadas. A SUDECO impôs que os artigos a serem fabricados deveriam ser os mesmos, porque não admitia concorrência com as indústrias do sul do país. Vindo daí a desistência dos industriais nordestinos, porque não conseguiam vender os seus artigos dado que, o sul do país já havia dominado com a venda dos seus artigos os mercados do norte e nordeste.

E assim veio a falência da indústria têxtil do nordeste. Tendo depois o seu equipamento se tornado ferro velho, foi vendido para as siderúrgicas do país."

Dando continuidade ao conteúdo de sua entrevista, o Sr. Luís Bayma respondeu a algumas das perguntas mais direcionadas, que lhe havia apresentado. Depreende-se que suas respostas foram mais relativas ao momento de existência das indústrias no século XX, e não ao momento de sua origem no final do século XIX.

P - Levando em consideração o processo de organização fabril, quais foram as máquinas utilizadas em 1ª mão na cidade de Caxias no setor da indústria têxtil?

Resposta: As máquinas utilizadas em 1ª mão foram: Descaroçador de algodão, tinturaria de algodão em tanques próprios, secadeira de algodão providas de gavetas com vapor, batedor grosso de algodão, batedor médio de algodão, batedor fino de algodão, cardas maçarqueiras grossas, maçarqueiras finas, máquinas de fiação para espulas de trama, máquinas para espula de urdimento, carreteleiras, gaiolas para engomagens de fios que eram arremetidos para os pentes de tecelagem, teares, calandra para esticamento de tecido, engomadeira de tecido, máquinas de medição de metro por metro, preparo das peças de tecidos e prensagens de fardo. Fica esclarecido que todas as indústrias têxteis eram providas dos equipamentos necessários.

P - Como era feito o processo de recrutamento de mão-de-obra, e quais os turnos de funcionamento das fábricas de tecidos?

Resposta: A mão-de-obra foi recrutada no Maranhão e estados vizinhos. E o pessoal recrutado recebia as instruções de técnicos ingleses e americanos na montagem de cada máquina. Dois turnos de cinco horas, após a lei trabalhista, dois turnos de quatro horas.

P- Quais eram os direitos trabalhistas assegurados pelos empresários da indústria têxtil, que favoreciam os trabalhadores desse setor?

Resposta: Antes da Revolução de 1930, os trabalhadores eram favorecidos apenas com o pagamento de tarefas ou horas de serviços prestados, não tendo direito a repouso remunerado e nem a qualquer outro. Com o advento da Revolução de 1930, foram instituídos o direito de férias, indenização por tempo de serviço e organizada a previdência com a participação de empregados e empregadores e só depois da Revolução de 1964, foi instituído o FGTS.

P- Estabelecendo um paralelo entre o salário pago em Caxias e o salário pago pelas indústrias têxteis em São Luís (capital), qual seria a diferença salarial?

Resposta: São Luís tinha uma diferença de mais ou menos 20%.

P- Dentro do contexto histórico no qual se encontrava Caxias, quais eram as suas vantagens em relação às outras cidades? (Em se tratando do processo de organização fabril).

Resposta: No contexto histórico, Caxias gozava as vantagens de ser pioneira no processo de organização fabril, bem como São Luís e Codó. Os demais municípios do Maranhão não gozavam desse privilégio, salvo os teares de madeira para a confecção de redes.

P- O que o senhor saberia falar a respeito dos preços dos produtos fabricados nas indústrias têxteis de Caxias?

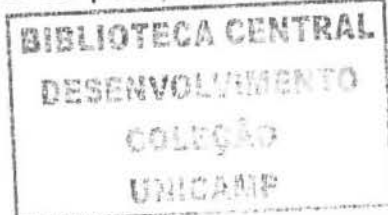
Resposta: Os preços dos produtos fabricados nas indústrias de Caxias eram mais baratos do que os importados do sul.

P- Qual seria o perfil dos empresários que investiam no processo de implantação e organização do setor têxtil de Caxias?

Resposta: As indústrias têxteis de Caxias foram organizadas pelos seus habitantes com venda de ações, sendo pioneiro nessa organização o advogado Dias Carneiro.

P- Qual era a origem do capital empregado na indústria têxtil do Estado do Maranhão? E qual a participação de bancos e do comércio exterior?

Resposta: O capital empregado nas indústrias era originado do povo, sem nenhuma participação de bancos do comércio exterior.



P- Quais as qualidades dos tecidos produzidos pelas fábricas de Caxias? (Tipo de tecido).

Resposta: Os tecidos produzidos pelas fábricas de Caxias eram: brim grosseiro, mais usado pelos lavradores, algodão de cores branco, azul e vermelho usados para diversos fins, mescla para roupa de trabalhadores, lona branca e listrada (vermelho, azul, verde escuro, marrom) muito usada para redes de crianças e adultos e pano de cadeira.

P- Como era feito o processo de beneficiamento das fibras? Qual a tecnologia empregada nesse processo? E o local de beneficiamento?

Resposta: O processo de beneficiamento das fibras (algodão) era feito no interior do município por máquinas de madeira denominadas bulandeiras e pelas máquinas próprias das indústrias. O local do beneficiamento era a cidade e o interior do município.

P- No período de apogeu das indústrias têxteis de Caxias, qual era o tipo de exploração predominante (grande propriedade, pequena propriedade – familiar, arrendamento, etc.) Havia outro tipo de indústria além da indústria têxtil?

Resposta: No apogeu das indústrias de Caxias, o tipo de exploração predominante eram as companhias organizadas pelo povo, sem distinção de classe, através de ações. Por exemplo: uma cozinheira, uma lavadeira ou qualquer pessoa que executava trabalhos familiares vendiam até o único cordão de ouro para transformá-lo em ações. Havia em Caxias, no seu povoado denominado Engenho D'água a indústria de produção de açúcar em regular escala, de propriedade da empresa Cruz e Companhia. Esta empresa açucareira foi obrigada a encerrar suas atividade devido o IAA (Instituto do Alcool e do Açúcar) ter limitado a sua produção em quantidade irrisória.

P- A indústria têxtil de Caxias sofreu ou não influência:- da República;- da Crise de 1900; - das grandes importações de máquinas na véspera da 1ª guerra; - da Guerra 1914-1918; - da crise de 1929 (quebra da bolsa de valores de Nova York)?

Resposta: A indústria têxtil de Caxias não sofreu influência da República, da crise de 1900, e as importações de máquinas sofreram alguma demora em face da guerra. Quanto à crise de 1929, quebra da bolsa de Nova York, Caxias não foi afetada em nada, porque os mais abastados comerciantes e industriais não trabalhavam com a bolsa.

P- Após a crise das indústrias, o que restou? Gerou-se migrações? Indústrias caseiras?

Resposta: As indústrias de Caxias no governo João Goulart não agüentaram o aumento brusco de 200% do salário mínimo, sendo obrigadas a fechar as suas portas sem ao menos terem recursos para pagar seus empregados, em face disso gerou-se migrações para o interior do município de Caxias e outros na procura de sobrevivência. Surgiram

depois pequenas indústrias de óleos vegetais e de beneficiamento de algodão e arroz e ainda de fabricação de sabão, dando emprego a 1/8 do povo desempregado.

P- Se estabelecêssemos uma comparação com a eclosão da indústria têxtil do sul do país, como o senhor caracterizaria a emergência da indústria têxtil no Maranhão?

Resposta : Não se pode estabelecer uma comparação da eclosão da indústria do sul do país com a do Maranhão, em face daquelas serem bem equipadas e as daqui usarem máquinas obsoletas.

Observa-se, que embora de forma fragmentada, as informações prestadas pelo Sr. Luís Bayma confirmam parte dos dados contidos na descrição do funcionamento das fábricas de Caxias, quanto à tecnologia, à mão-de-obra, o capital que movimentava as indústrias e algumas das razões do seu fechamento. Os equipamentos importados apresentavam um grau de obsolescência mais acentuado, em relação aos equipamentos instalados nas indústrias do sul e sudeste, o que de fato comprometia a sua capacidade produtiva e a possibilidade de concorrer com os produtos de outras regiões. Ao mesmo tempo, a mão-de-obra estava também mais defasada em termos de qualificação, pois se constituía de trabalhadores recrutados na região que desenvolvia atividade, predominantemente, agrícola e apresentava baixos índices de escolarização. Também os limites de captação de capital, foram demonstrados no funcionamento das fábricas, que utilizaram sempre de recursos como ampliação das ações, empréstimos bancários e feito a particulares, sem que houvesse uma ampliação significativa de sua participação no mercado do nordeste. A remuneração e os direitos trabalhistas adquiridos pelos trabalhadores, após a Revolução de 30 são apontados como uma das causas que comprometeram as finanças das indústrias, principalmente, durante os anos 60, quando o salário mínimo foi elevado pelo Governo Goulart.

4. EVIDÊNCIAS E QUESTÕES SOBRE DO FECHAMENTO DAS FÁBRICAS DE CAXIAS

É evidente que o fechamento das fábricas de tecido na cidade de Caxias tem razões concretas e explícitas, que se pode identificar e compreender do ponto de vista histórico e teórico, entretanto também existem questões que não parecem passíveis de explicação naquele contexto, mas que talvez possam ser clarificadas na atualidade.

O que se pretende destacar na realidade são os fundamentos estruturais da situação histórica que produziu a emergência da indústria têxtil, no século XIX, e a sua falência parcial, na maioria dos estados brasileiros na primeira metade do século XX, principalmente na região norte e nordeste.

Os historiadores e economistas do Maranhão, em seus estudos, amplamente citados neste trabalho, como Tribuzi (1981), Mesquita (1987) Caldeira (1988), Melo (1990), Ribeiro (1990) e outros, sempre se referem à expressão cunhada por Viveiros (1964), que afirmara a emergência da indústria têxtil no Maranhão, como resultado de um onda, de uma febre que teria atingido os negociantes dessa província.

Os jornais da época, ao retratarem as polêmicas que se tornaram públicas entre os representantes dos diferentes setores da economia local, também deixaram entrever que a implantação e expansão galopante das fábricas de tecido, parecia se dar de modo não muito consistente, do ponto de vista da sua base monetária.

A fundação, a expansão e o declínio do parque manufatureiro de Caxias, retratado nos documentos produzidos pelas diretorias, pelos conselhos fiscais e assembléias de acionistas foram eloqüentes no sentido de expressarem um movimento que parecia intensamente contraditório, pois, ao mesmo tempo, que eram construídas expectativas otimistas, estas eram frustradas, seguidamente, pelas dificuldades financeiras que estavam sendo registradas pelos diretores das fábricas, apesar de também existirem indícios de algum resultado lucrativo que se produzia com o funcionamento das indústrias e os impelia a manterem as suas companhias até o limite

das condições históricas que se complicaram, obrigando-os, finalmente, a encerrarem suas atividades.

Na realidade, retomando-se o fio da história do desenvolvimento do capitalismo e do surgimento da indústria têxtil na Inglaterra, algumas das questões que constituem parte das evidências e das não-evidências do ciclo de desenvolvimento da indústria de tecidos nacional, regional e caxiense, podem se tornar mais compreendidos.

Quando ocorre a industrialização têxtil no Maranhão, as taxas de crescimento da indústria inglesa estavam em queda. Elas passaram de 6% a 7% ao ano, para 0,7% ao ano, no último quartel do século XIX. Do ponto de vista técnico, portanto, começaram a se implantar no Maranhão e, particularmente, em Caxias, fábricas que foram se instalando, com a compra de máquinas que já estavam sendo consideradas obsoletas na Inglaterra. Havia, portanto, um investimento de custo elevado para os industriais caxienses, no processo de importação de máquinas que muito rapidamente deixariam de garantir a sua capacidade produtiva, para competir com os centros manufatureiros de outros estados do nordeste, como Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará e de outros estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Rio Grande do Sul.

A integralização de capitais que já se havia dado com certa dificuldade, desde a primeira fábrica implantada, a Industrial Caxiense, em 1883, permaneceu como um elemento constante de todo o processo, alcançando até mesmo a Manufatora, quando de sua fundação em 1892, a última a se instalar na cidade.

Parecia evidente que o acúmulo de capital resultante da atividade agro-pecuária, predominante no Maranhão, cujo crescimento tinha ocorrido com a exploração da mão-de-obra escrava, não estava sendo transferido por completo para o setor industrial, como era suposto pelos empreendedores do setor têxtil, por isso a massa de capital excedente não foi investida em sua totalidade na atividade fabril, que exigia o recrutamento e assalariamento de mão-de-obra para se desenvolver, o que poderia parecer à classe capitalista conservadora um desperdício. Na realidade, era como se tivessem que gastar o seu capital para ganhar dinheiro, quando podiam manter terras, rendendo-lhe lucro, sem desgastar o seu patrimônio.

Nem sempre são evidentes as relações entre os diferentes setores da economia internacional, nacional e regional que se articulam nas diferentes conjunturas, que caracterizaram os vários ciclos de desenvolvimento do Brasil, portanto, está claro que nenhuma leitura, mecanicista e, particularizada, dos processos industriais podem explicitar toda a sua história.

No caso do Nordeste, as estruturas de propriedade e de renda foram super concentradas, desde a colonização, e o desenvolvimento de culturas cíclicas do açúcar e do algodão e da atividade pecuária, mantiveram durante um período muito longo um caráter conservador das relações de produção capitalistas, produzindo uma situação de marginalidade face ao mercado externo e interno. (Cano, 1985). Com essas condições dadas, desde o final do século XIX e início do século XX, o nordeste esteve em situação de desvantagem em termos de desenvolvimento econômico. Cano (1985:56) mostra que, em 1900, 40% da população nacional estava no nordeste, onde apenas 17% da atividade e produção industrial estava concentrada.

Nessa conjuntura, ao mesmo tempo em que ocorreu um processo de expansão das atividades industriais na região sul e, principalmente no sudeste, foi possível se verificar um movimento de expansão e retração de determinados setores agro-pecuários e industriais nas diferentes regiões, ou seja, foi se fortalecendo o comércio inter-regional de produtos industrializados, enquanto decaía o comércio de produtos alimentícios.

Esse movimento de circulação e acumulação de capital em setores menos vulneráveis às variações de produção, que estão fora do controle do produtor, como as atividades agrícolas, favoreceu as regiões em que houve maior integração entre setores, o que não aconteceu na maioria dos estados do Nordeste, mas foi muito mais racionalizado em São Paulo, por exemplo.

Ocorreram seguidas crises de produção do algodão e a sua escassez no Maranhão, que já havia sido um dos seus maiores produtores, contribuiu para que se produzisse uma grave crise na indústria têxtil de Caxias. O aumento do preço do algodão, conforme atestava a Bolsa de Mercadorias em São Paulo, em 1937, e pode se

constatar pelas correspondências mantidas entre os representantes do comércio de algodão localizados no Rio e em São Paulo e a Companhia União Caxiense (**ANEXO XXI – Correspondências Comerciais**), provocou um processo de falência das fábricas de tecido, que não dispunham de capital suficiente para sustentar o círculo vicioso que lhe sufocava, dado que com a matéria-prima em alta, os preços dos tecidos se elevavam e dava-se a retração do consumidor, tanto no varejo, como no atacado.

As inversões de recursos feitas seguidamente, mediante empréstimos bancários, levaram as companhias de fiação e tecidos a uma situação de insolvência, pois seus maquinismos obsoletos não mais lhe podiam garantir alta produtividade e, em meio às crises nacionais, após a depressão de 29, e os períodos de guerra e pós-guerra, embora no período da segunda guerra, o nível das exportações têxteis tenha crescido de forma significativa, alcançando 23,5% das exportações, em 1942, quando havia sido de somente 2,2% a participação dos produtos têxteis, em 1939 (Melo, 1990: 26).

Ocorria, no entanto, que esses índices não favoreciam de modo uniforme o conjunto da indústria têxtil de todo o país e era evidente a superioridade da capacidade instalada, da força de trabalho empregada e do volume de produção alcançado pela região sudeste, frente às demais regiões.

Esse novo quadro de desempenho dessa região resultara, principalmente do processo de substituição das importações, quando a concentração de investimentos no centro-sul, aliada às perdas das vantagens regionais do Nordeste, com a rigidez do seu mercado, e uma rentabilidade muito restrita, provocaram a decadência de grande parte da indústria têxtil regional.

“Segundo um estudo feito pela Comissão Executiva Têxtil (1946) a situação da indústria algodoeira no Brasil, em 1945, era a seguinte: São Paulo 223; Minas Gerais 60; Distrito Federal 15; Rio de Janeiro 24; Centro-Sul 324; o restante era distribuído entre Ceará (11), Maranhão (8), Pará (1), Pernambuco (17), Alagoas (9), Paraíba (5), Sergipe (12), Bahia (8), Espírito Santo (1), Santa Catarina (21), Paraná (1), e Rio Grande do Sul (2)” (Melo, 1990: 27).

Além disso, é ainda Melo que esclarece:

“A ruptura do isolamento das economias regionais, nos anos 50, colocou, sistematicamente, em confronto os tecidos produzidos internamente. Os tecidos produzidos sob composição orgânica do capital superior seriam transacionados com vantagens – menor valor unitário – em relação aos produzidos sob C. O. C. inferior – caso da maioria das fábricas têxteis nordestinas. As fábricas sob composição orgânica inferior não conseguiram garantir uma margem de lucro que justificasse continuar produzindo, caso a diferença entre as composições orgânicas fosse grande e continuasse persistindo.” (Melo, 1990:103)

As fábricas de Caxias estavam justamente nessa condição de composição orgânica do capital inferior, como pode se verificar mediante os Balanços da Companhia União Caxiense de 1944, 1945, 1947 e 1962. **(Ver ANEXO IV – Balanços da Companhia União Caxiense)**

A diminuição progressiva da indústria têxtil regional continuou a ocorrer mesmo nos meados dos anos 60, quando já estava em execução o Programa Setorial de Reequipamento das Indústrias Têxteis do Nordeste coordenado pela Sudene. Nem se observava a implantação de novas indústrias, no período de 1959 a 1966, nem era significativa a melhoria da oferta de tecidos em termos de quantidade e qualidade. Em 1966, os dados do IBGE mostravam que entre “1939 e 1966, em termos de Pessoal Ocupado e Valor Bruto da Produção, chega-se à conclusão de que a participação dos têxteis na formação do produto industrial do Nordeste caiu numa proporção maior do que o número de empregos. Com efeito, registrou-se um decréscimo de pessoas ocupadas, de 62.000 para 46.000 (em números redondos)”. (Sudene, 1971: 24)

Também o estudo da Sudene mostra que outros setores como as indústrias químicas e os sub-setores mecânico-metalúrgico e o da indústria do vestuário ganhavam progressivamente maior destaque na economia regional, dadas as características de uma resposta mais efetiva e rápida aos investimentos e incentivos que neles se aplicaram.

Embora o Maranhão tenha apresentado dois projetos à Sudene, que apareceram como tendo sido aprovados para participar do Programa de Reequipamento, não foi declarado que indústrias teriam obtido essa aprovação, e nem depois, na seqüência do documento, o estado aparece nas estatísticas relativas aos cursos, treinamentos e outras atividades que compreendiam as atividades técnicas em execução pela Sudene.

O que se verifica, entretanto, é a sua participação no quadro de flutuação da mão-de-obra na indústria têxtil do nordeste, destacando-se a situação crítica de desemprego no Maranhão, que resultou do fechamento de muitas fábricas. Segundo esses dados, no Maranhão houve uma queda de 1.410 operários em 1959, para 360 em 1969, o que significava uma perda crítica de postos de trabalho. (Sudene, 1971: 82).

Ainda assim, dadas as projeções relativas à recuperação da indústria têxtil no Nordeste, havia uma expectativa de reverter o seu retrocesso, tendo sido registrado melhor desempenho no final dos anos 60. Mas, quando isso correu as indústrias de Caxias já haviam fechado as suas portas, portanto, essa recuperação não mais produziu seus efeitos benéficos para os trabalhadores e industriais daquela cidade. Embora a Companhia União Caxiense S/A – Agrícola, Industrial e Exportadora ainda realizasse suas Assembléias de Acionistas, até o ano de 1980, já havia encerrado suas atividades produtivas, desde novembro de 1958.

Nessas circunstâncias, a Companhia União e a Fábrica Sanharó não conseguiram reagir, embora tenham se mantido, em funcionamento até a década de 50, 60, sem que revelassem por completo os seus lucros e os seus prejuízos.

Todos esse elementos da conjuntura nacional e regional parecem razoavelmente articulados e explicam porque fecharam as têxteis de Caxias, mas somente estudos mais aprofundados e que pesquisem mais detalhadamente de que modo atuaram de fato os diretores que assumiram a direção da União Caxiense, poderiam esclarecer por que insistiam em realizar as operações de empréstimo, as emissões de ações e a compra de equipamentos, em momentos em que todas as evidências levavam a crer que era desaconselhável executar tais medidas. Mas, investigar a conduta dos gerentes à frente de empreendimentos de grande porte pode ser mais fácil explicar, quando se

parte da hipótese de que as suas escolhas são, via de regra, aquelas definidas pelo próprio mercado e pela força que exerce o capital sobre os projetos de expansão de negócios, mesmo quando eles são, em certa medida, ilusórios.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aborda nosso estudo a historiografia da indústria têxtil da cidade de Caxias-Maranhão, local onde funcionou a primeira fábrica do estado: a Companhia Industrial Caxiense, inaugurada em 1883. Procuramos enfocar as relações estabelecidas entre a cidade supracitada e os centros para os quais escoou sua produção, promovendo o intercâmbio comercial no contexto da economia nacional e internacional, no período de funcionamento das quatro fábricas que ali existiram: Companhia Industrial Caxiense, Companhia União Caxiense, Fábrica Sanharó e Companhia Manufatora Caxiense.

Na busca de resgatar a memória dos fatos que servem de embasamento a esta produção, empreendemos várias viagens à cidade de Caxias e a São Luís. É importante mencionar que foram grandes as dificuldades com as quais nos deparamos nesse processo de pesquisa, haja vista que os documentos foram encontrados em lastimável estado de conservação, colocados em arquivo insalubre (se constituindo um verdadeiro trabalho de garimpagem), realizado nos porões do Centro de Cultura da cidade de Caxias, embora alguns outros documentos já tivessem sido resgatados pelo Setor de Arquivo e Documentação do referido Centro. No caso da busca de fontes realizadas na cidade de São Luís, cumpre destacar que o Arquivo Público do Estado do Maranhão e o IPHAN dispõem de excelentes condições de atendimento aos pesquisadores, que têm acesso às fontes catalogadas, organizadas e disponíveis para a consulta.

Por outro lado, devemos esclarecer que os prédios onde funcionaram as indústrias objeto de nosso projeto de pesquisa também sofreram as avarias do tempo. Especificamos o ocorrido: dois deles foram demolidos em parte, restaurados, transformados e neles funcionam hoje indústrias de refinamento de óleo babaçu (palmeira nativa, abundante na região), o terceiro foi totalmente demolido, transformado pelo tempo em ruínas, restando apenas a imponente chaminé, totalmente construída em argamassa. No seu terreno baldio foi construído e funciona atualmente um colégio estadual de ensino médio e, finalmente, o quarto prédio permanece de pé, conservando

toda a sua beleza arquitetônica. Nele foi instalado um “Centro de Cultura”, onde também funcionam as Secretarias de Educação, de Cultura e de Finanças do Município. **(ANEXO XXII – Planta baixa do prédio de propriedade da Companhia União Caxiense, onde funcionou a Manufatora – Livro de Tombo.)**

Para registrar de forma detalhada o processo de investigação empreendido, apresentamos o quadro abaixo:

LOCAL DA BUSCA	FONTES IDENTIFICADAS E DOCUMENTOS XEROCOPIADOS
Arquivo Público do Maranhão	Exemplares do Jornal “Diário do Maranhão” do período de 1880 – 1930.
IPHAN	Exemplares do Jornal “Diário do Maranhão”, períodos: 1880-1930 – Companhia Industrial Maranhense; 1895... – Corpo de acionistas, formação do capital da empresa, balanços e sobre a Companhia União Caxiense; 1892... – Companhia Manufatora Caxiense; 1893 – Estatutos da Sociedade União Caxiense.
Associação Comercial do Maranhão (São Luís-MA)	Livros: - História do Comércio do Maranhão (1612 – 1895) – Jerônimo de Viveiros; - História do Comércio do Maranhão (1896 – 1934) – Jerônimo de Viveiros; - Pesquisa sobre a indústria têxtil do Nordeste.
Academia Maranhense de Letras (São Luís – MA)	Livros: - Compêndios Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão; - Dias Carneiro – O Conservador – Alberto Pizarro Jacobina.
Biblioteca Pública de	Livros:

São Luís do Maranhão.	- A indústria têxtil – Vitória Maria Costa Nagem; - A Falência do Ilusório: Memória da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil – Joaquim Itapary; - O bater dos panos – Maria Cristina Pereira de Melo; - Publicações do “Diário do Maranhão” (1894) – Política industrial do Estado do Maranhão.
Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Livros: - Origem da indústria no sistema agro-exportador maranhense – 1875/1895. Estudo Micro-sociológico da instalação de um parque fabril na região do Nordeste brasileiro no final do século XIX – José de Ribamar Chaves Caldeira; - Desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888) – Jalila Ayoub Jorge Ribeiro; - Vida e morte da economia algodoeira do Maranhão – Francisco de Assis Leal Mesquita.
Casa Josué Montello (São Luís-MA)	Livros: - Formação econômica do Maranhão (uma proposta de desenvolvimento) – Bandeira Tribuzi; - História do Maranhão – Carlos Lima.
Cartório do 1º. Ofício da Comarca de	Registros de Títulos e Documentos: - Exame de balanço e contas relativas ao

Caxias	ano de 1948 – Caxias Industrial S/A Fiação e Tecelagem; - Registro sobre a construção do prédio da Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense S/A – 1894.
Arquivo do Jornal “O Pioneiro” (Caxias-MA)	- Exemplares contendo balanço da Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense S/A.
Arquivo do Centro de Cultura (Caxias-MA)	Documentos da Fábrica “União Caxiense”: - Livro de controle do Almoxarifado; - Livro de movimento de combustível (ano 1923); - Livro de controle de frequência (ano 1895); - Livro Caixa (Janeiro/1905 – Janeiro/1906); - Livro de registro de empregados; - Livro do movimento da produção, do consumo e das estampilhas (Agosto/1926 – Abril/1928); - Folha de pagamento (1948 – 1951); - Livro de Atas – Reunião da diretoria (Novembro/1889 – Maio/1914); - Correspondência do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro.
Arquivo Particular da Profa. Maria das Mercês da Silva Lima e do Sr. Francisco Felix Costa (de Caxias)	- Exemplares de jornais da cidade de Caxias contendo balanços das indústrias têxteis de Caxias.
Arquivo Particular do Sr. Rodrigo Bayma	- Fotos da época – Prédios e ruínas das indústrias têxteis de Caxias-MA.

Pereira e Arquivo Fotográfico do Sr. Sinésio Santos (de Caxias)	
IBGE	Dados estatísticos sobre o município de Caxias

O quadro detalhado de fontes e locais de busca foi incluído no presente texto pela importância que se avalia possa ter na continuação desta pesquisa, que poderá orientar os interessados no aprofundamento da história das fábricas de tecido da cidade de Caxias.

Considera-se a atividade de investigação como um processo de resgate e de construção historiográfica de valor inestimável para as gerações futuras. No caso particular dessa pesquisa que empreendemos, ao longo da nossa formação em nível de mestrado, pode-se afirmar que o ofício da pesquisa é que nos permitiu, de fato, avançar em termos do conhecimento da realidade.

Naturalmente, nem sempre o objeto que se pretende apreender e elaborar enquanto um novo objeto de conhecimento, pode de fato ser compreendido em sua totalidade, sobretudo quando se opta pela análise de situações históricas que se produziram em séculos passados.

Embora se reconheça que tal dificuldade está presente no trabalho do historiador que se dedica também à história recente, com certeza existem graus diferenciados de dificuldade, que distinguem as pesquisas historiográficas e seus resultados.

A primeira experiência na prática de busca, organização, catalogação, elaboração e apresentação de um texto dessa natureza, por vezes intimida o pesquisador que, diante das contradições dos fatos e das ambigüidades que podem produzir, vê-se desconcertado como um iniciante, sem que se dê conta de que esses elementos também configuram o objeto, portanto, precisam ser identificados e reinterpretados.

Naturalmente, tudo parece muito mais linear do que dialético, quando se realiza a exposição final da pesquisa, que nem sempre é capaz de absorver o conjunto do conteúdo de todos os documentos encontrados, além de apresentar lacunas decorrentes da impossibilidade de localização dos demais documentos, que pudessem comprovar o encerramento das atividades das fábricas de tecido de Caxias.

Mas, tal fato pode ser lido de muitas e diferentes formas, portanto, pode-se afirmar que sob nosso olhar, esta, como muitas outras histórias, jamais terá fim.

A recuperação da história do ciclo de desenvolvimento da indústria têxtil, na cidade de Caxias – Maranhão, permitiu compreendê-lo no contexto da industrialização no Brasil, no século XIX. Como parte de um processo complexo de articulação entre o setor de produção primária – a cultura do algodão – e o setor secundário – atividade fabril, foi possível constatar que as dificuldades relativas ao seu financiamento e funcionamento foram agravadas dadas as distâncias geográficas e as diferenças de desenvolvimento sócio-econômico que marcaram as diversas regiões do país, desde o processo de instalação do império português.

Recuperando os aspectos fundamentais da reconstrução histórica do nosso objeto, procuramos destacar a constituição das sociedades que foram responsáveis pela criação, a instalação e o funcionamento das indústrias de Caxias. Foi possível identificar que parte dos acionistas, encontrava-se no quadro de sócios de quase todas as fábricas da cidade. Destacou-se, principalmente, a presença de Francisco Dias Carneiro, que foi sócio-fundador da Companhia Industrial Caxiense, da União Caxiense e da Companhia Manufatora, tendo desempenhado diferentes funções nessas fábricas, como diretor -presidente da diretoria, como gerente, como membro do conselho fiscal. Na realidade, em grande medida, a liderança de Dias Carneiro no processo de industrialização de Caxias, foi fundamental, embora tenha se apresentado também, de forma muito controvertida.

Observou-se também que, a partir da criação da segunda fábrica, a Companhia União Caxiense ocorreu uma diversificação maior do quadro de sócios, incluindo

aqueles de origem sócio-econômica menos privilegiada. Essa situação decorria da própria constituição das sociedades anônimas. Assim, no conjunto dos sócios havia um grande número de acionistas que possuía um número restrito de ações, e um número reduzido de acionistas, com grande prestígio social e poder econômico, que possuía o maior número de ações, detendo o poder acionário da fábrica.

A análise do funcionamento das fábricas, desde o planejamento de seus custos à sua efetiva produção, foi possível no caso da Companhia Industrial Caxiense e da Companhia União Caxiense, em virtude do registro minucioso que era feito pelos diretores, em atas de reunião da diretoria e das assembléias de acionistas, além dos balanços que eram registrados em atas e publicados nos jornais da cidade e da capital. Mediante a leitura de seu conteúdo, foi possível também acompanhar o percurso da compra de equipamentos importados da Inglaterra e dos Estados Unidos, bem como a contratação de técnicos estrangeiros que garantiram a instalação das fábricas, mas também criaram dificuldades para os seus diretores. Entretanto, na medida em que as dificuldades financeiras foram se agravando, nem todos os detalhes foram registrados e, posteriormente, tanto no caso da primeira como da segunda fábrica, não houve o registro do processo de seu fechamento.

Apesar desse cuidadoso registro dos diretores, destaca-se o fato de nunca serem mencionados os operários da fábrica, como alvo de decisão da diretoria, no que dizia respeito ao seu trabalho e pagamento, exceto quando foram identificados os problemas que decorriam da falta de qualificação dos mesmos, de um modo geral. Ou ainda, quando foi alegada como razão para suspender o funcionamento da fábrica Manufatora, o fato de um operário ter danificado uma máquina.

Entretanto, no caso da União Caxiense e da Fábrica Sanharó, em diferentes períodos, já por volta das décadas de 40 e de 50, foram identificadas deliberações da diretoria, no sentido de criar algum tipo de assistência aos operários, construindo-lhes residências populares e assegurando-lhes atendimento médico, como medidas de

preservação das condições de produtividade das próprias fábricas. Não se pode deixar de articular essas medidas, com a própria prática de organização dos operários, que já se fazia muito mais avançada em todo o país, nesse período da história de lutas e conquistas operárias.

Não resta dúvida, que as condições de assalariamento nas indústrias de Caxias, não poderiam ser diferentes da tendência geral, evidenciada no processo de industrialização do país, em fins do século XIX e início do século XX, de exploração de mão-de-obra barata, sobretudo, considerando-se a condição dos operários, que eram em grande parte analfabetos. Também era destacada a presença de mulheres e crianças, nas fábricas caxienses, que recebendo salários inferiores aos que eram pagos aos homens, permitiam ampliar essa margem de exploração que se constatou.

Apesar de todo esforço empreendido para elucidar o ciclo de desenvolvimento da indústria têxtil caxiense, as evidências registradas nos documentos aos quais se teve acesso, permitiram reconstruir, parcialmente, o funcionamento da Companhia Industrial Caxiense, da Companhia União Caxiense, da Companhia Manufatora e da Fábrica Sanharó, mas as razões do encerramento de cada uma delas, de modo particular, ainda estão longe de serem esclarecidas.

De fato, a Companhia Industrial Caxiense, criada em 1883 deve ter encerrado a sua atividade em 1892, ou algum ano próximo a esse, pois essa foi a data do último balanço encontrado. Outra indicação aparece na Ata nº 199 da Companhia União Caxiense, de 03/03/1903, em que se encontra o registro de que a Companhia Industrial Caxiense estava exposta à venda.

A Companhia União Caxiense foi criada em 1889. Existem registros do que poderia se considerar a primeira fase da sua existência, até 1914. (Ata Nº 244 – de 15/05/1914). Ocorreu uma interrupção das atas entre 1914 a 1944. Novas atas foram encontradas entre 1944 a 1966. Nova interrupção ocorreu e somente encontrou-se a

Ata de 30 de abril de 1980 (a última a que se teve acesso), em que se registrava a eleição do novo conselho fiscal e se noticiava o aumento do capital social da empresa.

A Fábrica Sanharó foi criada em 1891 e funcionou até 1966, segundo depoimento do seu ex-gerente, enquanto a Companhia Manufatora Caxiense foi criada em 1892, mas a partir de 1905 passou a funcionar de forma conjugada com a União Caxiense.

Essa situação histórica de encerramento de um ciclo de desenvolvimento da indústria têxtil ocorreu de forma mais generalizada na primeira metade do século XX, na maioria dos estados brasileiros, mas principalmente na região Norte e Nordeste.

No caso particular do Maranhão, os historiadores e economistas locais, citados no trabalho, afirmavam que a existência das fábricas de tecido havia ocorrido sem ter uma sustentação de base monetária, portanto, resultava mais como uma iniciativa que seguia uma onda nacional.

Também jornais do Maranhão, da época, que foram consultados, trazem artigos que registraram as polêmicas que se sucediam acerca da implantação das fábricas de tecidos em Caxias.

Do mesmo modo, são eloquentes os documentos que registram uma visão contraditória dos diretores, dos conselhos fiscais e assembléias de acionistas acerca do próprio funcionamento das fábricas. Ora, demonstravam expectativas otimistas, ora apresentavam intensa preocupação com as dificuldades financeiras. Entretanto, a partir de alguns indícios de resultado positivo, seguiam fazendo empréstimos, aumentando os investimentos que eram sempre insuficientes para superar os limites da própria condição de obsolescência das máquinas e dos processos de fabricação utilizados, que não mais poderiam ampliar a produtividade das fábricas e permitir que competissem com a indústria têxtil mais desenvolvida de outras regiões.

Apesar do registro da existência da Companhia União Caxiense até 1980, e da Fábrica Sanharó até 1966, isto não significou que tenham mantido a sua atividade de

produção têxtil. Foram mantidas as empresas que diversificaram sua atividade, introduzindo a fabricação de outros produtos como óleo de babaçu.

Com o desenvolvimento da pesquisa e a elaboração da história das fábricas de tecido de Caxias, poderíamos retornar à hipótese inicial de que o seu funcionamento, de certo modo, permite reconhecê-las como indústrias artificiais porque:

- a sua criação ocorreu de forma acelerada, numa praça comercial que não havia se ampliado de forma tão significativa, para comportar 4 fábricas no intervalo de quase dez anos;
- já era evidente a primeira crise da indústria têxtil nas regiões mais desenvolvidas, quando se iniciava o surto de industrialização na cidade de Caxias;
- a capitalização das fábricas dava-se com grande dificuldade como demonstravam os relatórios das diretorias e os balanços das fábricas;
- o fechamento da primeira indústria – A Companhia Industrial Caxiense – em menos de vinte anos de funcionamento, mostra que havia alguma dificuldade de consolidar o investimento;
- o funcionamento conjugado da Companhia União Caxiense e da Companhia Manufatora é uma outra evidência da impossibilidade de manterem-se as duas fábricas com atividades paralelas;
- a diversificação das atividades das duas fábricas que permaneceram por mais tempo (União Caxiense e a Sanharó) indicam que o ciclo das têxteis estava encerrado.

De todo modo, por não se ter tido acesso aos documentos de registro do fechamento das fábricas, essa hipótese não pode ser por completo confirmada e

permanecerá, portanto, como uma pista para novas investigações. Mas, essa constatação confirma apenas o fato de que a história, como diz Hobsbawm, “é *Sherazade*, que nunca conclui seus relatos e os encaixa de forma inconclusiva.” (Caderno da Gazeta Mercantil , 29 e 30/04/2000, p. 13)

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Rui H.P.L. **Capital comercial, indústria e produção Agrícola; as relações de produção na conicultura paulista (1920 - 1950)** São Paulo Hucitec, CNPq, 1985.
- AURELIANO DA SILVA, Liana M. L. **No limiar da industrialização.** São Paulo, Brasiliense, 1981.
- AZZONI, Carlos Roberto. **“A lógica da dispersão da indústria no Estado de São Paulo”.** In estudo Econômico, São Paulo. IPE - USP, 1986.
- BAER, Werner. **A industrialização e desenvolvimento econômico do Brasil.** Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1975.
- BARROS, José Mendonça de & GRAHM, Douglas M. **“A recuperação paulista durante a Grande Depressão: 1928/37”**, in: Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, vol 2 n. 1, abril de 1981.
- BECKER, Bertha K. & EGLER, Cláudio “G. **Brasil: Uma nova potência regional na economia,** Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1983.
- BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & CARDOSO DE MELLO, João Manuel, **“Reflexões sobre a crise Atual”**, in: Escrita Ensaio, publicação bimestral de Revista Escrita, São Paulo, 1977, ano I, no.2.
- _____. & TAVARES, Maria Conceição.
- “Notas sobre o processo de industrialização recente”**, IN: BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e COUTINHO, Renata. **Desenvolvimento capitalista no Brasil; ensaios sobre a crise.** São Paulo, Brasiliense, 1982, vol.1., 1983, vol.2.
- CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **Origens da Indústria no Sistema Agro-exportador Maranhense – 1875/1895. Estudo micro-sociológico da instalação de um parque fabril em região do Nordeste Brasileiro no fim do século XIX.** São Paulo, USP, 1988.
- CAMELO FILHO, J.V. **A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro.** (Tese de doutorado). Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2000.
- CANABRAVA, A P. **O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1861-1875).** São Paulo, Indústria Gráfica Siqueira S.A., 1951.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** São Paulo, Hucitec, 1990.

- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930 – 1970)**. São Paulo, Editora Unicamp, 1985.
- CARONE, Edgard . **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. Rio de Janeiro, Difel, 1977.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. **O capitalismo tardio**. São Paulo. Brasiliense, 1982.
- CASTRO, Antônio Barros de. **7 Ensaios Sobre a Economia Brasileira**. 3ªed.Riode Janeiro, Forense Universitária, 1980.
- CASTRO, Antonio Barros & PIRES DE SOUZA, Francisco Eduardo. **A economia brasileira em marcha forçada**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e Cotidiano. Brasil – 1889 a 1930**. São Paulo. Atual 1991.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo, Difel, 1983.
- _____ (direção) . **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo I, vol. 1, vol.2, vol.3. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1989.
- FOOT, Francisco & LEONARDO, Victor . **História da indústria e do trabalho no Brasil (da origem aos anos 20)**. São Paulo, Global, 1982.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1980.
- GIROLETTI, Domingos. **Fábrica convento disciplina**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1981.
- GOMES, Janete Sousa da Costa. **A Produção e o Comércio de Algodão no Maranhão de 1760 a 1900** . UNB, 1981, tese de mestrado.
- GRANZIERA, Rui Guilherme, – **A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil**. São Paulo; Editora Hucitec 1979.
- HOBBSBAWM, E.J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1983, 3ª. ed. Brasileira.
- _____ . **Sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- HARDMAN, Foot & LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil. (das origens aos anos 20)**. São Paulo, Editora Ática, 1991.
- JACOBINA, Alberto Pizarro. **Dias Carneiro O Conservador** . Porto Alegre, Companhia Editora Nacional, 1938.
- LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil (1808-1960)**. São Paulo, Difel, 1975.

- LOBO, Eulália L. História empresarial. IN: CARDOSO, C.F. & VAINFAS, R. **Domínios da História. Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & CARDOSO DE MELLO, João Manuel, “**Reflexões sobre a crise Atual**”, in: Escrita Ensaio, publicação bimestral de Revista Escrita, São Paulo, 1977, ano I, no.2.
- MELO, Maria Cristina Pereira. **O Bater dos Panos**. São Luís, SIOGE, 1990.
- MESQUITA, Francisco de Assis Leal. **Vida e morte da economia algodoeira do Maranhão**. São Luís, UFMA, 1987.
- PENA, Maria Valéria J. **Mulheres e trabalhadoras – presença feminina na constituição do sistema fabril**. São Paulo, Paz e Terra, 1981.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história – operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- REICHEL Heloísa Jochims, **A indústria têxtil do Rio Grande do Sul – 1910/1930**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1978.
- RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)**. São Luís, SIOGE, 1990.
- RIBEIRO, Ma. Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870- 930)**. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1988.
- SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1985.
- STEIN, Stanley J., **Origem e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850/1950**. Rio de Janeiro, Editora Campus 1979.
- SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira; origem e desenvolvimento**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas/SP, Unicamp, IE, 1998.
- TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão. Uma proposta de desenvolvimento**. São Luís : FIPES, 1981.
- VERSIANI, Flávio & BARROS, José. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Saraiva, 1977.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão (1896 – 1934)**. São Luís, ACM, 1964.

WEID, Elisabeth von der & BASTOS, Ana Marta R. **O fio da meada estratégia de expansão de uma indústria têxtil**. Rio de Janeiro, FCRB-CNI, 1986.

FONTES PRIMÁRIAS:

LIVRO DE ATAS DA COMPANHIA UNIÃO CAXIENSE (1889 - 1914)

LIVRO CAIXA DA COMPANHIA UNIÃO CAXIENSE

FOLHAS DE REGISTRO E FOLHAS DE FREQUÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DA
COMPANHIA UNIÃO CAXIENSE

JORNAL “O DIÁRIO DO MARANHÃO”

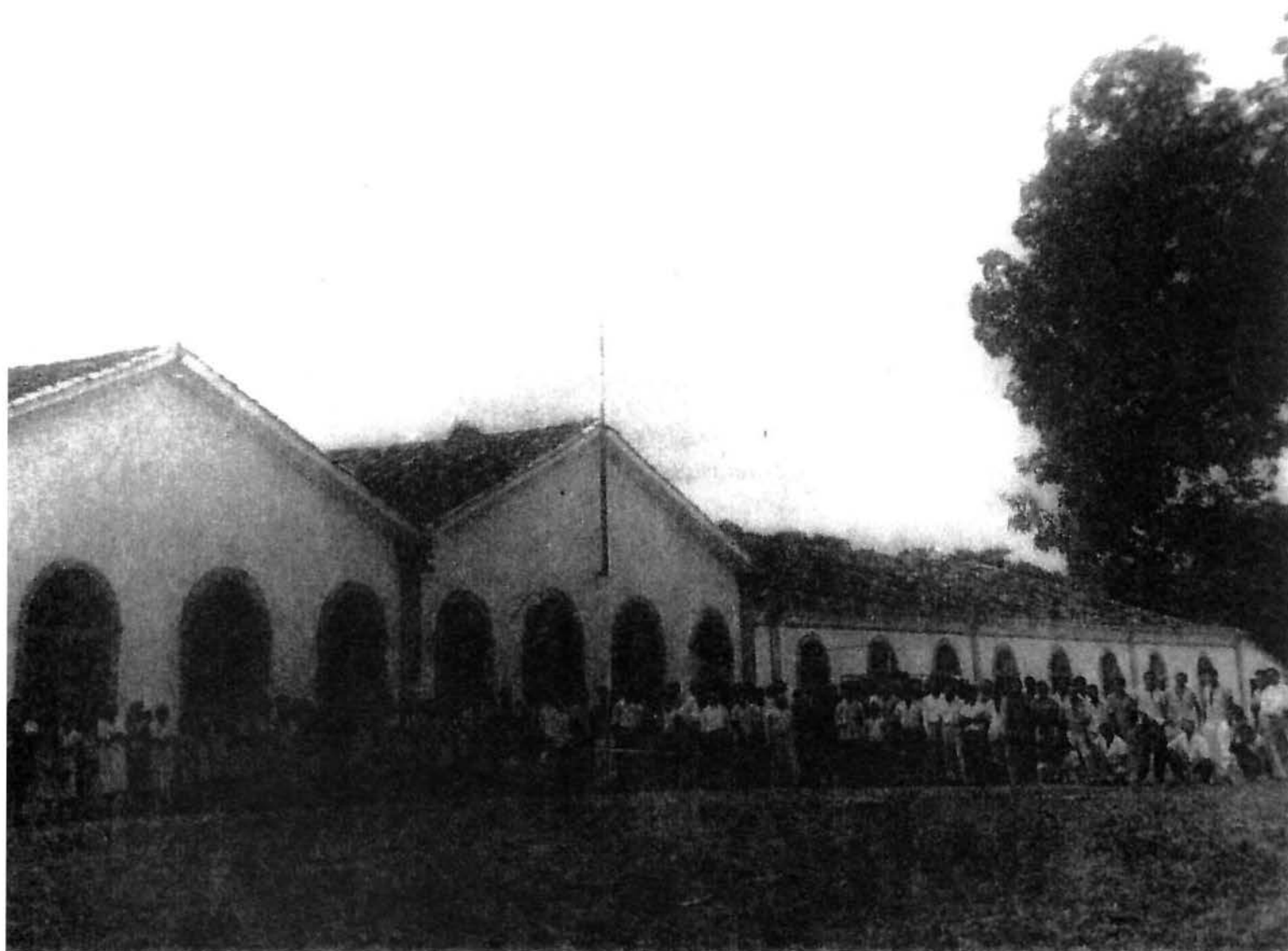
JORNAL “CRUZEIRO”

JORNAL “O COMÉRCIO DE CAXIAS”

RELATÓRIOS DA INDUSTRIAL CAXIENSE

ANEXO I

**Reprodução das fotografias dos prédios das fábricas
Industrial Caxiense, União Caxiense, Manufatora
e Sanharó**

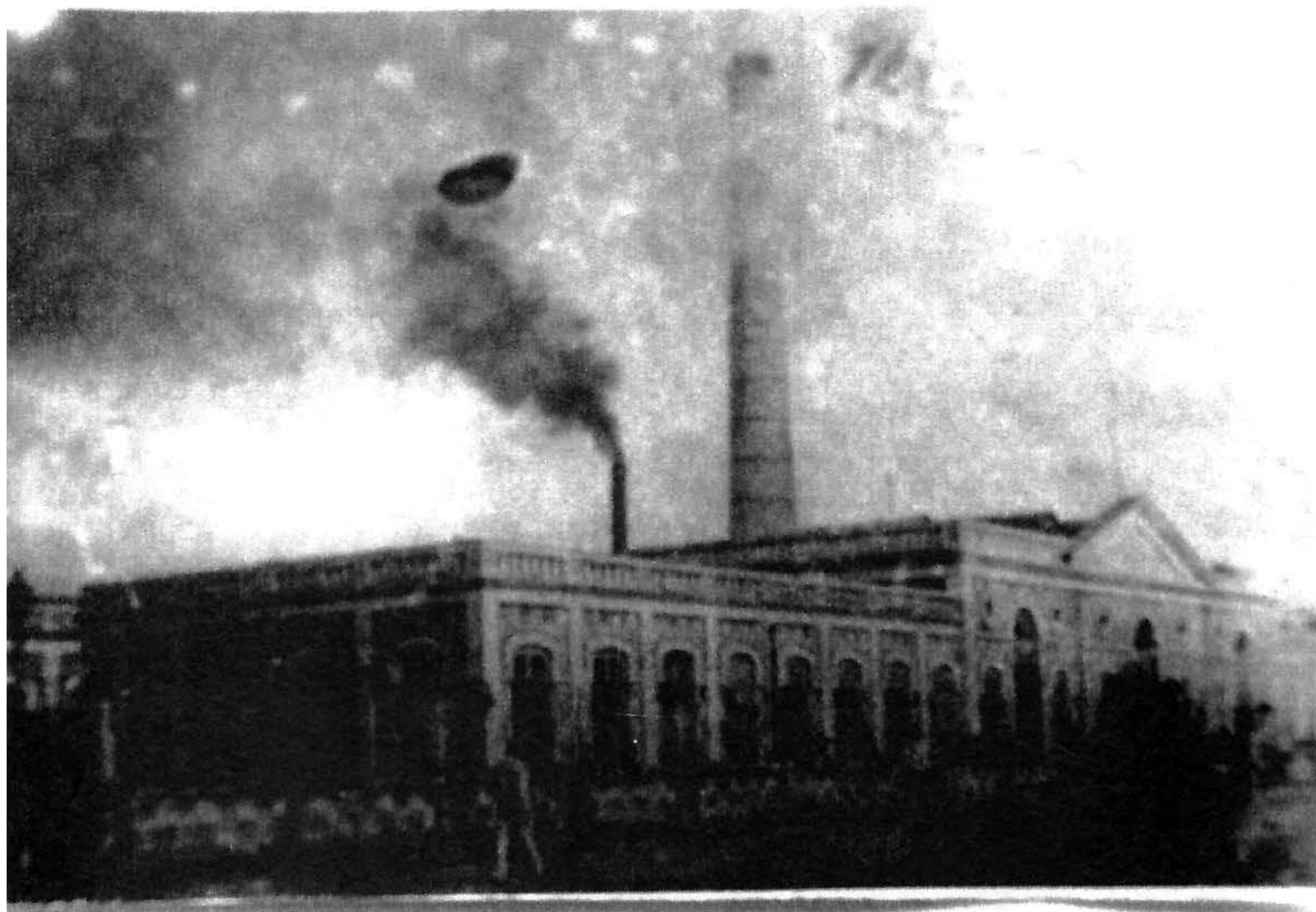


Operários da Fábrica Industrial Caxiense (1883 a 1903)
em frente ao prédio em que trabalhavam.

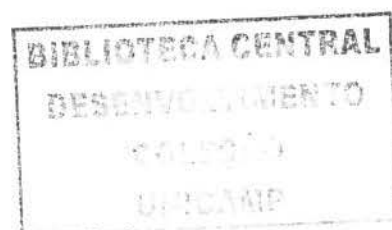
Fábrica Industrial Caxiense — Bairro Ponte — Caxias-Ma

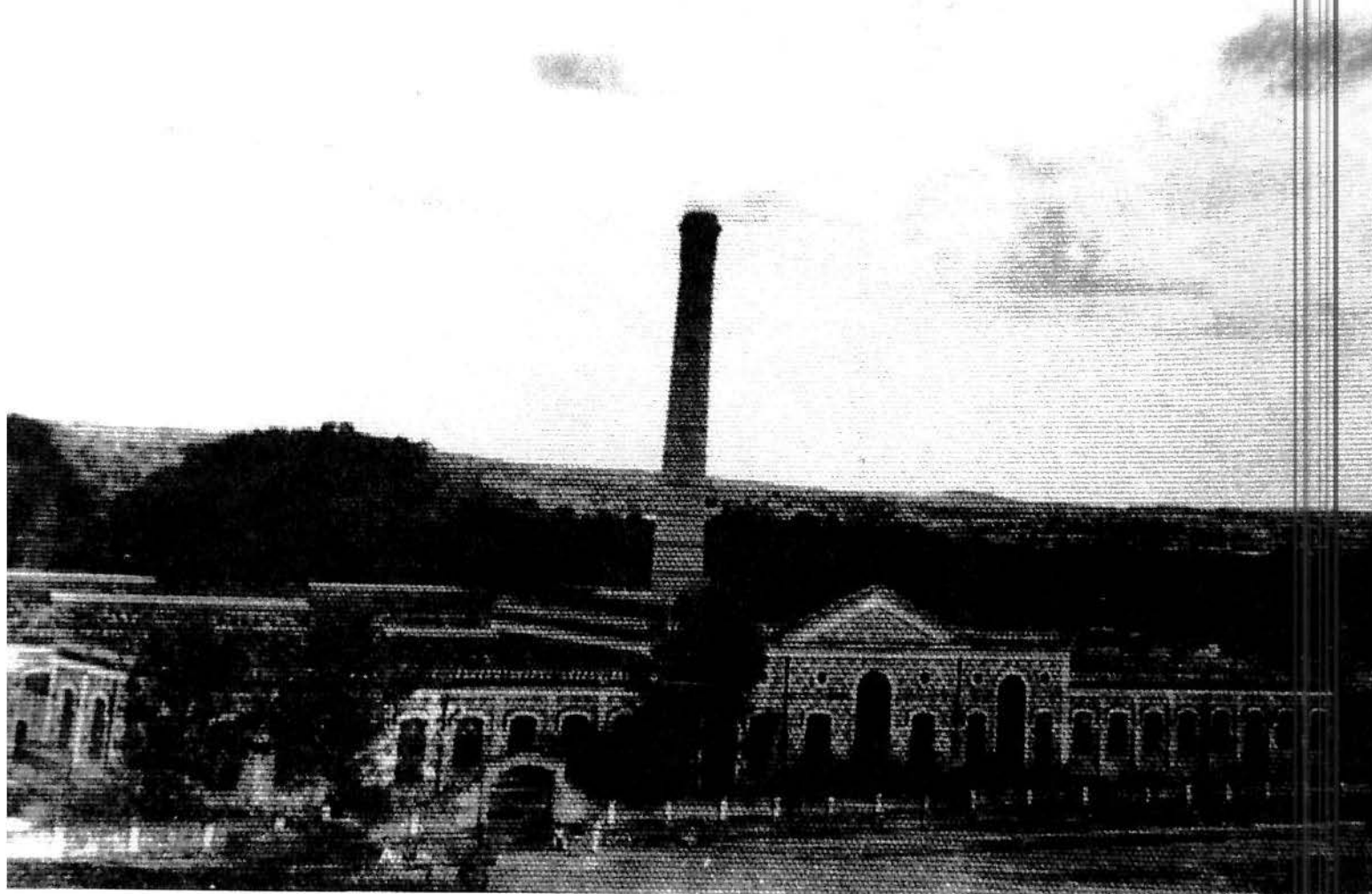


Prédio da Fábrica União Caxiense, 1892 a 1858 – Bairro Ponte
Na área em que existiu esta fábrica, foi construído o prédio do Centro de
Ensino de 2º grau "Aluísio Azevedo" – Caxias-MA.

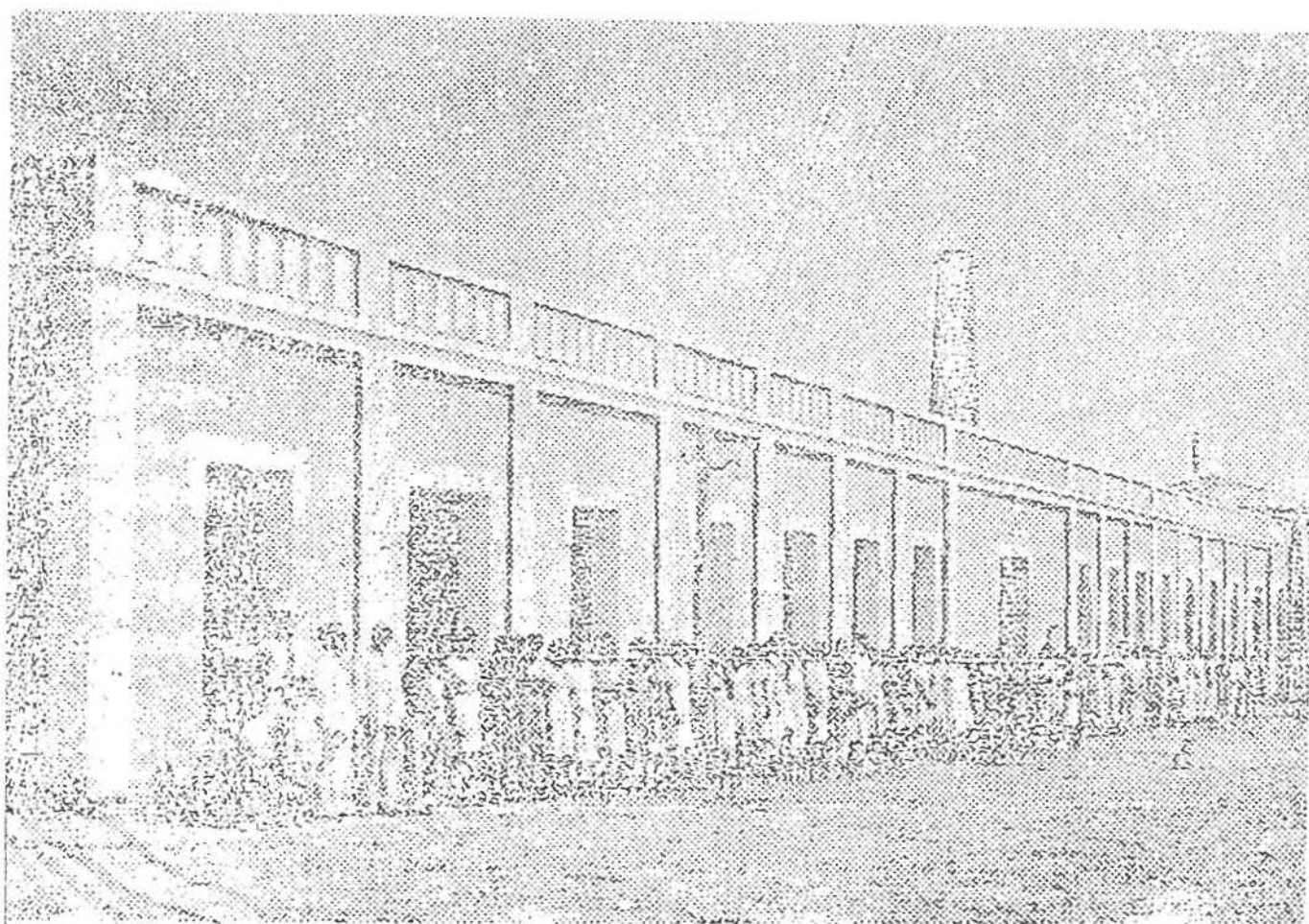


Vista parcial do prédio da Fábrica Manufatora, na área central da cidade, que foi fundada em 1892 e funcionou até 1958, como propriedade da Companhia União Caxiense.





Vista panorâmica do prédio da Companhia Manufatora e União Caxiense, onde atualmente funciona o Centro de Cultura.



Operários da Fábrica Sanharó em frente ao local do seu trabalho cotidiano.
Fábrica Sanharó (1891 a 1965) – Bairro Trezidela – Caxias-MA.

ANEXO II

Estatutos da Sociedade União Caxiense

PUBLICAÇÕES

DOCUMENTOS

AUTOR:

AUTOR:

TÍTULO: Diário do Trabalhador

TÍTULO:

EDITORA: Tipografia Uniao

ORIGEM:

LOCAL: São Luiz DATA: 24/01/1893 Nº PAG: 03

DATA:

Nº PAG:

DOCUMENTO 12

CITAÇÕES OU COMENTÁRIOS

Estatutos da Sociedade União Caxiense

Da Sociedade, seus fins, sede, duração e capital.

Art. 1º A Sociedade - União Caxiense - tem por fim montar no macho porte desta cidade, no local escolhido pela Diretoria, uma Fábrica de tecidos, fios e tecer algodão, para produzir de preferência a fazenda conhecida no mercado com o nome de riscado brasileiro e estrangeiro.

Art. 2º Esta Sociedade terá por sede a cidade de Caxias e durará 50 anos, prazo que pode ser prorrogado por deliberação da Assembleia Geral dos acionistas.

Art. 3º O fundo social será composto de 400 contos divididos em 4000 ações de cem mil réis cada uma, capital subscrito.

§ Único. Este fundo social poderá ser augmentado, na forma da lei a 3150 de 4 de setembro de 1882, até mil contos.

Art. 4º No augmento do capital por emissão de novas ações terão preferência os primitivos acionistas, na proporção das ações com que subscrivem este contracto e que possuírem na ocasião da emissão.

Art. 5º O capital da Sociedade será realiado com depósito legal, com as chamadas

que forem feitas, a juizo dos directores, não podendo cada prestação exceder a 50% nem ser chamada com intervallo menor de 30 dias de uma a outra, precedendo a primeira com o mesmo prazo.

Art. 6º O accionista que não realizar alguma entrada no prazo designado pela directoria pagará mais o juro de 1% ao mez pela mora, e se não satisfizer a entrada e os juros no prazo de 60 dias, serão vendidas suas acções em leilão mercantil e restituído ao accionista o producto liquido da venda, deduzidos os lucros e mais despezas.

§ 1º Se a entrada realisada for inferior a 50% do valor de cada acção restituirá em favor da sociedade, e a acção caberá em commisso, devendo ser emitida pela directoria com a mesma numeração.

§ 2º No caso de morte do accionista, se seus herdeiros menores ou ausentes deixarem de fazer as suas entradas, a sociedade lhes restituirá a importância das entradas realisadas, ficando com as acções para serem vendidas quando julgar conveniente.

§ 4º O commisso será declarado na acta das sessões da directoria e publicado pela imprensa.

Art. 7º As acções serão nominativas.

Dos accionistas

Art. 8º Os accionistas terão um voto por cada acção nas deliberações da Assembléa Geral, contanto que esteja devidamente averbada 30 dias antes da reunião.

§ 1º Não poderá exercer o direito de accionista aquelle que estiver constituído em mora por não ter feito alguma entrada no prazo designado.

§ 2º Se uma firma social for accionista somente um dos membros da dita firma será admittido a votar.

Art. 9º Uma carta de ordem ou authorisação de um accionista para outro accionista prevalece para todos os negocios da sociedade, para os quaes a lei não exige procuração.

Da administração

Art. 10.ª A sociedade será administrada por uma Directoria composta de tres membros, eleitos tres annos, a começar da primeira domingo de março.

Art. 11.ª Os membros da Directoria poderão ser reeleitos, e quando não saírem, servirão até que os novos Directores se apresentem a tomar posse.

Art. 12.ª Cada Director antes de entrar em exercicio cautionará a responsabilidade de sua gestão com cinquenta acções da Sociedade.

§ Unico. Se for augmentado o capital social, cada Director será obrigado a reforçar sua caution com mais dez (10) acções por cem contos ou fracção de cem contos.

Art. 13.ª Não poderá ser Director individuo que for empregado da Sociedade, que estiver por si ou por seu preposto ligado a ella por quaesquer contractos de que aulira ou possa vir a auferir vantagem, nem o que estiver impedido de negociar, segundo as disposições do código commercial, bem como não poderão exercer conjuntamente o cargo de Director; pai e filho, sogro e genro, irmão ou embeado, durante a embeado, parentes por consanguinidade até o segundo grau, e os socios da mesma firma.

Art. 14.ª No impedimento, ausencia, renuncia ou fallecimento de qualquer membro da Directoria, será chamado para substituir-o o suplente mais velho e assim por diante até o terceiro, o qual servirá durante o tempo do impedimento ou ausencia, e no caso de renuncia ou fallecimento, até completar o tempo do Director, que substituir.

§ 1.º Especificada a lista dos suplentes, se a falta do Director for temporaria, a Directoria reunida ao conselho fiscal, nomeará quem o substitua;

Se a falta se der por morte ou renuncia, será convocada immediatamente a assembleia geral para eleger novo Director e Supplentes que faltarem.

§ 2º: O Supplente em exercicio terá o mesmo vencimento do Director.

Art. 15º: Para deliberar basta a presenca de dois Directores, se seus pareceres forem concordes, do contrario é indispensavel a presenca dos tres.

Art. 16º: A Directoria terá pelo menos uma sessão ordinaria cada mez, assim como se reunirá tantas vezes quantas for necessario.

Art. 17º: Os Directores estão habilitados de pderes para praticar todos os actos de gestão, relativos ao fim e objecto da sociedade, representando-a em juizo activa e passivamente.

Art. 18º: Compete á Directoria:

§ 1º: Recolher o deposito da sociedade, fazer a chamada do capital social, quando fulgar necessario e mandar imprimir e distribuir pelos accionistas os presentes estatutos.

§ 2º: Comprar, alugar ou edificar os immoveis de que precisar a sociedade e contractar o pessoal habilitado para levantamento e montagem da Fabrica.

§ 3º: Comprar por indicação de pessoa competente, o machinismo e appparelhos mais aperfeiçoados para os fins da sociedade.

§ 4º: Nomear um superintendente geral para dirigir os trabalhos internos da Fabrica, um guarda-livros e marcar-lhes o ordenado.

§ 5º: Tomar em common e por maioria de votos as deliberações necessarias ao bom andamento dos negocios da sociedade, lavrando acta de taes deliberações em livros especial.

§ 6º: Dar o conselho fiscal nos casos previstos nestes estatutos e sempre que se tratar de objecto importante,

em quando o mesmo Conselho o julgar conveniente aos interesses da sociedade.

§ 7º. Prover, a bem da sociedade, em todos os casos urgentes e não previstos, ouvindo o Conselho fiscal.

§ 8º. Organizar os regulamentos que forem necessários.

Art. 19. Para auxiliar a Directoria nos negocios que devam-se effectuar na Capital da provincia, haverá um agente, nomeado pelos Directores, que ficam autorizados a delegar-lhe as seguintes attribuições:

1º. Ter a seu cargo um livro de registos igual ao da Sede da sociedade, e para o mesmo fim, mas exclusivamente destinado aos accionistas da Capital; nelle se lançará as transferencias, as emissões e fidejussões de suas accções.

2º. Comunicar mensalmente a Directoria todas as alterações que se verificarem no livro de registos, para serem annulladas no livro competente da Sede da sociedade.

3º. Tratar dos negocios da sociedade, que não poderem ser tratados pessoalmente pelos Directores.

4º. Representar a Directoria nas deliberações relativas aos direitos e obrigações dos accionistas da capital.

5º. Pagar o dividendo que couber ás suas accções e fazer operações em qualquer Banco da capital que forem necessarias para esse fim.

Art. 20. Os Directores marcarão a percentagem que deverá perceber o agente na capital.

Art. 21. A Directoria será obrigada:

§ 1º. A cumprir todas as disposições legais para que a sociedade possa funcionar validamente.

§ 2º. A apresentar á Assembléa Geral ordinaria um relatório circumstanciado das operações da sociedade, o qual será acompanhado do inventario, do

balanço geral, da demonstração da conta de lucros e perdas e bem assim do parecer do conselho fiscal, relativo às contas apresentadas e à situação da sociedade.

§ 3º. A dar de seis em seis meses aos accionistas o dividendo que caber as suas acções, de conformidade com a lei e o conselho fiscal, começando o semestre em 1º de janeiro e 1º de julho.

Art. 22. Os Directores distribuirão entre si, como julgarem mais conveniente, o serviço administrativo da sociedade, de modo que - cada d'entre elles seja Presidente, outro secretario e o terceiro gerente e thesoureiro.

Art. 23. Compete ao Presidente, além das attribuições inerentes ao cargo de Director:

§ 1º. Ser órgão da Directoria e representá-la no fuzgo.

§ 2º. Presidir as reuniões da Directoria e as do conselho fiscal, quando este funcione com aquella em sessão conjuncta.

§ 3º. Assignar todos os papis, com excepção das escripturas, que serão sempre assignadas pelos tres Directores.

§ 4º. Rubricar e encerrar todos os livros da sociedade, que não forem rubricados na Junta Commercial.

§ 5º. Assignar com o Director Secretario as accções e obrigações ou as respectivas caubellas.

§ 6º. Convocar as reuniões da Directoria e das sessões conjunctas com o conselho fiscal e dar cumprimento ás deliberações respectivas.

§ 7º. Convocar a Assembléa Geral ordinaria na forma d'estes estatutos, e extraordinaria na forma da lei.

§ 8º. Substituir o Director Gerente nos seus impedimentos temporarios.

Art. 24. Compete ao Secretario, além das attribuições inerentes ao cargo de Director:

§ 1º. Redigir as actas das reuniões da Directoria e as da sessão conjuncta com o conselho fiscal, consignando em tais actas, que assignará com os demais membros presentes, as deliberações que forem tomadas.

§ 2º. Assignar com o Presidente os documentos comprobatorios quer da transferencia das accções e das obrigações.

§ 3º. Assignar todas as certidões que forem requeridas e que a Directoria entender que devem ser passadas.

§ 4º. Velar pela boa ordem do archivo

§ 5º. Substituir o Presidente nos impedimentos temporarios.

Art. 25º. Compete ao Senente Thesoureiro, além das attribuições inherentes ao cargo de Director:

§ 1º. Assistir nos dias uteis no escriptorio da mesma, logo que a sociedade lhe proporcionar habitação.

§ 2º. Comprar materias primas e fornecelas ao superintendentes geral na proporção exigida.

§ 3º. Vender os productos da fabrica de accordo com os demais Directores

§ 4º. Pagar todas as despesas com o movimento da fabrica e seus pertences.

§ 5º. Far conta nas reuniões mensaes da Directoria das transacções havidas e saldo existente em caixa.

§ 6º. Nomear e demittir os empregados, operarios e trabalhadores, que não forem de nomeação dos Directores e marcar-lhes o tempo de permanência no serviço.

§ 7º. Velar na guarda dos dinheiros e valores pertencentes à sociedade.

§ 8º. Velar pela regularidade da escripturação da sociedade.

§ 9º Substituir o Secretario nos seus impedimentos temporarios.

Art. 26. Quando existir nesta cidade um ou mais estabelecimentos bancarios, será depositado no Banco que for determinado pelos Directores, em sessão conjuncta com os fiscaes, todo o dinheiro disponível da Sociedade em conta corrente, cujo movimento será feito por meio de cheques assignados pelo presidente e secretario.

Art. 27. Os Directores perceberão em remuneração de seus serviços 6% dos lucros liquidos, repartidos entre si, contanto que não seja inferior a seis contos de reis annuaes.

Art. 28. O Director Gerente, alem da porcentagem que lhe compete como Director e de ordenado de dois contos de reis annuaes terá mais uma qualificação arbitrada pelos outros directores e os membros do Conselho Fiscal, a qual permanecerá durante sua gerencia, não podendo a totalidade dos vencimentos exceder de seis contos de reis por anno.

Do conselho fiscal

Art. 29. O conselho Fiscal será composto de tres membros eleitos annualmente pela Assembleia Geral dos accionistas.

Art. 30. O conselho Fiscal examinará as contas organisadas semestralmente pela directoria, bem como a escripturação e mais papeis que julgar conveniente para dar seu parecer.

§ 1º O parecer dos fiscaes será entregue á directoria a tempo de poder ser publicado pela imprensa no prazo da lei.

§ 2º Os Fiscaes perceberão cincoenta mil réis (50\$) cada um por cada parecer que derem.

§ 3º A substituição dos fiscaes será pelo suplente mais votado e assim por diante até o terceiro.

Da Assembleia Geral dos Accionistas

Art. 31. A Mesa da Assembleia Geral dos accionistas se comporá de um presidente e dois secretarios.

Art. 32. Depois de approbados e assignados os presentes estatutos se fará uma reunião da Assembleia Geral para eleição da Mesa, Directoria e Fiscaes.

§ Unico Depois desta eleição e de constituida a sociedade, fica designada a primeira domingo de Março para as reuniões ordinarias da Assembleia Geral.

Art. 33. As eleições serão feitas por meio de cédulas, tendo: na de Directores tres nomes; na dos Supplentes dos Directores tres nomes; na dos Fiscaes tres nomes; e na dos Secretarios da Assembleia Geral dois nomes. Os mais votados serão os electos.

§ 1: O Presidente da Assembleia Geral será accionista dentre os socios presentes, depois de reunido o numero exigido para haver sessão: se houver reclamação, será eleito para aquella sessão por escrutinio e maioria de votos.

§ 2: As cédulas devem conter no lado exterior o numero de votos de que dispõe o accionista, o que será verificado pelos Mesarios.

§ 3: Os Secretarios serão electos por tres annos e terão cada um cinquenta mil reis, cada um por cada sessão ordinaria ou extraordinaria em que funcionarem.

Art. 34. Compete ao presidente da Assembleia Geral abrir e fechar as sessões, conceder o

Art. 35. Compete ao primeiro Secretario ler e redigir as actas e fazer o expediente da Mesa.

①

Art. 36. Compete ao segundo secretario auxiliar o primeiro em todos os trabalhos da Hiega.

Art. 37. Na falta dos secretarios o presidente poderá chamar qualquer accionista para substituí-los na occasião.

Art. 38. O livro das actas da Assembléa Geral e todos os papeis que forem presentes à Mesa pelos directores, serão entregues, depois de lavrada a competente acta, ao Director Secretario da Directoria.

Do fundo de reserva, seguro, conservação e dividendo.

Art. 39. Fica creado um fundo de reserva e seguro composto de 6% tirados dos rendimentos liquidos da sociedade e destinado exclusivamente a fazer face ás perdas do capital social.

Art. 40. Haverá tambem um fundo de conservação constituido de 4% tirados conjuntamente com o fundo de reserva e seguro dos rendimentos liquidos da sociedade, e destinado á aquisição, reparação, e substituição dos apparelhos e immoveis necessarios á fabrica.

§ Unico. Esta importância se conservará no cofre da sociedade, e quando não houver necessidade de se empregar para os fins declarados neste artigo, a directoria poderá applical-a para compra de materias primas.

Art. 41. O fundo de reserva e seguro será empregado em letras hypothecarias de estabelecimento de credito real, em dívida publica fundada, geral ou estadual, ou em accções de companhia de reconhecido credito.

§ 1º. O rendimento destes titulos será incorporado ao mesmo fundo de reserva e seguro.

§ 2º. Este fundo cessará de ser accumulado

sempre que atingir a um terço do capital social.

Art. 42. Os lucros líquidos de cada semestre, depois de deduzida a parte destinada ao fundo de reserva, seguro e conservação e da percentagem devida aos directores, serão distribuídos em dividendos pelos accionistas.

Disposições Gerais

Art. 43. Os nomes dos accionistas cujas acções forem vendidas ou cahirem em commisso, assim como daquelles que os substituirem serão lançados numa relação que a directoria archivará no registro geral das hypothecas.

Art. 44. A Directoria procurará ultimar por meio de arbitros as questões que se suscitarem durante sua administração.

Art. 45. Toda votação em que houver empate será decidida pela sorte.

Art. 46. Na dissolução da sociedade os fundos de reserva e seguro e o de conservação serão incorporados ao capital e com elle divididos pelos accionistas.

Art. 47. A liquidação da sociedade será feita por uma directoria especial, que perceberá a remuneração que lhe for marcada pela Assembléa Geral.

Art. 48. A lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882 e o Regulamento que baixou com o decreto n. 8821 de 30 de Dezembro do mesmo anno, nas disposições que se referem ás sociedades anonymas, fazem parte destes estatutos, para todos os casos omissoes.

Disposições Transitorias

Art. 49. A primeira directoria entrará

em exercicio desde que for eleita, e durará o tempo necessario para levantar, montar a Fabrica e os appa-
reilhos necessarios, até funcionar regularmente tendo
do seus poderes na primeira assembleia Geral que se
seguir.

§ Unico. A porcentagem que lhe com-
pete fica calculada em seis contos de reis annuaes,
repartidamente, entre seus membros.

Os presentes estatutos foram appro-
vados em assembleia geral de 10 do corrente.

Caxias, 24 de Setembro de 1892,

Francisco Lias Carneiro, advogado, mora-
douro na Ponte.

Manoel Correia Boyma do Lago, capita-
lista, morador á rua do passandê n. 14.

Antonio Joaquim Ferreira Guimarães,
negociante, morador á rua do sol n. 10.

ANEXO III

Companhia União Caxiense

Exemplo de Registro do Controle do Almoxarifado

Data	no da Requisição	Especie	Quantidade	Preço que se dá		Total
				Requisita	Unid.	
21	185	Phaxa	1 quilo	Abolonal		8.00
	186	Camcadinhas	2	Iscrelagem		66.00
	187	Parolhos	1 vidro	Comestíveis		9.00
	"	Amica	1 "	"		5.00
	"	Palramas	2 "	"		4.00
	"	Passo	2 pacotes	"		10.00
	188	Mapiaca	25 quilos	Tomadotes		45.00
	189	Pedras de Canhão	2 pedras	Encapados		122.60
	"	Jornal da Casa	50 gns.	"		3.00
	"	Cadeteiro Volumoso	1 cadeteiro	"		8.00
	190	Varrôunhas	2	Varrôunhas		1.00
	191	Mapiaca	20 quilos	Alvejando		20.00
22	192	Parolhos	1 caixa	Biste		134.00
	193	Mapiaca	35 quilos	Tomadotes		63.00
	"	Salão	1 "	"		5.00
	194	Grão Encolado	12 grs	U. Alvo		1.20
	195	Demarvilho	4 demarvilho	"		12.00
	196	Mapiaca	2 100 gns	Comestíveis		8.00
	197	Prego 2 1/2 x 6	1 quilo	Dep. do P. Al		15.00
	198	Grampo P/ Aladi	100	Aladidinhos		
	"	Mapiaca	2	"		2.00
	"	Grão p. fmg	1 folha	"		2.00
	199	Varrôunhas	4	Doc. Oleo		2.00
	200	Coleira Branca	200 gns	Prof. Agudo		5.20
	201	Al	1 alg.	Pedreiros		7.00
	"	Patas Vazias	1	"		10.00
	202	Empiocrachapa	2 pedras	Comestíveis		4.00

Data de aquisição		Especie	Quantidade	Preço unit. ou peso	Valor	Total
22	202	Amendoim grs	1 lb	Comestíveis		17,00
"	203	Molho de P.R.	1 medida	Alimentos		15,00
"	204	Farinha de mandioca	1 med.	Alimentos		5,00
"	205	Óleo	500 grs	Alimentos		1,00
"	206	Óleo de Almonds	1 Caderno	"		1,00
"	"	Alimentos	2	"		10,00
"	207	Óleo de Vajal	1	Alimentos		2,00
"	208	Alimentos	1 garrafa	"		3,00
"	"	Óleo de Vajal	6	"		3,00
"	"	Alimentos	1	"		19,00
"	209	Alimentos	19 unidades	Alimentos		20,00
"	210	Alimentos	20 unidades	Alimentos		
23	211	Alimentos	35 unidades	Alimentos		35,00
"	"	Óleo	1	"		5,00
"	"	Óleo de Vajal	1	"		3,00
"	212	Alimentos	20 unidades	Alimentos		20,00
"	213	Alimentos	2 unidades	Alimentos		132,60
"	"	Alimentos	100 grs	"		7,00
"	214	Óleo de Vajal	2 unidades	Alimentos		6,00
"	"	Óleo	500 grs	"		5,00
"	215	Alimentos	1 caixa	Alimentos		137,00
"	216	Óleo	100 grs	Alimentos		1,00
"	"	Óleo	1 unidade	"		5,00
"	217	Alimentos	2	Alimentos		20,00
"	218	Alimentos	4	"		4,00
"	219	Alimentos	1 garrafa	Alimentos		2,00
"	"	Alimentos	1	"		10,00

ANEXO IV

Cópias dos Balanços da Companhia União Caxiense

COMPANHIA UNIÃO CAXIENSE
BALANÇO GERAL N'ESTA DATA

ACTIVO

Fábrica e suas dependências:

Edifício	256:586\$486	
Machinas e accessorios.....	431:980\$587	
Tinturaria.....	<u>11:687\$565</u>	700:254\$638
Encanamento.....	6:870\$003	
Armazém.....	17:072\$630	
Rampa.....	181\$260	
Ponte.....	1:182\$810	
Muro.....	<u>7:690\$720</u>	32:997\$503
Edifício da officina.....	4:275\$424	
Machinas e accessorios idem.....	<u>7:512\$835</u>	11:788\$259
Materiaes, moveis, utensilios etc.		
Semoventes.....	350\$000	
Material de locomoção.....	2:398\$960	
Material fluctuante.....	661\$700	
Moveis e utensilios.....	<u>2:343\$849</u>	5:754\$509

Valores em ser:

Matéria prima.....	22:137\$310	
Matéria prima em elaboração.....	27:635\$900	
Manufacturas.....	22:864\$760	
Sobresalentes.....	3:252\$273	
Remessas em consignação.....	41:078\$170	
Materiaes de consumo.....	2:071\$700	
Tintas e drogas para tinturaria.....	4:038\$755	
Combustível.....	3:457\$500	
Materiaes de construcção.....	2:541\$300	
Caixa.....	<u>5:084\$652</u>	154:162\$320

Valores realizáveis:

Despezas com a 3ª emissão.....	802\$650	
Letras a receber.....	21:140\$560	
Accionistas.....	<u>45:860\$000</u>	67:803\$210

Devedores:

G. Amsinck (América) –		
\$2538	10:780\$576	
Saldo de diversas contas.....	<u>8:368\$445</u>	19:149\$201
Cauções.....		<u>30:000\$000</u>
		Rs. 1.001:909\$640

PASSIVO

Capital – Valor de 8.500 acções.....	850:000\$000	
Acções caucionadas.....	30:000\$000	
Lucros e perdas – Saldo.....	688\$587	
Fundo de reserva e seguro.....	6:494\$880	
Fundo de conservação.....	4:329\$920	
Saques a pagar.....	4:846\$220	
Santos & Irmão.....	33:676\$770	
Badrsche Anilin & Soda Fabrik		
(Alemanha) M 1661,25.....	1:873\$500	
E. Dubose (França) F. 1401,30.....	1:050\$975	
Conselho Fiscal.....	150\$000	
Secretários da Assembléa geral.....	100\$000	
Descontos a liquidar.....	160\$190	
Lucros suspensos.....	9:000\$000	
Directoria.....	3:344\$598	
Dividendos:		
Pelos não reclamados.....	4:293\$000	
Pelo 2º a 7\$000 rs. para as acções		
integralizados.....	46:200\$000	
Idem a 3\$000 para as da 3ª		
emissão.....	<u>5:700\$000</u>	56:193\$000
		Rs. 1.001:909\$640

Conta demonstrativa de Lucros e Perdas

Débitos

Saldo e fecho da conta de Juros e Descontos	891\$094
Idem de Despesas Geraes.....	5:130\$278
Para “Lucros Suspensos” – para garantir des-	
contos ou abatimentos futuros em productos	
em ser sob os títulos “Manufacturas” e “Remes-	
as em consignação”.....	9:000\$000
Para Fundo de Reserva e seguro –6% sobre	

rs. 61:936\$987 importancia dos lucros líquidos realizados no semestre.....	3:716\$220
Para Fundo de conservação —4% idem.....	2:477\$480
Directoria = Sua remuneração computada em 6% sobre rs. 55:743\$287, saldo dos Lucros líquidos no semestre.....	3:344\$598
Para o 2º dividendo, sendo 7.000 para as acções integralisadas 46:200\$000, 3\$000 reis para as da 3ª emissão 5:700\$000.....	51:900\$000
Saldo para o semestre seguinte.....	<u>688\$587</u>
	<u>77:148\$257</u>

Crédito

Saldo em 30 de junho.....	189\$898
Saldo da conta de custeio da fábrica.....	<u>76:958\$359</u>
	<u>77:148\$257</u>

Conta Demonstrativa de Despesas Geraes

Débito

Ordenado ao gerente e guarda livros.....	3:499\$998
Imposto sobre capital.....	858\$000
Publicações.....	75\$000
Livros para escripturação e outros artigos para escriptorio.....	135\$780
Registro de papeis e sellos.....	61\$500
Remuneração aos fiscaes e secretários da assemblea geral, em outubro.....	250\$000
Idem, idem pelo parecer e funcções relativas a este balanço.....	<u>250\$000</u>
	<u>5:130\$278</u>

Conta Demonstrativa de Custeio da Fabrica

Debito

Ordenados d'empregados e salários de operários	52:705\$110
Tratamentos de operários.....	12\$000
Imposto sobre teares.....	250\$000
Passagens na ponte.....	22\$640

Sustento e tratamento de animais.....	359\$370
Telegramas e postes.....	194\$870
Annuncios e impressões.....	69\$000
Telephone.....	12\$000
Ágio, frete e seguro de dinheiro.....	57\$500
Combustível – 569.731 achas de lenha.....	7:612\$530
Óleos, graxa e tapioca.....	6:300\$070
Sobresalentes.....	964\$067
Materiaes de construcção.....	51\$200
Tinta e drogas para a tinturaria.....	1:455\$912
Diversos artigos.....	1:665\$300
Casa para deposito na cidade.....	90\$000
Materia prima 89:196\$652.....	

Deduz-se:

Matéria prima em laboração.....	27:635\$900, 61:560\$000
Para Lucros e Perdas – Saldos.....	<u>76:958\$359</u>
	<u>210:340\$710</u>

Credito

Rendas da officina.....	569\$000
Saldo da conta dos productos da Fabrica.....	<u>29:771\$710</u>
	<u>210:340\$710</u>

S.E S.O.

Caxias, 31 de dezembro de 1893.

Os Directores

Manoel Gonçalves Pereira
Gustavo Collaço F. Veras

Parecer da Comissão Fiscal

Srs. Accionistas

Foi presente ao Conselho Fiscal de vossa Companhia o balanço do último semestre findo em 31 de dezembro do anno próximo passado por onde se vê que os lucros líquidos de vossa Fabrica permitiram um dividendo de 7\$000 réis a cada acção integralisada, e 3\$000 reis a cada uma da 3ª emissão, não incluindo Rs. 9:000:000 que sob título de Lucros suspensos, forão abandonados, para fazer face à qualquer eventualidade, na liquidação dos productos manufacturados e remetidos à consignação.

O Conselho Fiscal tendo em vista o art. 42 dos Estatutos da Companhia, que manda distribuir os lucros líquidos pelos accionistas, de cada semestre, depois de deduzidos a parte destinada aos fundos de reserva, seguro e conservação e da porcentagem devida aos Directores, tem duvidas se é razoável a separação d'aquella quantia para o fim a que é destinada; entretanto, compete-vos tomar qualquer deliberação a respeito.

Quanto ao mais, este conselho a escripturação a cargo do hábil guarda livros sr. Pedro Paulo Ribeiro, convenientemente preparada e na melhor ordem.

O Conselho Fiscal é pois de parecer que aproveis as contas à que vem de referir-vos.

Caxias, 8 de março de 1894.

Conselho Fiscal:

Cesário Fernandes Lima
Francisco Dias Pinto
Florêncio Leite de Oliveira

(Balanço da Companhia União Caxiense – publicado no Diário do Maranhão em 22/03/1894)

COMPANHIA UNIÃO CAXIENSE
BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 1894

ACTIVO

Fabrica e suas dependências:

Edifício.....	261:459\$556	
Machinas e acessórios.....	478:890\$513	
Tinturaria.....	<u>12:395\$165</u>	752:745\$234
Encanamento.....	6:870\$003	
Armazém.....	17:074\$630	
Rampa.....	181\$260	
Ponte.....	1:182\$890	
Muro.....	<u>15:567\$390</u>	40:876\$123
Edificio da officina.....	6:538\$204	
Idem.....	<u>26:213\$149</u>	32:751\$253

Materiaes, moveis e utensílios etc:

Semoventes.....	350\$000	
Material de locomoção.....	2:548\$960	
Material fluctuante.....	661\$700	
Moveis e utensílios.....	<u>2:343\$849</u>	5:904\$509

Valores em ser:

Matéria prima.....	9:212\$220	
Matéria prima em laboração.....	24:548\$600	
Manufacturas.....	21:650\$340	
Sobesalentes.....	6:283\$069	
Remessas em consignação.....	5:566\$150	
Materiaes de consumo.....	452\$800	
Tintas e drogas para tinturaria.....	24:663\$330	
Combustível.....	6:764\$550	
Materiaes de construcção.....	494\$750	
Caixa.....	<u>4:412\$131</u>	104:057\$940

Valores realisaveis:

Letras a receber.....	51:469\$810	
Saques a receber.....	638\$400	
Accionistas.....	<u>1:900\$000</u>	54:008\$210

Devedores:

G. Amsinck & C ^a - \$ 1034,24.....	5:481\$472	
Diversas contas.....	26:624\$585	32:106\$057
Cauções.....		30:000\$000
		Rs. 1:052:449\$326

PASSIVO

Capital – 8.500 acções.....	850:000\$000	
Acções caucionadas.....	30:000\$000	
Lídio Gomes Coelho.....	197\$330	
Conselho Fiscal.....	150\$000	
Fundo de reserva e seguro.....	9:927\$060	
Fundo de conservação.....	6:618\$040	
Banco do Ceará.....	30:198\$540	
Abdon & Barreto.....	25\$300	
Badische Anilin & Seda Fabrick.....	2:611\$940	
Descontos a liquidar.....	2:620\$140	
Santos & Irmão.....	50:444\$500	
Gebrüder Kraye.....	10:324\$976	
Goudim & Filhos.....		
Directoria.....	3:088\$962	
Lucros e Perdas.....	1:366\$168	
Dividendos:		
Pelos não reclamados.....	3:866\$000	
Pelo 3º a 6\$000 por acção.....	51:000\$000	54:866\$000
	Rs. 1:052:449\$326	

Conta Demonstrativa de Lucros e Perdas

Debito

Saldo e fecho da conta de despesas geraes.....	4:034\$998
Idem idem de juros e Descontos.....	1:043\$425
Idem idem de Custeio da Fabrica.....	138:402\$331
Para Fundo de Reserva e Seguro 6% de Rs. 57:208\$083 importancia dos lucros líquidos do semestre.....	3:432\$180
Para Fundo de Conservação 4% idem idem.....	2:288\$120
Para Directoria – 6% de rs. 51:482\$733 saldo de lucros líquidos do semestre.....	3:088\$967
Para dividendos – importância destinada ao	

3º à rasão de 6\$000 réis por acção.....	51:000\$000
Para o semestre seguinte saldo.....	<u>1:366\$168</u>
	Rs. 204:656\$184

Credito

Saldo em 31 de dezembro de 1893.....	688\$587
Saldo e fecho da conta de lucros suspensos.....	3:283\$810
Idem idem de productos da fabrica.....	<u>200:683\$787</u>
	Rs. 204:056\$184

S.E. e O.

Caxias, 30 de junho de 1894

Os directores

Manoel Gonçalves Pereira
Severiano José Vidigal
Antonio Joaquim Ferreira Guimarães

Parecer do Conselho Fiscal

Em cumprimento do art. 30 dos estatutos da Companhia União Caxiense fomos examinar a escripta da vossa Companhia de acordo com o resumo do balanço dado em 30 de junho do corrente anno, e temos a informar-vos que achamos devidamente organizada e tudo na melhor ordem.

É de rs. 6\$000 por acção o dividendo que vai ser distribuído, o que seria maior se não houvessem os transtornos relatados pela digna Directoria; portanto somos de parecer que deveis approvar as contas, que vos são apresentadas.

Caxias, 31 de agosto de 1894.

O Conselho fiscal:

Francisco Dias Pinto
Cezario Fernandes Lima
Florencio Leite de Oliveira.

(Balanço da Companhia União Caxiense – publicado no Diário do Maranhão 20/09/1894)

Sa página

FOLHA DE CAXIAS

21-4-1963

Companhia União Caxiense S.A.
Agrícola Industrial e Exportadora

COMPANHIA UNIÃO CAXIENSE S/A—Agrícola Industrial e Exportadora

Balanco Geral encerrado em 31 de Dezembro de 1962

Caxias - Maranhão

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas:—

Em cumprimento as determinações legais dos estatutos desta Sociedade, vimos submeter a apreciação dos senhores acionistas o presente relatório esclarecedor das atividades referentes ao ano de 1962, anexando o balanço geral e respectiva conta de «Lucros e Perdas» acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, para a necessidade de deliberação.

LUCROS

Como se depreende da análise do balanço e demonstração da conta «Lucros & Perdas» verificou-se no ano de 1961 e no ano de 1962 um lucro líquido de Cr\$ 1.930.903,30 proveniente da venda de maquinária nos referidos anos.

CONCLUSÃO

Ficamos ao inteiro dispor de Vs.Sas. para quaisquer informações da qual venham a necessitar.

Caxias (MA), 12 de fevereiro de 1963.

A DIRETORIA

João Camillo De Augustinis
Toribio Oliveira

ASSEMBLEIA GERAL

ORDINARIA

AVISO

De acordo com os nossos estatutos e com a Lei das Sociedades Anônimas, são convidados os Senhores Acionistas (conclui na página seguinte)

ATIVO

GRUPO FINANCEIRO

Caixa	157.851,00	
Contas Correntes	5.848.168,20	
Duplicatas a Receber	312.405,20	
Fornecedores	87.157,30	
Bancos	2.242.349,30	
Agentes & Vendedores	25.975,30	
Obrigações de Guerra	35.449,30	
Titulos Caucionados	45.087,10	
Titulos em Cobrança nos Bancos	16.640,00	
Obrigações do Reaparelamento Economico	27.000,00	
Ações da Sociedade Cooperativa de Seguros	500,00	
Imposto Restituível	262.511,00	Cr\$ 9.062.093,70

GRUPO CAPITAL FIXO

Bens de Raiz	105.151,90	
Fabrica Manufatora	2.594.695,40	
Movéis & Utensilios	44.350,00	Cr\$ 2.744.197,30

GRUPO CAPITAL CIRCULANTE

Accessorios		Cr\$ 116.292,50
CONTA DE CAUÇÃO:		
Ações Caucionadas		Cr\$ 30.000,00
		11.952.583,50

PASSIVO

GRUPO FINANCEIRO

Contas Correntes	8.200,00	
Fornecedores	8.950,60	
Duplicatas a Receber	1.269,50	
Agentes e Vendedores	4.231,80	
Dividendos	260.474,80	
Bonificação da Diretoria	3.247,60	
Deposito Compulsorio	22.428,30	
Titulos Caucionados em Devolução	63.955,80	Cr\$ 372.758,40

GRUPO CAPITAL SOCIAL E FUNDOS

Capital Social	6.800.000,00	
Fundo de Reserva	429.838,50	
Fundo de Depreciação	527.488,20	
Lucros Extraordinarios Retidos	13.457,00	
Lucros & Perdas	3.779.041,40	Cr\$ 11.549.825,10

CONTAS DE CAUÇÃO:

Ações Caucionadas	30.000,00	
	11.952.583,50	

Caxias, 31 de Dezembro de 1962

A Diretoria

João Camillo de Augustinis
Rubens Lami

O Guarda Livros

Toribio Oliveira
C. R. C. (Mar.) 083

ANEXO V

**Companhia União Caxiense
Relação dos Acionistas (1893)**

RELAÇÃO DE ACIONISTAS DA UNIÃO CAXIENSE
ANO DE 1893

02. Francisco Dias Pinto, por si e como procurador de seus irmãos
03. Severiano José Vidigal
04. Antonio Coqueiro Leite Meirelles
05. Isaías Nina Praga
06. João da Costa Lobo
07. Raimundo Pereira de Araújo e Silva
08. Augusto Nunes de Almeida Braga
09. Francisco Xavier de Carvalho
10. Manoel da Costa e Silva
11. Sociedade Beneficente Caixeiral
12. José Antonio Lopes Pastor
13. Antonio de Mello Bastos
14. D. Constantina Lima de Lemos
15. D. Felismina Rosa de Lemos
16. Firmino Gonçalves Teixeira, por si e sua mulher
17. D. Theresa Maria Fernandes dos Reis
18. D. Hermenegilda de Alcovia Lopes
19. D. Theodomira filha de Antonio José de Lyra Costa
20. D. Fausta filha de Antonio José de Lyra Costa
21. Luiz Desiderio Marinho & C^a
22. Luiz Manoel Fernandes & Irmão
23. Silvério Candido Ferro
24. Cesário Fernandes Lima
25. Frederico Pereira Ramos
26. D. Rosa Bayma
27. D. Joanna Gertrudes Correia
28. Francisco de Assis Ribeiro do Amaral
29. D. Francisca Rita do Lago Bastos
30. João Nunes de Oliveira
31. Olympio Ericeira
32. Manoel Gonçalves Pedreira, representando suas filhas Adélia e Maura
33. José Alexandre de Oliveira
34. Sociedade Socorros Mútuos dos Marítimos
35. Ignácio de Souza Machado
36. Pedro Pereira de Souza Rayol
37. Thomas Marques dos Santos
38. José Ferreira Guimarães por si e sua mulher
39. Antonio Pereira Ramos de Almeida
40. D. Maria Gonçalves Machado Magalhães
41. Zina Magalhães

89. José da Costa Ramos
90. José A. Correia
91. José Ignácio Ferreira Pinto
92. Manoel Carlos Godinho Junior
93. D. Maria das Neves C. de Souza
94. Marcanno Martins Lisboa
95. Manoel Joaquim Rodrigues
96. D. Marianna Lourini S. Santos
97. D. Luiza Olympia Cantanhede
98. D. Rufina Dias Carneiro de Carvalho
99. Raimundo Nonnato de Araújo
100. Victorino José Godinho
100. Antonio Carlos da Cunha
101. Pedro Pinto Ribeiro por sua mulher e filhas
102. Dr. Francisco Dias Carneiro
103. Manoel Correia Bayma do Lago
104. Antonio Joaquim Ferreira Guimarães
105. Luiz José Mello

Obs.: Representando todos o total de cinco mil, setecentas e vinte e uma ações.

(Acta da Sessão da Assembléa Geral da Companhia União Caxiense – 05/03/1893 – publicada no Diário do Maranhão de 27/04/1893)

ANEXO VI

**Documento de Representação
da Associação Comercial do Maranhão
(28/06/1886)**

— 9 —

REPRESENTAÇÃO

Augusto e digníssimos Sr. Representantes da Nação.

O convénio da Prata de S. Luiz do Maranhão, em nomeação desta Augusta Câmara apresenta os seus perigos e busca remedio para seus males, para que não aquelles avidas e immediatos, e estes remoridos, e namados, por maneira que de futuro se evitem uns e se não reproduzam outros.

Toda a qualquer manifestação da actividade humana, quer se chame commercio, quer industria, tem necessidade de duas condições de existencia — liberdade e paz: — a primeira daquelle, e com garantia desta, é certo o progresso, a civilização civilisada e o bem estar social melhor; mas desconfieiros ou desprezados estes fundamentos, cancelados os direitos que em si elles contêm, e subordinado tudo ás necessidades de occasião. Junto a desleixo, aqui o progresso social, que marcham' apressa de todos os dires, geram dilacerando a melhor parte de suas forças nas resistências, que a ignorancia ou o capricho lhe houverem creado.

Não é de hoje que esta parte do Império, esta infeliz provincia, luta — não pelo progresso — que não pode alcançar; mas pela existencia. e nima luta inflovia, por consueo dia a dia perde. Tenho minoão-me-lle as forças e cerco de os tropeces por todos os lados. O Maranhão já perder a sua posição nas letters, foi ~~abandonado~~ excedido na actividade commercial

255₂
cia, ferindo preceitos constitucionaes, atacando direitos, criando privilegios odiosos e desrespeitando toda a legislação e usinas da governação do paiz. E nas criticas circumstancias desta provincia, atacada sua liberdade, ameaçada sua existencia, dilaceradas as suas esperanças e perturbadas as suas relações commerciaes por uma lei, que não ^{se} pode classificar, resta-lhe apenas invocar o poder d'esta Augusta Camara.

O commercio do Maranhão vem, pois, representar perante esta Augusta Camara contra a lei n. 1393 da Assembléa Legislativa Provincial do Maranhão, por sua inconstitucionalidade e pelos males certos e inevitaveis, que ameaça os legitimos interesses d'esta provincia, e junta á esta representacão o jornal official em que foi ~~publicada~~ a mesma lei publicada.

A lucta aberta em todo o paiz, por amor da má classificacão das imposições, não é de hoje, é verdade; ha 50 annos que se discute o assumpto; mas tudo isso não autorisava o procedimento da assembléa provincial, e muito principalmente no estado actual da provincia, cujo commercio sente a maior crise por que jamais passou pelas escassissimas colheitas dos ultimos seis annos.

É materia velha nas discussões do parlamento e nas polemicas do jornalismo as attribuições das assembléas provinciaes, e sobretudo a disposicão do art. 12 do acto addicional, e já temos exemplos no Paiz de suspensão de leis organicas por simples resoluções do poder executivo, por infracções ás leis gerais, e por maneira tal que as reincidencias causam verdadeiros espantos e desgosto, por conhecer-se que os prejuizos e atropellos em que é lançado o commercio e que repercutem e damnificam toda a população, trazem sempre grande atraso ao progresso.

Mas apesar disso a assembléa provincial do Maranhão na lei n. ~~1393~~ 1393, passou a meta e excedeu em muito ás assembléas das outras provincias, estabelecendo tantos artigos dignos de attenção d'essa Augusta Camara, que limitam-se os signatarios d'estas representações a apontar os principaes:

No ~~art.~~ § 2 do art. 1.º. tratando dos decimos de heranças

Conveio que esta Augusta Camara saiba que, se o commercio do Maranhão não representou a assembleia provincial contra a lei de que se tracta, foi porque a mesma lei foi sancionada do publico depois de sancionada e publicada por ter sido precipitadamente e sem discussão votada, sem a antecipada publicação, recomendada pelo Regimento da Assembleia e pelas normas legislativas.

Por todas estas razões, e crente no elevado patriotismo desta Augusta Camara, o commercio do Maranhão espera não ser em vão o seu apello á Representação Nacional, pedindo a decretação prompta de medidas que remedie o immenso mal que o afflige e que lhe tolhe o seu legitimo movimento.

Nestes termos

E. R. Mee.

Maranhão, 26 de junho de 1886

(seguem-se as assignaturas do commercio)

A Associação Commercial desta praça, dirigiu á do Rio o seguinte telegramma:

"Associação Commercial - Rio.

"Imponente reunião commercial motivada lei de orçamento lança dos muitos impostos inconstitucionaes exorbitantes. Commercio incorporado pediu providencias presidente, que prometter reflectir. fecha-mento portas resolvido não sendo attendido até 30 corrente. defende- nossa causa junto governo geral.

Associação Commercial"

Tambem foram passados estes:

"Saiz - corte."

"Commercio reunido recusa pagar impostos inconstitucionaes vexa- torios votados assembleia provincias. fecha porta 1 julho. grande agi- tação. Reclame providencial!"

259

deliberado suspender a execução da lei na parte relativa aos impostos sobre os gêneros de retalho, e percentagem de 1%, por espaço de 60 dias, tempo sufficiente para que o poder legislativo se manifestasse a respeito.

Foi aceita este alvitre pelos representantes do commercio, mostrando o exm. sr. dr. Viveiros o officio pelo qual communicava ao ~~Excmo~~ thezouro a suspensão.

Á vista disto, a directoria da ~~Associação~~ Associação Commercial (do Maranhão) expedio aos seus collegas do Rio o seguinte telegramma:

Maranhão, 28.

Associação Commercial:

Rio — Presidente attendeu commercio; mandou suspender lançamento, impostos até resolução parlamentar.

Associação Commercial.

— o —

A mesma Associação pede-nos a publicação que abaixo inserimos, o que com prazer publicamos por ver que a resolução de S. exc., que ha bastante tempo poderia ter sido esta, evita uma justa exaltação de espirito que tem havido:

ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL

A directoria da Associação Commercial desta praça, abaixo faz publicar o officio que nesta data lhe foi dirigido pelo exm. sr. dr. vice-presidente da provincia mandando suspender por espaço de 60 dias o lançamento dos impostos que fiquem objecto de sua reclamação.

Deixa por tanto de haver a reunião que estava ~~marcada~~ determinada para o dia 30 do corrente até que pelo governo geral seja attendida a representação que nesta data lhe foi enviada por intermedio do mesmo Exm. sr. dr. vice-presidente.

Maranhão, 28 de junho de 1886.

Henry Pirliet, P. — Manuel J. Francisco Jorge, 1º S. — Antonio Cardoso Pereira, 2º S. — José Moreira de Souza, T. — Bernardino Ferreira da Silva, — Jose Salles Smith."

— o —

ANEXO VII

**Relação das Sociedades Anonymas
do Estado do Maranhão**

va D. Inspector da Alfandega.

M. J. Francisco Jorge
Presidente

Relação das sociedades anónimas do Maranhão

Capital realizado

Banco do Maranhão	1:350:000\$000.
Banco Commercial	1:351:300\$000.
Banco Hypothecario Commercial	1:025:160\$000.
Companhia de Seguros Esperança	100:000\$000.
Companhia de Seguros Maranhense	200:000\$000.
Companhia de Seguros Popular Seguradora	200:000\$000.
Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão	1:500:000\$000.
Companhia Fluvial Maranhense	430:000\$000.
Companhia Progresso Agricola	604:000\$000.
Companhia Explorações Agricolas	60:000\$000.
Companhia das Aguas S. Luiz	350:000\$000.
Companhia de Illuminação a Gás	540:000\$000.
Companhia Fervo Carril do Maranhão	400:000\$000.
Companhia Rebouças e Alvarenga	150:000\$000.
Companhia Escafego Maritimo	200:000\$000.
Companhia Ceramica S. Luiz	100:000\$000.
Companhia Unia Castello	160:000\$000.
Companhia Telephonica	25:000\$000.
Companhia Alliança	210:000\$000.
Fabrica de Fiação e T. Maranhense	1:200:000\$000.
Idem Fábriil Maranhense	1:700:000\$000.
Idem Rio Anil	1:600:000\$000.
Idem Progresso Maranhense	700:000\$000.
Idem Excelagem São Luiz	300:000\$000.
Idem Industrial Caxiasense	1:000:000\$000.

ANEXO VIII

**Quadro Demonstrativo de
Dispêndio e Produção da Companhia União Caxiense e
Companhia Manufatora Caxiense**

QUADRO DEMONSTRATIVO
DISPÊNDIOS E PRODUÇÃO DA COMPANHIA UNIÃO CAXIENSE E
FÁBRICA MANUFATORA

ATA/DATA	DISPÊNDIO	PRODUÇÃO
Nº 192 – 13/08/1902	1ª quinzena de Julho Rs. 6:129\$950	1ª quinzena de Julho 87.206 metros de tecidos diversos
	2ª quinzena de Julho Rs. 6:129\$950	2ª quinzena de Julho 98.137 metros
Nº 193 – 15/09/1902	1ª quinzena do mês de Agosto Rs. 6:027\$470	1ª quinzena do mês de Agosto 84.837 metros
	2ª quinzena do mês de Agosto Rs. 6:393\$610	2ª quinzena do mês de Agosto 89.345 metros
Nº 194 – 16/10/1902	1ª quinzena de Setembro Rs. 6:264 (? ilegível)	1ª quinzena de Setembro 88.300 metros
	2ª quinzena de Setembro Rs. 6:446:030	2ª quinzena de Setembro 94.399 metros
Nº 195 – 15/11/1902	1ª quinzena de Outubro Rs. 6:749:080	1ª quinzena de Outubro 100.535 metros de diversos tecidos
	2ª quinzena de Outubro Rs. 6:984:330	2ª quinzena de Outubro 101.321 metros de diversos tecidos
Nº 196 – 15/12/1902	1ª quinzena de Novembro Rs. 6:027:410	1ª quinzena de Novembro 98.710 metros de diversos tecidos
	2ª quinzena de Novembro Rs. 6:363:940	2ª quinzena de Novembro 86.861 metros
Nº 198 – 15/02/1903	1ª quinzena de Janeiro Rs. 1:774:520	1ª quinzena de Janeiro (ilegível)
	2ª quinzena de Janeiro Rs. 7:329:940	2ª quinzena de Janeiro 99.163 metros
Nº 200 – 15/03/1903	1ª quinzena de Fevereiro Rs. 5:869:600	1ª quinzena de Fevereiro 84.886 metros

	Rs. 10:421:040	93.356 metros
	2ª quinzena de Outubro Rs. 7:670:830	2ª quinzena de Outubro 111.291 metros
Nº 206 – 15/04/1904	1ª quinzena de Novembro de 1903 Rs. 6:089:610	1ª quinzena de Novembro de 1903 91.207 metros
	2ª quinzena de Novembro de 1903 Rs. 6:905:430	2ª quinzena de Novembro de 1903 98.249 metros
	1ª quinzena de Dezembro de 1903 Rs. 5:117:650	1ª quinzena de Dezembro de 1903 65.851 metros
	2ª quinzena de Dezembro de 1903 Rs. 6:095:850	2ª quinzena de Dezembro de 1903 90.391 metros
	1ª quinzena de Janeiro de 1904 Rs. 4:310:570	1ª quinzena de Janeiro de 1904 57.048 metros
	2ª quinzena de Janeiro de 1904 Rs. 2:841:100	2ª quinzena de Janeiro de 1904 29.827 metros
	1ª quinzena de Fevereiro de 1904 Rs. 5:584:080	1ª quinzena de Fevereiro de 1904 82.625 metros
	2ª quinzena de Fevereiro de 1904 Rs. 5:592:010	2ª quinzena de Fevereiro de 1904 89.980 metros
	1ª quinzena de Março de 1904 Rs. 4:928:880	1ª quinzena de Março de 1904 66.936 metros
	2ª quinzena de Março de 1904 Rs. 5:924:860	2ª quinzena de Março de 1904 95.929 metros
Nº 207 – 08/05/1904	1ª quinzena de Abril de 1904 Rs. 5:643:890	1ª quinzena de Abril de 1904 79.582 metros

	Novembro Rs. 6.896:310	Novembro 104.814 metros
Nº 212 – 10/02/1905	1ª quinzena de Dezembro de 1904 Rs. 5.807:300 2ª quinzena de Dezembro/1904 Rs. 7.529:700 – Rs.1.610:000 com empregados mensais 1ª quinzena de Janeiro/1905 Rs. 1.613:000 2ª quinzena de Janeiro/1905 Rs. 7.696:120 e 1.993:330 com empregados mensais	1ª quinzena de Dezembro de 1904 82.504 metros 2ª quinzena de Dezembro/1904 114.650 metros 1ª quinzena de Janeiro/1905 não tendo havido produção, por ter estado parada a fábrica, em aceio e reparos. 2ª quinzena de Janeiro/1905 118.515 metros
Nº 213 – 15/03/1905	1ª quinzena de Fevereiro de 1905 Rs. 6. 558:300 2ª quinzena de Fevereiro de 1905 Rs. 5.879:990	1ª quinzena de Fevereiro de 1905 101.675 metros 2ª quinzena de Fevereiro de 1905 99.559 metros
Nº 214 – 16/03/1905 MANUFATORA	1ª quinzena de Janeiro de 1905 Rs. 708:500 e Rs. 1. 783:333 – pagamento de empregados mensais 2ª quinzena de Janeiro de 1905 Rs. 827:250 1ª quinzena de Fevereiro de 1905	1ª quinzena de Janeiro de 1905 - não houve produção 2ª quinzena de Janeiro de 1905 - não houve produção 1ª quinzena de Fevereiro de 1905 - não houve produção

	2ª quinzena de Julho Rs. 3.272:670 e 1.833:333 c/ empregados mensais	2ª quinzena de Julho 22.455 metros
Nº 217 – 15/10/1905	1ª quinzena de Agosto Rs. 2.931:860	1ª quinzena de Agosto 19.556 metros
	2ª quinzena de Agosto Rs. 3.419:740 e Rs. 1.833:333 – pagamento de empregados mensais	2ª quinzena de Agosto 23.860 metros
	1ª quinzena de Setembro Rs. 3.008:533	1ª quinzena de Setembro 24.819 metros
	2ª quinzena de Setembro Rs. 3.201:950 e Rs. 1.833:333 – pagamento de empregados mensais	2ª quinzena de Setembro 25.795 metros
Nº 218 – 16/10/1905	1ª quinzena de Março Rs. 6.182:010	1ª quinzena de Março 94.571 metros
	2ª quinzena de Março Rs. 6.823:880 e Rs. 1.606:660 – pagamento de empregados mensais	2ª quinzena de Março 101.241 metros
	1ª quinzena de Abril Rs. 6.871:430	1ª quinzena de Abril 98.326 metros
	2ª quinzena de Abril Rs. 4.784:370 e Rs. 1.673:333 – pagamento de empregados mensais	2ª quinzena de Abril 64.414 metros
	1ª quinzena de Maio Rs. 6.812:830	1ª quinzena de Maio 96.743
	2ª quinzena de Maio	2ª quinzena de Maio 105.478 metros

	de 1905 Rs. 3.419:740 e Rs. 1.833:333 – pagamento de empregados mensais	de 1905 23.860 metros
	1ª quinzena de Setembro de 1905 Rs. 3.008:535	1ª quinzena de Setembro de 1905 24.819 metros
	2ª quinzena de Setembro de 1905 Rs. 3.201:950 e Rs. 1.833:333 – pagamento de empregados mensais	2ª quinzena de Setembro de 1905 25.795 metros
	1ª quinzena de Outubro de 1905 Rs. 3.007:410	1ª quinzena de Outubro de 1905 23.693 metros
	2ª quinzena de Outubro de 1905 Rs. 3.491:340	2ª quinzena de Outubro de 1905 28.339 metros
	1ª quinzena de Novembro de 1905 Rs. 2.862:000	1ª quinzena de Novembro de 1905 25.220 metros
	2ª quinzena de Novembro de 1905 Rs. 3.364:530	2ª quinzena de Novembro de 1905 30.137 metros
	1ª quinzena de Dezembro de 1905 Rs. 2.780:140	1ª quinzena de Dezembro de 1905 29.610 metros
	2ª quinzena de Dezembro de 1905 Rs. 3.093:333 e Rs. 1.833:333 – pagamento de empregados mensais	2ª quinzena de Dezembro de 1905 27.211 metros

ANEXO IX

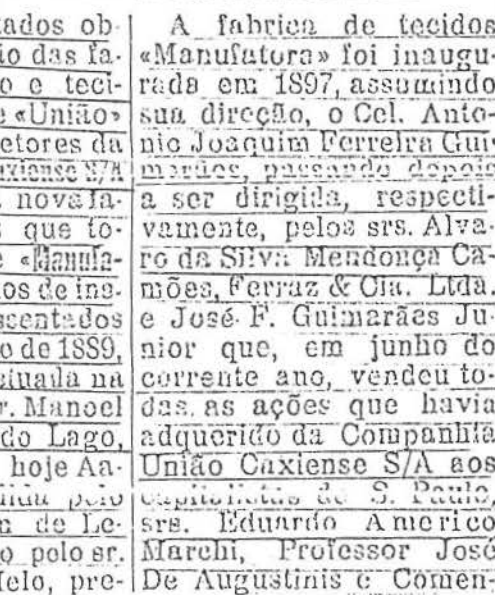
**Jornal "Cruzeiro" - Memorando Histórico
da Companhia União Caxiense**

A Imprensa de Caxias a 40 anos passados

Extraído da «Gazeta Cariense»
de 24 de Janeiro de 1896

Este é meu testamento eu dispo-
sição de ultima vontade, para ser
cumprido depois de minha morte.
Nasci a 23 de Novembro de 1837,
na fazenda de meu avô paterno, do-
minada -- Poreunquani, -- distrito
da antiga comarca de Santos Bons,
hoje da do alto Itapicuri.

Meus pais foram o coronel Fran-
cisco Dias Carneiro, já falecido e
D. Ana Francisca de Carvalho ain-
da viva.



Ambed profressaram a religião católica apostólica romana de qual fui crente e profundo mattr.

Casou-se em 28 de Junho de 1872 com D. Ada Julieta da Silva, filha do dezmestrador Antonio Augusto da Silva, e D. Maria Azevedo Martins e Silva, todos três já fallecidos.

De minha dita mulher houve três filhos: Francisco, José e Luiz Dias Carneiro, vivos e residentes na Capital Federal.

Depois de felicemente de minha mulher adoptei por minha companheira da vida domestica a d. Lauretina Moreira dos Santos, com quem atualmente vivo e da qual tenho tres filhos: Ana Laura, João Paulo e Manuel Dias Carneiro, os quaes reconheço por meus filhos e os legitimo por este acto solemn-
te, e deo a cada um a d. dita Lauretina, mãe de meus ditos fil-
hos, não existo parentesco nem em-
pedimento algum, que obste aca-
mento legal a religiao.

A estes meus seis filhos instituo os únicos herdeiros dos bens que deixar depois da minha morte.

Declaro que do casal de minha finada mulher não tive menção al-

dador João Ugliengo, que já assumiram a direção da referida Companhia e pretendem em breve restaurar com o máximo empenho a mequinaria da fábrica de tecidos «Manufatora» afim de aumentar a sua produção que, atualmente, é de 4.000 metros diários de tecidos, para o máximo da sua capacidade, que é de 7.000 metros.

Estão os novos diretores da Companhia União Caxiense S/A, no laudável propósito de melhorar as condições da sua maquinaria ajustando-a com novos acessórios que já estão chegando por

Era a mocidade daquelas datas que se sentia mais grandiosa, no seu talento, mais viva ainda, na sua esperança.

Era a mocidade que fundava jornais. Era a mocidade que vivia das letras e raras vezes desperdiçava o seu tempo e o vigor de suas forças, na irresponsabilidade da orgia, deixando-se corroer pela ferrugem da inação que se mulla idéias, malferindo esperanças em flor.

E é assim que os anos de 1902 e 1903 rememoram para a Imprensa de Caxias, o esforço denodado em conquista de um ideal sublime, glorificando a gente moça de terra Gonçalvesina. Eles dizem bem da fibra de um pleiad de moços que se imolaram, arduos, pela causa jornalística.

Removendo sacrificios, levaram de vencida a lida
que se opunha ao ideal que sempre alimentaram, dentro
do peito. E esta vontade se fez luz, iluminando o quer
da mocidade que se treinando nas paginas do jornal, e
destruiu-se para as lutas gloriosas do porvir.

E estes moços veneraram, porque aprenderam a ver-se a si mesmos, pela renúncia, sacrificando-se a si mesmos, na luta pelo ideal que eles viviam.

Foi então que, nos anos de 1902 e 1903, em Caria mais três jornais vieram á luz da publicidade.

Eram eles: «O Zefiro»— «A Mocidade» e «O Paiz»
 Demoremos nos agora, em algumas considerações
 que dizem respeito a estes três periodicos.

Teve eco, no ano de 1902, «O Zefiro» um hebdomadário litero comercial, dirigido então, por um moço inteligente e inteligente: Zadok Pastor. Foi «O Zefiro», poria a mão para a juvenalite esportivista de cartas, fazendo aparecer na sua redacção, jovens de raro valor mais tarde, tão luminosos como os astros do firmamento. E' que, este jornalzinho atuou, como factor preponderante no futuro desses jovens. Ele teve a sua significação, esta significação é tanto maior quanto mais grandiosa f

(Continua na pagina seguinte)

guma, porque os bens que possuía-
mos ao seu falecimento foram in-
suficientes para pagamento do pas-
sivo do mesmo casal, obtendo qui-
tação dos credores por concessão
judicial.

Deixo como legado a dita Lauretina Moreira dos Santos a quantia de dois contos de reis nos bons que ella escolher, em recompensa das boas servicoes que me tem prestado, assim como o usufructo do sitio, pomar e seus pertencentes no riacho do Punte onde moramos, com todos os moveis e utensilios que existirem dentro da casa de residencia do mesmo sitio, por toda sua vida passando depois do sua morte para meus herdeiros.

Os meios e utensílios, que se consumirem com o uso não serão restituídos no fim do usufruto.

Minha livreria será vendida para fazer parte do acervo do meus bens, excepto se meus herdeiros preferirem distribuí-la entre si. Desta venda ou distribuição flicto exceptuando as annas do Parlamento, Br-

Francisco Dias Carneiro co-
testemunhas—Salustiano Ferreira
Moraes Rego—João Gonçalves
Rocha Junior—Cristino Cruz—
Xandre Alves Costa—Gustavo
Iaco F. Vêras.

Farmácia do Povo

- DE -

ENOS CARVALHO
Farmaceutico

Grande pureza nos medicamentos, cuidado

azul e vermelho e

ANEXO X

Balanço da Companhia Manufatora Caxiense

(31/ 12/ 1893)

ACRÉDITO: <u>APEM</u>	CATLOGAÇÃO <u>Companhia Manufactora</u>
ASSUNTO: <u>Pesquisa / Parque Industrial</u>	<u>PESQUISA Caxiense</u>
ESPECIFICAÇÃO <u>Indústria Caxiense 1890-1930</u>	
PUBLICAÇÕES	DOCUMENTOS
AUTOR:	AUTOR:
TÍTULO: <u>Diário do Maranhão</u>	TÍTULO:
EDITORA: <u>Epigrafixa Finais</u> 01	ORIGEM:
LOCAL: <u>São Luís</u> DATA <u>27/01/1994</u> Nº PAG:	DATA: Nº PAG:

CITAÇÕES OU COMENTÁRIOS

Balancço da Companhia Manufactora
Caxiense em 31 de Dezembro de 1893

Activo

Accionistas: Entradas a realisar	90:920\$000
Incorporação da Companhia	801\$900
Caução da directoria	20:000\$000
Terrenos e desapropriações	13:629\$660
Trabalhos preliminares	525\$300
Ponto e linha ferra	3:064\$130
Bomba e encanamento	2:355\$070
Móveis	244\$080
Material Fluctuante	531\$000
Construção do edificio	116:461\$220
Materiaes	275:339\$973
Officina e serraria	19:983\$178
Utensílios	921\$020
Semovantes	320\$000
Motores e machinismos	162:148\$954
Gastos geraes	11:423\$577
Accões: 10% realisados sobre o capital de 20 accões da Companhia Caxiense de Na- vigação a Vapor	200\$000
Delbão Sinval Soares de Vasconcellos	2:241\$250
Jose Pedro Ribeiro & C.ª	5:768\$704

(Conti)

①

Exposição

Srs. accionistas da Companhia Manufacto- na Caxiense

Convocando esta Assembléa geral, tivemos por apresentar-vos conjuntamente com o respectivo parecer do Conselho Fiscal, as contas relativas á gestão dos interesses que nos foram confia-
dos e também justificar a necessidade do augmento de capital para a conclusão da importante
fabrica que estamos montando.

As difficuldades que ultimamente se têm multiplicado, provenientes da crise financeira porque tem passado o paiz e da crise monetaria porque passa este Estado, não promettem ser passageiras: por isso urge com antecedência prevenirmos males futuros e assegurarmos os meios necessarios para levar a efeito o objectivo desta Companhia.

Afim de melhor esclarecer-vos, passamos á exposição succinta do estado em que se acham as obras, de cuja fidelidade podeis facilmente ajuizar.

Como vedes, achase coberto todo o edificio, a chaminé de 38 metros ja levantada, as caldeiras nos seus respectivos logares e em andamento as obras de alvenaria das mesmas e o assenta-
mento dos dois motores. As Transmissões serão collocadas desde que aqui chegarem; estão actual-
mente em Maranhão e em breve as esperamos.

Para concluir-se o edificio falta apenas o reboco exterior e parte do interior, o preparo d
solo e a calçada exterior. As portas e janelas es-
tão concluidas. Faltando collocar-las nos respectivos
logares.

③

Junho será apenas necessario importar-se o custo dosapparelhos de fiar e tecer.

A extraordinaria baixa do cambio veio encarecer a construcção da fabrica; em compensação tem ella relativamente ás outras do Estado vantagens que neutralisam os effeitos do cambio, dos quaes todos os estabelecimentos industriaes do paiz tem mais os menos participado.

Pelo balanço annexo vereis que apesar da alta dos salarios, da extraordinaria baixa do cambio, dos fretes e dos direitos exagerados, a construcção tem sido dirigida com bastante economia. Um outro factor que contribuiu para que não ficasse a fabrica tão economica como era o nosso desejo, foi a demora de mezes que tem tido todo o material na capital. Infelizmente, a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão não pode remetter-nos com promptidão o tecto e as columnas do edificio. Se não fosse essa demora poderia talvez estar funcionando a machina a pon e com certeza estaria todo edificio completo.

Com a construcção da casa gastou-se até hoje pouco mais de 116 contos, valor dos salarios e ordenados de todo o pessoal empregado nas obras.

Nos "Materiaes" estão incluídos tijolos, telhas, cal, madeira, combustivel, ferro para as obras, pedra etc., e também as columnas de aço e todo o vigamento de ferro, o qual posto em Maranhão ficou por 118:600\$.

Não faltam materiaes para concluir-se a construcção, tendo a Companhia tijolos em quantidade sufficiente para edificar os depositos de algodão e de lenha.

Os fundos passados para a Inglaterra subia até 31 de dezembro a Libras 12986, 11, 4 ou Rs.

(5)

ger, deprehende-se que muitíssimo mais economica poderia ser a construcção desta fabrica; nos é grato, no entanto, assegurar-vos que difficilmente, nas actuaes circumstancias, se conseguiria obra tão solida e tão adequada aos fins a que propõe se, com tão pequeno dispendio.

A alta dos salarios, dos direitos e dos fretes e a baixa do cambio são elementos perturbadores do nosso desenvolvimento industrial, porém trazem em compensação a alta dos preços dos productos manufacturados, de modo a equilibrar os seus effeitos perniciosos.

Não é pelo facto de tornar-se necessario mais dinheiro que deixa a vossa empresa de fornecer um optimo emprego aos capitães.

Temos confiança que saberemos vencer as difficuldades futuras e esperamos em breve apresentar-vos os productos da vossa fabrica.

Parece, 16 de Junho de 1904

Os directores

José Ferreira Guimarães - Secretario servindo da presidente.

José Castello Branco da Cruz - T.

Antonio Bernardo Pinto Sobr. - G

— o —

Parecer Fiscal

Srs. Accionistas.

Em observancia ao disposto no art. 37 dos estatutos da vossa Companhia, o Conselho fiscal, composto dos abaixo assignados examinou detidamente

(7)

Assim, pois, opina o Conselho fiscal pela
 approvação das contas apresentadas e para que,
 se confina a digna Direcção a autõisação
 solicitada.

Laxias, 12 de Janeiro de 1894

Severino José Vidigal

177

Luís José de Mello.

Joaquim P. da Trindade Sobrinho.

ANEXO XI

**Ata da Sessão Extraordinária da Assembléia Geral
da Companhia Manufatora Caxiense (1894)**

ACERVO: <u>APFM</u>	CATALOGAÇÃO <u>Companhia Manu-</u>	295
ASSUNTO: <u>Pesquisa Parque Industrial</u>	PESQUISA <u>factora Caxiense</u>	
ESPECIFICAÇÃO <u>Industria Cêxtil (1890-1930)</u>		
PUBLICAÇÕES		DOCUMENTOS
AUTOR:	AUTOR:	
TÍTULO: <u>Diário "Maranhão"</u>	TÍTULO:	
EDITORA: <u>Tipografia Farias</u>	ORIGEM:	
LOCAL: <u>São Luis</u> DATA: <u>2/03/1894</u> Nº PAG: <u>02</u>	DATA:	Nº PAG:

CITAÇÕES OU COMENTÁRIOS

Acta

da sessão extraordinária da Assembleia geral da
Companhia Manufactora Caxiense

Aos vinte dias do mez de janeiro de mil oitocentos e noventa e quatro, ao meio dia, nesta cidade de Caxias, no escriptorio da companhia Manufactora Caxiense, á praça da Intendencia, em virtude de previo aviso da directoria repetido diversas vezes pelos jornaes desta localidade e da capital deste Estado, acharam-se reunidos trinta e um accionistas da mesma companhia, cujos nomes constam do livro de presença, representando por si e como procuradores de outros accionistas quatro mil oitocentos e setenta e tres acções, mais de dois terços do capital: foi acclamado presidente o accionista Gustavo Collaço Fernandes Veras, que accettando o cargo tomou assento e designou para secretarios os accionistas Antonio Carlos da Cunha e Fausto Franklin dos Santos.

Constituida assim a mesa declarou o sr. presidente aberta a sessão. O director José Castello Branco da Cruz depois de pedir a palavra, apresentou a exposição ou relatório da directoria o parecer fiscal e o balanço fechado no dia trinta e um de dezembro do anno proximo passado, cujas as peças deixaram de ser lidas, visto ja terem sido publicadas nos jornaes desta cidade, por assim o haver

Castano de Moura Carvalho, Luiz Marques
 Teixeira, José Antonio Lopes Pastor, dr. Affonso
 Henriques de Moura, padre dr. Dorotheu Dias
 de Freitas, Antonio Coqueiro Leite Meirelles,
 Silvestre Poaquirim da Silva, Franco Barbosa
 Caldas e Manoel das Chagas Pereira de ~~Brit~~
 Britto, pelo que foram declarados membros
 do conselho fiscal os quatro primeiros e
 suplentes os quatro immediatos, na ordem
 em que se acham collocados.

E por nada mais haver a tractar, o
 sr. presidente declarou encerrada a sessão,
 mandando lavrar a presente acta. E sr.
 Antonio Carlos da Cunha, secretario, a fez
 escrever.

Gustavo Collaço Fernandes Veiros - P.

ANEXO XII

Livro Caixa da Companhia União Caxiense

Deve

Caiua

1906.	Transporte	57.241 040
Janeiro 31	At' Productos da Fabrica Manufactora: Recebido por vendas de fio e retalhos neste mes	✓ 726 530
	At' Productos da Fabrica Ubricão: Recebido por vendas de fio e retalhos neste mes	✓ 352 830
		58.320 400
Fevereiro 1º	Saldo do mes de Janeiro	20.220 631
	At' Domingos José dos Santos: Sua remessa por intermedio de Raimundo Ten Vila-nova	✓ 638 940
	At' José Cabral Ormaiz: Sua remessa por carta de Jo de Queiroz	✓ 28 728
	At' At. Campos & Cª: Sua remessa por intermedio de Raimundo Ten Vila-nova	✓ 1.120 000
	At' Lobo & Tamaio: Sua remessa por carta de Jo de Quasado	✓ 500 000
	Transporte	22.508 299

ANEXO XIII

Companhia União Caxiense

Registro de Movimento de Combustível (1923)

Data	N. da cantella	NOME DO FORNECEDOR	ENTRADAS		SAHIDAS		OBSERVAÇ
			Quantidade de mel. 3	VALOR	Quantidade de mel. 3	VALOR	
15	6	Stocks em 31 de Dezembro de 1922 p. f. d. 34025	36705	11:103420			
	7	Cartago Saura 24500	27	67450			
	8	Francisco Borges	25	62450			
	11	Domingos de Franca	23	57450			
	12	Luocadio Santos	21	52450			
	14	Sancto Oliveira	13	32450			
	17	Weraclito Valle 34200	23	73460			
	18	Antonio Lopes	15	48400			
	19	João Franco	7	2344			
	21	Eduardo Valle	24	7648			
10	23	Clemente Santos 24500	17	4245			
11	26	Manoel do Nascimento	7	1445			
	27	Vicente Ferreira	9	2245			
	28	Domingos de Franca	28	70400			
12	30	Eduardo Valle 34200	26	8342			
	31	João Franco	9	28480			
13	34	Francisco Sedra 34400	30	102400			
	35	Idem 34200	12	230440			
	36	Clemente Ribeiro	13	233460			
	37	João Ribeiro 24500	16	40400			
	40	Galduino Albren	9	22450			
	41	Raymundo Albren	8	20400			
	42	Eduardo Valle 34200	104	332480			
	44	Weraclito Valle	151	483420			
	45	Sedro Sampaio	96	307420			
15	46	João Santo Anna 24500	20	50400			

MOVIMENTO de "Combustivel" n.º 128

de. Garçeiro

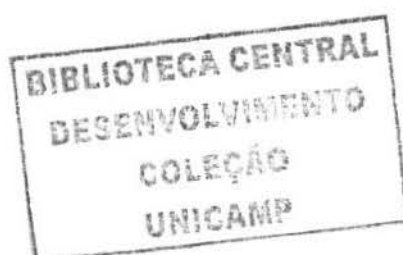
...de 1922

[illegible]

ANEXO XIV

Companhia União Caxiense

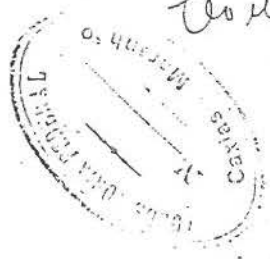
**Livro do Movimento da Produção do Consumo e das
Estampilhas (1926)**





Serviço este livro para registro do movimento da produção,
Consumo e estampa de produtos da fábrica denominada
União da Compadecida União Cariense e das estampas
de Consumo. Número de suas folhas consta do termo de
encerramento. Collector Federal de Cariac, em 15 de
Julho de 1926
B. Soares
Aguiar da Silva

Serviço este livro para registro do movimento
da produção, do Consumo e das estampas
da fábrica de tecidos "União Cariense"
a propriedade da Companhia União Cariense,
situ no arrabalde "Forte" desta cidade.
O numero de suas folhas consta do
termo de encerramento.
Collector Federal de Cariac,
em 16 Junho 1926
João Castello B. de O. Cruz
Collector



LIVRO do movimento da produção, do consumo e das estampilhas da Fábrica de tecidos de povoado Ponte

MEZ DE

Anno 1926		PRODUÇÃO E CONSUMO			
MEZ	DIAS	Tecidos brás, cada metro em fração \$025		Tecidos tintos, cada metro em fração \$060	
		Produção	Consumo	Produção	Consumo
Agosto	1	26,0		331,40	
"	2	—	—	—	—
"	3	—	—	—	—
"	4	2155	—	—	—
"	5	—	—	—	—
"	6	1602	2718	—	—
"	7	—	—	—	—
"	8	—	—	—	—
"	9	1552	—	—	—
"	10	—	—	—	—
"	11	—	3171	—	—
"	12	2512	—	—	—
"	13	—	—	—	—
"	14	—	—	—	—
"	15	—	—	—	—
"	16	—	—	—	—
"	17	2044	2265	—	—
"	18	—	—	—	—
"	19	1888	2265	—	—
"	20	—	—	—	—
"	21	—	—	—	—
"	22	—	—	—	—
"	23	450	—	—	—
		12531	10419	331,40	

algodão denominada —UNIÃO, de propriedade da "Companhia União Caxiense", situada no
de Caxias Maranhão

Agosto DE 1926

MOVIMENTO DAS ESTAMPILHAS			Observações
Compradas	Empregadas	SALDO	
		384.650	Saldo de Julho anterior
			Domingo
			Continua até as 14h.30min.
200.000	67.950	516.700	
			Não trabalhou
			Domingo
	49.300	74.400	Sellado a mais 2025
			Não trabalhou
			Domingo
	56.650	380.750	Sellado a mais 2025
	56.650	324.100	" " " 2025.
			Não trabalhou
			"Domingo"
200.000	260.550	324.100	Continua

LIVRO do movimento da produção, do consumo e das estampilhas da Fabrica de tecidos de
povoado Ponte
MEZ DE

Anno 1926		PRODUÇÃO E CONSUMO			
MEZ	DIAS	Tecidos crus, cada metro em fração \$025		Tecidos tintos, cada metro em fração \$060	
		Produção	Consumo	Produção	Consumo
Agosto	24	12831	10419	331,40	
"	25	2383	2383		
"	26	1919	1872		
"	27	—	—	—	—
"	28	—	—	—	—
"	29	—	—	—	—
"	30	—	—	—	—
"	31	2567	2265		
		19400	16941	331,40	
Demonstração da produção					
Stock do Galho ultimo		Tecidos crus		cada metro em fração	
Produção de novo		260 mts		331,40	
		+ 9440		—	
		19400		—	
Sellados p ^o consumo anterior		16941		—	
Stock p ^o Setembro		2759		331,40	
Foram sellados 2 mais \$125.					
Finto - Casas Ponte, 10-2-26.					
Manoel Carlos da Cunha,					
agente geral					

algodão denominada—UNIÃO, de propriedade da "Companhia União Caxiense", situada na

de Caxias-Maranhão

Agosto DE 1926

MOVIMENTO DAS ESTAMPILHAS			Observações
Compradas	Empregadas	SALDO	
200000	260530	320530	Continuação Saldo a 31 de maio 1925.
	59650	264450	
300000	46800	517650	Não trabalhou "Domingo."
—	—	—	
—	—	—	
—	—	—	
	56650	461000	
500000	423650	461000	

Movimento das estampilhas				
Saldo de julho ultimo				3845650
Compradas				5005000
Empregadas na selagem				8845650
de tecido e cuis neste mes				423650
Saldo para Setembro				4615000
Demonstração de saldo:				
Rectangulares da taxa de 50\$000				1505000
10	Plas	"	"	105000
14	Plas	"	"	55000
1	Plas	"	"	2000
91	Plas	"	"	15000
59	Plas	"	"	3200
263	Plas	"	"	100
138	Plas	"	"	5050

ANEXO XV

**Ata da Companhia União Caxiense S/A
Agrícola, Industrial e Exportadora
(30/04/1980)**

Los trinta dias do mês de Abril de mil novecentos e oitenta, às nove horas da manhã, em sua sede social provisória à Travessa da rua da Botella s/nº nesta cidade de Coxias - Maranhão, reuniram-se em assembleia geral ordinária e extraordinária, atendendo convocação publicada no Diário Oficial deste Estado, Nos. 78 e 79, de 25 e 28 deste mês, os acionistas da Companhia União Cariense 3/2-Agricultora, Industrial e Exportadora, representando a maioria absoluta conforme se verifica pelas assinaturas no livro de presença de acionistas. Assumiu a presidência, por aclamação, o Sr. José Simão que convidou os acionistas Salvador Trindade e Francisco Mariano Vasconcelos para primeiro e segundo secretários, respectivamente. Assim constituída a mesa, o Sr. Presidente declarou instalada as Assembleias e informou que competia aos Srs. Acionistas deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia de competência da Assembleia Geral Ordinária: a) aprovação das contas e balanço geral e demonstração da conta de Lucros & Pêrdas encerrados em 31/12/1979; b) distribuição de dividendos; c) eleição do Conselho Fiscal. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Primeiro Secretário para proceder a leitura do balanço geral com demonstração da conta de Lucros & Pêrdas, encerrados em 31/12/79 documentos esses publicados no Diário Oficial deste Estado, Nº 80 de 29 de corrente os ques submetidos aos Srs. acionistas depois de discutidos foram unanimemente aprovados. Em continuação aos trabalhos, passou-se ao 2º item da Ordem do Dia, O Sr. Presidente informou aos Srs. acionistas que por sugestão do acionista Sr. Francisco Antonio De Augustinis representado neste ato pelo acionista Sr. Salvador Trindade que, considerando-se o valor alto das contas de reservas, a assembleia deveria aproveitar para distribuição de um dividendo à razão de Cem Cruzeiros (Cr\$ 100,00) por ação de um cruzeiro (Cr\$ 1,00). Portanto, cada ação de um cruzeiro (Cr\$ 1,00) daria direito ao recebimento de um dividendo de Cem Cruzeiros (Cr\$ 100,00). Colocada a matéria em discussão, em seguida em votação, verificou-se a assembleia ter aprovada, por unanimidade a referida distribuição. Após, correspondendo ao 3º item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente solicitou para o Sr. Primeiro Secretário proceder a eleição do Conselho Fiscal que tem de servir no corrente exercício, verificando-se que foram os seguintes os eleitos: - José Simão, Francisco Mariano Vasconcelos e Nestor de Melo Falcão - para o Conselho Fiscal e Enock Torres da Rocha, Alcindo Leitão e Elmary Machado Torres - para suplentes do Conselho Fiscal. Desta maneira, esgotada a Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária, o Sr. Presidente autorizou ao Sr. primeiro Secretário proceder à leitura da proposta da Diretoria que se achava em mesa que constitui o 4º item da Ordem do Dia e Único da Assembleia Geral Extraordinária. Proposta da Diretoria: - A Diretoria desta Companhia, em vista dos resultados apurados no balanço geral encerrado em 31/12/1979, leva ao conhecimento dos demais acionistas que é de interesse da Sociedade, promover um aumento do capital social em Cr\$ 511.410,00 (quinhentos e onze mil quatrocentos e dez cruzeiros) a ser representado pela emissão de quinhentas e onze mil quatrocentos e dez (511,410) novas ações, no valor nominal de um cruzeiro (Cr\$ 1,00) cada uma, ações essas que serão distribuídas gratuitamente aos Srs. acionistas na exata proporção das ações que cada um possui. Tendo sido a matéria da Assembleia Geral Extraordinária colocada em discussão e votação, novamente foi aprovada unanimemente. Assim a Diretoria permanece à disposição dos Srs. Acionistas para qualquer esclarecimento sobre a presente proposta que acreditamos vem ao encontro dos interesses sociais. Esgotada a pauta do dia, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quizesse fazer uso e como ninguém se manifestasse, encerrou-se a sessão e lavrou-se esta ata que lida e achada conforme vai por todos assinada.

LUCEMA

2280

05

Assinatura a firma

da de 10 de 1979 da verdade

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

MARIA DA GLÓRIA

MARIA DA GLÓRIA

MARIA DA GLÓRIA

MARIA DA GLÓRIA

MARIA DA GLÓRIA

MARIA DA GLÓRIA

Presidente

1º Secretário

2º Secretário

MARIA DA GLÓRIA
ESCREVENTE
CPF-Nº. 029.444.000

JUCIM

Nº 8280

50

Nº 20

Munh.

Relação dos acionistas da Companhia União Caixa
S.A. - agrícola, Industrial e Exportadora que compare-
ram a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
conforme convocação feita no Diário Oficial deste Estado,
sob nºs 78 e 79 de 22 e 23 deste mês, que tem de funcionar
hoje às nove horas da manhã, em sua sede provisória e na
sua sala de Estuda s/nº nesta cidade, para tratar da
seguinte Ordem do dia:

- a) aprovação das contas e balanço com a demonstração da
contas de Lucros e Perdas, no ano de 1949,
- b) Distribuição de dividendos,
- c) Eleição do Conselho Fiscal
- d) Aumento do capital social.

Coaxial, 30 de Abr. de 1950

Salvador Trindade, brasileiro, residente na cidade

J. B. de Franco Gerodetti

Salvador Trindade, brasileiro, residente na cidade

J. B. de Francisco Antônio de Albuquerque

Outro um brasileiro residente na cidade

Francisco Mariano Viana, brasileiro, residente na cidade

M. S. - Bras. residente nesta cidade

Salvador Trindade, brasileiro residente na cidade

8.775-

6.349-

101

1

11

3

ANEXO XVI

**Carta do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem
do Rio de Janeiro de 12/04/1951**

RUA MÉXICO, 168—7.º AND.—TEL. 32-7575

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO, 12 de abril de 1951

Circular nº 19/51

Prezados amigos e consócios,

"O CASO DOS TECIDOS"
=====

Abaixo temos o prazer de transcrever a carta que o Sr. Sindicato dirigiu ao "Correio da Manhã", desta cidade, a propósito de uma notícia publicada na sua edição de 27 de março último, sob o título "O Caso dos Tecidos".

"Rio de Janeiro, 28 de março de 1951

171/51

Ilmo. Sr.
Diretor do CORREIO DA MANHÃ
N e s t a

Atenciosos cumprimentos,

Esse conceituado jornal, em sua edição de 27 do corrente, publicou um tópico sob o título "O Caso dos Tecidos", sobre o qual o Sr. Sindicato pode lidar para fazer alguns comentários.

Não houve qualquer afirmação das associações da indústria textil de que ela esteja em "tal situação que só sobreviverá mediante financiamento que a ampare". No recente memorial que a classe textil entregou ao Sr. Ministro da Fazenda houve apenas referência aos preços e a escassez das matérias primas e auxiliares, o que estaria exigindo a adoção de medidas que possam garantir a continuidade do trabalho fabril, mediante a formação de estoques excepcionais, para os quais deveria ser facilitado um financiamento.

Normalmente não há necessidade de formação de estoques excepcionalmente grandes das matérias primas que a indústria necessita. Entretanto, é notório a escassez de algodão no país. As dificuldades para a aquisição de lã também tem aumentado continuamente. Outras matérias primas e produtos químicos indispensáveis a indústria textil também estão rareando cada vez mais. Tudo isso criou uma situação anormal que exige providências acaluteladoras para não perturbar o funcionamento da indústria.

- 2 -

O próprio Governo tem aconselhado, como medida de prudência, a formação de estoques de matérias primas tendo em vista a gravidade da situação internacional. Para a formação desses estoques, que tanto interessam a economia nacional, é necessário, evidentemente, que sejam facilitadas as providências de caráter bancário, que se fizeram indispensáveis.

Deve ainda este Sindicato contestar que o preço dos tecidos tem aumentado em mais de 500%, em pouco tempo. Acreditamos que esse jornal queira se referir ao preço das matérias primas que tem subido em proporção verdadeiramente assustadora e sem qualquer correspondência no preço do produto manufaturado.

Em janeiro de 1950, o algodão paulista tipo 5, era vendido a Cr\$ 183,00 por 15 quilos. Em março do corrente ano, esse mesmo algodão só pôde ser obtido por cerca de Cr\$ 450,00. A mesma situação ocorre em relação à lã, que em Dezembro de 1948 era vendida a Cr\$ 230,00 por 15 quilos e em dezembro de 1950 esse mesmo preço atingiu a Cr\$ 1.080,00 !

Todos os demais elementos da produção têxtil em careceram assustadoramento. Os salários têm experimentado sensíveis e repetidos aumentos. Como pois esperar que a indústria têxtil possa fazer o milagre de fabricar tecidos baratos com matérias primas caríssimas e salários cada vez mais elevados !

Desejamos igualmente nos referir à afirmação desse jornal de que a indústria têxtil é a "mais favorecida pelo protecionismo alfandegário" e que, "amparada por tarifas aduaneiras de proteção realizou grandes e lucrativas exportações."

Um exame sereno do assunto, imediatamente revelará que não dispõe a indústria têxtil de grande proteção aduaneira. As tarifas alfandegárias foram fixadas em 1934, em papel. Os preços de todas as mercadorias e especialmente dos tecidos, no mercado internacional, de 1934 para cá, subiram mais de 700%. Isso significa que as tarifas aduaneiras correspondem hoje a menos de 25% da incidência que se verificava em 1934.

O seguinte quadro, organizado de acordo com os dados do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, dá uma ideia exata do equipamento alfandegário do Brasil:

- 3 -

Ano	Valor da importância Cr\$ 1.000	Valor dos direitos alfandegários (Cr\$ 1.000)	porcentagem dos direitos s/o valor da importação
1934	2.502.000	837.463	33,4
1935	3.856.000	975.082	25,2
1936	4.269.000	1.012.105	23,7
1937	5.314.551	1.173.413	21,2
1938	5.195.570	1.052.512	20,3
1939	4.983.632	1.031.197	20,7
1940	4.964.149	977.514	19,7
1941	5.514.417	1.058.775	19,3
1942	4.692.721	674.220	14,4
1943	6.161.741	596.467	9,7
1944	7.297.147	902.439	11,3
1945	8.747.086	1.026.039	11,7
1946	13.028.734	1.404.033	10,7
1947	22.789.291	1.876.437	8,2
1948	20.984.880	1.651.979	7,8
1949	20.648.081	1.700.000	8,2

Diante do quadro acima, acreditamos que já é tempo de se terminar definitivamente com essas infundadas acusações de estar a indústria brasileira exageradamente protegida por tarifas aduaneiras. O Brasil é, no presente momento, o país que menos tributa a sua importação. É uma decorrência lógica da fixação dos direitos em papel sem que os mesmos acompanhem a variação dos valores das mercadorias tributadas.

Apesar de toda essa grave situação, a indústria têxtil não solicitou nenhuma elevação de direitos ou qualquer reajustamento da tarifa, com exceção dos artigos de lã para os quais em parte foi reestabelecida a tarifa anterior, que havia sido objeto de uma injustificada redução. Realmente, não se pode admitir que numa situação como a que acabamos de descrever ainda possa haver redução nas tarifas aduaneiras.

Finalmente, resta-nos salientar a falta de lógica e a incongruência da argumentação do artigo que comentamos quando afirma que a indústria têxtil vive amparada por tarifas aduaneiras e tem realizado grandes e lucrativas exportações.

- 4 -

As exportações em grande escala realizadas pela indústria têxtil mostraram que os preços dos tecidos brasileiros não eram exagerados. Caso contrário não teria sido possível competir no mercado internacional onde devemos suportar a concorrência aberta, em igualdade de condições, das indústrias têxteis de todos os demais países.

No presente momento, as exportações estão sensivelmente reduzidas por motivos do ordem cambial e também pelo encarecimento acentuado das matérias primas que a indústria têxtil brasileira deve consumir. As cotações do algodão brasileiro são hoje cerca de 65% superiores às dos mercados algodoeiros internacionais. Isso é bastante significativo e suficiente para mostrar as dificuldades que os fabricantes e exportadores do nosso país devem vencer para poder colocar no mercado externo o excedente da nossa produção.

Antecipadamente muito gratos pelo acolhimento que esse conceituado jornal dispensar à presente carta, subscrevemo-nos com todo apreço,

de Vn. Sa.

Amos. Atos. e Obros.

Pelo SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM
DO RIO DE JANEIRO

as.) Vicente de Paulo Galliez
Secretário-Geral.-"

* * *

Sem mais, subscrevemo-nos com estima e apreço,

de Vv. Ss.

Amos. Atos. e Obros.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM
DO RIO DE JANEIRO

Vicente de Paulo Galliez
Vicente de Paulo Galliez - Secretário Geral

VPG/zc.-

ANEXO XVII

Carteira Profissional da Sra. Elvina Maria da Conceição
Funcionária da Companhia União Caxiense

MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO
DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO
SERVICO DE IDENTIFICACAO PROFISSIONAL

Carteira Profissional

5610 6/12 a

Número 4461-3



* POLYMER DELFTO



Christina Marie Lancaster

4

4

Nome do portador: *Olivia Maria da*
Conceição

Altura: *1,58* Cor: *parda* Olhos: *cast*

Cabelo: *cast* Nariz: _____ Dentes: _____

Sinal particular: _____

Chegado ao Brasil em.....de.....da 1.....
Naturalizado em.....de.....de 1.....folio.....
Casado com.....
da nacionalidade.....
Lugar de nascimento.....
Data do nascimento.....de.....de 1.....
Carteira de estrangeiro n.º.....
Carteira de emigrante.....

FILHOS BRASILEIROS

Filho de *Graciana Maria Casimiro*
 nascido em *Carriás*
 a *12* de *Março* de *1919*
 Estado civil *Solteiro*
 P. *1919*
 Serviço Militar *Solo de Povo*
 Residência *Rua da Brasileira*
 Matrícula n.º *1* do Sindicato
 Documentos apresentados *Carteira A.P.F.*
 Observações

[illegible]

Recibido 5 de Novembro de 1964
16.11.64 Fernandes Marques
(Ass. Est. de Funcionários)

6

BENEFICIÁRIOS

pessoas que dependem economicamente:

NOME	Data de nascimento	Estado Civil
<i>filho</i>		

CARTEIRAS ANTERIORES

Número	Série	Data da entrega
		de de 19
		de de 19
		de de 19
		de de 19

7

CONTRATO DE TRABALHO

Nome do estabelecimento, empresa ou instituição. *Cia de Fiação e Tecidos União Casciense S.A.*
 Cidade. *Caxias*
 Estado. *Maranhão*
 Rua. *Praca N. Pedro I*
 Espécie do estabelecimento. *Fab. de Tecidos*
 Natureza do cargo. *Aux. Embalagem*
 Data da admissão. *2 de abril* de 19 *48*
 Registro n.º *1807*
 Remuneração (especificada). *Cr\$ 8,40 por dia*
 Assinatura do empregador
 Data da saída de de de 19
 Assinatura do empregador

18

CONTRATO DE TRABALHO

Nome do estabelecimento, empresa ou instituição.
 Cidade.
 Estado.
 Rua.
 Espécie do estabelecimento.
 Natureza do cargo.
 Data da admissão de de 19
 Registro n.º a fls.
 Remuneração (especificada).
 Assinatura do empregador
 Data da saída de de 19
 Assinatura do empregador

19

FÉRIAS E IMPOSTO SINDICAL

Gozou férias relativas ao período de
 Assinatura do empregador
 Imposto sindical Cr\$ *8,40*
 A favor do relativo ao ano de *1948*
Caxias 31 março 1949
 Assinatura do empregador
 Gozou férias relativas ao período de *2-11-1948*
2-11-1949 - 11 dias
Caxias 21-12-49
 Assinatura do empregador
 Imposto sindical Cr\$ *8,40*
 A favor do relativo ao ano de *1950*
Caxias 23 de janeiro 1951
 Assinatura do empregador

20

FÉRIAS E IMPÓSTO SINDICAL

Gozou férias relativas ao período de 2-4-1949 a 2-4-1950 - 11 dias de férias.

Caixas 23-12-1954 8,40

Assinatura do empregador

Imposto sindical Crs. 8,40

A favor do

Relativo ao ano de 1951

Caixas 23 de janeiro de 1951

Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de 2-4-1950 a 2-4-1951 - 11 dias de férias.

Caixas 23-12-1954 8,40

Assinatura do empregador

Imposto sindical Crs. 8,40

A favor do

Relativo ao ano de 1952

Caixas 23 de janeiro de 1952

Assinatura do empregador

21

FÉRIAS E IMPÓSTO SINDICAL

Gozou férias relativas ao período de 2-4-1951 a 2-4-1952 - 15 dias de férias.

Caixas 23 de janeiro de 1954

Assinatura do empregador

Imposto sindical Crs. 18,40

A favor do

Relativo ao ano de 1953

Caixas 23 de janeiro de 1953

Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de 2-4-1952 a 2-4-1953 - 15 dias de férias.

Caixas 23-12-1954 18,40

Assinatura do empregador

Imposto sindical Crs. 18,40

A favor do

Relativo ao ano de 1954

Caixas 23 de janeiro de 1954

Assinatura do empregador

22

FÉRIAS E IMPÓSTO SINDICAL

Gozou férias relativas ao período de 2-4-1953 a 2-4-1954 - 15 dias

Caixas 31-3-1954 32,00

Assinatura do empregador

Imposto sindical Crs. 32,00

A favor do

Relativo ao ano de 1954

Caixas 31 de março de 1954

Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de 2-4-1954 a 2-4-1955 - 15 dias

Caixas 31-3-1955 32,00

Assinatura do empregador

Imposto sindical Crs. 32,00

A favor do

Relativo ao ano de 1955

Caixas 31 de março de 1955

Assinatura do empregador

Companhia Agrícola, Exportadora

23

FÉRIAS E IMPÓSTO SINDICAL

Gozou férias relativas ao período de 2-4-1955 a 2-4-1956 - 15 dias

Caixas 31-3-1956 32,00

Assinatura do empregador

Imposto sindical Crs. 32,00

A favor do

Relativo ao ano de 1956

Caixas 31 de março de 1956

Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de 2-4-1956 a 2-4-1957 - 15 dias

Caixas 31-3-1957 32,00

Assinatura do empregador

Imposto sindical Crs. 32,00

A favor do

Relativo ao ano de 1957

Caixas 31 de março de 1957

Assinatura do empregador

Companhia Agrícola, Exportadora

28

FÉRIAS E IMPÓSTO SINDICAL

Goçou férias relativas ao período de

Assinatura do empregador

Imposto sindical Cr\$

A favor de

Relativo ao ano de

do

de 19

Assinatura do empregador

Goçou férias relativas ao período de

Assinatura do empregador

Imposto sindical Cr\$

A favor de

Relativo ao ano de

do

de 19

Assinatura do empregador

29

ANOTAÇÕES

(Acidentes de trabalho, atestado médico, alteração do contrato de trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei.)

Deixam os serviços desta
Companhia por ter sido
a Plúvia. Receber a
indenização pelo tempo
de serviço a quantia
de dez mil oitocentos e quarenta
e sete cruzeiros (R\$ 10.847,00)
conforme ação feita
em 24-11-52.
[Assinatura]

31

ANOTAÇÕES

30

ANOTAÇÕES

Foi empregada nos ser-
viços do artigo 500 da Con-
stituição das Leis de Or-
dinação da rescisão do con-
trato conforme pro-
cesso feito sob indica-
ção dos trabalhadores na
Indústria de Cimento e
Ceraçim de Caxias
Caxias 26 de Novembro de 52
Gloria Américo de Moraes
Presidente do Sindicato
dos Trabalhadores

Lei 6.779/94 - 11.12.94 - Invalidez

ACÚLIO - DOENÇA - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

OL 01.020 - 30/12/03.442

DATA: _____ IDO (DIS)

RE: _____ Valor NCr\$

Soma Sal. Comp. _____ (Geração/DV)

Se o registro for feito antes do prazo fi-
xado pelo Regulamento deverá ser atualizado
imediatamente em caso de suspensão do
benefício.

2-6-27-12-77
INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

S. A. M. - 27-12-77

Matrícula nº 023-080

em 26/11/75

30.87.825

ANEXO XVIII

**Exemplares de Registro de Empregados
da Companhia União Caxiense
Ano de 1941**



Registro de Empregados

N.º de ordem do empregado 309

Carteira profissional n.º Série

Firma

Comp. União Brasileira

Matricula n.º

Guia n.º

Nome

Guilherme Leite

FILIAÇÃO:

Pai

Mãe

Silviana Terra

Idade

Data do Nascimento

5 de 3

de 888

Lugar do Nascimento

Baixas

Nacionalidade

Paras

Equiparado ou naturalizado

Residência

Baixas

Data da admissão ao Serviço

2-1-41

Categoria e ocupação habitual

Grandeira

Salário

Tarefa

Forma de pagamento

15⁰⁰

Nome dos Beneficiarios
e data do nascimento

Assinatura do Empregado

Data

Data da dispensa

de

de



Registro de Empregados

N.º de ordem do empregado 310

Carteira profissional n.º _____ Série _____

Firma bonip. União Cariense

Matricula n.º _____

Guia n.º _____

Nome Rosa de Jesus

FILIAÇÃO: {

Pai _____

Mãe Maria Isabel de Jesus

Idade _____

Data do Nascimento 29 de 8 de 904

Lugar do Nascimento barias

Nacionalidade Bra

Equiparado ou naturalizado _____

Residência barias

Data da admissão ao Serviço 16-4-41

Categoria e ocupação habitual Fiandeira

Salário Diária

Forma de pagamento 15%

Nome dos Beneficiarios
e data do nascimento

Assinatura do Empregado _____

Data _____

Data da dispensa 28 de Agosto

de 1941

Fotografia de
frente
com a cabeça
descoberta

3 X 4

Registro de Empregados

N.º de ordem do empregado

307

Carteira profissional n.º

Série

Firma

Comp. Ubirão Lacerda

Matrícula n.º

Guia n.º

Nome

Ubirão Ribeiro

FILIAÇÃO

Pai

Mãe

Ubirão Ribeiro

Idade

Data do Nascimento

2 de 11 de 1913

Lugar do Nascimento

Bacias

Nacionalidade

Bras

Equiparado ou naturalizado

Residência

Bacias

Data da admissão ao Serviço

1-3-41

Categoria e ocupação habitual

Fazendeiro

Salário

Tarifa

Forma de pagamento

15%

Nome dos Beneficiários
e data do nascimento:

Assinatura do Empregado

Data

Data da dispensa

4 de Agosto

de 1941

ANEXO XIX

Companhia União Caxiense
Exemplar de Folha de Frequência (1895)

- Stories -

lardas

Passadores

Ascitarios

[illegible]

Massaroguenias Grossas

	1	3	4	5	6	7	9	10	11	12	13	14	
26 Alexandre Sarmiento	X	1/2	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X	
27 Custodio Oliveira	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X	
28 Eroncio Rodrigues	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X	
29 Luiz Pereira da Costa	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X	1/2	X	
30 Marcelino Gomes de Sousa	X	X	X	X	X	X	1/2	X	1/2	X	1/2	1/2	
31 Jac. Fernandes de Sousa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
32 Miguel Rodr ^s de Araújo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X	

Massarog^{as} Finas

33 Pedro de Oliveira	X	X	X	X	X	0	0	0	0	0	0	0	
34 João Baptista	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	1/2		
35 João de Sousa Lima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
36 José Franco	X	0	X	X	0	0	1/2	1/2	1/2	X	1/2	1/2	
37 João Franco	X	X	X	0	X	X	1/2	X	1/2	X	1/2	1/2	
38 Marcelino Furlan	X	X	X	X	X	1/2	X	0	0	X	1/2	X	2
Raymundo Lima							X	X	X	X	1/2	X	5 1/2

Rolleiros

39 José Oliveira da Conceição	X	1/2	X	X	0	X	X	X	X	0	X		9 1/2
40 Antonio José Freire	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X		11 1/2
41 Leidio Elias de Figueiredo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		

Fiação

42 Basilio Pereira da Silva	X	X	X	X	X	0	1/2	X	X	X	1/2	X	11
43 Otilio do Espírito St ^o	X	X	X	X	X	X	0	X	X	X	1/2	X	11 1/2
44 Francisco José de Moura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X	0	11 1/2
45 Olympio de Brito Carier	X	X	X	X	X	0	X	X	X	X	1/2	X	11 1/2
46 Raymundo do E. Santo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0	X	11
47 Antonio de Passos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X	11 1/2
48 Gustavo Figueiredo Vianna	X	X	X	X	X	X	X	X	0	0	0	0	7
49 Bernardino Thom ^o d'Almeida	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	0	
50 Severiano Meinelles	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X	12 1/2
51 Marcolino da Silva	X	X	0	X	X	X	1/2	X	X	X	1/2	0	9 1/2
Pedro Neres	0	0	0	1/2	X	X	X	X	X	X	1/2	1/2	7 1/2
Theotimus de S ^z Mendes									X	X	1/2	1/2	3

		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
	Medicamentos															
52	Julia de Brito	x	x	1/2	x	x	x	x	x	x	1/2	0	x	0		
53	Maria Izabel dos Santos	x	x	1/2	x	x	x	x	x	x	1/2	1/2	x	0		
54	Maria José Barboza Lima	x	x	1/2	x	x	x	x	x	x	1/2	0	x	0		
55	Antonia Raymunda Lopes	x	x	1/2	x	0	x	1/2	x	1/2	x	1/2	x			
56	Victoria Moraes	x	x	x	x	x	0	0	0	0	0	0	x			
57	Adelina Brito	0	x	x	1	x	x	x	x	x	1/2	1/2	x			
58	Joanna Portello	x	1/2	x	x	x	0	x	x	x	1/2	0	0			
59	Marianna Pereira Leite	x	1/2	x	x	0	x	1	x	1	1/2	1/2	x			
60	Pilipia Fonseca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
61	Sebastiana Maria de S ^a	x	x	1/2	x	x	x	x	x	x	1/2	1/2	x			
62	Theodora Ribeiro da Silva	x	x	1/2	x	x	x	0	x	1/2	1/2	x				
63	Mathilde de Miranda	x	x	1/2	x	x	x	1/2	x	1/2	1/2	x				
64	Clara Nery Bonciao	x	x	0	x	x	x	1/2	x	1/2	1/2	x				
65	Firmina Moraes	x	x	1/2	x	x	x	x	x	1/2	1/2	x				
66	Leura Oliveira	0	0	0	0	0	0	x	x	x	1/2	1/2	x			
67	Galiana Gomes	x	x	1/2	x	x	x	x	x	1/2	1/2	x				
68	Hortencia Bonciao	x	x	1/2	x	x	x	x	x	1/2	0	x				
69	Virgínia Rosa Vieira	x	x	1/2	x	0	x	x	x	1/2	0	x	0			
70	Ursula Vieira	x	x	1/2	x	x	x	1/2	x	1/2	1/2	x	0			
71	Francisca Leite do Nascimento	x	x	1/2	x	x	x	x	x	1/2	1/2	x	0			
72	Maria Mesquita	x	x	1/2	x	x	x	x	1/2	1/2	0	x	0			
73	Rosa Baptista Vieira	0	0	0	0	0	0	0	x	x	1/2	1/2	0			
74	Maria Guimaraes	x	x	x	x	x	x	x	x	1/2	1/2	x	0			
75	Maria Faras	x	x	x	x	x	x	x	x	1/2	1/2	1/2	x			
76	Maria Oliveira	x	x	x	x	x	x	x	x	1/2	1/2	x	0			
77	Ana Nunes Soares	1/2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
78	Maria da Natividade	x	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0			
79	Maria Antonia de S ^a	x	x	1/2	x	x	x	1/2	x	1/2	1/2	x				
80	Benedicta Maria da Con ^{ceição}	x	x	x	x	x	x	1/2	0	x	1/2	x				
81	Maria José de Almeida	x	x	1/2	x	0	x	x	x	1/2	0	x				
82	Raymunda Maria da Con ^{ceição}	x	1/2	x	x	x	1/2	0	0	0	0	0	0			
83	Raymunda Vieira	x	x	1/2	x	x	0	0	x	x	0	x				
84	Josephina Bonciao	0	x	1/2	0	0	0	0	x	x	1/2	0	x			
85	Maria dos Anjos de Carr ^o	x	x	1/2	x	x	x	x	x	x	1/2	x				
86	Ludgera Faras	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0			
87	Maria do Carmo	x	x	1/2	x	x	0	x	x	1/2	1/2	x				
88	Maria Josephina da Silva	1/2	x	x	x	x	1	x	1/2	x	x	1/2	x			

		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	
89	Maria Gardilino de Souza	0	X	0	X	X	0	X	X	X	X	X	1/2	X			5
90	Maria Pedrosa	X	X	X	1/2	1/2	0	0	0	0	0	0	0	0			17
91	Salviana Simplicia	X	X	1/2	X	X	X	X	X	X	X	1/2	1/2	X			
92	Genito Ferreira Santos	X	X	1/2	X	X	0	0	X	X	X	0	X				
- Damas -																	
93	Rita Vaccaro	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X			
94	Antonia Pires	0	0	0	0	0	0	0	0	0	X	X	1/2	X			
95	Luzia Vieira	X	X	X	X	X	0	X	X	X	X	X	1/2	X			
96	Maria Francisco d'Almeida	0	0	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X			
97	Raymunda Paulino de Jesus	X	X	X	X	X	0	0	X	X	X	X	1/2	X			
98	Raymunda Cunha	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X			
99	Filomena Pires de Barros	X	X	X	X	X	X	0	1/2	X	1/2	X	1/2	X			
100	Joanna Moura	X	X	1/2	X	X	0	0	0	1/2	1/2	0	X				
101	Goncalves Pessoa	X	X	X	X	X	0	X	X	X	0	X					
102	Benedita Conceição	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X				
103	Constança Lopes	X	X	X	1/2	0	X	X	X	X	1/2	X					
104	Eleuthero Vianna	X	X	X	X	X	0	X	X	X	X	1/2	X				
105	Filomena Lopes de Almeida	X	0	0	X	0	0	0	0	X	1/2	1/2					
106	Helina Maria de Jesus	X	X	X	X	X	1/2	0	X	X	X	1/2	X				
107	Paulino Cruz	X	X	X	X	X	1/2	1/2	X	X	1/2	X					
108	Goncalves de Dr.ª Leina	X	X	X	0	0	0	X	X	X	X	1/2	X				
109	Mauricia Silva	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	1/2				
110	Francisco d'Almeida Leina	X	0	X	X	X	X	X	X	X	X	0	X				
111	Galiana Oliveira	X	X	1/2	0	X	X	X	1/2	X	X	1/2	0				
112	Maria Ruffino da Costa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X				
113	Victalina Farias	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X				
114	Alexandrina M.ª da Costa	X	X	1/2	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X				
115	Pedrolina Conceição	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
116	Imma M.ª do Espírito Santo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0	X				
117	Luciana do Nascimento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X				
118	Maria dos Anjos	X	X	X	X	X	X	0	0	0	X	1/2	X				
119	Domíngas Conceição	X	X	1/2	X	X	1/2	X	X	1/2	X	1/2	X				
120	Pedrolina Ferreira	X	X	1/2	X	X	0	1/2	1/2	0	0	0	0				
121	Maria Benedita Barboza	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X				
122	Raymunda Norata da Silva	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X				

		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14		
123	Maria dos Anjos Silvar do	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	0	x	10	$\frac{1}{2}$
124	Fumma Conceição	x	0	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x		
125	Maria Lúcia	0	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x	10	$\frac{1}{2}$
126	Maria Lúcia	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	0	x		
127	Joanna Maria do Nascimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
128	Ignacia Ab ^{ta} da Conceição	0	0	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	0		
129	Serena Maria da Conceição	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x		
130	Marcelina Conceição	x	x	x	x	x	0	x	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	0	9	$\frac{1}{2}$
131	Benedicta Maria	x	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x	11	
132	Maria José Lacerda	x	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x		
133	Joanna Martins da Costa	0	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x	9	$\frac{1}{2}$
134	Francisca Maria de Jesus	x	0	0	x	x	x	x	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x	9	$\frac{1}{2}$
135	Triglicia Conceição	x	x	x	x	x	x	0	0	0	0	0	0	0	0	6	
136	Elomina Conceição	x	x	x	x	x	x	0	x	x	x	0	x	0	x	10	
137	Raymunda da Silva	x	x	$\frac{1}{2}$	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x	x	$\frac{1}{2}$	0	x	0	x		
138	Antonia Maria da Conceição	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	0	x	0	11	
139	Florencia Pereira do Nascimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
140	Maria Fran ^{ca} do Nascimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
141	Gabriela Conceição	x	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x	10	$\frac{1}{2}$
142	Ritta Belmira Pereira	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x	x	x	x	x	x	x	0	$\frac{1}{2}$	x	10	
143	Maria Gomes de Jesus	x	x	x	0	x	x	x	0	x	x	0	x	0	x	9	
144	Sebastiana Conceição	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x	0	10	
145	Elvina Maria de Jesus	$\frac{1}{2}$	x	$\frac{1}{2}$	0	0	0	0	x	x	x	0	x	0	x	6	
	Theodora Eufrozina da S ^a	0	0	x	x	x	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	
	Candida Rosa	x	x	x	0	x	x	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x	0		
Municípios de Sampaio																	
146	Julio Honorato de Azevedo	0	0	x	x	x	x	x	x	x	x	x	0	x	0	7	
147	Antônio de Sousa	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x	x	10	$\frac{1}{2}$
148	Francisco de Sales Oliveira	x	x	x	0	x	x	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	x	10	
149	João da Silva Barbosa	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x	0	11	$\frac{1}{2}$
150	João Pedro dos Santos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
151	Sebastião Ennes	x	x	$\frac{1}{2}$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	$\frac{1}{2}$
152	Marcos Gustavo	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x	0	0	0	0	0	0	0	x	6	$\frac{1}{2}$
153	Jose Felix de Sousa	$\frac{1}{2}$	x	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	x	x	x	x	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	x	10	
154	Martinho de Faria da S ^a	x	x	x	0	x	$\frac{1}{2}$	x	x	x	0	0	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	x	8	
	Francisco de Oliveira Costa											$\frac{1}{2}$	x	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	2	$\frac{1}{2}$
	Guilherme Fernandes d'Almeida												x	$\frac{1}{2}$	x	3	$\frac{1}{2}$

		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
	<i>Barreiros</i>															
155	Isabel Portello	1/2	X	1/2	X	X	0	1/2	X	X	1/2	0	0			
156	Anta Bires	X	X	1/2	X	X	0	0	X	X	1/2	0	X			
157	Antonia Cas	1/2	1/2	0	0	0	0	X	1/2	X	1/2	1/2	X			
158	Generosa Mourão	0	1/2	1/2	X	X	1/2	X	X	1/2	1/2	X				
159	Ernestina Biquarés	X	X	1/2	X	X	X	X	X	X	1/2	0	X			
160	Escrea Santos	X	X	1/2	X	X	1/2	X	X	1/2	1/2	X				
161	Biedade Marques	0	X	1/2	X	X	X	X	X	X	1/2	1/2	X			
162	Candida Francisco Rodr	0	X	1/2	X	X	X	X	X	X	1/2	1/2	X			
163	Maria Magdalena Saraiva	X	X	1/2	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
164	Maria Permingas	X	X	X	X	1/2	0	X	X	X	1/2	1/2	X			
165	Celestina Vieira da Silva	X	X	X	X	X	1/2	X	X	X	X	0	X			
166	Henriegilda Costa	X	X	1/2	X	X	1/2	X	X	1/2	0	0				
167	Raymunda Guimarães Lima	X	X	1/2	0	X	0	0	X	0	0	0	0			
168	Rolivia de Abello	X	X	1/2	X	X	X	X	X	X	1/2	1/2	X			
169	Marcolina Alves Costa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	X				
170	Dilornena M ^{da} da Conceição	X	X	X	X	X	1/2	X	X	X	X	1/2	X			
171	Maria Boaventura dos Anjos	X	X	X	X	X	1/2	X	X	X	X	1/2	X			
172	Olivia Francisco Rodr	X	X	X	X	X	1/2	X	X	X	X	1/2	X			
173	Altino Genorero da Conceição	X	X	X	1/2	X	X	X	X	X	0	X				
174	Antonia Maria da Conceição	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
175	Anta Rosa de Lima	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1/2	0	X			
176	Rocelina Ricardoni	X	X	1/2	X	X	0	0	0	0	0	0	0			
178	Maria Abizelles	X	X	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
	Barbara Maria da ^{cam} Lourenço	0	0	0	0	0	0	0	X	X	X	1/2	X			44

ANEXO XX

Companhia União Caxiense

Folha de Pagamento – Novembro de 1948

FOLHA DE PAGAMENTO aos operarios da

ORGANISADA PELO EMPREGADO

Pedro Barbosa

Numero de ordem	Secção	Nome do Operário	Dias Hjen	Salários
1	Campo	Otacilio Assunção	86	1.05
2	"	José Barbosa	140	1.30
3	"	Raimundo Cesário	133	1.05
4	"	Pedro Soares	132	1.05
5	"	Alipio Saldanha	88	1.05
6	"	Josias Ramos Nascimento	85	1.05
7	Caldeiras	Antonio Filomena	140	1.40
8	"	Sebastião Oliveira	133	1.11
9	"	Raimundo Oliveira	134	1.40
10	"	José Edson Vieira Lima	108	1.11
11	Gerador	Itamar Rocha Chaves	16	1.50
12	Batedores	Pedro Vieira Barbosa	140	1.05
13	Cardas	Antonio Barroso	142	1.50
14	"	Pedro Cardoso de Melo	108	1.11
15	"	Ozano José Vieira	132	1.11
16	"	Luiz Gonzaga Santos	138	1.11
17	"	Siplicio Matias	112	1.05
18	Passadores	Raimunda Lacerda	104	1.05
19	"	Doralice Meneses	140	1.11
20	"	Jandira da Providencia	88	1.11
21	"	Rosária Vieira Chaves	128	1.11
22	"	Benedita Campos	140	1.11
23	"	Maria do Carmo C. Andrade	140	1.11
24	"	Maria das Mercês Ribeiro	—	—
25	"	Bernarda Araujo	124	1.80
26	"	Francisca das Chagas Costa	116	1.15
27	"	Francisca Rodrigues Marques	128	1.11
28	Massaroqueiras	Artur Vilanova	158	1.60
29	"	João Moraes	—	—
30	"	Cosme Nunes Santos	91	1.30
31	"	Raimundo Assunção	—	—
32	Fiação	Diva Lopes Vieira	—	—
33	"	Rosa Rodrigues	140	1.05
34	"	Adalgisa Carvalho	140	1.05
35	"	Rosa Pinto	—	—
36	"	Laudelina Conceição	132	1.11
37	"	Maria José Ribeiro	132	1.11
38	"	Raimunda Monata Cardoso	132	1.11
39	"	Maria Ferreira Lima	132	1.11

Fábrica

VISTO:

GERENTE

DE FIAÇÃO

TECELAGEM

METROS

DIAS DE TRABALHO

Valores	Abono Especial	TOTAL	I. A. P. I.	L. B. A.	SALDOS	Débitos	SALDOS A PAGAR
105.80	52.90	158.70	8.50	-	110.20	158.70	-
804.20	102.10	906.30	15.50	-	291.00	291.00	-
810.20	155.10	965.30	23.50	-	442.00	310.80	131.20
92.40	46.20	138.60	8.50	-	131.10	130.10	-
-	-	-	-	-	-	-	-
25.20	12.60	37.80	5.50	-	29.30	29.30	-
273.00	136.50	409.50	20.50	-	389.00	389.00	-
188.50	94.20	282.70	14.10	-	268.60	268.60	-
125.40	62.70	188.10	9.40	-	178.70	178.70	-
119.80	59.90	179.70	9.00	-	170.70	170.70	-
46.00	23.00	69.00	3.50	-	60.50	60.50	-
194.80	97.40	292.20	14.60	-	277.60	274.80	2.80
227.10	113.50	340.60	17.00	-	323.60	323.60	-
113.40	56.70	170.10	8.50	-	161.60	161.60	-
138.60	69.30	207.90	10.40	-	197.50	197.50	-
184.40	67.20	251.60	12.10	-	239.50	239.50	-
190.40	95.20	285.60	14.50	-	271.10	271.10	-
109.20	54.60	163.80	8.50	-	155.30	155.30	-
147.10	73.50	220.60	11.00	-	209.60	209.60	-
92.40	46.20	138.60	8.50	-	130.10	130.10	-
134.40	67.20	201.60	10.10	-	191.50	191.50	-
147.00	73.50	220.50	11.00	-	209.50	209.50	-
147.00	73.50	220.50	11.00	-	209.50	209.50	-
-	-	-	-	-	-	-	-
130.20	65.10	195.30	9.80	-	185.50	185.50	-
121.80	60.90	182.70	9.10	-	173.60	173.60	-
134.40	67.20	201.60	10.10	-	191.50	191.50	-
252.80	126.40	379.20	19.00	-	360.20	360.20	-
-	-	-	-	-	-	-	-
118.50	59.10	177.60	8.90	-	168.70	168.70	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
147.00	73.50	220.50	11.00	-	209.50	209.50	-
147.00	73.50	220.50	11.00	-	209.50	209.50	-
-	-	-	-	-	-	-	-
138.60	69.30	207.90	10.40	-	197.50	197.50	-
138.60	69.30	207.90	10.40	-	197.50	197.50	-
138.60	69.30	207.90	10.40	-	197.50	197.50	-
138.60	69.30	207.90	10.40	-	197.50	197.50	-
512.10	256.00	768.10	38.10	-	730.00	730.00	-

Numero de ordem	Secção	Nome do Operário	Dias Horas	Salários
CONTINUAÇÃO :-				
40	Fleção	Francisca Lima Costa	132	1.00
41	"	Maria Madalena Sousa e Silva	130	1.00
42	"	Marcionília Almeida	128	1.00
43	"	Maria Ribeiro	116	1.00
44	"	Raimunda Rodrigues Nascimento	112	1.00
45	"	Laura Maria da Conceição	132	1.00
46	"	Rita de Cassia Teixeira	130	1.00
47	"	Almerinda Lima Silva	128	1.00
48	"	Maria Madalena Sousa	126	1.00
49	"	Antonia Euza de Lima	124	1.00
50	"	Luzia Oliveira	140	1.10
51	"	Maria de Lourdes Oliveira	136	1.10
52	"	Maria José Oliveira	138	1.10
53	"	Maria de Jesus da Silva	136	1.10
54	"	Hortencia Chaves	140	1.10
55	"	Raimunda Nonata Santos	40	1.10
56	"	Maria de Sousa Farias	76	1.10
57	"	Joséfa Ferreira	140	1.10
58	Suplentes	Maria de Lourdes Pereira	132	1.10
59	"	Antonia Ferro	130	1.10
60	"	Maria de Nasaré Alves Barbosa	128	1.10
61	"	Carmelita Ribeiro	112	1.10
62	"	Ana de Jesus Moura	140	1.10
63	"	Maria da Conceição Pereira	136	1.10
64	"	Maria de Nasaré Vieira	134	1.10
65	"	Maria José Cardoso	108	1.10
66	"	Maria de Lourdes Araujo	136	1.10
67	"	Maria Rosilda Ferreira Silva	124	1.10
68	"	Nasaria Dionisia Queiroz	8	1.10
69	"	Ana Maria da Anunciação	68	1.10
70	"	Maria Olinda Gomes	38	1.10
71	"	Laurinda de Sousa	140	1.10
72	"	Maria Chaves	124	1.10
73	"	Maria dos Santos	78	1.10
74	"	Odete Fabriciano Silva	130	1.10
75	"	Maria de Lourdes Costa e Silva	138	1.10
76	"	Maria Lina dos Santos	136	1.10
77	"	Francelina Sousa	136	1.10
78	"	Carmelita Araujo	136	1.10
79	"	Maria das Dores Pereira da Silva	140	1.10
80	"	Maria de Nasaré Moraes	130	1.10
81	"	Maria Alinice Cruz	80	1.10
82	"	Leonarda Sousa Costa	140	1.10
83	"	Benedita Rodrigues Sena	136	1.10
84	"	Creusa Silva	136	1.10

CONTINUAÇÃO :-

Valores	Abono Especial	TOTAL	L.A.P.I.	L.B.A.	SALDOS	Débitos	SALDOS A PAGAR
1.812.10	2.135.90	7.308.00	3.81.10		6.926.90	1.771.90	1.149.00
132.60	69.50	207.90	14.40		197.50	110.00	87.50 ✓
126.00	63.00	189.00	9.40		179.60	146.00	33.60 ✓
177.00	88.50	265.50	13.20		252.30	252.20	—
121.80	60.90	182.70	9.10		173.60	173.60	—
117.60	58.80	176.40	8.80		167.60	167.60	—
132.60	69.50	207.90	14.40		197.50	110.00	87.50 ✓
—	—	—	—		—	—	—
—	—	—	—		—	—	—
—	—	—	—		—	—	—
147.00	73.50	220.50	11.00		209.50	219.50	—
142.80	71.40	214.20	10.70		203.50	196.70	6.80 ✓
134.40	67.20	201.60	10.10		191.50	191.50	—
—	—	—	—		—	—	—
147.00	73.50	220.50	11.00		209.50	219.50	51.00 ✓
42.00	21.00	63.00	3.50		54.50	57.50	—
79.80	39.90	119.70	5.50		111.20	111.20	—
147.00	73.50	220.50	11.00		209.50	240.20	69.30 ✓
70.40	35.20	105.60	5.10		100.50	100.50	—
—	—	—	—		—	—	—
117.60	58.80	176.40	8.80		167.60	167.60	67.20 ✓
77.00	38.50	115.50	5.80		109.70	109.70	—
74.80	37.40	112.20	5.60		106.60	106.60	36.60 ✓
—	—	—	—		—	—	—
59.40	29.70	89.10	4.40		84.70	84.70	—
74.80	37.40	112.20	5.60		106.60	106.60	—
68.20	34.10	102.30	5.10		97.20	97.20	—
6.40	3.20	9.60	4.30		5.30	5.30	—
37.40	18.70	56.10	4.30		51.80	51.80	—
15.40	7.70	23.10	4.30		18.80	18.80	—
77.00	38.50	115.50	5.80		109.70	109.70	0.20 ✓
93.20	46.60	139.80	7.00		132.80	146.00	32.20 ✓
39.60	19.80	59.40	4.30		55.10	55.10	—
—	—	—	—		—	—	—
70.40	35.20	105.60	5.10		100.50	100.50	—
—	—	—	—		—	—	—
74.80	37.40	112.20	5.60		106.60	89.60	17.00 ✓
108.80	54.40	163.20	8.20		155.00	85.00	70.00 ✓
77.00	38.50	115.50	5.80		109.70	109.70	—
71.50	35.70	107.20	5.40		101.80	101.80	—
44.00	22.00	66.00	4.30		61.70	66.60	4.90 ✓
77.00	38.50	115.50	5.80		109.70	109.70	—
74.80	37.40	112.20	5.60		106.60	87.10	19.50 ✓
74.80	37.40	112.20	5.60		106.60	97.60	8.60 ✓
611.10	305.50	916.60	45.50		871.10	9.650.70	1.578.80

Numero de ordem	Secção	Nome do Operario	Dias	Salários	Valores
		CONTINUAÇÃO :-			8.016.00
85	Suplentes	Maria Carmelita Santos	136	1.00	72.60
86	"	Maria das Dores Paixão	136	1.00	74.80
87	"	Herminia Gomes de Moraes	112	1.00	61.60
88	"	Tereza de Jesus Martins	188	1.00	85.00
89	"	Isabel Alves da Silva	132	1.00	73.60
90	"	Maria José Galiza	140	1.00	77.00
91	Carriteiros	Ana Dantas	384K	1.00	96.00
92	"	Luzia Alves Mourão	436K	1.00	109.00
93	"	Dalia Elias de Sousa	144K	1.00	96.00
94	"	Joana Maria da Conceição	720K	1.00	180.00
95	"	Amelia Vilanova	412K	1.00	111.00
96	"	Benedita Moura	332K	1.00	83.00
97	"	Luzia de Sousa Lima	—	—	—
98	"	Virgilina Moraes	136K	1.00	142.80
99	"	Sebastiana Pinto	140K	1.00	147.00
100	"	Virginia Barbosa	—	—	—
101	"	Isolina Gomes Feitosa	384K	1.00	77.00
102	"	Albertina Alves Machado	336K	1.00	84.00
103	"	Margarida Lima Brito	—	—	—
104	"	Zilda Alves Bandeira	—	—	—
105	"	Maria da Natividade Sousa	—	—	—
106	"	Ernestina Alves da Silva	688K	1.00	172.00
107	"	Ana Alves de Oliveira	—	—	—
108	"	Benedita Maria Teixeira	480K	1.00	120.00
109	"	Tereza Mendes das Mercês	448K	1.00	112.00
110	"	Sofia Rodrigues dos Santos	364K	1.00	91.00
111	"	Tereza de Sousa Ribeiro	432K	1.00	108.00
112	"	Domingas Rodrigues	—	—	—
113	"	Francisca Lopes da Silva	16K	1.00	4.00
114	"	Maria Oliveira	708K	1.00	177.00
115	Retorceiros	Luiza Ferreira Silva	140K	1.00	98.00
116	Balança	Cristovam Colombo da Silva	320K	1.00	45.10
117	"	João Rodrigues Coelho	144K	1.00	36.00
118	Correiros	Francisco Abreu	140K	1.00	66.60
119	Varredores	Zacarias Alves Lima	116K	1.00	65.80
120	"	Raimunda Camara França	16K	1.00	16.80
121	Urdideiras	Filomena Costa Barros	114K	1.00	130.00
122	Tecalazem	Sebastião Moraes	110K	1.00	346.00
					13.716.00

1.948

17. 3

Abono Especial	TOTAL	I. A. P. I.	L. B. A.	SALDOS	Débitos	SALDOS A PAGAR
007.00	12.093.80	635.30	-	11.388.50	9.610.70	1.777.80
36.30	108.90	5.40	-	103.50	94.80	8.70
37.40	112.20	5.60	-	106.60	90.60	16.00
30.80	92.40	4.60	-	87.80	81.80	6.00
27.50	82.50	4.30	-	78.20	45.00	33.20
36.30	108.90	5.40	-	103.50	103.50	-
38.50	115.50	5.50	-	109.70	86.30	23.40
48.00	144.00	8.50	-	135.50	135.50	-
54.50	168.50	8.50	-	155.00	152.60	2.40
68.00	214.00	10.20	-	193.80	125.50	68.30
90.00	370.00	15.50	-	256.50	115.60	140.90
55.50	166.50	8.50	-	155.00	155.00	-
61.50	174.50	8.50	-	116.00	116.00	-
-	-	-	-	-	-	-
71.40	214.20	10.70	-	203.50	203.50	-
73.50	220.50	11.00	-	209.50	209.50	-
-	-	-	-	-	-	-
35.50	106.50	8.50	-	98.00	98.00	-
42.00	126.00	8.50	-	117.50	117.50	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
86.00	230.00	12.50	-	245.50	160.00	85.50
-	-	-	-	-	-	-
60.00	180.00	9.00	-	171.00	171.00	-
56.00	165.00	8.50	-	159.50	140.00	19.50
70.50	211.50	10.60	-	200.90	152.00	48.90
54.00	162.00	8.50	-	153.50	141.50	12.00
-	-	-	-	-	-	-
71.50	214.50	10.70	-	203.80	90.00	113.80
88.50	303.50	13.30	-	290.20	150.00	140.20
49.00	147.00	8.50	-	138.50	135.90	2.60
102.50	623.60	31.20	-	592.40	592.40	-
108.00	324.00	16.20	-	307.80	307.80	-
133.30	599.90	20.00	-	379.90	379.90	-
31.90	95.70	4.80	-	90.90	90.90	-
8.40	25.80	8.50	-	16.70	16.70	-
65.00	195.00	9.70	-	185.30	-	185.30
123.00	469.00	33.40	-	405.60	411.40	55.80
5.903.10	18.123.80	958.60	-	17.164.20	14.461.70	2.702.50

ANEXO XXI

Companhia União Caxiense
Correspondências Comerciais



ROLIM-MORAES S.A.

REPRESENTANTE E DISTRIBUIDORA

RUA MARINA CHESPI, 171
CAIXA POSTAL 3593

END. TELEG. "MILOR"
TELEFONE 9-3690

SÃO PAULO

São Paulo, 20 de fevereiro de 1959.

Ilmos. Srs. da
CIA. UNIÃO CAXIENSE S/A.
Caixa Postal, 31
CAXIAS - Estado do Maranhão

Presados senhores

REF. S/REPRESENTAÇÃO EM SÃO PAULO:

Estando dentro de nossas cogitações neste início de ano um maior aproveitamento de nossas possibilidades, junto aos consumidores locais de produtos dessa região, resolvemos organizar dentro de n/ seção de Representações uma seção de produtos regionais que cuide exclusivamente dos negócios deste setor.

Achamo-nos estabelecidos neste ramo há mais de vinte anos, possuindo não só a devida experiência, mas também e principalmente, elementos colaboradores de grande capacidade de produção, o que nos impele a consultar a sua prestigiosa firma sobre a possibilidade de confiarmos ao nosso cuidado a sua representação neste Estado, certos de que com isso atenderemos a recíprocos interesses.

Se por um lado inicia-se um ano cheio de alterações substanciais nos custos de produção, de perspectivas pouco claras no campo das finanças, - o que não resta dúvida e que nosso grande Brasilumenta gradativamente as suas possibilidades de produção e consumo e so nos cabe cumprir a nossa missão no setor em que nos achamos, aumentando também o número de negócios, alimentando quanto possível a melhoria de nossa organização.

Conhecemos bem este mercado e suas possibilidades e vimos trabalhando em vários setores principalmente, junto aos consumidores industriais, com tenacidade e carinho, sentindo de perto as suas necessidades e acompanhando o seu progresso. Nossa organização trabalha parte em conta própria, parte em representações procurando processar toda a espécie de negócio dentro de sua linha. Dispomos de dois armazéns (em prédios de nossa propriedade), caminhões de entrega e pessoal habilitado.

Sobre referências de nossa firma poderão Vv. Ss. se dirigirem ao Banco do Brasil, ou qualquer outro Banco que mantenha correspondência com este Estado. Poderemos lhes fornecer outras referências, caso nossa pretensão encontre acolhimento favorável por parte de Vv. Ss.

Certos de que Vv. Ss. encararão com o devido carinho as possibilidades de negócios entre nossas firmas, de antemão agradecidos, firmamo-nos com toda a estima e apreço, S/A.

Mui atentamente, Rolim-Moraes S.A.

358

JG/.

REPRESENTAÇÕES "VERA CRUZ" AGUIAR LTDA.

TEL "EVALICE"

AV. RIO BRANCO, 120 - 11.º AND. SALAS 1109/16
CAIXA POSTAL N.º 3406
RIO DE JANEIRO

TELEFONE 42-5394

Aérea-simples

Rio de Janeiro, 8 de Maio de 1959.

Resp.
Cia. União Caxiense S/A.
Caixa postal No. 31
Caxias
Estado do Maranhão

Nº 23

Srs. Directores:-

Accusamos em nosso poder o seu estimado obsequio de 24 de Abril p. findo, cujos dizeres anotamos agradecidos.

Mercado do algodão em pluma:- Apesar do mercado paulista se manter firme, aqui no Rio de Janeiro e cremos que em todo Brasil não tenha havido negocios e se os houve foram restrictos. E que as fabricas de tecidos de um modo geral, veem atravessando uma phase difficil, de maneira que poucas são as que no momento inspiram confiança, isto é, veem solvendo os seus compromissos com pontualidade. Os poucos compradores existentes no mercado somente operam a prazo de 120 dias !!! sendo a cotação de hoje para os typos - 5 e 6 - em partes iguaes d'essa procedencia, Cr\$ 65,00 por kilo Cif-Rio de Janeiro.

Se V.Ss. julgarem por bem entabularmos a venda das 20 toneladas que teem em "stock" na modalidade ora exposta, queiram instruir-nos por telegramma indicando detalhes a fim de que possamos trabalhar.

Na expectativa do seu pronunciamento a respeito, firmamo-nos mui cordealmente,

REPRESENTAÇÕES "VERA CRUZ" AGUIAR LTDA.

João Luiz R. Allevato
JOÃO LUIZ R. ALLEVATO

Rep. Tel. e cont. 25/5/59
13

COTAÇÕES DE ALGODÃO EM PLUMA NO PERÍODO DE 4 A 8 DO CORRENTE

25 A 29 DO CORRENTE

Dia 4/7/60:- O mercado de algodão em pluma trabalhou, hoje em condições calmas e com os seguintes preços: Entrada 293, saídas 420 e existência 48.343 fardos. Cotações por 10 quilos: Fibras longas, seridô tipo 3/4 Gr\$ 1.100/1.150,00, fibras médias, seridô tipo 3/4 Gr\$ 1.000/1.040,00. Geará tipo 3/4 Gr\$ 1.020/1.400,00. Fibras curtas, matas, tipo 3/4 Gr\$... 800/930,00 e paulista tipo 5 Gr\$ 1.000/1.050,00,00. Geará tipo 3/4 Gr\$ 1.320/1.350,00, fibras curtas, matas tipo 3/4 Gr\$ 1.000,00 e paulista tipo 5 Gr\$ 1.050/1.100,00.

Dia 5/7/60:- O mercado de algodão em pluma trabalhou, hoje em condições calmas e com os preços inalterados. O movimento estatístico foi o seguinte: Entradas 2.071, saídas 600 e existência 48.745 fardos. estatístico foi o seguinte: Entradas 1.215, saídas 500 e existência 48.245 fardos.

Dia 6/7/60:- O mercado de algodão em pluma trabalhou, hoje em condições calmas e com os preços inalterados. O movimento estatístico foi o seguinte: Entradas nada, saídas 450 e existência 47.895 fardos.

Dia 7/7/60:- O mercado de algodão em pluma trabalhou, hoje em condições calmas e com os preços inalterados. O movimento estatístico foi o seguinte: Entradas 325, saídas 500 e existência 48.570 fardos.

Dia 8/7/60:- O mercado de algodão em pluma trabalhou, hoje em condições calmas e com os preços inalterados. O movimento estatístico foi o seguinte: Entradas 435, saídas 500 e existência 47.828 fardos.

Hoje em condições calmas e com os preços inalterados. O movimento estatístico foi o seguinte: Entradas 785, saídas 500 e existência 48.718 fardos.



COTAÇÕES DE ALGODÃO EM PLUMA NO PERÍODO DE
18 A 22 DO CORRENTE

Dia 18/7/60:- O mercado de algodão em pluma no período de hoje nas seguintes condições: Entradas 1.344, saídas 500 e existência 58.100 fardos. Cotações por 10 quilos, fibras longas, seridós tipo 3/4 Cr\$ 1.100/1.150,00, fibras médias, sertões tipo 3/4 Cr\$ 1.000/1.040,00. Ceará tipo 3/4 Cr\$ 1.020/1.400,00, fibras médias, matas, tipo 3/4 Cr\$ 900/930,00 e pallista tipo 5 Cr\$ 1.000/1.050,00.

Dia 19/7/60:- O mercado de algodão em pluma trabalhou, hoje em condições calmas e com os preços inalterados. O movimento estatístico foi o seguinte: Entradas 345, saídas 430 e existência 48.015 fardos.

Dia 20/7/60:- O mercado de algodão em pluma trabalhou, hoje em condições calmas e com os preços inalterados. O movimento estatístico foi o seguinte: Entradas 393, saídas 423, e existência 47.985 fardos.

Dia 21/7/60:- O mercado de algodão em pluma trabalhou, hoje em condições calmas e com os preços inalterados. O movimento estatístico foi o seguinte: Entradas 97, saídas 380 e existência 47.702 fardos.

Dia 22/7/60:- O mercado de algodão em pluma trabalhou, hoje em condições calmas e com os preços inalterados. O movimento estatístico foi o seguinte: Entradas 268, saídas 350 e existência 47.620 fardos.



REPRESENTAÇÕES "VERA CRUZ" AGUIAR LTDA.

END. TEL. EVALICE

AV. RIO BRANCO, 120 - SALA 1110

CAIXA POSTAL N. 3100

RIO DE JANEIRO

AÉREA-SIGDES

TELEFONE 42-5394

COTAÇÕES DE ALGODÃO EM PLUMA NO PERÍODO DE
25 A 29 DO CORRENTE

Dia 25/7/60:- O mercado de algodão em pluma trabalhou, hoje nas seguintes condições: Entradas 985, saídas 400 e existência 48.205 fardos. Cotações por 10 quilos. Fibras longas, seridós tipo 3/4 Cr\$ 1.180/1.200,00, fibras médias, sertões, tipo 3/4 Cr\$ 1.130/1.155,00. Ceará tipo 3/4 Cr\$ 1.125/1.135,00, fibras curtas, matas tipo 3/4 Cr\$ 1.000,00 e nominal. Paulista tipo 5 Cr\$ 1.050/1.080,00.

Dia 26/7/60: O mercado de algodão em pluma trabalhou, hoje em condições calmas e com os preços inalterados. O movimento estatístico foi o seguinte: Entradas 1.215, saídas 500 e existência 48.920 fardos.

Dia 27/7/60: O mercado de algodão em pluma trabalhou, hoje em condições calmas e com os preços inalterados. O movimento estatístico foi o seguinte: Entradas 507, saídas 600 e existência 48.827 fardos.

Dia 28/7/60: O mercado de algodão em pluma trabalhou, hoje em condições calmas e com os preços inalterados. O movimento estatístico foi o seguinte: Entradas 208, saídas 400 e existência 48.635 fardos.

Dia 29/7/60: O mercado de algodão em pluma trabalhou, hoje em condições calmas e com os preços inalterados. O movimento estatístico foi o seguinte: Entradas 783, saídas 500 e existência 48.918 fardos.



JG/. 362

REPRESENTAÇÕES "VERA CRUZ" AGUIAR LTDA.

END. TEL. "EVALICE"

AV. RIO BRANCO, 120 - 11.º AND. SALAS 1108/10

CAIXA POSTAL N.º 3406

RIO DE JANEIRO

Aérea-simples

TELEFONE 42-5394

Rio de Janeiro, 23 de Julho de 1960.

Resp.
Cia. União Caxiense S/A.
Caixa postal No. 31
Caxias
Estado do Maranhão

Nº 59

Prezados Snrs:-

Assumpto - Vendas de algodão em pluma no Rio de Janeiro.

Já sendo desde muitos annos por nós vendida aqui no Rio de Janeiro uma boa parte do algodão em pluma oriundo d'essa região, notadamente dos typos - 5 e 6 - e como é nosso proposito ampliar as nossas vendas, vez que temos possibilidades proprias e mantemos boas relações com compradores capazes não só de adquirir ainda maiores quantidades como também de pagar os melhores preços e condições que o mercado comportar na occasião, tomamos a iniciativa de vir a presença de V.Sas. offerecendo os nossos prestimos para vender a quantidade que determinarem, bastando para tanto que por via telegraphica nos deem instrucções positivas a respeito, quando desejarem dispôr de algum lote.

Embóra houvessemos em 1959 realizado de conta de V.Sas. uma venda do producto, sendo, por conseguinte já de V.Sas. conhecida a nossa maneira de agir, não nos parece demais salientar que os negocios conduzidos por nosso intermedio teem sempre a nossa assistencia permanente até final instancia, isto é, até o pagamento da respectiva duplicata, pois os consideramos como se nossos proprios fôsem.

Iniciando-se agora a nova safra d'este producto, que, segundo fomos informados, deverá superar a do anno pasado, crêmos ser a oportunidade de levarmos a effeito o nosso intento, para o que contamos com a collaboração dos exportadores d'essa praça, em cujo numero V.Sas. estão incluídos.

Antecipando os nossos sinceros agradecimentos pela preferencia com que viémos a ser por V.Sas. distinguidos em suas ordens, ficamos ao seu inteiro dispôr e subcrevemo-nos mui cordealmente,

REPRESENTAÇÕES "VERA CRUZ" AGUIAR LTDA.

João Luiz R. Allevato
JOÃO LUIZ R. ALLEVATO

ANEXO XXII

**Planta Baixa do Prédio de Propriedade da Companhia
União Caxiense onde funcionou
a Companhia Manufatora Caxiense
(Livro de Tombo)**

FABRICA DA UNIAO TEXTIL CAXIENSE S.A.

LOCALIZAÇÃO: Praça do Panteon.

TOMBAMENTO: Decreto 7.660 de 23/6/80, publicado no Diário Oficial de 27/6/80. Inscrição nº 04 no Livro de Tombo às fls. 01 em 13/8/80.

DADOS TIPOLOGICOS:

Construção fabril com planta quadrangular e estreita área livre, onde se localiza a imponente chaminé e que separa o setor de produção — fiação, tecelagem, acabamento — das zonas de beneficiamento e apoio técnico-administrativo — escritório, oficina, sala de máquinas e caldeiras.

Coberturas em estrutura metálica de origem inglesa, fachada em estilo neoclássico dando falsa idéia da organização espacial do prédio, pois o frontão principal não corresponde ao acesso nem a qualquer espaço mais nobre e sim ao trecho mais poluído do edifício, a sala de máquinas.

DADOS HISTÓRICOS:

A Companhia da União Têxtil Caxiense S.A. foi fundada em 1889 pelos sócios Antônio Joaquim Ferreira Guimarães, Dr. Francisco Dias Carneiro e Manuel Correia Baima de Lago, sob a denominação de Companhia Manufatora Gonçalves Dias S.A.

Com um capital inicial de 850 contos, esta empresa foi uma potência no gênero, em sua época. Seu motor de 400 cavalos movimentava 220 teares, pondo 350 pessoas em atividade. Sua produção anual era de um milhão de metros de tecidos crus.

Falar desta extinta companhia é volver ao período áureo de desenvolvimento da indústria têxtil no Maranhão, cujo parque fabril compunha-se de 17 empresas, contando com 2.336 teares, 71.608 fusos, uma produção anual de cerca de 13.974.411 metros de tecidos crus e uma capacidade de empregar 3.557 operários.

A atividade têxtil teve seu apogeu na época da II Guerra Mundial, quando os Estados Unidos passaram a importar produtos brasileiros. Com o fim da guerra, muitas empresas entraram em decadência, motivada pela volta ao

livre comércio e sobretudo pelo rápido desenvolvimento industrial que os empresários locais não conseguiram acompanhar.

Assim, das 17 empresas que integravam o parque fabril maranhense, apenas oito conseguiram resistir até a década de 60. A fábrica de tecidos do Rio Anil, uma das últimas a fechar, encerrou suas atividades em 1964. Apenas a Santa Amélia sobreviveu até 1966, quando seus proprietários, já sem perspectivas, vendera todo o maquinário, passando a alugar suas dependências.

Extinta a União Têxtil Caxiense S.A., o prédio sofreu longo processo de deteriorização. Atualmente, restaurada pela Prefeitura local, sedia o Centro Cultural Acadêmico José Sarney.

